

Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em História

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

**O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração
no Brasil holandês (1630-1644)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, na linha de pesquisa Poder e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador (a): Profa Dra Maria de Fátima
Silva Gouvêa

Rio de Janeiro, 2008

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

N244 Nascimento, Rômulo Luiz Xavier do.

O “desconforto da governabilidade”: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644) / Rômulo Luiz Xavier do Nascimento. – 2008.

319 f.

Orientador: Maria de Fátima Silva Gouvêa.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

Bibliografia: f. 303-319.

1. Invasão holandesa – Brasil – Século XVII. 2. Administração pública. 3. Período colonial, 1630-1644. 4. Nassau, Maurício, 1604-1679. I. Gouvêa, Maria de Fátima Silva. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.03

Agradecimentos

Engana-se quem acha que uma tese é trabalho de uma só pessoa. Esta não poderia ser diferente. Portanto, agradeço:

A minha orientadora Fátima Gouvêa pela paciência e preciosos conselhos; principalmente porque me deixou trabalhar com autonomia sem me deixar perder nos arroubos pretenciosos do historiador iniciante;

Aos professores que me formaram: Marcos Albuquerque e Veleda Lucena, pois me iniciaram na pesquisa; Virgínia Almoêdo, pela orientação e apoio no mestrado;

A Marcus Carvalho pela amizade e incentivo constantes; também por todas as portas que me abriu;

Aos professores da UFF em especial Ronaldo Vainfas e Marta Abreu, pelas aulas e apoio num momento difícil;

A Pollyanna Mendonça, pela amizade e apoio dispensados no Rio de Janeiro;

A Mariana Dantas, pela importante ajuda nos momentos finais.

A Flávio Gomes pelos incentivos e oportunidades franqueadas;

A Reinaldo José Carneiro Leão pelo acesso ao Instituto e pelas conversas agradáveis e ao amigo Bruno Câmara, pelo incentivo e fotografia das fontes;

A Levi, do LAPEH, pela paciência e presteza com que me auxiliou;

Aos amigos da graduação George Cabral, Lílian Raposo, Tatiana Ferraz, Juliana Elias, Onésimo Santos, Guilherme Medeiros, Gustavo Villar e e Andredick

A Edson Hely pelo importante apoio até então recebido;

Ao meu compadre e amigo Érico Valente (tico), pela amizade antiga e incentivos constantes;

A Peron Rios, pela amizade e conselhos importantes;

A Emília e Thomas Habbeger e Sandra Nascimento, pelo importante apoio de sempre;

A minha cadela Batatinha pela companhia nas inúmeras madrugadas que passei em claro;

A minha mulher, Aline Moraes de Carvalho, por cuidar tão bem de mim e por ter suportado, com muito amor e carinho, todos os momentos difíceis dessa viagem.

Dedicatória

Ao meu filho João,

que ainda não nasceu para o mundo, mas que já nasceu para mim

Em memória de:

Sandra Moraes de Carvalho

Fernando Carvalho

Ricardo Nascimento

Resumo

Este trabalho tem como objetivo tratar, em linhas gerais, de questões administrativas no Brasil holandês. O primeiro capítulo enfatiza a dimensão atlântica da presença da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, destacando de que forma os neerlandeses se inseriram no espaço atlântico ibérico. O segundo capítulo chama atenção para a administração que antecedeu o governo de Maurício de Nassau, destacando, nos anos de 1635 e 1636, o surgimento de um pequeno comércio entre portugueses e a Companhia. Procuraremos aqui mostrar que havia um governo holandês apesar do clima de guerrilha na capitania de Pernambuco. No terceiro capítulo analisamos as dificuldades de abastecimento dos holandeses no Brasil antes e durante a administração nassoviana (1637-44). Sobre este tópico temos, sobretudo, que Maurício de Nassau não conseguiu superar a falta de farinha de mandioca para os seus efetivos. O quarto e último capítulo aborda o funcionamento das câmaras dos escabinos (espécie de tribunais de justiça locais) nas várias partes da conquista holandesa, chamando a atenção para os problemas vivenciados por essas câmaras no governo de Maurício de Nassau. O objetivo primordial desse trabalho é mostrar que havia administração da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil antes da chegada de Maurício de Nassau, apesar do clima de guerra e que, na administração do mesmo, tida como um período de apogeu da presença neerlandesa no Brasil, as crises eram constantes.

Abstract

The purpose of this work is to deal , in general terms, with the administrative questions of the Dutch period in Brazil. The first chapter emphasizes the presence of the West Indies Company in Brazil, and its Atlantic dimension. This way, it looks at how the Dutch entered the Iberian dominated atlantic. The Second chapter draws attention to the government which preceded John Maurice of Nassau's administration, emphasizing the origin of trade between the Portuguese and the Company during the years 1635 and 1636. I will prove the existence of a Dutch government, in spite of the tense atmosphere in the State of Pernambuco. In the third chapter I will analyse the supply difficulties faced by the Dutch before and during Nassau's administration (1637-44). On this topic *I will* show that Nassau had difficulty to feed his troops due to manioc shortage. In the fourth chapter I will discuss the work of the "Escabin Chambers" (a type of local justice court) during the various periods of the Dutch conquest as well as the problems faced by these courts during Nassau's administration.

Siglas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

LAPEH – Laboratório de Pesquisa e Ensino de História

**RIAHGP – Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico
Pernambucano**

WIC – West Indische Compagnie

VOC – Vereinigde Oost-Indische Compagnie

Sumário

Introdução	8
Cap I Brasil Holandês: uma história do Atlântico	
Experiências ibéricas e neerlandesas	22
A diáspora sefardita e o Brasil holandês	46
Pernambuco: os portos e o Atlântico	53
A Companhia das Índias Ocidentais.....	62
Cap II Pernambuco Pré-nassoviano: a procura da ordem	
Maurício de Nassau na História.....	77
O pequeno comércio e os <i>kleine profijten</i>.....	89
O papel da navegação.....	132
Nordeste e o caribe: uma ligação possível.....	151
Cap III O problema do abastecimento	
A escassez de víveres.....	156
Uma herança problemática: a produção de farinha de mandioca no governo nassoviano.....	171
Cap IV O poder local	
Os Escabinos.....	197
Aspectos e conflitos nos poderes locais	218
Considerações finais.....	264
Anexos.....	266
Fontes.....	301
Bibliografia	307

Introdução

“... *les serviteurs enfideles sont la ruine de la Companie*”.¹ Com esta simples afirmação, o predicante calvinista Vicente Soler, em dezembro de 1637, expressou o seu descontentamento com a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) que, havia sete anos, fincara o pé em Pernambuco. Esta mesma companhia, que no ano acima citado completava dezesseis anos de sua fundação, colhia na América portuguesa os infortúnios e sucessos de uma administração conturbada. Por mais paradoxal que seja, tal binômio infortúnio/sucesso acompanhou boa parte da presença holandesa no Brasil. Quem poderiam ser os “servidores infiéis” aos quais se referiu Vicente Soler? Seriam os católicos luso-brasileiros, que estiveram quase sempre à beira de uma sedição? Seriam os judeus sefarditas, que se enlanharam na economia do Brasil holandês a ponto de provocar a insatisfação de calvinistas e católicos? Ou seriam os próprios funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, por vezes partícipes e artífices de atos de corrupção no seio do governo batavo? Ou, finalmente, seria um pouco de tudo isso? Seja como for, este trabalho tentará desvendar, sem talvez responder de todo a essa pergunta, alguns aspectos dos anos anteriores à presença de Maurício de Nassau no Brasil (sobretudo os anos de 1634-35-36) assim como durante a administração do mesmo (1637-1644).

O tema “Brasil holandês”, à parte os modismos que as recentes comemorações do nascimento de Maurício de Nassau e da Batalha dos Guararapes suscitaram, é e sempre será visitado. Pois é dessa forma que o historiador (re) inventa o passado, produzindo narrativas que possam nos mostrar novos personagens que nunca “falaram” ao público leitor. Esse é o caso, por exemplo, do padre Manuel Moraes, desenterrado de seu contexto seiscentista por Ronaldo Vainfas.² O próprio título de seu trabalho mais recente (‘Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês e processado pela Inquisição’) trouxe à tona a questão fidelidade/infidelidade proposta na declaração do predicante

¹ Coleção José Higino. Brieven em Papieren uit Brasilie. IAHGP. Na transcrição, optouse por não “atualizar” a escrita para as normas ortográficas contemporâneas da língua francesa.

calvinista.³ O trânsito entre estes dois pólos era muito comum num constante clima de tensão vivenciado num contexto de guerra. Assim, Manuel Morais faria parte de um grupo que poderia incluir João Fernandes Vieira e Domingos Fernandes Calabar, para não citarmos muitos outros sobre os quais nada ou pouco conhecemos. Até mesmo figuras bem conhecidas, como o próprio Mauricio de Nassau, abrirão sempre brechas à uma nova interpretação do passado, ainda que esse ‘passado’ nos dê sempre a impressão de ter sido totalmente contado. A própria biografia do nobre alemão, recentemente revisitada por Evaldo Cabral de Mello, tem nos mostrado como a fuga de Maurício de Nassau é atual. Sobretudo quando nos mostra um Brasil “que poderia ter sido”. Assim, muito embora a consistente produção até então existente sobre o tema “Brasil holandês” tenda a nos conduzir à acomodação, é aí mesmo que a necessidade em se “atualizar o passado” se apresenta. Muitas vezes para nos mostrar uma história “que não poderia ter sido”. Ou melhor, um presente quase que totalmente vinculado a um passado idílico. Cabral de Mello mostrou isso ao registrar que Nassau, ainda que humanista e sensato nas questões de governo, apoiou as suas práticas administrativas na plantação da cana-de-açúcar e no comércio de escravos. Práticas que não apontavam de forma alguma para uma alternativa ao *status quo ante* da colonização portuguesa, em que as instituições republicanas dos Países Baixos não tiveram vez.⁴ É mais ou menos sob essa perspectiva que este trabalho se situa.

A idéia de administração proposta constantemente ao longo deste trabalho vai além das descrições funcionais dos conselhos e do frio tratamento dado a alguns setores do governo neerlandês. Pelo contrário, leva em consideração a presença de um clima de guerra que se mistura ao da própria política-administrativa da Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Longe de antagonizar as práticas administrativas da WIC e a luso-brasileira, procuraremos interpretar um quadro de convivência e, se isso for possível considerar, de acomodação entre as partes envolvidas. Entendemos que o cotidiano da administração e o da conquista militar se misturam. Os limites entre guerrilha e administração serão, para o escopo deste trabalho, imprecisos. Nesse sentido, não

³ VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês e processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Nassau: Governador do Brasil holandês*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

entendemos a presença holandesa no Brasil como havendo comportado períodos de paz e guerra separadamente. O termo “acomodação” entre portugueses e neerlandeses talvez seja o que mais se aproxime de nossa perspectiva de administração. Portanto, tratamos sobremodo de administração-holandesa-no-Brasil. Finalmente, ao tratar da política-administrativa holandesa no Brasil, faremos uso ao que propôs Antônio Manuel Hespanha acerca da nova história social, que forneceu, segundo ele, “um rosto à história política”. Assim, ao apontarmos, ao longo do trabalho, “rostos” e “pessoas” no caminhar da administração da WIC no Brasil, teremos em mente a proximidade da política com o “quotidiano do poder vivido” (expressão do autor).⁵

Outro esclarecimento que é preciso ser feito diz respeito ao uso da palavra ‘cidadão’ ou *borgelijck* (como aparece nas fontes) algumas vezes freqüente no texto. O ‘cidadão’ deste estudo não é ainda aquele que surgirá com a Revolução Francesa. O ‘cidadão’ sobre o qual trataremos é o mesmo a quem José Antônio Gonsalves de Mello se referiu: apenas “burgueses ricos” ou “comerciantes-livres” (*vrijeluiden*). Essas expressões diziam respeito sobretudo aos “que não estavam à serviço da Companhia”.⁶ Essa mesma idéia de ‘cidadão-livre’ foi respeitada por Charles Boxer em *Os Holandeses*

⁵ HESPANHA, Antônio Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: Modos de Governar: Idéias e praticas políticas no império português. Maria Fernanda Bicalho/Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). – São Paulo: Alameda, 2005, p. 29. A discussão sobre política-administrativa passa evidentemente por uma discussão do conceito de poder que, segundo Hespanha, “se tem diversificado e atomizado”. O mesmo tem justificado essa proposição sob o argumento de que “como se tem descoberto uma microfísica do poder, que se infiltra molecularmente e todos os nichos do tecido social. Como o parente não-exercício do poder (como no exemplo paradigmático do liberalismo) é sempre uma devolução de poderes para outras instâncias (sejam elas a ciência, os agentes econômicos, as elites culturais, os fazedores de opinião). Quando o poder se capilariza, as suas manifestações, a legitimidade para mandar e a disponibilidade para obedecer, passam a ser outras. O poder interpersonaliza-se, depende dos factores moles que movem o interior de nós mesmos – os afectos, os poderes de sedução, as hegemonias e dependências emocionais, os encantamentos e os aborrecimentos de toda a espécie, beleza e fealdade”. Contrariamente a perspectiva de Hespanha, Laura de Mello e Souza argumentou que à despeito da crescente utilização da obra deste historiador nos trabalhos acadêmicos brasileiros nos últimos anos, devemos ter cuidado ao fazer uso indiscriminado de sua análise para o caso brasileiro “primeiro, porque a corrente à qual se filia – dos estudos da historiografia constitucional alemã à discussão mais contemporânea, voltada para a revisão daquilo que se convencionou chamar de Estado Moderno – tem por objetivo as manifestações eminentemente européias do fenómeno”. Ver. SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp.52-53.

⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987. O autor deixa claro que a categoria dos “cidadãos-livres” não se refere apenas àqueles que deixaram de ser funcionários (*bedinaer*) da Companhia das Índias Ocidentais para ser tornarem comerciantes, mas também artesãos, taverneiros, etc. Enfatizou Gonsalves de Mello que “tão rapidamente cresceu esse número [de cidadãos-livres] que, já em começo de 1634, podia-se arregimentar, somente no Recife, duas companhias de burgueses, com efetivo de oitenta homens cada uma.

no Brasil.⁷ Por fim, “cidadãos” também assumem, nesse trabalho, um sentido geográfico, significando mais um “*Einwohner einer Stadt*” (morador de uma cidade) do que qualquer outra coisa.⁸

O leitor talvez estranhe o pouco enfoque que será dado à questão religiosa da administração do Brasil pela WIC. Sabe-se, no entanto, que a religião corria de mãos dadas com o cotidiano da administração. Não é à toa que os holandeses identificavam os portugueses como *papisten* (papistas), em sua maioria, e sabiam muito bem quem eram os *jooden* (judeus) que moravam nos limites de sua conquista. Ocorre que, tratar de questões religiosas no Brasil holandês é tarefa que requer por si só grande esforço que significaria uma tese à parte. Ainda mais quando temos à disposição trabalhos como o de Frans Leonard Schalckwijck [Igreja e Estado no Brasil Holandês], o clássico estudo de José Antônio Gonsalves de Mello [Gente da Nação] e outros mais recentes sobre cristãos-novos. Essa lacuna, infelizmente, vai permanecer. Há, entretanto, uma referência mais geral ao aspecto religioso no primeiro capítulo, do qual trataremos mais adiante. Também no último, ao tratarmos dos ‘podres locais’, tocaremos de algum modo em questões religiosas.⁹

Apenas dois bons motivos para destacarmos o papel da religião no tema *Brasil holandês*. São eles: a destruição de imagens do Convento dos Jesuítas (Olinda) quando da invasão em 1630 e a aclamação de João Fernandes Vieira como líder português na luta “pela liberdade divina” no processo de expulsão dos holandeses em 1645. Também é importante não deixar de fora as disputas religiosas no seio da política-administrativa da Companhia das Índias Ocidentais entre facções gomaristas (protestantes mais radicais) e arminianos (protestantes menos radicais). A própria ascensão econômica dos Países Baixos no século XVII esteve relacionada a perspectivas religiosas nas visões de estudiosos como Karl Marx, Max Weber e Werner Sombart.¹⁰

⁷ BOXER, Charles. Os holandeses no Brasil. – Recife: CEPE, 2004, p. 183.

⁸ Langenscheidts Grosswoerterbuch, 1998.

⁹ Essas primeiras justificativas têm a finalidade de antever às proposições feitas por parte da banca quando da qualificação da tese em outubro de 2007. Outras sugestões terão vez ao longo do texto. Ressalta-se que, naquela ocasião, o trabalho contava com apenas dois capítulos, apesar de ter as suas diretrizes já assentadas.

¹⁰ Resume bem a relação entre capitalismo e religião o historiador Hugh Trevor-Roper da seguinte maneira; “Karl Marx via o protestantismo como a ideologia do capitalismo, o epifenômeno religioso de um fenômeno econômico. Max weber e Werner Sombart inverteram a fórmula. Julgando que o espírito precedia a letra, postulavam um espírito criativo, “o espírito do capitalismo”. Weber e Sombart, como

Finalmente, o apelo religioso do tema proposto encontra justificativa num discurso provocativo de Padre Antônio Vieira, quando o mesmo incitava os fiéis católicos a pensarem as razões divinas no inferno vivido no Brasil. Diz um trecho do *Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal Contra as de Holanda*:

“Se determináveis dar estas mesmas terras aos Piratas de Holanda, porque lhas não destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços vos tem feito essa gente pervertida e apóstata, que nos mandastes primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para lhe edificarmos as Cidades, e depois de cultivadas e enriquecidas lhas entregares? Assim se hão de lograr os hereges, e inimigos da Fé dos trabalhos Portugueses e dos suores Católicos?”¹¹

Do lado neerlandês, Johan Baers, testemunha da invasão a Pernambuco, fez a seguinte prédica em favor da WIC:

“[...] peço a Deus Onipotente que continue a abençoar muito a Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, e secundá-la na sua boa intenção com a Sua divina graça e assitência, assim como já obteve e tomou, por Sua divina graça, por sua grande vantagem e proveito a praça de Olinda, donde brevemente poderá tornar-se senhora de toda a costa do Brasil. [...] ela [a WIC] pretende a propagação da Vossa palavra, para que, segundo a Vossa Divina vontade, seja ensinada e pregada pela força por todo o mundo”.

Logo, a partir de relatos como os de Vieira e Baers, temos uma conjuntura em que as disputas religiosas tomavam parte nas questões temporais.

Marx, situavam a ascensão do capitalismo moderno no século XVI, e portanto ambos buscavam a origem do novo “espírito do capitalismo” nos acontecimentos desse século. Weber, seguido por Ernest Troeltsch, encontrou-a na Reforma: o espírito do capitalismo, dizia ele, surgiu como consequência direta da nova “ética protestante”, tal como ensinada não por Lutero, mas por Calvino. Sombart rejeitou a tese de Weber e de fato lhe aplicou alguns pesados e eficazes golpes. Mas, quando fez uma sugestão positiva, produziu uma tese muito mais vulnerável. Sugeriu que os criadores do moderno capitalismo eram os judeus sefarditas que, no século XVI, fugiram de Lisboa e Sevilha para Hamburgo e Amsterdã; e remontou o “espírito do capitalismo” à ética judaica do Talmude”. Ref. TREVOR-ROPER, Hugh. A Crise do Século XVII: Religião, a Reforma & Mudança Social. – Topbooks: Rio de Janeiro, 2007, p. 28.

¹¹ “Sermão pelo Bom Sucesso das Armas de Portugal Contra as de Holanda” Ref. VIEIRA, Antônio. Sermões. São Paulo: Hedra, 2000, pp. 443-462.

O Outro dado que não poderíamos deixar de mencionar diz respeito aos limites geográficos da pesquisa. Afora o primeiro capítulo, em que a escala geográfica alcançará principalmente o Atlântico, notadamente a sua porção sul, ao tratarmos diretamente do Brasil holandês, a nossa escala se reduzirá a Pernambuco e Paraíba. Outra observação é que nem todos os órgãos da administração holandesa serão contemplados neste estudo. Para ser mais preciso, priorizamos o Conselho Político, o Alto e Secreto Conselho e os Escabinos, estes últimos na esfera do poder local das freguesias.¹²

O corte temporal é o período que se situa entre a conquista (1630) e o último ano de Marício de Nassau no Brasil (1644), ainda que as primeiras páginas nos tragam ao debate o período em torno da presença neerlandesa em Pernambuco, ou seja, a primeira metade do século XVII.

Tomando como exemplo a obra clássica do historiador Charles Boxer, *The Dutch Seaborne Empire*, partimos da idéia que a ocupação do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais se inscreveu no que ele mesmo chamou de uma verdadeira “guerra mundial”. A afamada luta dos neerlandeses contra a coroa de Castela provocou efeitos em escala mundial. Johnathan Israel descreveu bem esse quadro em artigo intitulado *A Conflict of Empires: Spain and the Netherlands 1618-1648*, no qual são deslindadas as origens e conseqüências do luta entre a Espanha dos Filipes e os Países Baixos da plutocracia de Amsterdam.¹³ O mesmo viu, sobretudo na “Trégua dos Onze Anos”, entre a Espanha e os Países Baixos, o momento decisivo para a ascensão batava,

¹² Para um entendimento preliminar e bastante claro de quais instituições atuaram no Brasil holandês ver: BOXER, Charles. Os holandeses no Brasil, WAETJEN, Hermann. O império colonial holandês no Brasil e MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo II: A administração da conquista. Sobretudo, neste último trabalho, há uma parte introdutória que resume muito bem os órgãos da Companhia das Índias Ocidentais instituídos no Brasil tais quais o Conselho Político, o Alto e Secreto Conselho, a Diretoria Delegada, o Conselho de Finanças, os Escabinos e Escoltetos, etc.

¹³ ISRAEL, J. I. A Conflict of Empires: Spain and Netherlands 1618-1648. In: Past and Present, No. 76, 1977, pp.34-74.

concluindo que a mesma “ removeu todos os obstáculos a navegação neerlandesa com Espanha e Portugal” e que “os anos de trégua coincidiram com a transformação da relação castelhano-neerlandesa em desvantagem para a Espanha”.¹⁴ E é nesse quadro maior, melhor dizendo, nessa “escala maior” que se localiza o tema da presença holandesa no Brasil. Para uma “escala mundial” não faltam estudos importantes como os de Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein. Ambos não resistiram à “tentação” de dedicar partes de seus estudos à ascensão dos Países Baixos à condição de potência na primeira metade do século XVII.¹⁵

Apesar de transitar pela escala mundial, o primrio capítulo é dedicado às dimensões atlânticas do império holandês. Portanto o seu título *Brasil holandês: uma história do Atlântico* reforça da idéia de que a presença holandesa em Pernambuco não está circunscrita à história apenas de Pernambuco ou do Brasil, mas à história do Atlântico sul. É bem verdade que, nos últimos anos, tem estado em voga alguns trabalhos incluindo o Atlântico como espaço de análise. No caso da história do Brasil, chame-se a atenção para o estudo de Luiz Filipe de Alencastro *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. Muito embora este autor tenha tratado do que ele mesmo chamou de um “arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola”, separados e ao mesmo tempo unidos pelo Atlântico, não prescindiu a uma análise do impacto que os holandeses provocaram nesse quinhão precioso do Império português.¹⁶ Também não podemos esquecer que os nerlandeses, sobretudo no caso do Brasil, passaram a interferir em algumas “redes governativas no Atlântico Sul”, sobre o que trabalhou Maria de Fátima Gouvêa. Para esta historiadora, a administração portuguesa no Atlântico encontrou nos casamentos e nas relações de confiança e amizade em geral a tônica para a “estruturação do campo econômico, via o político e o social”.¹⁷ Afinal de contas, a invasão holandesa atingiu

¹⁴ Ibid, p. 37. ainda segundo o autor: “ Cleary the truce years were a period of dramatic expansion in Dutch navigation and trade ans Philip III’s ministers were inclined to link the two phenomena as cause and effect”.

¹⁵ Cito aqui os respectivos trabalhos *Economia, Sociedade e Capitalismo* (Braudel) e *O Sistema Mundial Moderno* (Wallerstein).

¹⁶ ALENCASTRO, Luis Filipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Especificamente o capítulo VI, intitulado “as guerras pelos mercados de escravos”.

¹⁷ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e em Angola (c. 1680-1730)*. In: *Modos de Governar ...* p. 179.

em cheio o comércio transatlântico que ligava Portugal, Pernambuco e Angola através do açúcar, pau-brasil e escravos. Evidentemente, isso afetou as redes comerciais que interligavam esses três pontos do Atlântico.

Essa referência ao espaço Atlântico é presente sobretudo em trabalhos relativos ao comércio transatlântico de escravos.¹⁸ Pieter Emmer é outro autor que desenvolveu bem a expansão neerlandesa no Atlântico.

O ponto central do capítulo são as experiências luso-neerlandesas no Atlântico, destacando a expansão holandesa na África e no Brasil. Merece destaque o caráter Atlântico da guerra de resistência em Pernambuco, tendo como exemplo os deslocamento de tropas e o abastecimento das milícias pernambucanas. Merece destaque também o fato de que a ocupação de Pernambuco mexia com a geopolítica das coroas ibéricas com relação a possível ocupação holandesa, a partir de Pernambuco, de outras partes do Brasil como Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará.¹⁹ Convém não esquecer que a preocupação com a porção norte do Brasil se deu em função com a proximidade com o Caribe, que era por onde era escoada oficialmente a prata vinda de Potosi. Preocupação, ressalte-se, mais para a Espanha a esse respeito.

¹⁸ Sobre os clássicos trabalhos acerca da escravidão no Atlântico veja-se: BOOGAART, Ernest van den. The trade between Western Africa and the Atlantic World, 1660-90. In: *Journal of African History*, 1992, pp. 353-75; BOOGAART, Ernest van den e EMMER, Pieter C. The Dutch participation in the Atlantic slave trade 1596-1650. In: J. Hogendorn e H. Gemery. *The uncommon market*, Nova York, 1979, pp. 353-375. DUNN, Richard. *Sugar and Slaves – The rise of the planter class in the English West Indies, 1623-1713*, Londres, 1972; ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. Nova York, 1987. Idem, *The relative importance of slaves and commodities in the Atlantic trade of seventeenth century Africa*. In: *Journal of African History*, vol. 35, 1994, pp. 237-249; EMMER, Pieter. *The Dutch and the making of the second Atlantic system*. In: Barbara L. Solow (org). *Slavery and the rise of the Atlantic system*. Nova York, 1991, pp.71-95; FAGE, J. D. *African societies and the Atlantic slave trade*. In: *Past and Present*, No 125, 1989, pp. 97-115; KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. – Ribeirão Preto, SP: FUNTEC Editora, 2004; Idem, *Recent trends in the study of Atlantic slave trade*. In: *História y Sociedad*, vol. I, No 1, Porto Rico, 1988; KLEIN, Martin. *The impacts of the Atlantic slave trade on the societies of Western Sudan*. In: *The Atlantic slave trade – effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas and Europe*. Londres, 1992; MILLER, Joseph. *Mortality in the Atlantic slave trade – Statistical evidence on causality*. In: *Journal of Interdisciplinary History*, 1981, pp. 385-423; POSTMA, J. M. *The Dutch in the Atlantic slave trade (1600-1815)*. New York, 1980.; idem, *The dispersal of African slaves in the West by Dutch slave traders*. In: J. E. Inikori e S. L. Engerman. *The Atlantic slave trade – effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas and Europe*. Londres, 1992; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Iberian expansion and the issue of Black slavery – Changing Portuguese attitudes 1440-1770*. In: *The American Historical Review*, Vol. 83, No 1, 1978, pp.16-42.

¹⁹ Para esta parte do trabalho foram importantes algumas fontes portuguesas acerca da capitania de Pernambuco e colhidas no Projeto Resgate. Inclusive mostrando qual era o estado dessa capitania nos anos que precederam a invasão em fevereiro de 1630. Isso tem como objetivo maior mostrar o “mundo” (já em plena formação) que os holandeses encontraram.

Para o historiador holandês Pieter Emmer, o Atlântico sobre o qual falamos oferecia aos holandeses uma boa possibilidade para os mesmos “se beneficiarem de sua economia”, diferenciando-se dos modos de colonização espanhola.²⁰ Passaram a utilizar, a partir da ocupação do Nordeste, entrando com tudo nos “cultivos comerciais” (expressão do autor) do açúcar baseado em mão-de-obra africana. Os neerlandeses tornaram-se, portanto, “a primeira potência do norte da Europa a controlar um complexo agrícola”.²¹ Como influência direta da natureza das terras tropicais, lugares como Barbados, Jamaica e Pernambuco apresentavam fatores favoráveis à atividade canieira tais quais: clima tropical, fácil acesso para as embarcações e “ventos aliseos para fazer funcionar os moinhos e um bom solo”.²²

O Nordeste esteve no centro desse “Atlântico holandês”, uma vez que serviu de ponte para a conquista de importantes portos da África centro-ocidental como São Jorge da Mina e Luanda. Mas a ocupação e conquista do Nordeste se deu em meio a muita guerrilha, sendo ajudada pela queda do Arraial Velho do Bom Jesus (1635). Nos anos de 1635 e 1636, que precederam à vinda de Maurício de Nassau, a Companhia das Índias Ocidentais começou a aliciar, em maior quantidade, “aliados” luso-brasileiros que não se retiraram para a Bahia. Esse é o assunto do terceiro capítulo, que terá como objetivo principal mostrar que, antes da chegada de Nassau, nem tudo era guerrilha. Esboçava-se, nesse curto período, o que as fontes chamam de *kleine profijten* (pequenos lucros ou proveitos). Nesse período, esteve à frente da administração, em nome da WIC, o Conselho Político. Os seus membros, por sua vez, intiraram-se cada vez mais da malha hidrográfica nordestina e deram vez a uma administração que se desenvolveu primeiramente entre o Recife, Goiana e an. Para tal, utilizaram-se de pequenos iates e chalupas na incursão de vários cursos d’água como o Capibaribe, Goiana, Ipojuca, entre outros. Rios que, no dizer quase literário de Gilberto Freyre, se prestaram bem a

²⁰ EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto Atlântico em el siglo XVII. In: PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George Felix Cabral de (org). El Desafio holandês al dominio ibérico em Brasil em el siglo XVII. Salamanca: - Aquilafuente, 2066, p. 22. As principais características da colonização ibérica, sobretudo espanhola, eram: papel importante do assentamento, investimento de grande soma de dinheiro na América tropical e exploração de metais preciosos mediante trabalho indígena (cada vez mais em desuso nos fins do século XVII).

²¹ Ibid. p. 23.

²² Idem. Segundo o autor, “en las plantaciones situadas cerca de águas com muchas mareas se podían aprovechar las subidas e bajadas de estas mareas para hacer funcionar los ingenios de azúcar”.

“colonização agrária da região”. Rios, portanto, “do açúcar”.²³ Assim, as mesmas embarcações que transportavam soldados e armas, transportavam também os administradores da conquista e protagonizavam um clima de relativa paz com os luso-brasileiros. Temos, então, nos anos que antecedem à presença de Nassau no Brasil, um princípio de administração num quadro em que nem todas as tintas eram pintadas com as cores da guerra. É nessa fase da ocupação que o binômio guerra/administração caminham lado-a-lado.

Se a perspectiva de uma administração holandesa quase inexistente em função de um clima de constante guerrilha, isto se deve sobretudo à narrativas produzidas pelos cronistas da guerra holandesa como Diogo Lopes Santiago e Duarte de Albuquerque Coelho. Naturalmente, no intento de reforçar o calor da resistência hispano-luso-brasileira, esses cronistas-militares não tocaram no assunto, o que era de se esperar.²⁴ Soma-se o fato de que o trabalho de Lopes Santiago, *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, adquiriu um tom claramente panegírico à figura de João Fernandes Vieira, o maior líder do movimento da Restauração Pernambucana.

Considerar esse espraiamento e consolidação da navegação fluvial na administração da WIC no Brasil nos fornecerá argumentos para admitir que Mauricio de Nassau, ao chegar em 1637, já se beneficiou desse sistema montado, em que a própria noção territorial eu os neerlandeses tinham do Nordeste era bem melhor que em 1630, ano da invasão.

O terceiro capítulo emprestará à política-administrativa nassoviana (1637-1644) um clima de constante crise. É dessa forma que procuraremos tratar da constante crise de abastecimento da *conquesten* batava, sobretudo de farinha de mandioca. Assim, a um clima de franca recuperação da economia açucareira, afastada a fase dos engenhos destruídos pela “guerra velha”, a deficiência de abastecimento das tropas corroe a governabilidade do “príncipe humanista”. Portanto, o que poderia ser visto como uma “administração bem sucedida”, por um lado, pode ser visto como uma administração a um passo do colapso. Vemos então um grave problema na *pax nassoviana*. Merecerá

²³ FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. – São Paulo: Global, 2004, p. 58.

²⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da guerra do Brasil. – São Paulo: Beca, 2003. SANTIAGO, Diogo Lopes. História da guerra de Pernambuco. – Recife: CEPE, 2004.

também destaque a forma como Maurício de Nassau é apresentado na história do Brasil, conquanto essa reflexão já tenha sido feita com mais vagar e competência por Evaldo Cabral de Mello.²⁵ O ponto-chave deste capítulo é o fato de que a fase de maior conquista territorial da Companhia das Índias Ocidentais no Atlântico sul foi afetada por crises como a de abastecimento e a da instalação dos poderes locais através das câmaras de escabinos, que serão vistos no capítulo final.

Por último, os “poderes locais”. Através da análise do cotidiano das câmaras dos escabinos no Brasil holandês, como representante do poder local nas diversas freguesias da conquista, procuraremos ver mais um obstáculo à administração nassoviana. A prática revelou-se bem diferente da idéia. José Antônio Gonsalves de Mello e Charles Boxer comparam as câmaras dos escabinos (juizes de primeira instância) às câmaras no mundo português. Seriam, pois, o equivalente lusitano do poder local. Mário Neme, ao contrário, apresentou diversas diferenças entre ambas instituições.²⁶

Como visto, não foram apenas as redes comerciais do Atlântico Sul (que passavam pelo porto do Recife) que foram atingidas pela invasão holandesa, mas também a estruturas político-administrativas locais. Nesse sentido, as câmaras de Olinda, Goiana e da Paraíba, para não citarmos outras de menor expressão, deram lugar a uma conformação de poder local em que os escabinos representavam uma espécie de tribunal menor a serviço da administração superior da WIC no Brasil.

Essa estrutura de poderes locais, que teve curso na administração de Maurício de Nassau, será vista, na prática, como um modelo problemático em meio a desconfianças por parte dos batavos. Assim, em plena administração nassoviana, período tido como o de maior expressão da presença neerlandesa no Brasil, veremos como os poderes locais se apresentavam como problemáticos. Período em que a guerrilha constante havia arrefecido, a fase nassoviana amargou uma administração em constante crise. Assim, à parte os “grandes lucros” (*grootte profijten*) auferidos pela WIC nessa fase (1637-1644), a administração do Brasil holandês se apresentava como frágil. Essa perspectiva parece contrastar bastante com o que considerou José Higino Pereira mais de cem anos atrás

²⁵ Ver MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Principalmente o capítulo intitulado “Nostalgia nassoviana”.

²⁶ Ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*; BOXER, Charles. *Os holandeses no Brasil*. NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil holandês*. São Paulo: - Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

quando afirmou, numa sessão do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano que “entre o período da conquista e a guerra da restauração houve um intervalo de paz com os moradores, durante o qual um príncipe ilustre da casa de Nassau organizou a colônia holandesa, introduzindo os costumes e as instituições nacionais”.²⁷

Em linhas gerais, este trabalho mostrará que, no período pré-nassoviano, ainda que marcado pela guerrilha, havia administração da WIC no Brasil, enquanto que, na fase nassoviana, reputada por boa parte da historiografia do tema como sendo o apogeu daquela administração, a governabilidade estava por um fio.

Algumas considerações devemos fazer sobre as fontes neerlandesas utilizadas ao longo desse trabalho. Trata-se, em geral, da Coleção José Higinio e se encontra no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). A mando do governo da Província de Pernambuco e por iniciativa do Instituto Arqueológico, José Higinio Guarte Pereira (1847-1901), empreendeu pesquisas nos Arquivos dos Estados Gerais e no da Companhia das Índias Ocidentais nos anos de 1885 e 86.²⁸

²⁷ Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Sessão especial de 9 de maio de 1885. p.8 In: Revista do IAHGP, Nos 29-30. Reedição fac-similar. Recife, 1977.

²⁸ Ambos os fundos documentais passaram, a partir de 1856, a fazer parte do Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos de Haia. Ref. Guia de fontes para a história do Brasil holandês: acervo de manuscritos em arquivos holandeses. (orgs) Marcos Galindo e Lodewijk Hulsmann. Parte das fontes utilizadas na tese foram traduzidas pelo projeto *Munumenta Higinia*, levado a cabo pelo professor e biblioteconomista Marcos Galindo a partir de 2004. A tradução de algumas fontes da coleção José Higinio (as *Dagelijckse Notulen* dos anos de 1635 e 36) ficou a cargo de Pablo Bruins e Anne Blockland. Nas restantes, a responsabilidade é toda do autor do presente trabalho. Na introdução de *Tempo dos Flamengos*, José Antônio Gonsalves de Mello fez questão de destacar que a Coleção José Higinio era “a mais completa coleção existente, fora da Holanda, de documentos sobre o período da dominação neerlandesa do nordeste brasileiro. Nem sobre outra documentação é que se baseou-o, sob certo aspecto, melhor trabalho sobre o assunto: o livro do professor da Universidade de Munster Dr. Hermann Waetjen, *Das hollaendische Kolonialreich in Brasilien* [nesta tese utilizaremos a versão em português intitulada *O Império Colonial holandês no Brasil*]. Ref. MELLO, op. cit., p. 22. O autor ainda chama atenção para o fato de que a sobredita coleção comporta “volumes de documentos que hoje [1947] não se sabe se serão ainda encontrados na Holanda, talvez tendo tido o fim de tanta coisa valiosa, durante esta segunda grande guerra”. Também ressaltou Leonardo Dantas Silva, sobre a Coleção José Higinio, que foi “graças a tão importante acervo documental, pôde Alfredo de Carvalho (1870-1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicar, na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, algumas traduções de documentos preciosos bem como vários

Mais especificamente, a Coleção José Higinio comporta fontes extraídas do arquivo da Câmara da Zelândia (uma das que formavam a Companhia das Índias Ocidentais). Trata-se de dois grupos documentais menores: as *Brieven en Papiren uit Brazilie* (Cartas e papéis do Brasil) e as *Dagelijkse Notulen* (Notas Diárias do Governo holandês no Brasil). A principal diferença entre o primeiro e o segundo grupo de fontes é que, enquanto as *Brieven* assumem o caráter de cartas emitidas por elementos ligados à administração ou não aos Países Baixos, as *Notulen* são extratos de reuniões passados à administração superior da Companhia (o Conselho dos XIX) ou os Estados Gerais pelos administradores da conquista. Soma-se o fato de que algumas *Brieven* podem chegar a conter mais de duas dezenas de páginas, sendo, em geral, bem mais extensas do que as *Notulen* ou atas.

Dada o seu caráter mais cotidiano da administração neerlandesa no Brasil, as *Dagelijkse Notulen* nos fornecem mais riquezas de detalhe do dia-a-dia da vida na *conquesten* batava. Sobre isso se expressou o autor de *Tempo dos Flamengos* ao ter confidenciado que

“incontestavelmente, a coleção *Dagelijkse Notulen* constitui um repositório de dados a que poucas épocas da vida colonial brasileira podem se equiparar em riqueza de documentação. Se se disser que aí estão referidos, dia por dia, todas as questões levadas à decisão do Conselho Político, a princípio (1630-1636), do Alto e Secreto Conselho (1637-1646) e do Governo Supremo (1647-1654) compreender-se-á a importância dessa coleção de Mss.”²⁹

Não é à toa que, ainda em consonância com o que afirmou José Antônio Gonsalves de Mello na passagem acima, as *Notulen* nos serão de grande utilidade quando abordarmos a questão dos pequenos lucros, das pequenas embarcações e do dia-a-dia do poder local no Brasil holandês.

ensaios sobre o Brasil holandês sem a necessidade do Brasil; o mesmo acontecendo nos anos quarenta deste século com José Antônio Gonsalves de Mello”. Ref. Fontes, op. cit., p. XXXIII.

²⁹ MELLO, op. cit., p.24.

As fontes neerlandesas nos fornecem, em última instância, um bom manancial para a história do Atlântico sul. Em meio a esse espaço, o Recife adquiriu um papel importante como ponto de convergência das cartas que noticiavam os sucessos e revezes da Companhia das Índias Ocidentais. Outras notícias dos próprios Países Baixos chegavam a Pernambuco dando novidades da guerra que se travava entre protestantes e católicos.

Por fim, podemos estabelecer algumas comparações entre as fontes neerlandesas e as fontes luso-brasileiras que serão utilizadas no curso desse trabalho. É que estas últimas, notadamente as procedentes do Arquivo Histórico Ultramarino, expressam, cada qual, uma ‘tema’ ou assunto específico (decretos, provisões, etc) enquanto que as *Notulen*, pela sua própria natureza, condensam uma série de referências as mais díspares possíveis. Se atentarmos, mais uma vez, para as fontes neerlandesas, veremos que elas contêm informações por vezes ignoradas (propositadamente ou não) nos cronistas portugueses. Assim é que apenas nas fontes neerlandesas podemos ter a noção mais clara da penetração da WIC e do seu corpo administrativo nos rios do Nordeste. As crônicas luso-brasileiras, pelo contrário, preocupadas mais em contar o heroísmo do processo de resistência dos “da terra”, realçou mais o constante clima da guerrilha bem como das “vexações” porque passava a população do interior das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Capítulo I

Brasil Holandês: Uma história do Atlântico

1. Experiências ibéricas e neerlandesas

Eis um trecho de uma descrição portuguesa da região de Serra Leoa, por volta de 1625:

“A verdadeira Serra Leoa, que se pode povoar e aproveitar, são umas montanhas que estão entre o Nijota Garim, que fica ao norte, e a angra de Bagara Bomba, que fica ao sudeste e sul; pela banda do ocidente, tem as ilhas Bravas e o mar oceano etiópico [...] Cabo Ledo que está a oito graus da banda no norte e o Cabo Rapado, que está indo para Bagara Bomba em sete graus e meio, onde ficam de frente as Ilhas Bravas, bem perto da terra, as quais estão desertas por serem pequenas, mas povoadas de sidras, laranjas, limões, bananas e outras frutas, que a natureza cria; [...] O principal lugar em que se pode povoar é em duas partes a saber, na aguada onde haverá muito grosso trato por mar e terra, mas é necessário fortaleza por causa dos inimigos piratas holandeses e outras nações...”³⁰

Eis, também, um trecho de uma descrição holandesa da Capitania de Pernambuco, feita pouco depois da invasão de 1630:

“Em primeiro lugar, a jurisdição de Pernambuco estende-se até o Rio São Francisco, cerca de 40 milhas para o sul; nesta região os poucos habitantes, quase todos pastores, vivem unicamente de bois e vacas, para a criação dos quais a terra se presta muito. [...] Das Curcuranas à cidade de Pernambuco [Olinda] há umas cinco milhas também para o interior, notam-se ainda outros lugares: os Guararapes, Jaboatão, Muribara,

³⁰ Monumenta Missionária Africana. África Ocidental (1623-1650). Segunda Série. Vol. V. P. 91 e 95. Trata-se do *Memorial de André Donelha a Francisco Vasconcelos da Cunha (7-11-1625)*. Este último, por sua vez, fora nomeado há pouco, Governador de Cabo Verde.

Camassarim e Várzea do Capibaribe; deve haver em todos esses lugares bem 24 ou 26 engenhos, dos quais 13 ou 14 numa bela planície denominada Várzea do Capibaribe, a 2 ou 3 milhas da cidade. [...]”³¹

Ambas as descrições remetem a um ponto: a presença holandesa no Brasil resulta, pois, de uma espacialidade maior. Assim, portugueses na África Ocidental “de olho” na natureza, nas pessoas, nos “inimigos” do Velho Mundo, etc. Da mesma forma, no Brasil, holandeses tentando desvelar um mundo que ambicionavam ocupar. E, de fato, o fizeram. Na prática, um mundo de olho no outro, iam criando, cada qual a seu modo, impressões de como o outro geria as suas conquistas. No caso de Pernambuco, foi um belga, Adrien Verdonk um dos primeiros a descrever com acuidade a costa da Capitania de Pernambuco aos holandeses. Relatos estes, em sua maioria, com informações pretensiosamente precisas. Os de Cabo Verde também não ficariam para trás.

A presença da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco e em outras partes do Nordeste não é tema apenas pertencente única e exclusivamente à história de Pernambuco ou mesmo do Brasil. Trata-se de uma história do Atlântico. Pode até chegar a ser mundial, como propôs Charles Boxer num de seus célebres estudos acerca do Império português. A história do Brasil Holandês é a que envolve três mundos: o espanhol, o português e, é claro, o dos Países Baixos.

A fim de exemplificar as conexões desse vasto mundo atlântico poderíamos citar dois casos: um primeiro seria o fato de que muitos escravos levados para Manhattan, pelos holandeses, vinham de Angola, levavam nomes portugueses e, na viagem atlântica, eram capturados por navios holandeses. Em Pernambuco, no primeiro quartel do século XVII, podemos encontrar um caso em que um agente da Coroa (espanhola) pediu para ocupar um cargo administrativo nesta capitania em troca de serviços prestados em Tânger e

³¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomo I: A economia açucareira. MEC/SPHAN/Fundação Pro-Memória. Recife, 1981. PP. 35 e 39. Trata-se da *Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrien Verdonk, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630.*

Angola. Assim transitavam os homens, livres ou não, comerciantes, religiosos, militares, burocratas, escravos.³²

Neste trabalho não pretendemos analisar a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) no universo atlântico em profundidade, tarefa essa impossível em uma só tese e que soaria como pretensão. Contudo, ao não relacionarmos a presença batava em Pernambuco com uma escala maior de análise, estaríamos tapando os olhos ao que tem em comum (ou incomum) os Países Baixos e o mundo ibérico na primeira metade do século XVII. Tampouco se trata aqui de fazermos uma história comparativa destes dois mundos. Veremos tão somente as vicissitudes da administração holandesa no Brasil, sobretudo durante a administração nassoviana. O título escolhido para representá-la *O desconforto da governabilidade*³³, parafraseando o reconhecido estudo do historiador Simon Schama acerca da cultura holandesa na sua idade de ouro, talvez seja o que melhor represente as injunções daquela administração e, até mesmo, o próprio século XVII. Sobre isso escreveu sabiamente Eduardo D'Oliveira França, quando denominou este século como sendo o de “*procura de ordem*”. Segundo França, “século dominado pela preocupação de impor ordem. Ordem política. Ordem social. Ordem econômica. Ordem religiosa. Ordem no pensamento. Ordem na arte. Na linguagem. Nas relações internacionais”.³⁴

Num plano geral, as lutas atlânticas que envolveram o Brasil e os Países Baixos tiveram como pano de fundo

“a vida religiosa arrepiada pela Reforma Protestante. As concepções filosóficas renovadas pelo humanismo. A visão material do mundo desmesurada pelas descobertas. A ordem política refeita pela centralização monarca. [...] as sangrias demográficas da colonização e as profundas alterações da vida cotidiana de cada um em consequência de tudo isso”³⁵.

³² Neste caso em específico, a transferência de militares dá-se pelos serviços prestados à coroa através de um sistema de nobilitação quer seja por descendência nobre ou mesmo por serviços prestados ao rei. Sobre isso, podemos citar o trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser Nobre na Colônia*.

³³ SCHAMA, Simon. *O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³⁴ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. – São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p.35.

³⁵ *Ibid.*

O fato de, nesse estudo, a questão administrativa ganhar maior relevo, não quer dizer que desconsideramos os embates religiosos entre papistas e protestantes. Nas próprias fontes holandesas, as dissensões religiosas ocupam páginas importantes.³⁶

Nesse mundo atlântico se insere a Capitania de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande (do Norte), Ceará e Maranhão. Foram estes os espaços ocupados pela Companhia das Índias Ocidentais tendo como capital o Recife. Contudo, a presença mais intensa de batavos no Brasil se deu em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. A partir daqui, alcançaram São Jorge da Mina (1637) e Luanda (1641). Coroava-se aí um “plano atlântico” da companhia batava. O *tenebroso*, como era chamado o Atlântico, era também neerlandês.

Os diretores da WIC, com relação ao comércio, aconselharam a Nassau, quando de sua administração, e ao Alto Conselho que todos os navios vindos da Holanda aportassem diretamente no Recife, pelo fato de aí ser o lugar “*onde as mais altas autoridades residem*”.³⁷ Com isso, transformavam esta cidade no único centro comercial do Brasil holandês. Com relação a esta atitude da Companhia, reforçou Luís da Câmara Cascudo a posição do Recife e da Cidade Maurícia como o centro único do comércio da WIC no Brasil. Segundo ele, isto tem a ver com uma prática adotada na Europa do Norte. Ali, nas observações de Câmara Cascudo, se determinavam “*as feiras, os pontos centrais e únicos de concentração e traficância*”.

Evidentemente, na medida em que os Países Baixos se firmavam nesse espaço outrora praticamente dominado pelas coroas ibéricas, tentativas fracassadas ocuparam um espaço importante nessa ascensão neerlandesa. Chegaram vagarosamente à costa africana desde fins do século XVI e início do XVII. Ocuparam Salvador por um ano (1624-25). Aprisionaram o carregamento espanhol de prata em Cuba (1628). Estes são alguns exemplos de conquistas. Contudo, muitos são os de fracassos. Talvez o maior deles tenha sido com relação ao clima, tropical, quente e úmido, que envolvia e fazia adoecer as

³⁶ Para maior compreensão dos problemas religiosos no Brasil Holandês, ver o clássico estudo do historiador Frans Leonard Schalkwijk. (Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630-1654. – São Paulo: Cultura Crista, 2004) Sobre a questão judaica é importante, entre outros, o clássico trabalho de José Antonio Gonsalves de Mello (Gente da nação. – Recife: Massangana, 1978)

³⁷ Dagelische Notulen. 02/06/1637. Coleção José Hygino. IAHGP.

tropas da WIC com seus soldados neerlandeses, poloneses, alemães, belgas e ingleses. Fugiam do inferno da Guerra dos Trinta Anos para o mundo das doenças tropicais. As mesmas não podiam deixar de afetar a lenta adaptação daqueles soldados às matas do Brasil. Disso nos dá testemunho o diário de guerra escrito por Ambrósio Rischoffer, soldado a serviço da WIC em Pernambuco.

Do recrutamento na Europa às matas do Nordeste brasileiro, as adversidades se colocavam entre as fantasias que alimentavam aqueles soldados, quase sempre de origem pobre, e o que os mesmos teriam que enfrentar no cotidiano da guerrilha. Na Holanda, o desejo de melhorar de vida através do serviço de três anos na Companhia. No Brasil, o desejo de sobrevivência ao inferno que a guerrilha os propiciava. Logo se veria a WIC na difícil tarefa de conquistar um espaço ao mesmo tempo em que administrava infortúnios. Sobre o destino daqueles soldados, muitas vezes as decisões em servir e para quem servir eram tomadas no calor do momento. No caso do Rischoffer, natural de Strassburgo, temos a seguinte prova desta situação:

“A nossa intenção era seguirmos para a Índia Oriental, mas, como não se nos oferecesse ocasião para fazê-lo, e a Companhia das Índias Ocidentais estivesse recrutando fortemente, fiz-me alistar junto com o meu camarada Filipe de Haus, por oito florins holandeses mensais ...”³⁸

Ambrósio Rischoffer, ainda em abril de 1629, a partir da feira de Frankfurt, desejou se lançar à vida de soldado mercenário, navegou pelo Reno até a Holanda, de onde embarcou para o Brasil a partir do porto de Texel, na Holanda. Ele veio na armada que conquistou Pernambuco. A sua sorte foi a de muitos outros que, meio por acaso, entraram nesse labirinto atlântico. A sua “experiência atlântica”, segundo o mapa de sua viagem, levou-o a Lisboa, Açores, Canárias, Cabo Verde, Fernando de Noronha, Pernambuco, Haiti e Cuba, antes de retornar ao mesmo porto de onde partira nos Países Baixos.

Essa experiência não se limitou aos soldados, mas se estendeu aos outros oficiais superiores, sargentos, ‘cabos de guerra’, burocratas civis, cidadãos. Da mesma forma, do lado português, não foram raros os casos em que homens saiam do Lamego, Trás-os-

³⁸ RICHSHOFFER, Ambrosio. Diário de um soldado. – Recife: CEPE, 2004. P. 7.

Montes e, do porto de Viana, ganhavam o mar em direção à *guerra de Pernambuco*³⁹ após a invasão batava em fevereiro de 1630.

Acompanhando a circulação dos homens vinha, inevitavelmente, a dos produtos. Comércio e abastecimento de tropas coexistiam e faziam da ocupação holandesa do Brasil um acontecimento que produziu conseqüências internacionais. Basta citar um caso de remessa de tropas e dois galeões espanhóis que se abasteciam de trigo, vinho e carne de porco na Andaluzia pelo fato de “lá serem estes bens mais baratos e em conta”. Isto se deu já pela altura de 1635, na agonia da refrega que empreendiam os batavos na conquista do Arraial Velho do Bom Jesus. Navios municiados com arcabuzes e mosquetes desembarcados pelo porto de Biscaia; soldados e marinheiros vindos de diversas comarcas portuguesas, todos com destino a algum porto da Capitania de Pernambuco para abastecer a *gente de guerra* na sua resistência inglória.

Os holandeses, por sua vez, mesmo em Pernambuco, tinham notícias da guerra que os Países Baixos empreendiam contra a Espanha. Assim foi que, numa Ata do Conselho Político Holandês, de meados de 1635, ficaram sabendo no Recife da vitória das tropas comandadas pelo Príncipe de Orange nas praças de Landen, Thienen, Wahlen e Brussel. Essa notícia foi trazida pelos tripulantes do navio *Elckmaer*, que aportou no Recife no dia 30 de agosto daquele ano.⁴⁰

A simples iminência da guerra cria naturalmente um clima de medo, confirmando o conhecido trabalho de Jean Delumeau. Foi durante a ocupação holandesa em Salvador, em 1624, que a coroa ibérica ficou de sobreaviso para que o “inimigo herege” não se espalhasse pelas outras capitanias. Em julho deste mesmo ano, numa consulta do Conselho da Fazenda ao rei Filipe III, é dito que se pague a pólvora que deve ir para a Capitania de Pernambuco sendo descontado o montante com o dinheiro que devia o Consulado da Casa da Índia aos celeiros de trigo de Serpa e Moura, em Portugal.⁴¹ Notamos, portanto, não apenas o caminho físico das provisões, mas, sobretudo o caminho burocrático. A situação de Portugal, subordinado à coroa de Castela, poderia aumentar o

³⁹ Expressão frequentemente encontrada em fontes coêvas para designar a primeira fase da resistência ludo-brasileira aos holandeses de 1630 à 1636.

⁴⁰ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 30/08/1635.

⁴¹ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, D. 100.

tempo de espera por alguma decisão contrária. Dez anos depois, essa demora custaria muito aos luso-brasileiros que defendiam Pernambuco.

Sobre o comércio de pau-brasil, temos a entender um pouco sobre o funcionamento do frete. Na década anterior a ocupação de Pernambuco pela WIC, são vários os casos em que o almoxarifado desta Capitania informava ao rei acerca do pagamento do frete de pau-brasil que se envia ao reino com o dinheiro dos “direitos do contrato dos escravos de Angola”. Renda dos contratos de transporte e comercialização de escravos de Angola pagando aos mestres dos navios que transportavam pau-brasil para a Europa. Só num semestre, de 400 a 500 quintais da madeira saíram de Pernambuco dessa forma. Vale dizer que se solicitava o pagamento através da Fazenda Real.⁴²

Esses exemplos nos fornecem os bastidores da ‘opulenta’ capitania fundada por Duarte Coelho e gente de sua cepa, assim referida pelo Frei Manuel Calado às vésperas de ser invadida pelos holandeses. Foi esse o mundo que os holandeses encontraram. É bem verdade que, do ponto de vista do frei, as coisas tivessem se dado mais em função de um castigo divino, visão essa muito própria de um século barroco, do que mesmo por injunções meramente temporais. A invasão holandesa a Pernambuco era, pois, um castigo divino. Em suas palavras, era a reprimenda a uma terra onde “as usuras, onzenas, e ganhos ilícitos era cousa ordinária, os amancebamentos públicos sem emenda alguma, porque o dinheiro fazia suspender o castigo, as ladroices, e roubos sem carapuça de rebuço ...”⁴³ Enfim, são muitas as comparações que o frei faz de Olinda a Sodoma e Gomorra de forma a justificar as vicissitudes temporais dentro de um plano divino.

Outra relação a “escala Atlântica” do problema que pretendemos discutir seria a que liga a crise da produção açucareira em Pernambuco, na segunda década do século XVII, e uma crise conjuntural da própria economia Atlântica. Essa relação foi evidenciada, para o estudo do Brasil holandês, por Evaldo Cabral de Mello, baseado nos trabalhos de Pierre Chaunu e Frédéric Mauro. Sobre isso, afirmou Cabral de Mello:

⁴² Verificando os meses de janeiro, fevereiro e março de 1624, podemos computar nove casos desse tipo, perfazendo um pouco mais de 400 quintais de pau-brasil. Ref. LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Docs. 87/88/89/90/91/92/93 e 96.

⁴³ CALADO, Manoel, [1584-1654] O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade. – 5.ed. – Recife. CEPE, 2004. V.1., p. 39.

“As conclusões a que chegou Frédéric Mauro apontam na mesma direção [das conclusões de Chaunnu]: a uma fase de expansão da economia açucareira até cerca de 1600, caracterizada pelo crescimento da produção e pelo aumento dos preços, suceder-se-á uma fase de estabilização que se prolongara até pelas alturas de 1625”.⁴⁴

Podemos perceber que, pelo menos do ponto de vista da economia açucareira, o contexto de ocupação holandesa na Bahia (1624) e em Pernambuco (1630), era mesmo o de crise do açúcar. A ocupação obedecia também a outros móveis. Prova disto é o que podemos encontrar na documentação holandesa referente a Pernambuco. Aqui, não são menos importantes os interesses da WIC no comércio de madeira, de escravos e, não raro, a insistência em encontrar ouro e prata no Novo Mundo.

Sobre o interesse neerlandês em metais preciosos, uma questão: teriam eles, através do Brasil, a franca intenção de “cercar” a América espanhola e estarem mais próximos da prata de Potosí. Talvez sim, dado que a expedição feita ao Chile pelo Capitão Browser, a partir do Recife, em 1643, reforça essa intenção. Evidentemente, não desmereçamos o papel do açúcar neste jogo.⁴⁵

Assim como os portugueses, os holandeses tinham as suas superstições. Quando de um eclipse solar ocorrido em dezembro de 1640, contou Gaspar Baléus que algumas pessoas “interpretando esta privação da luz celeste como o ocaso do desaparecimento do esplendor hispânico nas terras do Ocidente, exaltavam ao Conde [Maurício de Nassau] por quem pôde ser empanado o intenso fulgor do poderio real”. Este é um sinal de superstição bastante cartesiana, já que foi bem estudado pelos astrônomos holandeses da época. A exposição de seus efeitos foi percebida, ainda segundo as crônicas de Gaspar Barléus, em diversas partes do Atlântico e segundo “aspectos diversos conforme os países onde era [o eclipse] visível, em razão das diferenças de longitude e latitude da

⁴⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda Restaurada. Rio de Janeiro, Forense-Universitaria; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. PP. 52-53. Semelhantemente, a análise de Pierre Chaunnu diz que a fase de expansão da economia açucareira no Brasil teria ido até próximo de 1610, se estabilizando até quase 1630.

⁴⁵ A documentação a qual nos referimos é a Coleção José Higyno, que utilizaremos fartamente ao longo deste trabalho. Aqui, ao logo de suas quase 12 mil páginas, podemos encontrar varias referências ao comércio de pau-brasil e também à insistência das autoridades neerlandesas em promover *expeditien* (expedições) ao interior com o fim de encontrar ouro e prata.

esfera celeste”. Assim, apareceu nas crônicas de Barléus o Atlântico que pôde contemplar este “eclipse premonitório” através da menção a lugares como Nicarágua, Cartagena, Porto Seguro, Angola e Rio da Prata.⁴⁶

O Atlântico também circulava através dos nomes. O próprio iate que tomou Ambrósio Rishchoffer para regressar à Europa levava o nome de ‘Itamaracá’ e freqüentava assiduamente o Caribe. Por outro lado, em Itamaracá [Pernambuco], imprimiu-se uma marca holandesa ao se colocar como nome de uma fortificação um membro da família Orange-Nassau. Nome brasileiro, de origem tupi, em embarcação batava. Nome holandês em fortificação construída no Brasil. Tal a experiência das trocas. Mais exemplos: no Recife, edificou-se um pequeno mundo criado pelos invasores que dão nome aos espaços. Desta forma, temos uma *wijnstraaten* (rua do vinho), *joodenstraaten* (rua dos judeus), entre outros. Todos locais designados numa gramática estranha ao universo ibérico, uma pequena Holanda, ao mesmo tempo provinciana e cosmopolita, na Capitania de Pernambuco.

Entre a África, Portugal e o Brasil estava o mundo atlântico ibérico, que cederia espaço aos holandeses. Portanto, um mundo que pré-existia a invasão de 1630, com as suas bases culturais e socioeconômicas totais (ou relativamente?) formadas. Os holandeses não criaram um novo Brasil, mas transformaram ou tentaram transformar uma estrutura anterior sendo, em alguns casos, bem sucedidos. Administrativamente, já existia em Pernambuco uma estrutura burocrática com todas as suas práticas e vícios. Era preciso aos recém chagados entender esse *status quo ante*, dominar os códigos daquela sociedade e, só assim, implantar a sua política administrativa.

Estamos falando aqui de uma confluência de dois modelos administrativos distintos dentro de um mesmo espaço e época. Poderiam existir pontos em comum nessas duas formas de gerir um território colonizado? Talvez sim. Nesse sentido, tentaremos discutir ao longo desse trabalho as possíveis diferenças e, porque não, as possíveis zonas de acomodação, de entendimento. Nos vinte quatro anos de ocupação nem tudo era guerrilha e emboscadas. Era também entendimento, acordos, negócios em comum, acordos de paz.

⁴⁶ BARLÉUS, Gaspar. História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 205.

Certamente, um momento propício para desvelarmos a convivência destes dois mundos seja o da administração nassoviana, de 1637 a 1644. Período ao mesmo de trégua entre Portugal e Holanda e “guerra fria” entre brasílicos e holandeses. A aparente e relativa tranqüilidade do governo de Maurício de Nassau escondia o gérmen da revolta luso-brasileira que veio a se revelar em 1645 com o nome de *Guerra Pela Liberdade Divina*.⁴⁷ É sobretudo nesse momento, em pouco mais de sete anos, que devemos entender a convivência desses dois mundos.

O tema proposto para este capítulo *Uma História do Atlântico* pode nos remeter a uma discussão sobre noção de Império português no Antigo Regime. Esta reflexão é muito importante porque foi neste mundo que se infiltraram os Países Baixos. Trata-se aqui, sobretudo, de entender a história do Brasil com os holandeses e não apenas a história dos holandeses no Brasil.

É mesmo Evaldo C. de Mello quem vai colocar essa dimensão atlântica da presença holandesa no Brasil. Num dos primeiros capítulos de *Olinda Restaurada*, Cabral de Mello analisa como a resistência luso-brasileira financiou a guerra através do açúcar produzido pelos engenhos que ainda não haviam sido alcançados pelos holandeses. Os portos por onde era escoada aquela produção minguavam à medida que a WIC os ocupava. Pode-se afirmar que a ocupação do porto de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho) dificultou bastante a comunicação entre o Arraial Velho do Bom Jesus e a Europa. A partir de meados de 1635, os portos de Portugal e Espanha ficavam mais distantes. Até então, eram pelos portos mais próximos do Recife que chegavam o apoio logístico para a resistência. As condições de desembarque de tropas e logística eram bem conhecidas em Espanha e Portugal. As *escápulas do açúcar* (como enfatizou Evaldo Cabral de Mello) eram, ao mesmo tempo, portos e portas de entrada para qualquer reforço externo.⁴⁸

⁴⁷ Diogo Lopes Santiago vincula a Restauração Pernambucana à passagens bíblicas em que a Providência Divina atuou nos momentos de maior sofrimento do “povo de Israel”. Ao justificar a aclamação de Fernandes Vieira para líder da guerra da “liberdade Divina”, ressaltou: “ Este Pernambuco, que chamam Nova Lusitânia ou novo Portugal, teve um homem (e tem hoje) com o nome venturoso de João, que na língua hebraica significa boa graça, o qual com sua bondade, boa graça, afabilidade, liberdade e outras virtudes morais de que foi dotado, veio a ser o impulsor e origem desta venturosa liberdade quando os moradores estavam em tão ínfimo grau de miséria, tão derrocados, tão oprimidos, com tão pouco ânimo e tão vexado da tirania holandesa, tão atribulados com imaginações, tão carregados de de tributos e tão faltos do necessário [...] Ref. SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco. – Recife: CEPE, 2004, p. 172.

⁴⁸ MELLO, Olinda Restaurada, p.58.

Enquanto os holandeses tentavam expulsar as tropas de Matias de Albuquerque para a Bahia, o comércio português continuava (ou tentava continuar) como sempre foi. Assim é que, em agosto de 1636, trazia-se vinho e tecidos de linho da Ilhas Atlânticas para serem vendidos na Bahia. O frete ficaria por conta da Fazenda Real e o dinheiro das transações deveria ir para os agentes do serviço Real.⁴⁹ Alguns anos mais tarde, esse comércio transatlântico ficaria seriamente ameaçado pelas conquistas holandesas de Angola. Não é à toa que, numa *brieven* holandesa, Nassau e o Alto Conselho escreviam aos diretores da WIC acerca da conquistas de Sergipe, Maranhão, São Tomé e Angola como sendo “lugares de grande importância para nosso Estado”.⁵⁰

Numa escala maior que a de Pernambuco, temos uma discussão atinente aos portos do Atlântico. Assim, Biscaia e Cádiz na Espanha, Viana e Lisboa em Portugal e Nazaré (este ao sul do Recife) figuram no mesmo contexto. Armas e munições que vinham da Andaluzia, *gente de mar e de terra*⁵¹ que eram recrutados por várias comarcas portuguesas, carne de porco e trigo que provinham de várias outras partes da Península Ibérica. Tudo isso aproximou esses espaços, que a guerra não raro tentava separar. Conforme a situação momentânea das tropas em contenda, os espaços de influência Ibérica e holandesa iam se alterando. Essa mesma distância entre os portos foi aumentada pela burocracia na organização e despacho do que se pretende enviar para o socorro de Pernambuco. Da Andaluzia ao Arraial do Bom Jesus, as ordens de provisões esbarravam muitas vezes na falta de recursos das alfândegas, almoxarifados, e outras instâncias da administração. A ordem, partindo de Madri, atinge Portugal pouco preparado para cumpri-las.⁵² Em uma consulta do Conselho da Fazenda ao Rei (D. Filipe III), discute-se um memorial do então Vedor Geral da Armada de Mar e Oceano, D. Antônio de Ortega y Camudio, em que se solicita que a coroa portuguesa forneça recursos para se equipar dois

⁴⁹ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_005, Cx1, D. 20.

⁵⁰ IAHGP. Coleção José Higinio. *Brieven en papieren uit Brasilie*. Missiva de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 30/04/1642. Onde se lê: *De extensie van dès Compagnies limiten van tijt tot tijt sōo serienslijcken bij V. Ed. gerecommendeert hebben wij ter eerster bequame gelegentheijt nos doenlijck sijnde, nier aleene met groot ijner behartigt maer door Godes zegen daertoe genracht dat de capitania van Sergippe del Rey, het rijcke van Angola, de eylanden St Thomé ende Maranhoon onder UdI. Gehoorsaemckeyt gebracht ende dese conquesten sijn geaneexeert, plaetsen van soodanige consideratien voor onser staet van de welke wij nos verseeckert hebben [...]*”

⁵¹ Colocou-se em itálico para se reproduzir como se apresenta na documentação coêva.

⁵² LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, D.158.

galeões espanhóis que sairiam da Baía de Cádiz e iria socorrer o Arraial do Bom Jesus. Diz um trecho da dita consulta:

“E visto neste Conselho que este Memorial pareceu representar a Vossa Magestade que a fazenda da dita Coroa se acha tão exaurida, que não há cabedal com que se possa aqui para a armada com a brevidade que se pretendem. E achando-se as coisas em aperto, não é possível previneirem-se os bastimentos de que se tratam para os dois galeões da Coroa de Castela por empréstimo e que não tem lugar quando faltem o dinheiro necessário para acudir as persistas necessidades deste Reino [...] que os mantimentos se façam em Cádiz e Sevilha porque lá é o trigo mais barato e melhor, e nesta cidade [Cádiz] se comprem os trigos de Andaluzia com maiores despesas, e os vinhos são lá melhores e de mais acomodado preço, e as carnes de porco de muito boa qualidade pelo que nenhuma coisa pode ser mais certa e conveniente que trazerem de Cádiz os galeões que se acham neste porto...”⁵³

Não teríamos aí, necessariamente, uma situação de ‘desinteresse’ das duas coroas. O prejuízo era sentido pelos campanhistas abrigados no Arraial Velho do Bom Jesus no cotidiano da guerrilha. No tempo desta Consulta, restavam apenas quatro meses para o Arraial cair em poder dos holandeses. Vale ressaltar a relação de compra dos bens acima requeridos com a região da Andaluzia. Para o século XVI, traçou o historiador Fernand Braudel um quadro bem positivo desta região ao tratar da relação entre as regiões baixas da Espanha e o comércio intercontinental. Nesse sentido, a região onde se assentam as cidades de Córdoba e Sevilha, viu-se na condição de “celeiro da Espanha”. Para Braudel, “foi a sua própria riqueza que estimulou – se não mesmo forçou – a Andaluzia a extravasar os seus limites geográficos”.⁵⁴ Parece que o alto custo do trigo naquela região deve-se ao fato de, já no século XVI, as planícies andaluzas dependiam do abastecimento

⁵³ Idem.

⁵⁴ BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico. Vol. I. Martins Fontes, 1983, p.99.

do Norte da África.⁵⁵ Ao tratar especificamente de Sevilha, o autor de *O Mediterrâneo* refere-se ao fato de que esta cidade foi beneficiada pelo monopólio de recebimento da prata proveniente do México e do Peru, já que “ a rota da América está condicionada pelos ventos alíseos, e Sevilha é a base naval mais próxima da área de passagem desses ventos”. Finalmente, Fernand Braudel não tarda a estabelecer uma relação entre os Países Baixos e a Andaluzia quando afirma que:

“Os barcos do Norte, bretões, ingleses, zelandeses ou holandeses, afluem a Sevilha sobretudo em busca de azeite e vinho, e de forma alguma apenas de sal de San Lucar – sem rival para a salga do bacalhau – ou dos produtos das Índias”.⁵⁶

Podemos ter um outro exemplo desta “conjuntura atlântica” que envolveu as coroas ibéricas e os Países Baixos através de um pedido do então Capitão-Mor de Pernambuco, Matias de Albuquerque, para que se reforçasse militarmente a Capitania. Já em 1624, expressa a Consulta do Conselho da fazenda ao rei [Filipe III]:

“ Pede [Matias de Albuquerque] que se lhe mande algumas pessoas praticas em milícias. E pareceu se lhe devem mandar. Alguns artilheiros. Pareceu que dos que houverem se lhe mandem. Seis ou oito mil arcabuzes de Biscaia. [...] muito chumbo feito em pelouros. Pareceu que se lhe devem mandar quarenta quintais, parte feitos em munição e parte e falta [?] Muito murrão. [...] Piques. [...] Pás de ferro. [...] Enxadas. [...] peças de artilharia de bronze [...]”.⁵⁷

⁵⁵ Sobre as planícies da Andaluzia, coloca Braudel: “ Exportadoras de azeite, de uvas, de vinhos, e também de tecidos e de objetos manufacturados, as cidades andaluzas vivem do trigo do Norte da Africa, e quem domina esse trigo tem-nas de certo modo à mercê”. Prossegue Fernand Braudel: “ ... no século XVI, essa grandeza ainda persiste, embora tenha sido necessário que cicatrizassem as feridas causadas pela reconquista cristã do século XIII. [...] De qualquer modo, a Andaluzia continua a ser uma região magnífica , “celeiro, pomar, adega e estábulo da Espanha” (APUD. G. Botero, p.8), destinatária habitual dos elogios dos embaixadores venezianos nas suas *Relazioni* ...” Op. Cit. p.98.

⁵⁶ Idem, p.99.

⁵⁷ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. Ref. AHU_ACL_CU_015, cx.2, doc. 101.

Além da lista de necessidades elencadas por Matias de Albuquerque, temos também um pedido de remessa de galinhas, vinho e azeite. Lembrou o dito Capitão ao rei “para estas coisas não faltarem em Pernambuco”. Quanto aos arcabuzes, parece que o pedido não foi aceito, visto que muitos deles seriam enviados, de outras partes de Castela, para a capitania de Pernambuco. O que importa nesta Consulta é a relação entre Biscaia e Pernambuco, entre a Coroa de Castela e o aprovisionamento desta parte da América portuguesa. Por esse tempo, agosto de 1624, os holandeses estavam bem perto de Pernambuco, na Bahia. Daí a preocupação de Matias de Albuquerque. Muito do que foi pedido foi enviado pela coroa de Castela, com o fim de manter, no dizer do historiador Fernand Braudel, o “compósito Império espanhol”.⁵⁸ Alguns meses antes desta carta de Matias de Albuquerque, o ex-Governador Geral do Brasil, Gaspar de Souza, informava ao rei da dificuldade de se consolidar a conquista do Maranhão pela escassez de recursos, que deveriam vir “dos rendimentos da Capitania de Pernambuco”. Justificavam os oficiais da câmara de Olinda a falta de recursos em razão da construção de obras públicas. Gaspar de Souza fechou a discussão considerando que “vista a dita imposição não poder servir para o intento da conquista [do maranhão] o Rendimento dos Dízimos ser tão limitado [...]”⁵⁹ O mesmo sugeriu que o rei completasse com as despesas da conquista. Eis apresentados alguns exemplos das vicissitudes do mundo ibérico no Atlântico sul no contexto da invasão holandesa.

Do outro lado do Atlântico, precisamente na África centro-ocidental (Costa da Guiné)⁶⁰, os holandeses já haviam se inserido nas conquistas portuguesas. Não apenas os holandeses, mas ingleses e franceses figuravam nos relatórios que eram remetidos ao reino. Num deles, do ano de 1624, consta que “do Cabo Verde a Breziguixhe averá quatro ou cinco legoas, adonde o olandez tem huã fortaleza com prezidio de soldados,

⁵⁸ BRAUDEL, Fernand. Op. Cit. Ppx.... (verificar)

⁵⁹ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. Ref. AHU_ACL_CU_015, cx.2, doc. 94.

⁶⁰ De fato, a presença holandesa na costa da Guiné já se fazia desde antes de 1617, quando decidiram construir, próximo à El-Mina, uma pequena fortificação. o Forte Nassau, em Mori. Na descrição do historiador J. Bato'ora Mewuda, “En réalité, le petit fort Guillaume-de-Nassau de Mori, abrite en 1617, une garnison de quatre-vingt personnes; et cette année-là les Hollandais décident d’améliorer les défenses de leur château en le transformant en une forteresse inexpugnable et en aménageant par conséquent de boulevards de tout côtés, un puits intérieur pour le cas où aucun securs ne peut leur venir par la mer.” Ref. NEWUDA, opus. cit., pp.474.

com muita fazenda, com que fazem seu comercio”.⁶¹ No porto de Ioala, por exemplo, holandeses, franceses e ingleses comerciavam às largas couro, marfim, cera, âmbar, ouro e escravos. Nessa região, os holandeses se faziam conhecedores de muitos cursos d’água como o Rio do Ouro, o Gâmbia e o de São Domingos. Deste último, para se ter uma idéia, os holandeses remetiam alguns escravos para Cartagena.

Evidentemente, reconstruir uma história do Atlântico através da presença neerlandesa no Brasil é tarefa impossível, já que esse corte espacial abarca um período bem maior que os vinte e quatro anos da WIC em Pernambuco. Contudo, podemos entrever tal presença à luz de um contexto menos hemisférico, menos unilateral. Assim, torna-se importante perceber a chegada batava como que “encaixada” numa estrutura mental e político-administrativa pré-existentes. Havia, então, um Império ibérico, com seus problemas e descaminhos, mas, ainda assim, um Império. Mesmo durante a ocupação holandesa, as coroas ibéricas mantinham, paralelamente, um olho no que ainda remanesca sob seus domínios, e outro na tentativa de reaver os territórios conquistados.⁶²

Antes mesmo do *tempo dos flamengos*, o Atlântico sul ibérico pode ser entendido também pelo viés da ocupação de cargos. Assim foi o caso, dentre muitos, de um Bartolomeu Ferraz de Meneses que, através de Requerimento⁶³, em setembro de 1626, pedia ao Rei para exercer o cargo de Provedor Mor da Fazenda de Pernambuco “em remuneração de serviços prestados em Angola”. Ocorre que o suplicante havia, poucos anos antes, fugido da cidade do Porto por ocasião da invasão do Prior do Crato e recebido, por parte do rei, o comando da fortaleza de Massangano, em Angola. Parece que a estada em Angola não agradou nem um pouco ao Bartolomeu Ferraz de Meneses, uma vez que “a fortaleza de Massangano não é a que podia esperar da grandeza de Vossa Magestade por haver sido seu pai das pessoas principais da cidade do Porto e seu avô o coronel Bartolomeu Ferraz de Andrade...”. Completando os feitos do avô de Bartolomeu Meneses, temos:

⁶¹ Roteiro da Costa da Guine (1635). BNM., Ms. 3015, fls. 189-201 v. In: Monumenta Missionaria Africana (1623-1650). VI. V. pp. 287-293.

⁶² O máximo que a expansão holandesa, através da Companhia das Índias Ocidentais, atingiu foi, no Brasil, um território que ia da foz do Rio São Francisco (fronteira sul) até São Luis do Maranhão (fronteira norte). Na África, os portos de Benguela, Luanda, São Jorge da Mina e a Ilha São Tomé também foram arrebatadas aos holandeses.

⁶³ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. Ref. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, doc. 119.

“...pessoa que serviu os reis passados na Ordenança da Milícia da Comarca de Porta Alegre, Castelo da Vide, Arronches, ensinando os capitães, soldados e mestres daquela Comarca, servindo também em diligências de importância...servindo muitos outros anos em Tanger...”⁶⁴

As relações de parentesco podiam entrar no jogo e mudar, a qualquer momento, a sorte de um burocrata na estrutura do Império. Pernambuco, como já se disse, dispunha de portos bem freqüentados pelo comércio legal e ilegal. Juntamente com a opulência da Vila de Olinda, largamente ressaltada por cronistas como Duarte de Albuquerque Coelho e Frei Manuel Calado na década que antecederia a invasão a Pernambuco, temos a corrupção de agentes dessa mesma burocracia.

Retomando aos anos que antecederam a invasão de Pernambuco, podemos citar um exemplo de “infiltração” neerlandesa no império luso-espanhol. Em maio de 1623, uma pequena esquadra saída de Pernambuco obteve informações “de um forte eu os holandeses lá tinham, com outros dois e negros da Guiné, a uma roça de plantar tabaco e era prático em aquele grão rio [Amazonas]”.⁶⁵

A preocupação com a entrada do Amazonas era uma constante nessa fase que antecedeu a chegada dos holandeses em Pernambuco. Frei Vicente do Salvador justificou tal preocupação da seguinte maneira: “por dizerem que por ali podia tirar a sua prata do Potuci [Potosí] com menos gasto”.⁶⁶ Para uma pequena armada que partiu em direção ao Pará, o rei espanhol proveu a Bento Maciel Parente a função de comandante da expedição mediante ajuda dos capitães de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Pará. O de Pernambuco, Matias de Albuquerque, contribuiu com “uma lancha com dezessete soldados e o piloto Antônio Vicente, mui experimentado em aquela navegação, e lhe carregou, na caravela oito mil cruzados de diversas ordens de fazendas”.⁶⁷

Essas passagens de Frei Vicente do Salvador ratificam duas situações. A primeira é a relação de anterioridade entre potugueses e batavos na costa brasileira, especificamente no estuário do Amazonas. A segunda é a ação coordenada das capitánias

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ SALVADOR, Frei Vicente, op. cit. p. 356.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem p. 355.

sob a coroa ibérica em termos de ajuda a uma expedição. Dessa vez, os holandeses se colocaram mais diretamente contra os interesses de Castela pelo fato de ameaça o eixo da economia espanhola nas Américas: a prata de Potosi. Esta ação coordenada entre as capitanias, que empresta ao tema *Brasil holandês* uma dimensão extra-capitania de Pernambuco, tem outro exmplo numa carta régia de 1635, em que Filipe III dava ordens para que se contivesse os ânimos dos índios e portugueses da Paraíba que estavam sob o domínio neerlandês e que a Bahia e as capitanias do sul se reforçassem com homens e munições.⁶⁸

Sobre a situação do Pará mencionada anteriormente, antes mesmo das apreciações de Frei Vicente do Salvador, o seu Capitão-mor Manuel de Souza de Eça fez saber ao rei, através de uma Consulta do Conselho da Fazenda da necessidade de se enviar padres jesuítas e da ordem de Santo Antônio para doutrinação dos índios e contenção das “heresias estrangeiras”.⁶⁹No mesmo ano em que os holandeses ocuparam Salvador, 1624, ouviu-se em Madri a notícia de que a WIC intentava ocupar a capitania do Pará com quatro naus.⁷⁰ Mesmo após a ocupação do Nordeste pelos neerlandeses, a preocupação com a “ameaça batava” persistia nesta capitania. Em duas ocasiões, no ano de 1638, o então Capitão-mor Manuel Madeira, pedia ao rei que enviasse presos sentenciados e degredados do Brasil para combater os “rebeldes holandeses” naquela capitania.⁷¹

O medo de uma invasão holandesa foi também presente no Maranhão alguns anos antes da ocupação de Pernambuco. Em dezembro de 1619, Diogo da Costa Machado alertava ao rei da necessidade de construção de engenhos, fabrico *in loco* de navios e, sobretudo, envio de armas e munições.⁷² Alguns anos depois, em 1624, o seu sucessor, o Capitão-mor Antônio Muniz Barreiros, ante a ocupação de Salvador pela WIC, pedia ao reino mais urgência no envio de munições e defesa da capitania, incluindo a manutenção de fortificações já existentes.⁷³ Também nesse contexto da invasão neerlandesa de Salvador, o Governador do Maranhão reclamava da pouca atenção dada por Matias de

⁶⁸ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_014, cx. 1, Doc. 25.

⁶⁹ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 20.

⁷⁰ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 28.

⁷¹ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 48.

⁷² LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_009_, Cx 1, doc. 35.

⁷³ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 75.

Albuquerque a defesa desta capitania. Quase quinze anos depois, o Maranhão viria a cair em mãos da Companhia das Índias Ocidentais.⁷⁴

Vale ressaltar que a tardia ocupação das capitanias do Grão-Pará e Maranhão pela coroa ibérica apresentava, na segunda década do século XVII, um quadro problemático no qual se confrontavam portugueses e indígenas. No meio dessa querela estavam algumas ordens religiosas. No Maranhão, por exemplo, a presença dos carmelitas foi fundamental na “conversão dos gentios” durante o processo de conquista.⁷⁵ No Pará, em 1619, o rei foi avisado, por dois capuchinhos, freis Cristóvão de São José e Antônio de Merceana, de um levantamento contra os nativos por ordem de um capitão local.⁷⁶ Por fim, ainda nesse mesmo ano de 1619, índios da aldeia de Baqueriubu promoveram ataque ao povoado de São Luís.⁷⁷ Todo esse clima de instabilidade nas praças ibéricas do Norte apresentou-se como terreno fértil à política agressiva da WIC. Tanto que a conquista do Maranhão se deu de forma bem mais rápida do que em Pernambuco e Paraíba.

Parece que esta estrutura atlântica luso-espanhola foi bem compreendida pelos neerlandeses. Isso se confirma pelo estratagema da Companhia das Índias Ocidentais em, conjuntamente, ocupar, primeiro, Pernambuco (1630) e, depois, Angola (1641). Os holandeses procuraram fechar essas duas importantes portas do Atlântico sul da mesma forma que fizeram no Oriente com Ormuz e Málaca. Era a continuação de uma guerra que havia começado na Europa, se estendido pela Ásia e, com igual força, atingido o espaço Atlântico Sul. Nesse espaço, Recife e Angola existiam numa relação de contigüidade econômica, era uma *voorland* da outra e vice-versa.⁷⁸ Na teia do Império português ambos os espaços estavam ligados diretamente por atividades comerciais, entre outras. Muito do que se arrecadava com o direito de comércio de escravos de Luanda servia para financiar o frete de pau-brasil arremetido a partir do porto do Recife ao reino. Era esta uma prática comum bem antes dos holandeses chegarem a Pernambuco.

⁷⁴ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 90.

⁷⁵ LAPEH (UFPE). Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 19.

⁷⁶ AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 25.

⁷⁷ AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 31.

⁷⁸ O termo *vorland* é emprestado da geografia pelo historiador Russel-Wood. O mesmo utiliza-o para tratar a questão do que é *periferia* no Império português. Diz o autor: “Vorland refere-se a localidades que não têm contigüidade territorial com o *núcleo*, mas em relação às quais o *núcleo* tem uma intensa conexão [...] Os portos aparecem dentro desta categoria”. RUSSEL-WOOD. A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História. V.18 n.36. São Paulo, 1998. Juntamente à categoria de *vorland*, temos também as de *hinterland* e *umland*.

A relação do Brasil com Angola já ficou, diga-se de passagem, bem evidenciada no trabalho de Luís Filipe de Alencastro intitulado *O Trato dos Viventes*. No seu ponto de vista, aquela relação se resume na seguinte assertiva: “O Brasil tinha continuidade fora das fronteiras americanas, em Angola”.⁷⁹ O autor conclui o seu pensamento acerca da estreita e imprescindível relação Brasil-Angola ao considerar que “Cartas régias, provisões, contratos da Coroa, atas dos conselhos palatinos, difundem o postulado enunciado na guerra anti-holandesa: Angola sustenta o Brasil, o qual sustenta Portugal”.⁸⁰

De fato, o autor do *Trato dos Viventes* evidenciou as exportações comerciais do Brasil para a África à luz das rotas e correntes do Atlântico Sul. Assim, dentre as diversas combinações de rotas que envolviam Portugal, Brasil, Angola e a região do Rio da Prata, havia aquela que fazia o caminho Brasil – Angola - Brasil.⁸¹ Os produtos brasílicos que alcançavam as feiras angolanas eram sobretudo a farinha de mandioca⁸² e, em seguida, a cachaça. Esta última teve nos engenhos fluminenses um de seus maiores fornecedores.

As trocas comerciais no império português mereceu do historiador inglês Russell-Wood um quadro abrangente das *commodities* comercializadas entre diversos pontos em escala mundial. No seu livro *The Portuguese Empire*, Russel-Wood discrimina num quadro geral, inclusive, trocas comerciais entre o Brasil e a África, onde bens como ouro, prata, tabaco, além de escravos, evidentemente, eram comercializados.⁸³

Vale dizer que, no que se refere a dimensão atlântica da luta entre as coroas ibéricas e a WIC, merece menção o trabalho de Charles Boxer, “Os Holandeses no Brasil”. Já no segundo capítulo, intitulado “A luta pela posse de Pernambuco”, Boxer tem o cuidado de avaliar a tomada de Olinda e Recife e o seu impacto em Madri e Lisboa. O historiador inglês colocou a questão holandesa nos dois lados do Atlântico, na medida em

⁷⁹ ALENCASTRO, Luis Filipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 247.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem, p. 248. As outras rotas especificadas pelo autor eram: 1) Portugal-Angola-Brasil-Portugal; 2) Portugal-Brasil-Angola-Portugal; 3) Portugal-Brasil-Angola-Brasil-Portugal; 4) Portugal-Brasil-Angola-Prata-Portugal.

⁸² Sobre a farinha de mandioca brasileira na África, considerou Luis Filipe de Alencastro que alguns cronistas, entre eles o frei Vicente do Salvador e Ambrósio Fernandes Brandão, “ressaltaram esse ‘ciclo’ da mandioca”, ignorado pela historiografia, cujo pico teve lugar nos anos 1590-1630, gerando novidades nas duas margens do Atlântico”. Idem, p. 251.

⁸³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Manchester: - Johns Ropkins, 1992.

que se valeu de um número expressivo de fontes em arquivos portugueses.⁸⁴ Aliás, a perspectiva de Império português já era presente em sua obra de referência *O Império Marítimo Português*, onde o mesmo avalia a “guerra mundial” entre Portugal e os Países Baixos. É também nesse quadro mais amplo que se coloca a ocupação do Brasil pelos holandeses.

Se olharmos atentamente, e considerando que os holandeses brigavam sobretudo contra a coroa de Castela, as pretensões batavas davam a volta na América do Sul e atingiam os vice-reinados da América espanhola. A expedição a Calhau de Lima, comandada pelo Capitão Browser em 1643, evidencia o estratagema holandês ao sul do Equador. Os neerlandeses não deixaram de, inclusive no Brasil, adentrar o território em conquista atrás de ouro e prata. Seguiam principalmente informações fornecidas por nativos e colonos, confirmando o pensamento de Sergio Buarque de Holanda acerca da “geografia fantástica” da América.⁸⁵ Não são raras as referências nas fontes holandesas em que os administradores da *conquesten* indagam a população local acerca de possíveis minas de ouro e de prata.⁸⁶

À parte a visão “arquetípica” que alimentou a mente do homem europeu, segundo Buarque de Holanda, acrescentemos a “visão objetiva”, que dizia respeito ao real conhecimento do espaço ocupado ou a expandir. Não era novidade, já nas primeiras décadas do século XVII, que o porto do Recife recebia navios de diversas partes do mundo sul e norte Atlântico, assim como do mundo Índico. José Antônio Gonsalves de Mello descreveu bem as várias visitas de navios hamburgueses e flamengos ao porto do Recife.⁸⁷ Este, situado em posição estratégica no Atlântico, era ponto de parada de navios

⁸⁴ As observações de Boxer sobre a presença neerlandesa no Brasil se baseiam-se em obras que destacam fontes coêvas em Portugal. Dentre elas, *Elementos para a história do município de Lisboa*, publicada em 1887 por Freire de Oliveira e a Collecção Chronológica, 1627-1633, documentos publicados por Andrade e Silva. Ref. BOXER, C. R. Os Holandeses no Brasil. Recife: CEPE, 2004.

⁸⁵ Sergio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, p.67: “A geografia fantástica do Brasil, como do restante da América, se tem como fundamento, em grande parte, as narrativas que os conquistadores ouviram ou quiseram ouvir dos indígenas, achou-se além disso contaminada, desde cedo, por determinados motivos que, sem grande exagero, se podem chamar arquetípicos”.

⁸⁶ Procurando mostrar um caráter mais internacional da invasão holandesa a Pernambuco, Charles Boxer cita as instruções dadas ao Almirante Lonck pouco antes de seu desembarque. Nesse documento, o dito Almirante foi designado para, tão logo conquistar o Nordeste, conquistar também a Bahia, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Aliás, já Jose Antônio G. de Mello, havia, segundo Boxer, feito uso desse documento em seu livro *Tempo dos Flamengos*.

⁸⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Urcas hamburguesas no porto de Pernambuco. PP.... (completar referência)

em longo trânsito. Uma vez atracados, sofriam reparos, descarregavam escravos vindos de Guiné e Angola, carregavam-se de madeira e, sobretudo, faziam contrabando de ouro e prata de Potosí. A atividade de contrabando ligava Pernambuco a região do Prata, por onde descia o carregamento desviado do Peru. Assim, podemos ver essas duas regiões como *vorland* uma da outra. Neste caso, diga-se de passagem, transgredindo as relações com o centro. Teríamos então uma '*anti-vorland*', já que a relação de *vorland* só tem sentido em relação a um núcleo, no caso, Madri ou Lisboa.

O conhecimento holandês acerca do Brasil não era ingênuo, ainda que incompleto e restrito principalmente aos portos e barras e as relações econômicas mais importantes. A produção de açúcar, por exemplo, de grande interesse às refinarias dos Países Baixos, já era rastreada pelos holandeses através de contatos estabelecidos e Pernambuco. Um ano antes da invasão a Salvador, sabia-se aproximadamente a produção anual dos engenhos de Pernambuco. Na Holanda, os *panfleten* circulavam entre a gente comum a tentar convencê-los da aposta nas ações da WIC. Pequenos e médios burgueses entraram nessa empresa. Um destes panfletos, denominado *Lista do que o Brasil pode produzir anualmente*, que circulou nos Países Baixos em 1623, calculava que a Companhia poderia obter anualmente 4.800.000 florins ao ano com o negócio do açúcar.⁸⁸ Um outro documento, chamado *Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba*, discrimina os donos de cada engenho e quantas arrobas produziam.⁸⁹

As informações colhidas pela Companhia antes da invasão foram fornecidas principalmente por moradores locais em contato com mercadores neerlandeses. Informações valiosas ofereceu o belga Adrien Verdonck, residente em Pernambuco desde 1618. A *memoire* oferecida pelo brabantino em 1630, ainda no início da presença holandesa em Pernambuco, talvez tenha sido um dos mais detalhados documentos acerca da nova conquista. Nele, Verdonck vai além da simples menção a produção açucareira e descreve o curso dos rios (sobre o que discorreremos no capítulo seguinte ao tratar da

⁸⁸ Neste mesmo ano, 1623, há um outro *panfleten* denominado *Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623*. As informações teriam sido fornecidas aos Estados Gerais por um cristão novo chamado José Israel da Costa. O mesmo teria vivido na Bahia antes da invasão em 1623. Sobre isso ver. José Antônio Gonsalves de Mello, *Fontes para a História do Brasil Holandês: A administração da conquista*. IPHAN/MEC: Recife, 1981.

⁸⁹ *Ibidem*.

navegação no Brasil pré-nassoviano), a criação de pequeno gado, roças, pescado e, inclusive, minas de prata.⁹⁰ Uma vez sediada no Recife, a WIC detinha uma espécie de “posto avançado” para lidar com o Atlântico Sul. As informações de campanhas que davam notícias acerca da *geleghthijt* (situação; ocasião) de, por exemplo, Curaçau e outros pontos do Caribe passavam muitas vezes por Pernambuco.

Na escala atlântica, pelo menos para os holandeses, a importância do nordeste do Brasil reside sobretudo no fato de, a partir deste território, ter a proximidade de outros. Ao tempo do Governo Nassoviano, por exemplo, será posto em prática o estratagema sul atlântico da Companhia das Índias Ocidentais através da relação de Pernambuco com São Tomé, São Jorge da Mina e Angola. Relação que já existia antes com os portugueses, mas que agora passava a existir sob o domínio Batavo.

Evidentemente, a permanência holandesa no Brasil não seguiu uma política-administrativa homogênea, monolítica, como poderia supor uma perspectiva teleológica. Pelo contrário, seguiu caminhos ínvios, incertos e cheios de dúvidas por parte dos dirigentes e burocratas da Companhia. Sobre os três primeiros anos basta que nos atenhamos a algumas considerações feitas por José Antônio Gonsalves de Mello, para termos uma idéia desses “*anos terribillis*”. Ainda encurralados no Recife, tal era a vida dos holandeses:

“A situação alimentar chegou a extremos terríveis; durante três longos anos os documentos estão cheios de suplicas e queixas. [...] Alguns soldados com escorbuto que receberam limões vindos de Olinda ‘atribuíram a sua cura a eles, abaixo de Deus’”.⁹¹

Ao mesmo tempo em que problemas dessa ordem eram experimentados, guardava-se certo otimismo com a inicial conquista de Olinda, tendo o Recife como porto. Já no primeiro mês em Pernambuco, a posição da recente conquista denunciava a

⁹⁰ Começando a sua descrição a partir do Rio São Francisco, Adrien Verdonck afirma haver ali, milhas adentro, minas de prata que teriam sido exploradas por volta de 1620. À época, o rei da Espanha teria proibido a exploração da mesma. Mais tarde, iriam os holandeses empreender expedições São Francisco adentro.

⁹¹ MELLO, Jose Antonio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1987, pp. 41 e 42. Aqui, o autor se utiliza de informações fornecidas pelo Conselho Político, sediado no Recife, ao Conselho dos XIX na Holanda.

perspectiva neerlandesa de uma conquista em grande escala. Nesse sentido, afirmou o então primeiro *gouverneur* do Brasil Holandês, o Coronel Diedrich Wanderburch:

“Não tenho a menor dúvida de que os senhores diretores nos auxiliarão nesta vitória, a fim de que possam, dentro em breve, colher-lhe os frutos. [...] uma cidade mediante o domínio da qual todo o Brasil poderá ser dominado [...] por intermédio dela, todo o Brasil poderá ser subjugado e submetido com poucas despesas, e toda a navegação costeira será inteiramente perturbada e arruinada, único meio de privar deste comércio o inimigo comum e de reduzir os habitantes a uma recíproca amizade e a uma aliança confederada”.⁹²

Mais uma vez aqui, podemos perceber o estratagema da WIC para além de Pernambuco, tendo Olinda e Recife como bases. Aliás, além mesmo do Brasil, tal estratagema para o Atlântico Sul por parte da Companhia das Índias Ocidentais se apresenta, segundo o historiador britânico A. J. Russell-Wood, como tema a ser mais explorado.⁹³ No caso do Atlântico Norte existem sem dúvidas vários trabalhos acerca da WIC naquelas partes, sobretudo em Nova York. A Companhia das Índias Orientais, “irmã mais velha” da WIC, interessa mais ao estudo de historiadores principalmente neerlandeses talvez pelo fato de ter sido mais exitosa em suas empreitadas às coroas ibéricas.

Esse Atlântico, ao mesmo tempo ibérico e holandês, tinha como ponto de confluência o Recife, transformado numa espécie de quartel general das operações da WIC no Hemisfério Sul. Favorecido pela posição geográfica e pelo regime dos ventos e correntes atlânticas, o Recife adquiriu importância antes mesmo na condição de porto do

⁹² Missiva do Coronel D. van Veerderburch aos Estados Gerais. In: Documentos Holandeses. Ministério da Educação e Saúde. Vol.I, 1945, p.30.

⁹³ Segundo Russell-Wood: “ raramente os historiadores da Companhia Holandesa Oriental se debruçam sobre as atividades da Companhia Holandesa Ocidental. [...] Em geral os historiadores têm focalizado seja o Brasil e a presença portuguesa nos dois lados do Atlântico, seja o Estado da Índia”. Ref. O Antigo regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI e XVIII)– Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 15 e 16. No prefácio deste livro, Russel-Wood considera que os únicos responsáveis por esse estudo sistemático da Companhia das Índias Ocidentais foram Charles Boxer e Amaral Lapa. Contudo, foi notável a pesquisa empreendida pelo historiador alemão Hermann Wartjen ,*Das Holoendische Kolonialreich in Brasilien* (O Império Colonial Holandês no Brasil)

que na de vila. Partia de seu cais boa parte do açúcar consumido na Europa. Desde fins do século XVI e início do XVII, notadamente na primeira década deste último, vários foram os navios que aportaram em seu porto vindos do norte da Europa transportando sobretudo açúcar. Por volta de 1590, temos em torno de 20 urcas e, quinze anos depois, mais de 70 navios anuais.⁹⁴ Neste mesmo período temos que a disputa entre as coroas ibéricas e os Países do Norte da Europa, deixando o Atlântico mais para a condição de *mare liberum*, levou os neerlandeses a atacarem as possessões portuguesas. Os desvios do pau-brasil e do açúcar produzido em Pernambuco trouxeram a esta capitania, em 1607, o Desembargador Sebastião de Carvalho, com a finalidade de fiscalizar o comércio entre Pernambuco e o Reino. Ao analisar os “*Livros de saídas de urcas do Porto do Recife*”, entre os anos de 1595 e 1605, José Antônio Gonsalves de Mello constatou a grande quantidade de açúcar que tomava o rumo dos portos de Flandres em vez dos de Portugal. Sem contar os navios que eram aprisionados por piratas ingleses e holandeses, que navegavam próximos às ilhas Açores e Madeira e atacavam, em média, 15 a 20 navios portugueses por ano. Só entre os anos 1589 e 1591 foram 34 navios.⁹⁵

Há, em meio a isso tudo, uma questão técnica. Portugal, muitas vezes, passou a aceitar que o açúcar fosse transportado por navios alemães e neerlandeses, as ditas urcas (Hulk em holandês e alemão arcaico). Tratava-se de um tipo de barco forte e que poderia ser bem artilhado, além de suportar muita carga. As caravelas portuguesas, ao contrário, tornavam-se presas fáceis aos corsários, de tal forma que o Padre Antônio Vieira chegou a chamá-las de “escolas de fugir”.⁹⁶ A urca, tipo de navio que transitava mais no comércio da Europa setentrional, passou a ser utilizada com frequência ao sul do Equador. Nessa fase de expansão da economia açucareira, até pouco antes da invasão a Pernambuco, em 1630, os holandeses teriam desviado “mais da metade do cultivo anual

⁹⁴ MELLO, Jose Antônio Gonsalves de. Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVIII. – Recife, 1993, pp.21-85. Entre os anos acima citados, temos que a maior parte dos navios que arribavam em Pernambuco eram urcas provenientes de Hamburgo, algumas da Antuérpia e umas poucas de Lubeck.

⁹⁵ O prejuízo que o desvio de cargas para portos do norte da Europa acarretava era que os impostos da Sisa e a Dizima, sobre a mercadoria transportada e comercializada, não iam para os portos portugueses. De diversas formas a coroa portuguesa tentou resolver este problema. Uma delas foi fazendo com que as taxas passassem a ser cobradas já no Brasil. A sisa, por exemplo, passou a ser cobrada, por algum tempo, nas alfândegas.

⁹⁶ MELLO, Idem. P.26.

de açúcar infiltrando-se no comércio e transportando a mercadoria entre Portugal e Brasil”, como observou o historiador holandês Pieter Emmer.⁹⁷

De uma forma geral, a união das coroas espanhola e portuguesa levou, em diversos pontos do Atlântico, comerciantes portugueses a estabelecerem representações comerciais em diversas partes da América espanhola como México, Cartagena, Sevilha e Buenos Aires. Não é toa que “A prata do Potosí circulava correntemente no Brasil do século XVII”⁹⁸, inclusive em Pernambuco. Com a invasão holandesa essa rede foi, de alguma forma, atingida. Entretanto, para não perdermos as simultaneidades das coisas, vale salientar que, no mesmo ano em que Nassau conquistou São Jorge da Mina, 1637, os portugueses conseguiram romper com a linha de Tordesilhas ao chegar a margem norte do Amazonas. Belém havia sido fundada vinte anos antes. Um ano depois, Pedro Teixeira percorreu o Amazonas até atingir Quito e mostrar aos espanhóis a importância daquele quinhão do Novo Mundo.⁹⁹ As operações da WIC no Atlântico, a partir de Pernambuco, corriam lado a lado com a consolidação da presença portuguesa no Norte.

2. A Diáspora Sefardita e o Brasil Holandês

Outro fator de grande importância na inserção do Brasil Holandês na *História do Atlântico* é o que se refere às redes comerciais familiares, principalmente sefarditas. A diáspora sefardita, tema que vem sendo bem freqüentado nos últimos anos, perpassa em cheio a presença holandesa no Brasil. Desde que muitos deles tomaram o rumo dos Países Baixos no final do século XVI, criaram comunidades principalmente em Amsterdam.

A adaptação à língua neerlandesa foi inicialmente fator limitante a expansão de seus negócios numa cidade que acolhia, por razões religiosas ou econômicas, gente da Turquia, França, Moscou e Polônia. Foi mesmo a trégua entre a Espanha os Países Baixos, a partir de 1609, que permitiu àquelas comunidades sefarditas pôr em prática

⁹⁷ EMMER, Pieter. Los Holandeses y el Reto Atlántico en el Siglo XVII. In: El Desafío Holandés al Dominio Ibérico em Brasil em el Siglo XVII. Ediciones Universidad Salamanca, 2006, p.27. APUD. SCHWARTZ, S. B. Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society. Bahia, 1550-1845. Cambridge: University Press, 1985, p. 168.

⁹⁸ BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. História do Novo Mundo 2: As Mestiçagens. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 517.

⁹⁹ Ibidem.

todo o seu *background* no comércio colonial português. O desenvolvimento dessa empreitada não se deu repentinamente. Como bem afirmou Miriam Bodiam, “What had began as a small nucleus of merchant families had developed by 1639 into a relatively conspicuous community of well over a thousand persons”.¹⁰⁰ É bom lembrar que, em 1635, vários judeus migraram para o Recife após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus em busca de oportunidades. Neste caso, eram em sua maioria famílias modestas. Contudo, vieram no rastro da ocupação holandesa, que permitiu um trânsito considerável de sefarditas no espaço Atlântico.

Para o período que antecede a invasão a Pernambuco, há também razões para supor que a Trégua dos Doze Anos (1609-1621), entre Espanha e Países Baixos tenha sido talvez mais importante para os emigrados sefarditas do que mesmo para os holandeses de Amsterdam. Isso se deveu ao fato de que, segundo o historiador Pieter Emer, “o transporte, o comércio e a finalização do açúcar brasileiro durante a trégua com a Espanha (1609-1621) foram, todavia, realizados com companheiros portugueses e com cristãos novos e judeus sefarditas”.¹⁰¹ Os holandeses sofriam, enquanto compradores do açúcar brasileiro, a concorrência das cidades alemãs, da Inglaterra e da França.

Ainda segundo Miriam Bodiam, os sefarditas que emigraram para Amsterdam bem poderiam ter ido para outras comunidades como Veneza, Livorno ou Constantinopla. A escolha de Amsterdam não pode ser atribuída diretamente a questões religiosas, uma vez que, mesmo em Amsterdam, o judaísmo não era tolerado oficialmente. Também poderiam ter ido para a Alemanha, Londres ou França, mas preferiram a cidade mais importante da Holanda. Portanto, a emigração sefardita de Portugal para a Holanda aceita mais a justificativa econômica, segundo a qual Amsterdam tornava-se interessante enquanto centro comercial emergente de produtos coloniais no Atlântico.¹⁰²

A cidade que cresceu em volta do dique de Amstel possuía, ao tempo de 1610, a bolsa de valores mais importante da Europa. Muito embora, antes mesmo da bolsa de

¹⁰⁰ BODIAN, Miriam. *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in early Modern Amsterdam*. - Indiana University Press: 1997, p.5. Ao tratar da formação de uma nova identidade sefardita em Amsterdam, a autora considera a situação dos judeus portugueses frente ao calvinismo holandês e, sobretudo, ao judaísmo rabínico, do qual encontravam-se afastados à algumas gerações. Sobre isso, considera que : “When conversos left the Peninsula after generations of isolation from traditional Jewish life, they brought with them notions of Judaism that were anomalous and rudimentary”. (p.18).

¹⁰¹ EMMER, Idem.

¹⁰² Idem, pp. 25-26.

Amsterdam, tivessem existido na Europa outros mercados de valores, o de Amsterdam tornou-se singular pelo “volume, a fluidez, a publicidade, a liberdade especulativa das transações”, como disse Fernand Braudel.¹⁰³ Na bolsa de Amsterdam eram especulados produtos como o açúcar, o pau-brasil, o fumo, entre vários outros. Assim, não seria difícil percebermos que a situação da lavoura canavieira em poder da WIC no Brasil interessava sobremaneira aos especuladores daquela praça. Uma guerra prolongada poderia significar baixa nas ações das *commodities* tropicais. As possibilidades deste mercado de ações atraíram, sem dúvida, a recém chegada elite marrana portuguesa, interessada que estava nos comércios de açúcar e, posteriormente, de escravos. Também desta forma, estão interligados diversas partes do Atlântico no período atinente a presença batava no Brasil, em diversos ramos da atividade econômica. Notícias do Brasil, por exemplo, que eram transmitidas pelos *pamfleten* de Amsterdam, suscitavam apostas sobre o desfecho de qualquer fato relevante na luta entre as tropas da WIC e o exército luso-brasileiro em Pernambuco. Essa situação ficou bem registrada na pesquisa de José Antônio Gonsalves de Mello sobre “gente da nação”.¹⁰⁴

O interesse econômico dos judeus portugueses em migrarem para os Países Baixos foi a tônica do pensamento do historiador João Lúcio de Azevedo, para o qual “os judeus escolheram como refúgio a Holanda por ser mais opulento, do que sustentar que deles proveio essa opulência”.¹⁰⁵ Azevedo reforça que, das primeiras migrações para os Países Baixos em fins do século XVI, “na Holanda encontravam-se muitos destituídos de cabedal”.¹⁰⁶ Parece que a Holanda como “terra das oportunidades” para os sefarditas portugueses foi a mais próxima e viável possibilidade de fuga. Com relação a

¹⁰³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos XV-XVIII): Os Jogos da Troca*. – São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.82. Sobre a anterioridade de outros mercados de valores afirma Braudel: “ Os títulos da dívida pública do Estado começaram muito cedo a ser negociados em Veneza, em Florença mesmo antes de 1328, em Gênova, onde há um mercado ativo de *luoghi e paghe* da *Casa de San Giorgio*, para não falar nas *Kuxen*, as ações das minas alemães cotadas desde o século XV nas feiras de Leipzig, dos *juros* espanhóis, das obrigações francesas emitidas pelo Paço Municipal de Paris (1522) ou do mercado das obrigações das cidades asiáticas, já no século XV”. (p.82)

¹⁰⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A Nação Judaica do Brasil Holandês*. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol.XLVIII – Recife: 1976, p.229. Ao investigar fontes de tabeliães de Amsterdam, Gonsalves de Mello demonstrou diversas apostas acerca de situações vividas na guerra holandesa em Pernambuco, tal qual a queda (ou não) do Forte de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho) antes ou depois de determinado período, etc.

¹⁰⁵ AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. – Clássica Editora:Lisboa, 1989, p. 29.

¹⁰⁶ Idem.

participação dos judeus na fundação das Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, conclui Azevedo:

“Mas nenhum deles [judeus] exerceu lugar primacial nessas instituições, nem em parte alguma aparecem provas de haver contribuído de modo notável a acção destes adventícios para a extraordinária expansão das forças vitais de uma nacionalidade, que gloriosamente afirmava o seu direito à existência”.¹⁰⁷

A importância econômica que os Países baixos tiveram para os judeus também pode ser vista no quadro de uma rede de comércio que ligava, não raro, o Oriente Médio a Europa Ocidental. Redes longas de comércio que traziam até Amsterdam mercadores de diversas nacionalidades, inclusive armênios. Mas foi a diáspora sefardita do início da Era Moderna que contribuiu para dar impulso à nascente província calvinista. Nas palavras de Fernand Braudel, “Amsterdam, Hamburgo são os pontos de chegada privilegiados de mercadores já ricos ou que depressa enriquecem de novo. Não há dúvida de que contribuíram para a expansão comercial da Holanda ...”.¹⁰⁸

É bom não esquecermos que, aliadas as questões identitárias da formação destes grupos de “judeus novos” frente aos calvinistas e o próprio judaísmo rabínico, as relações econômicas tiveram um outro rumo a partir da presença destes grupos no Recife. Em diversos pontos da atividade econômica a participação judaica esteve presente. A relação da *gente da nação* com a Companhia das Índias Ocidentais nem sempre era amistosa, de forma que a sua presença em diversas partes da conquista holandesa gerava, não raro, problemas nos quais, quase sempre, a religião servia como pretexto de perseguições de caráter econômico. Vale salientar, como já foi dito, que os judeus tiveram participação, ainda que modesta, no capital subscrito para a fundação da WIC.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos XV a XVIII): Os Jogos das Trocas*. – São Paulo: Martins Fontes, 1996, p.134. O autor ressalta, a partir da diáspora sefardita da época moderna, um incremento das redes de comércio judias tanto em direção à Península Ibérica como em direção a partes do Mediterrâneo, tais quais Veneza, Mântua, Ferrara e Livorno. Sobre as migrações atlânticas, afirma que “não há dúvidas de que estejam [os judeus] também entre os obreiros das primeiras grandezas coloniais da América, especialmente no que diz respeito à expansão da cana e ao comércio de açúcar no Brasil e nas Antilhas”.

A importância de Amsterdam para os judeus emigrados para o Brasil era grande, uma vez que vários pedidos de emigração foram apresentados à própria Câmara de Amsterdam. Desta forma, em setembro de 1635, já vencida a resistência luso-brasileira do Arraial do Bom Jesus, vários foram os pedidos de famílias marranas, entre ricos e pobres, para virem residir no Brasil.¹⁰⁹

Um outro ponto que envolve a relação entre judeus sefarditas, cristãos-novos e Brasil Holandês diz respeito as informações que instigaram a vinda da WIC para Pernambuco. Cristãos-novos que residiam nesta capitania teriam, possivelmente, instigado a invasão holandesa. De modo um pouco diverso a esta suposição, José Antônio Gonsalves de Mello considerou que “elementos estrangeiros residentes no Brasil ou aqui conservados como prisioneiros, revelaram notícias valiosas sobre o país”.¹¹⁰ Tal o caso de Gedeon Morris de Jonge, Dierick Ruiters e Johan Maxwell. O próprio Adrien Verdonck, mercador residente no Recife ao tempo da invasão, serviu de informante à WIC, como se vê em sua *memoire*, citada no início deste capítulo. Por outro lado, não é menos verdade que, uma vez em Pernambuco, muitos cristãos-novos se reconverteram à Lei Mosaica.¹¹¹

Em se tratando especificamente da atividade açucareira, a participação judaica já se fazia desde a fase das plantações de açúcar nas ilhas do Atlântico. Como observou Stuart Schwartz, esses financiamentos davam-se, sobretudo, entre negociantes e agentes comerciais genoveses e judeus. Tudo indica que muitos destes comerciantes judeus acompanharam o êxito da empresa açucareira da Ilha da Madeira, laboratório do que viria a ser feito em Pernambuco na segunda metade do século XVI.¹¹²

No Brasil, a primeira visitação do Santo Ofício (1501-1595) permitiu, segundo Evaldo Cabral de Mello, a que tivéssemos uma primeira noção acerca da “açucarocracia” do Recôncavo baiano e de Pernambuco. Assim, pudemos saber mais sobre “a estrutura

¹⁰⁹ Idem, MELLO, pp. 230-233.

¹¹⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. – Editora Massangana: Recife, 1987, pp.230-231. Para justificar a influencia dos cristãos-novos que residiam no Brasil na invasão holandesa, o autor recorreu à peça teatral contemporânea de Lope de Vega, *El Brasil Restituído*.

¹¹¹ Idem. O autor lançou mão de Frei Manuel Calado para mostrar algumas das famílias de cristãos-novos de Pernambuco que se converteram ao judaísmo quando da invasão holandesa. São eles Gaspar Francisco da Costa, Baltasar da Fonsaca, Vasco Fernandes, Manoel Rodrigues Mendes, Simão do Vale, etc.

¹¹² SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.- São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 25.

social das grandes áreas de produção açucareira da América Portuguesa”.¹¹³ Ao analisar os extratos que compunham a sociedade açucareira que antecedeu à invasão holandesa, considerou Cabral de Mello que

“a acucarocracia ante-bellum compreendia um segundo extrato, também de origem urbana, os mercadores cristãos-novos, certamente o segmento mais dinâmico dela, uma espécie de cunha do grande comércio colonial na etapa produtiva da economia açucareira”.¹¹⁴

Vale esclarecer que, ainda segundo Evaldo Cabral de Mello, o primeiro extrato da sociedade açucareira *ante-bellum* era formado “não por rurículas afidalgados do imaginário nativista mas por cidadãos, entenda-se, indivíduos procedentes das grandes cidades marítimas (Lisboa, Porto, Viana, Aveiro); ou de médias e pequenas vilas do interior de Portugal”.¹¹⁵ Também é fato que muitos deles enxergavam os seus engenhos como extensão ou mesmo “prolongamento lucrativo das suas lojas de Olinda e Salvador”.¹¹⁶ Temos, então, já em Pernambuco, a presença de cristãos-novos nas redes ou “dinastias comerciais”, como observou E. Cabral de Mello, no Atlântico pré-invasão.

No início da colonização, ainda no século XVI, a coroa portuguesa, através da Casa da Índia, fazia contratos com diversos grupos comerciais. Alguns deles eram, não raro, de cristãos-novos.¹¹⁷ Finalmente, ao avaliar as relações entre sefarditas e a WIC no comércio do açúcar, considerou Philip Curtin que a migração atlântica da produção de açúcar para o Caribe, após a Restauração, foi obra de cristãos-novos “sob a bandeira

¹¹³ MELLO, Evaldo Cabral de. Os Alecrins no Canavial: A acucarocracia Pernambucana no Ante-Bellum (1570-1630). Revista do Instituto, Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVII. Recife, 1984, p. 145.

¹¹⁴ Idem, p.152. O autor afirma que este extrato cristão-novo tinha uma situação financeira “mais sólida do que os cristãos-velhos”.

¹¹⁵ Idem, p. 150.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ CURTIN, Philip D. Curtin. The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History. Cambridge University Press: 1990, p.49. Sobre os primeiros comerciantes no Brasil considera o autor: “...some were not even portuguese – The crown being less nationalistic about Brazil than about more obviously valuable overseas territories. Anyone could trade, so long as the crown received its determined share”.

holandesa”. Conclui Curtin que “many important Sephardic Jewish families of the Caribbean today trace their presence to this migration”.¹¹⁸

Contudo, não convém generalizar esta inserção dos judeus ou cristãos-novos nas atividades coloniais sob pena de incorrerem em precipitações ou conceitos mal averiguados. Como já se observou, a ‘recriação’ de um judaísmo rabínico fora da Península Ibérica foi um processo traumático para aqueles já há algumas gerações afastados das práticas tradicionais. Na Holanda, por exemplo, o processo de transformação de cristãos-novos em ‘judeus-novos’ não foi linear e sempre exitoso. Pelo contrário, muitos dos sefarditas que migraram para os Países Baixos traziam em suas identidades atitudes próprias da Península Ibérica (iberismos). A convivência com grupos *ashkenazitas* também não resultou tão simples. Do ponto de vista específico das relações de identidade, a dubiedade de cristãos-novos portugueses deve ser levada em consideração. Principalmente aquelas gerações afastadas do período da conversão forçada a que foram submetidos em Portugal e na Espanha. Como afirmou Charles Boxer:

“Muitos, talvez a maioria, desses ‘cristãos-novos’ oscilavam entre as duas religiões, e praticavam ora uma, ora outra, às vezes as duas simultaneamente. E a razão disso era uma genuína incerteza ou indecisão sobre qual delas era a verdadeira religião, ou se, na prática, era possível concilia-las”.¹¹⁹

A dubiedade na afiliação religiosa pode ter levado, não raro, a uma certa dúvida nas opções políticas. Em se tratando da adesão de cristãos-novos de Pernambuco aos invasores holandeses, nem todos se colocaram ao lado ou *van dienst* (a serviço) da Companhia das Índias Ocidentais. Criar uma relação necessária entre cristãos-novos e a invasão batava pode ser, de alguma forma, algo precipitado. Tal foi o caso, por exemplo, de Manoel Gomes Chacon (Chacão), cristão-novo que se converteu ao judaísmo rabínico no Brasil Holandês e, no limiar da Restauração, voltou a professar a fé católica. O seu caso foi particularmente analisado por Ronaldo Vainfas. Para ele, o lavrador de canas de

¹¹⁸ Idem, p. 82.

¹¹⁹ BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. – São Paulo: Companhia da Letras, 2007, p.110.

Itamaracá, que passou a freqüentar a sinagoga do Recife, e se sentiu entre a família que havia deixado e os negócios com os judeus de Maurícia que haveria de deixar às vésperas da Restauração. Chacon foi preso, enviado à Bahia, julgado pelo auto-de-fé de 1647, mas não foi ‘relaxado ao braço secular’.

3. Pernambuco: os portos e o Atlântico

No dia 17 de dezembro de 1642, partiu do porto do Recife os navios St. Pieter, Buyeman e Dolphin em direção a Barbados. Em seguida, as embarcações seguiriam para os Países Baixos levando, certamente, as novidades acerca da recém conquista da Companhia das Índias Ocidentais: o Maranhão. Essa conexão direta Recife-Barbados, oferecia a Maurício de Nassau e ao Conselho que o assessorava um maior raio de ação além da escala nordestina. Estava o Recife inserido numa *weltwirtschaft* (economia-mundo denominada por Immanuel Wallerstein) holandesa que, pela época acima, já contava com a participação direta de Angola. Viagens como esta se tornaram comuns porquanto durou a presença nassoviana no Brasil.¹²⁰

Já mencionamos na secção I deste capítulo a importância que teve o porto do Recife enquanto ponto geo-estratégico no Atlântico. Certamente, ao intentarem a ocupação de Pernambuco, esse fato não passou despercebido aos neerlandeses. Também não podemos associar a vinda da Companhia das Índias Ocidentais para o Brasil apenas por este prisma. Se assim tivesse sido, a estada batava em Salvador anos antes não teria acontecido. Sendo mais claro, procuraremos nesta secção perceber a importância do porto do Recife não apenas enquanto local de desembarque do açúcar que abastecia boa parte dos países da Europa ocidental na segunda metade do século XVI, mas sobretudo o porto do Recife como um meio, uma passagem, para outros pontos do Atlântico.

Não seria heresia considerar que, primeiro, veio o porto, depois, a cidade. É fato que o litoral nordestino, principalmente entre Natal e Salvador, oferece boas condições de aportagem e também serve de via de acesso a outros pontos do Atlântico. Contudo, a

¹²⁰ IAHGP. Coleção José Higino. Brieven em Paieren uit brasilie. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 08/04/1642.

importância do Recife se deve a muitas vantagens associadas. Em Pernambuco mesmo, os portos de Pau Amarelo e Nazaré, este último ao sul do Recife, representaram alternativas de aportagem ao Recife. O porto de Nazaré, por exemplo, bem que serviu aos luso-brasileiros como uma das “escáfulas do açúcar” (expressão de Evaldo Cabral de Mello) enquanto os holandeses não se assenhoreavam dos engenhos do litoral sul de Pernambuco.

A invasão holandesa a Pernambuco em 1630 veio a mudar a frequência de embarcações dos portos próximos a esta capitania, e mesmo nela. Observou Evaldo Cabral de Mello que

“antes de 1630, os pequenos portos ao norte e ao sul do Recife eram utilizados com frequência durante os meses de verão. Só no Recife e na Paraíba, os senhores de engenho e comerciantes de açúcar dispunham de transporte para o Reino Unido durante todo o ano. A queda do Recife em 1630 determinou uma redistribuição da navegação em favor da Paraíba e também dos portos menores, especialmente o do Cabo de Santo Agostinho, os quais passaram a ser mais procurados, escoando em conjunto mais açúcar do que o porto da Paraíba”.¹²¹

A existência de portos é fundamental nas condições de ocupação de um território, sobretudo numa época em que a tecnologia ainda não havia compensado as rudezas da navegação transatlântica. Regime dos ventos, correntes, conhecimento de acidentes geográficos, tudo isso era fundamental às aventuras ou desventuras marítimas. Em Pernambuco, o Cabo de Santo Agostinho (ao sul do Recife) nos serve como um exemplo de acidente geográfico – referência na “planície líquida” (a expressão é de Fernand Braudel) que é o Atlântico. O Cabo de Santo Agostinho era, para os navegadores do século XVI, uma efeméride na navegação do Atlântico sul.¹²² É certo, portanto, que,

¹²¹ MELLO, op. cit., p59.

¹²² [apud]. “a corrente equatorial que vem da África se bifurca no Cabo de São Roque e uma de suas bifurcações segue a costa Norte do Brasil e das Guianas e chega às Antilhas, enquanto a outra segue até o sul, paralela à costa Brasileira e constitui a corrente do Brasil; nos meses de junho a setembro, que era quando os barcos que saíam da Península Ibérica chegavam ao Brasil, as correntes nas imediações do Cabo de São Roque se dirigem a NW e se a sua ação se junta à das monções do Sul, que alcançam então sua maior identidade, se compreende facilmente que aos barcos a vela era sumamente difícil vencer esses obstáculos para dirigir-se ao Sul, sendo muitas vezes arrastados até as Antilhas. Em troca, alcançando-se o Cabo de Santo Agostinho se cai dentro da corrente do Brasil e é fácil prosseguir a viagem para o sul. A

quem quer que estivesse na carreira das Índias Orientais, sabia muito bem precisar o Cabo (como é popularmente conhecido), na Capitania de Pernambuco. Segundo Ulysses Pernambucano de Mello, “era o Cabo de Santo Agostinho e suas proximidades o lugar para onde se dirigiam os navios dispersos que cruzavam o atlântico sul, constituindo-se no local de mais fácil identificação para os que vinham do Hemisfério Norte”.¹²³ Esses pormenores da navegação sul-atlântica já foram bem explorados por Luis Filipe de Alencastro, que observou:

“Na altura do Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco) a corrente Subequatorial se bifurca, dando lugar à corrente das Guianas, que deriva costa acima até o Caribe, e à corrente do Brasil, descendo costa abaixo. Fenômeno que explica o interesse dos holandeses, durante sua ofensiva na América do Sul, em ganhar o controle do arquipélago de Fernando de Noronha, entrada de duas rotas estratégicas para os ataques contra o Império Filipino: a das Antilhas e a que descia pela costa brasileira”.¹²⁴

Ao norte do Recife, a praia de Pau Amarelo (como fora acima observado) oferecia boas condições de aportagem. Não é à toa que foi lá que desembarcaram mais de vinte navios das tropas da Companhia das Índias Ocidentais em 1630. A outra metade estacionou no porto do Recife. O próprio nome ‘Pernambuco’, que significa algo como ‘pedra vazada’ em tupi-guarani, deve a sua origem a uma barreira de arrecifes que, como era vazada, permitia a passagem de embarcações que ficavam protegidas por sua barra.

eleição do Cabo de Santo Agostinho como ponto que satisfaz plenamente as condições indicadas supõe viagens anteriores que impuseram o conhecimento dessas características, impossíveis de se obter de uma única vez em navegação” In: MELLO, Ulysses Pernambucano de. O Cabo de Santo agostinho e a Baía de Suape. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: - Vol. LIII. Recife, 1981, p. 38.

¹²³ Idem. O autor considera que o Cabo já aparece bem representado em cartas náuticas do início do século XVI, como as de Caverio, Magiollo (1504), A. Vespuccio (1505), Kustmann II, Waldseemuller (1508) e Ruysch (1508).

¹²⁴ ALENCASTRO, Luis Filipe de. O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico sul. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 57-58.

Localizava-se esta barra nas imediações da Vila de Igarassu (norte do Recife). Logo, surgiu o topônimo Pernambuco a partir de um porto.¹²⁵

Com o início da economia açucareira em Pernambuco e o seu desenvolvimento na segundo metade do século XVI, tais portos passaram a ter, na prática, uma função a mais do que oferecer boas condições de aportagem. A expansão da economia açucareira, aliada a extração de pau-brasil, aumentou a importância dos portos do Nordeste do Brasil. Como em Pernambuco se produzia a maior parte do açúcar consumido na Europa, já no último quartel do século XVI, teve no porto do Recife a sua mais importante porta de saída daquele produto. A partir de então os navios passaram a frequentar o Nordeste não apenas para se afastar da cabotagem ao longo da África, e sim para fazer comércio.¹²⁶

Mas estes portos eram também, e muitas vezes, de contrabando. Vejam-se os casos do Porto dos Franceses (Alagoas) e Pitimbu (norte de Pernambuco), fartamente utilizados pelos franceses para desviar açúcar e madeira das capitanias de Pernambuco e Itamaracá.¹²⁷ O próprio porto do Recife protagonizou um comércio ilegal de madeira, açúcar e, inclusive, prata de Potosí desviada pelo Rio da Prata. Nas relações atlânticas, o contrabando esteve presente e precisou sobremodo de lugares ermos para o seu êxito.¹²⁸

O interesse da WIC na prata espanhola era evidente. Uma vez estabelecidos no Caribe, os holandeses “cercavam” as saídas da prata do México e do Peru. Por volta de 1630-1640, a produção argentífera daquelas minas ainda se revelava atraente aos batavos.

¹²⁵ MEDEIROS, Guilherme de Souza. Cruzando o Tenebroso: A Arte da Navegação no Início do Século XVI em Pernambuco. Dissertação de Mestrado defendida em 2000 (UFPE). P. (?)

¹²⁶ Acerca da navegação no litoral do Nordeste, escreveu Philip Curtin: “Brazil was, first and foremost, a place the Portuguese had to pass on the way to India. Once past the bulge of Africa and the doldrums, the most direct route to the Cape of the Good Hope was in the teeth of the southeast trade winds. To avoid this, mariners sailed as close to the trade as possible – just as they headed back toward Europe took a detour away from the Saharan coast of Africa. As a result, they passed very close to the northeastern bulge of Brazil. Ref. CURTIN, Philip D. *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*. Cambridge University Press, 1990, p. 48.

¹²⁷ Sobre a presença de franceses em Itamaracá e Paraiba, afirmou Capistrano de Abreu: “Os petiguares da serra entretinham boa relação com os colonos; [...] os da praia, sempre amigos dos franceses, faziam com estes bons negócios na Paraiba”. Essa referência é do século XVI (segunda metade), fase em que a presença francesa era constante na costa do Brasil. (Capítulos de História Colonial: 1500-1800. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, 1976, p. 56)

¹²⁸ Sobre o contrabando na América do Sul envolvendo Pernambuco, afirmou Fernand Braudel: “Do Brasil para o Rio da Prata, um tráfico contínuo de pequenas naus de umas quarenta toneladas trazia à socapa açúcar, arroz, tecidos, escravos negros, talvez ouro. Regressavam ‘carregados de reaes de prata’. Paralelamente, pelo Rio da Prata, vinham mercadores do Peru com espécies para comprar mercadorias em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro. Os lucros destes tráficos ilegais, segundo um mercador, Francisco Soares (1597), iam de 100% a 500% e, se acreditarmos no que ele diz, chegavam a 1.000%”. Ref. BRAUDEL, Opus. Cit, p. 135.

Merece destaque, também, a economia que girava em torno da atividade mineradora, que era o comércio de roupas, vinho da Espanha e escravos africanos que circulava nas vilas mineiras. Todas essas mercadorias eram pagas com grandes quantidades de metal precioso. Certamente os comerciantes ligados a WIC quiseram entrar nestes “circuitos econômicos, energizados pela mineração”, como destacou Peter Backwell.¹²⁹ No processo de colonização da América desenvolveu-se desde cedo uma classe social local (os crioulos), os quais colocaram as colônias espanholas, cada vez mais, numa relação de independência da Espanha. Como observou John Lynch:

“ By the 1640’s certain sectors of the American economy - shipbuilding, agriculture, and invest in overseas trade – were far more buoyant than their counterparts in Spain. The economic independence of America, and its superior capital resources, denoted a fundamental shift of balance within the Hispanic world. Economically, at least the dominant partner was now America [...]”¹³⁰

Essa relativa independência econômica da América espanhola em relação a sua metrópole foi, ainda segundo Lynch, mais prejudicial à Espanha do que mesmo os agravos por ela sofridos por parte dos holandeses através das guerras de independência dos Países Baixos.

Como consequência da atividade mineradora, as cidades passavam a concentrar grandes populações para os padrões da época. Para se ter idéia, a cidade de Lima comportava, em 1610, algo em torno de 25 mil habitantes.¹³¹ Lima concentrava em torno de si um comércio interessante. Não foi por acaso que os holandeses empreenderam expedições à costa peruana e chilena a partir de Pernambuco. Ao redor das cidades mineradoras se estabeleciam as *haciendas*, fontes constantes de abastecimento de víveres para a população mineradora.

¹²⁹ BAKEWELL, Peter. A Mineração na América Espanhola Colonial. In: História da América Latina: América Latina Colonial, vol. II / Leslie Bethel (org). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, 2004, p. 102.

¹³⁰ LYNCH, John. Spain under the Habsburgs. Vol II. New York: - New York University Press, 1984, p.13.

¹³¹ MOERNER, Magnus. A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no Período Colonial. In: História da América Latina: América Latina Colonial, vol. II / Leslie Bethel (org). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, 2004, p. 194.

Para a primeira metade do século XVII, podemos considerar a prata e o comércio de gêneros alimentícios como sendo o que mais interessava a Companhia das Índias Ocidentais na América espanhola. Quanto a venda de escravos para o trabalho nas minas, ainda não seria o momento, uma vez que por essa época os holandeses ainda estivessem iniciando diretamente o comércio com a África Centro-Occidental. Além do mais, o aumento da mão-de-obra escrava africana nas minas do Peru e México não se deu ainda no século XVII e sim no XVIII.¹³²

No início da década de 1640, era mais interessante para a WIC vender escravos para algumas fazendas de açúcar no Caribe que ali se instalavam. Barbados era um desses lugares. De várias maneiras os holandeses cercavam os espanhóis, sendo mais ostensivos em Pernambuco e no litoral brasileiro. O interesse holandês pelos metais preciosos no Brasil foi evidenciado por Hermann Waetjen, que se referiu às expedições realizadas ao interior de Pernambuco e Paraíba em busca de ouro e prata. Tudo isso se deu já no governo de Maurício de Nassau que, segundo Waetjen, “satisfazia [Nassau] o ardente desejo dos seus patrões da Holanda, dos quais grande número esperava ver realizado no Brasil o sonho do ‘el dorado’”.¹³³

A atuação dos holandeses contra a Espanha data desde bem antes da fundação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621. John Lynch chega a relacionar a crise do comércio da Espanha com as suas colônias na América com os sucessivos ataques de “inimigos estrangeiros”, entre eles, os holandeses. Essa crise do comércio transatlântico situa-se já na primeira década do século XVII e esteve na conjuntura de uma crise européia marcada pela inflação que durou quase um século (1550-1650).¹³⁴

Retomando as ambições da WIC no Caribe, e a relação que isto tem com a prata e ouro espanhóis, temos uma passagem do cronista Gaspar Barleus em que o mesmo narra

¹³² Ibidem. Segundo o autor, “na costa peruana os escravos africanos constituíram parte importante da força de trabalho rural. Em 1767 os jesuítas empregavam 5224 escravos, 62 por cento nas fazendas de cana-de-açúcar, 30 por cento nos vinhedos. Esses escravos muitas vezes recebiam pedaços de terra onde podiam cultivar seus próprios alimentos”. P. 195.

¹³³ WAETJEN, op. cit. p. 209. O autor se refere a duas expedições incentivadas por Nassau no ano de 1637 em “abas de serra de Pernambuco” e a expedição empreendida por Elias Herckmans ao interior. Ambas sem sucesso. No Ceará, uma expedição comandada por Mathias Beck teve mais êxito, tendo encontrado uma mina de prata “aparentemente rica”, mas que não chegou a ser explorada.

¹³⁴ LYNCH, John. Spain under the Habsburgs. Vol II. New York: - New York University Press, 1984, p. 11. Segundo o autor, “a crise pode ser datada precisamente entre os anos 1598 e 1620 e se tratou de uma crise de mudança da tendência econômica do século XVI”. Na Espanha, o contexto foi de “empobrecimento da população rural, depopulação e recessão do comércio com as colônias americanas”.

uma tentativa dos holandeses para se apoderarem dos carregamentos para a Europa. Em setembro de 1640, uma expedição comandada pelos almirantes Jol e Lichthart tentou com vinte navios capturar a prata vinda das minas de Potosí a partir do porto de Havana. A operação foi malsucedida. Segundo Barléus:

Frustou-se-lhes, porém, a expectativa. A sede do dinheiro não sofre delongas, e nada se ficou sabendo da outiva sobre a chegada da frota da prata, por mais que se interrogassem a respeito pescadores apanhados aqui e acolá. Cada uma delas efetivamente, por ótimos alvitres e por prudente receio, permaneceu nos seus respectivos portos, não achando razoável expor à ambição armada o ouro e a prata que levavam [...] ¹³⁵

A importância do Caribe para a Companhia das Índias Ocidentais se deve também ao fato de ficar a meio caminho entre a América do Sul e do Norte. Mais especificamente, a corrente do Gulf Stream permitia a circulação de embarcações entre a Europa, América do Norte e Caribe, como destacaram os historiadores Peter Linebaugh e Marcus Rediker ao tratarem da circularidade de pessoas no Atlântico Norte e Caribe. Como eles mesmos destacaram:

The planetary currents of the North Atlantic are circular. Europeans pass by Africa to the Caribbean and then to North America. The Gulf Stream then at three knots moves north to the Labrador and Arctic currents, which moves eastward, as the North Atlantic Drift, to temper the climates of northwestern Europe. ¹³⁶

Uma outra forma de atacar o Império espanhol sem ser pelo Caribe foi a ocupação de Angola em 1641. Tomou parte da mesma o Almirante Jol citado acima. Da fracassada expedição a Cuba para a bem sucedida conquista de São Paulo de Luanda, a WIC atingia

¹³⁵ BARLÉU, Gaspar. História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 204.

¹³⁶ LINENBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. The Many-Headed Hydra: sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic. Boston: - Beacon Press, 2000, p. 1.

a Espanha impedindo que 15.000 negros saíssem de Angola para trabalhar nas minas do Peru e do México.¹³⁷

O Recife antes da invasão holandesa, enquanto porto da então florescente vila de Olinda, já tinha um caráter de ‘cidade-etapa’ na economia-mundo do Atlântico. Tendo como ‘cidade-pólo’ Lisboa, passou, após a invasão a girar, de forma direta, na órbita de Amsterdam, o maior empório comercial da primeira metade do século XVII. E foi mesmo durante a presença holandesa que a cidade do Recife deixou a condição de “povo” para a de núcleo urbano com problemas de superpopulação, inclusive. Ao descrever o Recife por volta de 1636, José Antônio Gonsalves de Mello não deixou de mencionar os altíssimos preços de imóveis bem como a circulação constante de gente de diversas partes da Europa. O Recife deixava de ser um “burgo triste e sem vida”¹³⁸ para ser um importante entreposto comercial para os Países Baixos, pelo menos para uma parte da burguesia de Amsterdam.

Evidentemente, não podemos comparar o porto do Recife com os de Amsterdam e Antuérpia, os quais podiam comportar mais de mil embarcações de uma só vez. Nestes ancoradouros existiam diversas embarcações que chegavam do Báltico após pescarem centenas de baleias e aproveitarem seus derivados. Chegavam a lucrar com essa atividade mais de 2 milhões de florins a cada temporada. O maior de todos esses comércios era mesmo o de Arenque, chamado de *moedernegotie*, ou ‘negócio mãe’.

A presença holandesa fez com que o Recife se conectasse mais diretamente a outras partes do Atlântico como, por exemplo, o Caribe. Assim, como veremos em capítulo mais adiante, navios como o *Holandia*, *De Wapen van Hoor* e *Bonte Coe*, bem conhecidos das fontes coêvas, faziam viagens a Curaçau, Barbados, Santa Bárbara e Cuba. Em agosto de 1635, de uma só vez, zarparam do porto do Recife em direção a Cuba os navios *De Zujdsterre*, *Schoop*, *De Meermine* e *Angola* levando vários soldados

¹³⁷ Barleus, op. cit. p. 214. Segundo o cronista: “Efetivamente, o próprio rei da Espanha se acostumou a levar dali anualmente 15.000 negros, dos quais se utilizava para trabalharem nas minas do Ocidente. É, pois, certo que o rei tentará extremos para recuperar o Reino de Angola, de tanta importância para o império hispânico”.

¹³⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. – Editora Massangana: Recife, 1987, p. 35. Palavras do autor: “Burgo triste e abandonado [o Recife], que os nobres de Olinda deviam atravessar pisando em ponta de pé, receando os alagados e os mangues; burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto; burgo triste, sem vida própria, para onde até a água tinha de vir de Olinda”.

luso-brasileiros como prisioneiros.¹³⁹ A queda do Arraial Velho do Bom Jesus, em 1635, terminava com parte de seus soldados nas ilhas do Caribe, que de lá prosseguiram para os Países Baixos.

Retomando a discussão da posição estratégica de Pernambuco, quando não do Nordeste, temos um trecho do relato feito por um administrador holandês em 1633. Diz ele:

“Esta conquista nos fornece meios para outros empreendimentos importantes, tais como a conquista do Brasil meridional ‘ [...], o desvio do comércio de Angola, a anexação do Rio da Prata e a navegação do Chile e de todo o mar do Pacífico; e ao passo que este país seria para nossa Companhia das Índias Ocidentais uma estação de parada cômoda e segura [...]”.¹⁴⁰

A partir desse relato, podemos perceber a dimensão da *conquesten* holandesa: açambarcar o Nordeste para depois açambarcar outros domínios ibéricos. As intenções holandesas aumentam até a importância que tinha esta parte do Atlântico Sul para a WIC, econômica e geopolítica. Seja como for, eis aqui o gérmen, se não um antecedente da idéia que seria colocada em prática por Maurício de Nassau quando de seu governo (1637-1644), quando o mesmo, a partir do Recife, atacou El Mina, Angola e o Chile.¹⁴¹ Uma história do Atlântico que se estendeu ao Pacífico. Por enquanto, fiquemos com o Atlântico Sul apenas.

¹³⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijkse notulen van de Hooge Raden in Brasílie. 17/08/1635.

¹⁴⁰ Relatório do Conselho político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de julho de 1633, lido pelos Estados Gerais à 11 de julho de 1633. In: Documentos Holandeses. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. 1945, pp. 125/126.

¹⁴¹ As intenções flamengas no Nordeste enquanto ponto estratégico no Atlântico Sul evidencia-se após a tomada de São Jorge da Mina, em 1637, quando os primeiros navios da WIC passaram a trazer escravos diretamente dos portos africanos. Para o ano de 1639, já é possível identificar a chegada de navios das regiões próximas ao Castelo da Mina sobretudo “peças de escravos” (*stuck negers*). Numa ocasião, aportou no Recife os navios *Camel* e *Charitas*, trazendo pouco mais de 300 escravos, sendo 150 provenientes de El Mina e 174 do porto de Ardras. Também trouxeram ouro e uma carta do administrador Willem Willeckems do Cabo Lopez. IAHGP. Coleção José Higino. Birven em Papieren uit brasílie. 29/04/1639.

4. A Companhia das Índias Ocidentais

A ocupação do Brasil pelos holandeses não foi fortuita. Essa observação, apesar de óbvia para quem trabalha este tema, não nos exime de uma reflexão acerca do que foram as companhias de comércio do século XVII. Nos Países Baixos, em particular, o paulatino processo de independência do domínio espanhol teve como principal consequência a criação da Companhia das Índias Orientais (VOC) e, a sua “irmã mais nova”, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC). Temos, de antemão, que a primeira exerceu grande influência sobre a segunda.

Evidentemente, o grande cenário para essa discussão passa pela ascensão do capitalismo e na forma como ele se expressou entre nações protestantes e católicas. Sobre esse assunto, Hugh Trevor-Hoper expressou que em lugares como Milão e Antuérpia, “o capitalismo independente definiu” e que “os únicos grandes lucros nos negócios eram os lucros do capitalismo de Estado”. Enfim, para a Espanha, a situação era a seguinte: “A plutocracia genovesa, tolerada como enclave urbano autogovernado, a fim de ser o financiador estatal do império espanhol, e investindo seus lucros em funções, títulos e terras dentro desse império, é típica dessa história”.¹⁴² Assim, em oposição ao capitalismo “independente” dos Países Baixos, a influência do império espanhol no “capitalismo de Estado” foi determinante nos Países da Contra-Reforma.¹⁴³ Mesmo assim, essa dicotomia entre o capitalismo em países da Reforma e da Contra-Reforma não pode ser tão radical, uma vez que mesmo um teórico da república mercantil como Paolo Sarpi, permaneceu no seio da Igreja católica. Só que na república de Sarpi, Veneza, a Igreja se via separada do Estado. Ele não era, pois, a “Igreja desse Estado”, como concluiu Trevor-Roper.¹⁴⁴

Por outro lado, o fato de o capitalismo livre-empendedorista ter preponderado nos Países protestantes não torna fraco o papel do Estado. Pelo contrário, no caso dos Países Baixos, a aparente ausência do Estado faz parte de uma idéia que foi encampada

¹⁴² TREVOR-ROPER, Hugh. *A Crise do Século XVII: Religião, a Reforma & Mudança Social*. – Topbooks: Rio de Janeiro, 2007, p. 73.

¹⁴³ O autor tipificou a sociedade espanhola como “feudal”, arcaica, acidentalmente alçada ao poder mundial pela prata da América”. De uma forma geral, também tipificou Trevor-Hoper a forma de capitalismo espanhola, ou “dos estados principescos” como uma regressão econômica e até ironiza ao insinuar que “por volta de 1640, o apoio espanhol podia ser de pouca valia para qualquer um; mas nessa época as sociedades da Europa da Contra-Reforma estavam estabelecidas: estabelecidas em declínio econômico”.

¹⁴⁴ TREVOR-ROPER, idem, p.80.

por muitos historiadores que não entendiam que a riqueza de uma sociedade refeletia num Estado mais forte e não necessariamente absolutista.¹⁴⁵ O pensamento da fragilidade do governo nos Países Baixos pode encontrar eco nas rivalidades que sempre existiram entre a plutocracia da Província da Holanda e o poder dos Stathouders, que controlavam as Províncias do interior e eram elementos da casa de Orange-Nassau. No entanto, apesar dessas disputas domésticas, os Países Baixos nunca deixaram de exercer o seu poder externo no século que ficou conhecido como “o século de ouro” para a Holanda: o século XVII. Do que concluímos que o governo sobreviveu as turbulências provinciais.

As companhias holandesas das Índias Orientais e Ocidentais têm origens numa tendência já verificada na Europa Ocidental desde a segunda metade do século XVI. São as chamadas sociedades de capitais, apelidadas pelos ingleses de *Joint Stock Companies* (sociedades por ações).¹⁴⁶ Na própria Inglaterra, por volta de 1550, formou-se a primeira sociedade de ações, a *Moscovy Companie*. Já na França, observou Fernand Braudel, a instituição das sociedades de ações apareceu mais lentamente que na Inglaterra e nos Países Baixos. Contudo, foi mesmo no século XVII que se consolidaram as grandes companhias comerciais, e à sombra de uma condição *sine qua non*, segundo o autor de *O Mediterrâneo*: a de que “só há crescimento significativo da empresa quando há associação com o Estado – o Estado, a mais colossal das empresas modernas que, crescendo sozinho, tem o privilégio de fazer crescer as outras”.¹⁴⁷ Essa declaração mostra por si só a importância que o Estado, inclusive o dos Países Baixos, possuíam no florescimento de companhias do porte da VOC e da WIC. E foi de suas grandes e organizadas companhias de comércio que, ainda segundo Fernand Braudel, “as Províncias Unidas e a Inglaterra se serviram para conquistar o mundo”.¹⁴⁸

¹⁴⁵ O historiador Fernand Braudel, apoiado nos estudos de Immanuel Wallerstein, ao considerar que governo e sociedade fazem parte de um mesmo bloco. Ainda segundo Braudel, no centro de qualquer economia-mundo, a figura do Estado é tanto mais “temida e venerada”, quanto mais riqueza e dinamismo econômico ele puder trazer para si. Esse foi o caso de Veneza (século XVI), Holanda (século XVII) e Inglaterra (século XVIII). Ref. BRAUDEL, *Civilização Material e Capitalismo, O Tempo do Mundo*, p. 40.

¹⁴⁶ Sobre esse assunto, Braudel reitera a anterioridade das “sociedades de ações” à segunda metade do século XVI ao afirmar que “já antes do século XV, os navios do Mediterrâneo são muitas vezes propriedades divididas em ações – chamadas *partes* em Veneza, *luoghi* em Gênova, *carrati* na maior parte das cidades italianas, *quiratz* ou *carats* em Marselha”. Ref. BRAUDEL, *Civilização Material e Capitalismo, Os Jogos das Trocas*, p. 388.

¹⁴⁷ Idem, p. 391.

¹⁴⁸ Idem, p. 392.

Uma condição para o sucesso das grandes companhias de comércio que concordamos ter sido imprescindível: a concessão de privilégios por parte do Estado. Tal concessão caracterizaria as grandes companhias como estados dentro de estados? Essa questão pode ser apenas retórica, mas vale a pena ser discutida para o caso particular da Companhia das Índias Ocidentais na secção seguinte. De antemão, consideremos que tais sociedades por ações tinham por prática tomar a seu talante áreas de comércio muito distantes de suas sedes. No negócio de longa distância, para tomarmos como exemplo os Países Baixos, uma das companhias que antecedeu a Companhia das Índias Ocidentais chamava-se “Companhias para lugares distantes” (*Compagnie Van Verre*).

A relação entre capitalismo, estado e comércio de longa distância data desde o século XVI. Nos países ibéricos, a criação da *Carrera de las Indias* (Espanha) e da *Casa da Índia* (Portugal) são exemplos daquela associação. Contudo, nesses países, a coerção e a fiscalização do Estado tendiam a ser enormes, se comparadas aos Países Baixos.¹⁴⁹

Antes de entrarmos nas grandes companhias de comércio dos Países Baixos, convém lembrar das companhias inglesas do fim do século XV e início do XVI. Eram elas a *Merchant of the Staple* e a *Merchant Adventurers*. A primeira congregava exportadores de lã e a segunda de tecidos. Mais uma vez, Fernand Braudel chama atenção para o fato do caráter quase sempre “aventureiro” dos negociantes destas primeiras companhias de comércio em alusão ao nome desta última companhia acima citada.¹⁵⁰ Consequentemente, foram fundadas as companhias da Moscóvia (1555), a do Levante (*Levant Company*, em 1585). Finalmente, em 1599, formou-se a *Companhia Inglesa das Índias Orientais*.

Apesar de pouco estudada, como aponta o historiador turco Mehmet Bulut, a presença holandesa no Império Otomano existia desde o século XVI. O mesmo verificou que “Although formal diplomatic relations between the Ottoman Empire and the Dutch

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem, p. 396. No entanto, Braudel considera que a *Merchant Adventurers Company* era administrada como uma “corporação”, em que “os membros da companhia são irmãos entre si, e suas mulheres, irmãs. Os irmãos devem ir todos juntos aos ofícios religiosos, aos enterros. Estão proibidos de se portar mal, de pronunciar palavras grosseiras, de se embriagar, de tornar-se espetáculo para os outros [...]”. Assim reproduziu o autor parte do estatuto da companhia.

Republic were first established in 1612, commercial contacts had already been made by travellers and by merchants engaged in Mediterranean trade before 1600”.¹⁵¹

Em primeiro plano, os olhos dos países capitalistas emergentes no século XVII estavam voltados para o Oriente das especiarias, terreno já bem conhecido pelos países ibéricos, sobretudo Portugal. A inserção portuguesa na Ásia eral tal que fez jus à afirmação de Charles Boxer de que

“nada é mais notável do que o modo como os portugueses conseguiram assegurar e manter, por quase todo o século XVI, uma posição dominante no comércio marítimo do oceano Índico e uma parte muito importante no que se fazia a leste do estreito de Malaca”.¹⁵²

E foi para esse destino que os Países Baixos lançaram os seus olhares através. Primeiro, com a *Compagnie Van Verre*, em fins do século XVI e, no alvorecer do século XVII, com a Companhia das Índias Orientais (VOC). A atuação desta última sobretudo no Oceano Índico é que influenciará, alguns anos mais tarde, a criação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC).

No século XVII as possessões portuguesas no Oriente foram seriamente atingidas pela VOC no que diz respeito ao comércio lusitano ai enraizado desde o século anterior. O avanço de Portugal em direção ao Oriente fez parte de um processo, não necessariamente consciente de expansão, como demonstrou Charles Boxer, mas certamente “surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções”.¹⁵³ Também ficou claro que, segundo o autor, o deslançar de Portugal na colonização ultramarina se deu sob o clima de paz interna que o seu território experimentou ao longo de todo o século XV, enquanto os outros países da Europa Ocidental estavam envolvidos de alguma forma com guerras civis internas ou ameaças estrangeiras. Finalmente, como fator religioso, mas indubitavelmente, econômico, a conquista de Ceuta aos “infiéis” hereges combinou

¹⁵¹ BULUT, Mehmet. The Role of the Ottomans and Dutch in the Commercial Integration between the levant and Atlantic in the Seventeenth Century. In: Journal of the Economic and Social History of the Orient, Vol. 45, No. 2 (2002), pp. 197-230.

¹⁵² BOXER, Charles. O Império Marítimo Português. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 52.

¹⁵³ Idem, p. 33.

mais de um fator para o avanço da coroa portuguesa em território africano.¹⁵⁴ É forte a tese, ainda segundo Charles Boxer, acerca dos interesses econômicos de Portugal na ocupação daquela praça, uma vez que, a partir dali poderiam estabelecer contatos com o comércio de ouro desde há muito existente nas terras do alto Níger e do rio Senegal. Assim, os portugueses promoveram o carreamento desse comércio de ouro do Sudão ocidental, que se fazia no interior, para o litoral.¹⁵⁵ Que fique claro, portanto que a coroa portuguesa procurava manter o monopólio do comércio de ouro, escravos e especiarias em geral, muito embora, em alguns casos isolados, a coroa tenha concedido os direitos de importação de marfim e escravos a alguns indivíduos mediante, é evidente, o pagamento de licença.

No Índico, o império português consolidou-se no grosso trato com as cidades suális da costa oriental da África (Mombaça, Quíloa, Melinde e Pate) que, segundo Charles Boxer, eram “todas possuidoras de alto nível de florescimento cultural e prosperidade comercial”.¹⁵⁶ O estabelecimento dos portugueses no Índico situou-se entre as cidades acima citadas e o Timor, passando por importantes entrepostos comerciais como Mascate, Ormuz, Diu, Bombaim, Goa, Calecute, Ceilão, Meliapor, Negapatão, Pegu, Sião, Malaca, Macau e Ilhas Molucas, para não citarmos outros. Ao longo do século XVII, quase todo esse território foi alvo da Companhia das Índias Orientais. Quando os holandeses partiram para tomar o quinhão ibérico na Ásia, já estavam bem conscientes do que iriam encontrar.

Antes de se “aventurar” no Oriente com uma grande companhia de comércio, as experiências anteriores colhidas pelos neerlandeses mostraram aos empreendedores holandeses e zelandeses que “leurs succès durable exigeait une organization rigoureuse”, como afirmou o historiador Yves Cazaux.¹⁵⁷ O mesmo resume o êxito neerlandês no Oriente da seguinte forma:

¹⁵⁴ Boxer, no tocante a tomada de Ceuta, chamou a atenção para o motivo eminentemente econômico da conquista de Ceuta, uma vez que se tratava de um centro comercial florescente à época, dotado de uma boa condição de aportagem que seria fundamental para uma futura expansão portuguesa através do estreito de Gibraltar.

¹⁵⁵ Tal empreitada levada a cabo pela coroa portuguesa foi lucrativa, haja vista que, só no reinado de dom. Manuel I (1496-1521), os portugueses trouxeram de São Jorge da Mina, anualmente, 170 mil dobras de ouro a cada ano em média. Ref. BOXER, op. cit. p. 45.

¹⁵⁶ Idem, p. 55.

¹⁵⁷ CAZAUX, op. cit., p. 241.

“ L’organization néerlandaise, qu’il faut examiner avec attention, n’enlève rien de ses qualités aventureuses et même héroïques à l’entreprise, mais par le calcul des risques et grâce à des mécanismes de compensation, elle évite qu’une série de désastres subis ici et là n’entraîne la ruine de l’ensemble. On reconnaît le mélange du réalisme et du revê qui caractérise les Provinces-Unies”.¹⁵⁸

Evidentemente, a “dose de realismo” holandês não impediu, no caso da Companhia das Índias Ocidentais, os insucessos que a mesma experimentou no Brasil. Sobre a VOC, temos que a partir de sua criação em 1602, não demoraria muito para que algumas das mais importantes possessões portuguesas caíssem em mãos batavas. Dirigindo a sua teia comercial para Bali, Amboina e Molucas, a VOC ocupou Jacarta (Batávia) em 1621 e em Malaca (1640) durante a revolta de Portugal contra a Espanha. O ano seguinte, 1641, assistiu à instalação dos holandeses no Ceilão bem como na costa do Coromandel. Vale salientar que os agentes da VOC já haviam feito contato com o Japão e, em 1616, obtiveram aí algumas concessões de grosso trato.¹⁵⁹

Tão logo iniciou o século XVII, e a Companhia das Índias Orientais já empreendiam enfrentamentos aos portugueses instalados no Índico. Tal quadro se estendeu até a assinatura da Paz da Holanda em 1668. Durante todo esse tempo, já à altura das lutas entre portugueses e holandeses no Atlântico-Sul, formou-se um quadro que levou o historiador Charles Boxer a considerar como uma verdadeira guerra

¹⁵⁸ Idem, p. 242. O lastro do sucesso da VOC no Oriente foram, entre outros fatores, a poderosa marinha mercante de que dispunham os neerlandeses (segundo o autor, “encore une autre statistique globale: aux alentours de 1660, les Provinces-Unies posséderont les trois quarts de la flotte de commerce mondiale”), assim como de um arrojado sistema de seguros de cargas tal ponto de organização que “ dès le début de la guerre des Trente Ans, elles parviennent à garantir les risques de mer pour une prime de dix pour cent en temps de guerre, de huit pour cent en temps de paix, et même moins cher encore, quand la conjoncture s’améliore. Ces tarifs à Amsterdam sont souvent inférieurs de moitié aux tarifs français correspondants”. Convém lembrar da importância das companhias inglesa e holandesa na Ásia. Em trabalho acerca das grandes companhias de comércio, os historiadores da economia Ann Carlos e Stephen Nicholas enfatizaram que “if one looks at only a fraction of the transactions, the invoicing of goods between the factory at batvia (present-day Jakarta, Indonésia) and the head office of the Dutch East India Company, the volume of transactions filled ‘more than 500 fat volumes from the 17th century’. “ Os autores também observam que este número o volume comercial intra-asiático, nem as transações entre feitorias da companhia e mercados locais no Oriente Médio, Índia, Batávia e Japão. Ref. CARLOS, Ann M. , NICHOLAS, Stephen. In: The Business History Review, Vol.62, No. 3 (1988), pp.401.

¹⁵⁹ Yves Casaux enfatiza os contatos neerlandeses no extremo Oriente com Osaka, Cantão e Formosa, salientando também que desde 1616 o chá da China já tomava o rumo do entreposto que seria holandês de Batávia.

mundial à qual já nos referimos na seção anterior. No Oriente, a Companhia das Índias Orientais (VOC) e, no Atlântico-Sul, a Companhia das Índias Ocidentais (WIC).

Um Historiador indiano, Sanjay Subramanyam, além de seguir os caminhos abertos por Boxer, nos dá bem a medida do conflito luso-neerlandês pelo controle dos entrepostos comerciais do Golfo de Bangala. Aqui, pontos nevrálgicos do comércio do Índico como Negapatão e Paleacate (costa leste da Índia) foram alcançados pelas companhias de comércio neerlandesas, mas com maior autonomia dos nativos para negociarem com o invasor. Vale salientar que estas localidades tinham desde há muito, antes mesmo da chegada dos portugueses, um comércio constituído bem como um nível de organização política mais consolidado que o das tribos tupis do litoral brasileiro .¹⁶⁰

Subrahmanyam, ao mesmo tempo em que considera o caráter mundial da luta entre portugueses e holandeses, mergulha na especificidade da administração local que os portugueses instalaram em termos de fixação de câmaras e delimitações de espaços. Deste modo, temos uma perspectiva de um historiador nativo que mergulhou não só em fontes portuguesas como naquelas referentes à Companhia das Índias Orientais em arquivos da Holanda. A chegada dos holandeses nestes espaços, já no início do século XVII, desarticula as relações comerciais de Portugal constituídas com muita persistência pelos prepostos dos reis em início do século XVI.¹⁶¹

Se foi verdade que a presença neerlandesa no Oriente produzia histórias fantásticas na mente dos contemporâneos, como bem ressaltou Simon Schama¹⁶², também não foi menos verdade que as questões político-administrativas foram relatadas por agentes neerlandeses pertencentes à Companhia das Índias Orientais neste quadrante. Desse modo, o mesmo homem que poderia se deslumbrar com as fantasiosas viagens do navio *Botencoe* bem como as aventuras de seus marujos, também se decepcionava com as perdas da Companhia das Índias Ocidentais na América portuguesa.

Um caso a ser citado, um ponto de comércio português no Golfo de Bengala: Negapatão. Este, por sua vez, localiza-se na costa Leste do subcontinente indiano, quase

¹⁶⁰ SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Guerra e Comércio: A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala (1500-1700)**. Lisboa: Edições 70, 1989.

¹⁶¹ O portugueses instituíram várias rotas (carreiras) comerciais no Golfo de Bengala. As mais conhecidas e citadas por Subrahmanyam são as que tinham como itinerário Malaca-Paleacate-Malaca, Goa-Paleacate-Malaca-Goa, Malaca-Pegu-Malaca e Goa-Paleacate-Pegu-Goa.

¹⁶² SHAMA, Simon, op. cit.

em frente a ilha do Sri Lanka e à poucos quilômetros de Goa, situada na costa Oeste do Malabar.

Em 1642, atacaram os holandeses, sob o comando do Almirante Cornelis Leendertszoon Blauw, a possessão portuguesa de Negapatão. Aqui, negociam uma recompensa de 50.000 patacas de resgate. A empresa malogrou em função da resistência local e a consequência administrativa foi que os Eleitos (administradores portugueses locais) que Goa tomasse conta de Negapatão. O que se seguiu aqui foi a instalação de uma Câmara Municipal para substituir os Eleitos, além de nomeação de um Capitão-mor e o reforço da fortificação. Tal atitude, por parte da Coroa portuguesa, não fora tomada doze anos antes com relação a Pernambuco que, mesmo após a ocupação de Salvador pelos holandeses (1624-1625) permaneceu mal guarnecido.¹⁶³

Entretanto, os holandeses na Ásia se beneficiavam das represálias que sofriam os portugueses dos nativos. Narram os holandeses, em depoimento encontrado por Subrahmanyam nas fontes neerlandesas, o ataque que sofreu a povoação portuguesa por parte das forças de Tanjavur, em princípios de 1632, pelo fato da comunidade mercantil aí instalada não ter conseguido o suficiente para pagar os tributos que lhes permitissem fazer o comércio. Aqui em Bengala, pelo menos, estavam os portugueses entre uma poderosa estrutura nativa, os Nayaka¹⁶⁴, e os holandeses. Situação, aliás, diferente do Brasil, onde puderam subordinar os ameríndios e impor-lhes uma política hegemônica. Em dado momento, Nayakas e holandeses se “congeminaaram”, no dizer de Subramanyan, para tomar Negapatão aos portugueses.

Por fim, chama a atenção Sanjay Subrahmanyam para o fato de que em certa medida, a lição que os portugueses, tal como os holandeses, não aprenderam, se resumia a isto: poucos seriam os “*príncipes pagãos ou mouros*” capazes de suportar, de boa vontade, a imposição de verem uma “*aldeia indefesa*” transformada em povoação fortificada ...”.¹⁶⁵ Além de frisar bem que, malgrado o controle neerlandês de Negapatão

¹⁶³ As crônicas de **Brito Freyre** mostram a dificuldade em se treinar um exército de última hora ante uma invasão holandesa a Pernambuco. Outro cronista, **Gabriel Soares de Souza** em 1587, já observara a necessidade de melhor defesa da costa brasileira. A própria presença francesa no litoral brasileiro até fins do século XV, como observou **Capistrano de Abreu**, fornece subsídio a este argumento.

¹⁶⁴ Assinala Sanjay Subrahmanyam o governo do chefe Nayaka, Vijayaraghava, que liderou de 1634 até 1637.

¹⁶⁵ . SUBRAHMANYAM, op. cit. pp. 104.

nas décadas de 1650 e 1660, haveria sempre, em outras localidades próximas, um espaço para os comerciantes privados portugueses. Afinal de contas, como tivemos no Brasil os luso-brasileiros a desempenhar um comércio próprio, houve na Índia os “luso-indianos” a fazerem o mesmo.

No Ceilão, a primeira “visita” neerlandesa deu-se já no primeiro ano de existência da VOC. Conta-nos um arquivista holandês do início do século passado, o Sr. R. G. Antonisz, que a o primeiro de sua nação a por os pés no Ceilão foi o Almirante Joris van Spilbergen em 1602. O primeiro contato foi bastante positivo, uma vez que

“the kandya king, who was by this time heartly tired of the Potuguese, received him in the most friendly manner, and promised him, in return for assitance against the Portuguese, every facility for trade and for the building of fortresses on the coast”.

Mas a presença efetiva da VOC naquele território se deu mesmo em 1637, no mesmo ano em que a WIC, a partir do Recife, conquistava São Jorge da Mina. A administração só vingaria a apartir de 1640, restando aos portugueses a ocupação de Colombo, que viriam a perder finalmente em 1656.¹⁶⁶

Assim como no Brasil, onde um governo civil tendeu a sobrepujar o militar, também no Ceilão, a fórmula fora a mesma. Segundo R. G. Antonisz, no Ceilão, a necessidade de se procurar um equilíbrio social veio imediatamente após o estabelecimento de um governo civil.¹⁶⁷No topo da administração estava um Governador que era acessorado por um Conselho Político (Political Concil), composto por dez dos maiores funcionários da VOC. Em seguida, abaixo do Governador, vinham os *Comanndeurs* das subregiões de Jafna e Galé, que tinham o status de Governadores Provinciais (Provincial Governors). Estes, finalmente, eram acessorados por conselhos políticos locais, mas subordinados ao Conselho Político maior. Os *Commandeurs* podiam ter assento no Conselho Político do Ceilão (o conselho maior) e, uma vez estando em Colombo (centro administrativo), tinham precedência sobre os outros

¹⁶⁶ ANTONISZ, R. G. *The Dutch in Ceylon: Glimpses of their life and times.* (Lecture). Ceylon Examiner Press, 1905, p. 03.

¹⁶⁷ Idem, p. 4.

conselheiros políticos.¹⁶⁸ Esta composição político-administrativa da VOC no Ceilão foi copiada, guardada as diferenças de escala, no Brasil. Aqui, inicialmente, existia também um *Gouverneur* acessorado por um Conselho Político.

No organograma da VOC proposto por R. G. Antonisz, os funcionários (*servants*; ‘*dinaer’s em neerlandês*) da companhia na administração do Ceilão dividiam-se em quatro categorias: Política, Naval, Militar (soldados) e Mecânicos. Curiosamente, na categorias dos servidores políticos se encontravam os mercadores superiores (*oppercoopman*), os mercadores “medianos” (*koopman*) e os sub-mercadores (*ondercoopman*).¹⁶⁹ Essa junção de funções político-econômicas não nos deve ser estranha, dado o caráter eminentemente comercial do empreendimento. No caso da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, muito embora não tenhamos a nomenclatura, tal qual havia no Ceilão, de “mercadores” para algum funcionário ligado diteratamente à WIC, sabemos que o comércio era controlado pelos conselheiros políticos. Estes deveriam, em principio, ser versados também em matéria de comércio. Ao tratarmos, no curso deste trabalho, acerca dos “pequenos proveitos” auferidos pela WIC no Nordeste, teremos a oportunidade de perceber a fiscalização do comércio por parte do Conselho Político e dos Diretores Delegados.

Seja como for, as composições político administrativas, tanto da VOC como da WIC, ainda se situavam em meio a um processo de burocratização do capitalismo, em que determinadas funções não estavam plenamente definidas. Concorre talvez para esse fato a recente formação política dos Países Baixos. Nesse tocante, observou bem Lodewijk Hulsman que “a expansão da república neerlandesa exigiu a fundação de organizações cada vez mais complexas, [...] A República, entretanto, tinha pouca experiência em gerenciamento de grandes organizações [...]”. Mais ainda, este autor registra a anterioridade do *modus operandi* da Companhia das Índias Ocidentais alegando que

“a administração da WIC se baseava no modelo desenvolvido por armadores neerlandeses durante o século XVI. Este modelo era dividido em três partes: os acionistas investiam capital na empresa; os empresários, muitas vezes acionistas

¹⁶⁸ Idem, p. 9.

¹⁶⁹ Para o autor, os servidores políticos poderiam ser equiparados aos funcionários públicos de nossos dias.

majoritários, equipavam as embarcações e a diretoria formada pelos empresários registrava o investimento dos acionistas, os contratos de emprego, aluguel de facilidades, gastos de equipagem etc. O comissário e o capitão eram responsáveis pela execução do empreendimento e, no final da viagem, relatavam aos empresários os acontecimentos. O comissário operava registrando os estoques do barco e mantendo o livro de registros dos empregados. Ele era o responsável pelo registro das trocas comerciais enquanto o capitão mantinha o diário de viagem. Esta documentação entrava no arquivo da diretoria, os empresários pagavam a tripulação, vendiam a carga e o barco e retiravam o lucro de seu investimento. No final, o balanço das atividades era divulgado entre os acionistas e empresários por meio de editais.”¹⁷⁰

Talvez a diferença entre uma companhia deste porte para um empreendimento do século XVI diferisse apenas no conteúdo e não na forma. No século XVII, o acúmulo de capital e a capacidade associativa entre os empreendedores certamente era maior que nas sociedades do século anterior. De uma forma sucinta, este é o organograma formulado por Lodewijk Hulsman para a Companhia das Índias Ocidentais no Brasil nos primeiros anos de sua permanência no Brasil.

¹⁷⁰ HUSMAN, Lodewijk. Guia para o estudo das Atas Diárias do Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654). In: Monumenta Hyginia. Recife, 2005, p.28 (mimeo)



Fonte: HULSMAN, op. cit., p.29. ¹⁷¹

Evidentemente, esse não é um quadro definitivo. Mais adiante, a nomeação de um Alto e Secreto Conselho e das Câmaras dos Escabinos na administração nassoviana irá modificar este organograma. A referência ao Alto Conselho é sobretudo retórica, mais no sentido de haver um poder colegiado civil acima do poder militar. Este “Alto Conselho” não é o mesmo que será instituído ao tempo de Maurício de Nassau. A posição do “Governador” ao lado do “Conselho Político” não correspondia à prática, já que este era sempre fiscalizado e sobrepujado pelo Conselho Político e, nos anos de 1633-34, pelos Diretores Delegados. Estes últimos eram membros do Conselho dos XIX que vieram a Pernambuco para resolver desavenças entre o então *Gouverneur*, o Coronel Diedrick van Wanderburch e o Conselho Político. Foram eles Mathias van Ceulen (pela Câmara de Amsterdam) e Johan Ghijsselin (pela Câmara da Zelândia). ¹⁷²Este “rearranjo” na administração, por si só, já mudaria o organograma acima. A justiça, por sua vez, poderia ser aplicada pelo Conselho Político.

Apesar da herança seicentista do funcionamento da WIC, como propôs Loudewijk Hulsmann, foi no futuro do capitalismo multinacional que uma companhia

¹⁷¹ Esse organograma foi elaborado pelo autor, menos a inserção do Conselho Político no quadro central logo abaixo do Conselho dos XIX.

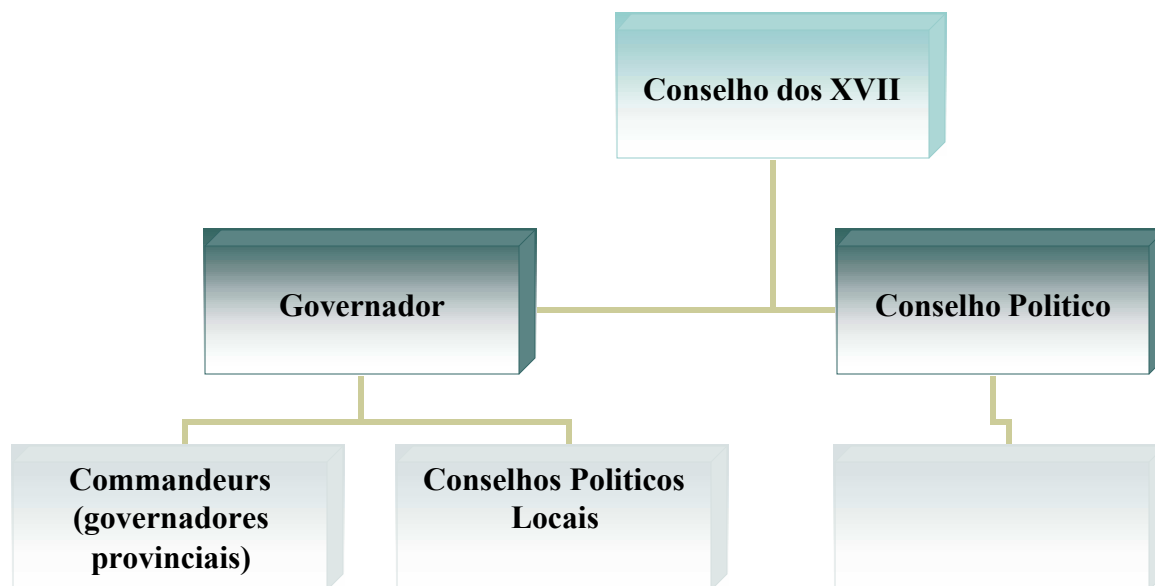
¹⁷² MELLO, Fontes para a história do Brasil Holandês, p. 11.

organizada nos moldes acima influenciou. Nesse sentido, Ann M. Carlos e Stephen Nicholas enfatizaram o argumento de que o crescimento e a expansão de firmas multinacionais não foi necessariamente um “*American phenomenon*” com raízes no período pós-1950. Pelo contrário, eles destacaram que

“surprisingly, the early sixteenth- and seventeenth-century trading companies – the English and Dutch East Índia companies, the Muskovy Company – which traded goods and services across national boundaries and had a geographical reach rivaling today’s largest multinational firms, have been generally ignored.”¹⁷³

Assim como as companhias multinacionais do século XX, as companhias dos séculos XVII e XVIII compartilham características semelhantes como o grande volume de transações e os mecanismos de controle administrativo para manter-se bem informadas e reduzir os custos das transações internacionais.¹⁷⁴

Um organograma para a administração do Ceilão pela Companhia das Índias Orientais, a partir do estudo de R. G. Antonisz seria apresentado da seguinte forma:



¹⁷³ CARLOS, Ann M. , NICHOLAS, Stephen. In: The Business History Review, Vol.62, No. 3 (1988), pp.398.

¹⁷⁴ Os autores, com esse argumento, concluem que “in these two critical respects, the early trading companies were indeed analogues to the modern multinational”.

Ressalta-se que, no caso do Ceilão, os *Commandeurs* ou *Provincial Governors* assistiam nas cidades de Jaffna e Galle. A dimensão territorial do território conquistado pelos holandeses no Brasil tornava a administração das localidades mais afastadas do Recife cada vez mais difícil. Ao contrário do que encontraram os administradores da VOC em áreas menores como o Ceilão e Batávia (atual Jacarta).

Uma outra característica comum das duas companhias em questão foi o caráter monopolístico do empreendimento. E não poderia ser diferente. Os privilégios concedidos a elas pelos Estados Gerais geraram ciúmes nos comerciantes que ficaram de fora do empreendimento. A isso se referiu Fernand Braudel, quando afirmou que

“é espantoso, de fato, que os mercadores holandeses, acossados pela V.O.C. (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*) e ciosos de seus privilégios, lancem ou sustentem com seus próprios capitais as companhias das Índias rivais, as da Inglaterra, da Dinamarca, da Suécia, da França, até mesmo a Companhia de Ostende”.

O autor ainda chama atenção para a associação entre esses mercadores holandeses, espécie de *outsiders* dos grandes negócios da companhia, e as atividades de curso barbarescos que atuavam no mar do Norte.¹⁷⁵ Percebemos então, que o modelo dessas grandes companhias de comércio não figurava como unanimidade na costelação dos interesses comerciais dos mercadores dos Países Baixos. Isso ficou bastante evidenciado, no caso do Brasil, nos desentendimentos entre os mercadores de Amsterdam e o resto da WIC no decorrer da empresa do Brasil.

Um caso emblemático, citado por W. J. Van Hoboken, diz respeito aos irmãos Bicker, ricos mercadores amsterdaneses e co-fundadores da Companhia das Índias Ocidentais. Segundo o historiador neerlandês, tão logo as ações da WIC subiram de valor após o apresamento da prata espanhola por Piet Hein em 1629, Cornelis Bicker e o

¹⁷⁵ BRAUDEL, op. cit., p. 187. Com isso o autor justifica o caráter, por vezes, contraditório entre os interesses de Estado e os interesses dos comerciantes neerlandeses, lembrando que os holandeses foram expulsos de Pernambuco com armas compradas aos próprios neerlandeses e que foi com armas batavas que Luis XIV atacou os Países Baixos, em 1672. Finalmente, para Braudel, isto se deve ao fato de que, nos Países Baixos, “o mercador é rei e o interesse comercial desempenha na Holanda o papel de razão de Estado”.

seu irmão trataram de vender suas ações e rivalizarem com a companhia no comércio do Brasil. Para J. Van Hoboken,

“sua atitude era típica da de muitas pessoas dos círculos comerciais de Amsterdam; elas viam mais lucros no comércio livre com as áreas recentemente conquistadas do Brasil do que na manutenção estrita do monopólio da Companhia”.¹⁷⁶

Os sucessos da VOC suscitaram a fundação da WIC, na esperança de que esta última obtivesse o mesmo êxito. Contudo, a experiência demonstrou o contrário. A sorte da WIC conheceu outros ventos dos da sua congênere mais velha. Immanuel Walerstein ressaltou que a maior diferença entre as duas companhias estava “na base social de apoio de cada uma”. Assim, enquanto a VOC era controlada por mercadores de Amsterdam, partidários da paz com a Espanha, na WIC preponderava a “facção da guerra”, calvinistas mais estritos e mais ligados ao grupo orangista.¹⁷⁷

Mesmo guardando diferenças nas suas respectivas composições, as duas companhias caminhavam pelo mesmo princípio: o do lucro pelo comércio mas, se necessário, a guerra. A forma de administrar no ultramar não seria, porém, a mesma em todos os casos.

¹⁷⁶ HOBOKEN, op. cit., pp.319-320.

¹⁷⁷ WALLERSTEIN, Immanuel, op. cit., p. 58.

Capítulo II

Pernambuco Pré-nassoviano: A procura da ordem

1. Mauricio de Nassau na História

Num de seus trabalhos sobre o Brasil Holandês, Evaldo Cabral de Mello fez uma importante reflexão acerca do que ele chamou de ‘memória da guerra holandesa’. Para isso, recorreu habilmente aos cronistas. Duarte de Albuquerque Coelho, Francisco de Brito Freire, Frei Manuel Calado, Diogo Lopes Santiago, entre outros, são analisados em suas perspectivas, coerências ou incoerências. Também não faltou o “panegírico” Gaspar Barléus. Extemporâneo à ocupação, o Frei Jaboatão não escapou às observações de Cabral de Mello. A esse estudo ele denominou “o inventário da memória”.¹⁷⁸

Sobre essa “memória” da ocupação neerlandesa é que se constituiu, digamos assim, uma outra memória, a dos historiadores do século XIX e primeira metade do XX. Se, por um lado, a ocupação do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais ocupa pouco espaço na bibliografia neerlandesa, por outro, o mesmo não pode ser dito com relação ao Brasil.¹⁷⁹ Não é novidade para ninguém a importância que a ocupação batava ainda guarda no imaginário de muitos historiadores acadêmicos ou não.

Na “genealogia da memória”, se é que assim podemos falar, temos que um dos principais cronistas a engrandecer a figura de Nassau tenha sido o Frei Manuel Calado. E foi essa memória que se preservou até o século XIX. Percebeu isto Evaldo Cabral de Mello quando afirmou que “para o pernambucano da primeira metade do século XIX como para seus pais e avós setecentistas, só escapavam à condenação geral da experiência neerlandesa Nassau e os melhoramentos de que dotara o Brasil Holandês”.¹⁸⁰

O mesmo vai mais longe em suas análises, admitindo que “ao Lucideno, deve-se, desde logo, a dicotomia entre a ação do conde, favorável aos luso-brasileiros, e o

¹⁷⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

¹⁷⁹ Uma das razões para este fato pode ser o fato de que a WIC, em relação à Companhia das Índias Orientais (VOC), obteve menores êxitos em termos de lucro. Criada em 1602, a Companhia das Índias Orientais lançou-se cedo ao comércio com a Ásia. A Companhia das Índias Ocidentais procurou seguir o seu modelo administrativo.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 330.

comportamento sem grandeza dos administradores holandeses, seus subalternos”.¹⁸¹ Por fim, considerou Evaldo Cabral de Mello que “na rejeição cultural do neerlandês pelo luso-brasileiro atuavam, além do preconceito religioso, o sentimento monárquico e o orgulho estamental. Uma coisa era servir à realeza, outra bem diferente servir a um governo de comerciantes”.¹⁸² Esses seriam, na visão de Evaldo Cabral de Mello, os fatores que contavam a favor de Nassau. Este, por seu turno, fazia lembrar aos luso-brasileiros instituições e costumes que lhes eram muito caros. Entre elas, a monarquia.

É natural que toda mudança brusca de conjuntura não só produza futuras “impressões”, como também busque mitos que a suportem. À frente dessa tarefa, principalmente a da criação de mitos, existem os “arquitetos da memória”. Geralmente, são pessoas letradas ligadas a algum grupo social ou político que lideram o processo de ruptura do *status quo ante*. No processo de formação dos Países Baixos, por exemplo, temos que os seus “arquitetos” recorreram ao período em que a Holanda era ocupada pelos romanos para que se justificasse a nascente república com uma identidade própria.¹⁸³

Na história do Brasil, a figura de Nassau passou intocável por todos esses anos, desde a independência até os dias de hoje. De 1822 até o presente, a historiografia sempre teceu elogios à sua figura como arguto administrador de qualidades superiores aos outros administradores que passaram pelo Brasil Holandês. No início do século XX, o historiador alemão Hermann Waetjen empreendeu uma grande pesquisa documental acerca da presença da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Na sua obra *Das Hollandische Kolonialreich in Brasilien* (O Império Colonial Holandês no Brasil), Waetjen apresentou uma visão da administração holandesa pré-nassoviana de uma forma muito negativa. Considerou ele o seguinte:

“A WIC precisava cuidar da colônia conquistada de modo muito diferente do adotado até então; de fazer sacrifícios em dinheiro, de realizar reformas na administração, no exército e no

¹⁸¹ Idem, p. 331.

¹⁸² Idem, p. 338.

¹⁸³ Esse processo foi bem analisado pelo historiador Simon Schama, que aponta as influências romanas (Tácito, Plínio e Estrabão) nas idéias de uma identidade neerlandesa de figuras como Van de Vonde, Gijzel e Hugo Grotius.

commissariado; se não quiser ver a empresa brasileira resultar num tremendo fiasco”.¹⁸⁴

Hermann Waetjen prossegue em seu “discurso do demérito” da administração antes de Nassau ao afirmar que “faltava na Colônia uma mão firme para manter a coesão do todo”.¹⁸⁵ Vale dizer que o discurso de Waetjen contra a administração pré-nassoviana baseou-se, sobretudo, em duas cartas escrita pelo Coronel Artischofscki e dois membros do Conselho Político ao Conselho dos XIX, nas quais se pintava um quadro pessimista da administração holandesa no Brasil. Criou-se, então, uma situação necessária à vinda de Nassau. Aliás, como o próprio Hermann Waetjen colocou, a nomeação de Mauricio de Nassau para governar o Brasil havia começado nos Países Baixos. Dessa forma, enquanto as tropas de Wanderbuch (coronel e primeiro governador do Brasil Holandês¹⁸⁶) expiavam nas matas de Pernambuco, em 1632, na Holanda, a fama de Nassau se fazia no episódio do cerco a Maarstricht pelas tropas espanholas. Pouco antes de sua vinda ao Brasil, “com a rendição do Forte Schenckenschanz o nome de João Mauricio popularizou-se em todas as partes da Republica”.¹⁸⁷

Muito embora tenha Hermann Waetjen apresentado um Nassau ‘necessário’, o mesmo não deixou de tratar das outras instâncias da administração como o Alto Conselho (*Hooge Raden*), o Conselho Político (*Politique Raden*) e as Câmaras dos Escabinos (*Schepenen*). Também pesava criticamente as afirmações de Nassau, ao dizer que:

“Quando o Statthalter, na primeira carta que mandou de Pernambuco, manifestou a opinião de que o Brasil criteriosamente administrado poderia vir a ser melhor fonte de renda para a WIC,

¹⁸⁴ WAETJEN, Hermann. O Domínio Colonial Holandês no Brasil. – Companhia Editora nacional, 1938, p. 135.

¹⁸⁵ Idem, p.136.

¹⁸⁶ Apesar do título de *gouverneur*, Diedrich Wnaderburch não tinha poderes além do Politique Raden (Conselho Político), este último composto por civis. Segundo Waetjen, o coronel não dispunha de uma posição de primus inter paris na administração da conquista. Essa situação gerou em si muita disputa entre autoridades civis e militares no início da ocupação neerlandesa.

¹⁸⁷ Idem, p.141.

não fez mais do que exprimir o parecer partilhado por todos os conhecedores da terra”.¹⁸⁸

Evidentemente, o “começo” para Nassau, não foi mesmo começo para os primeiros administradores. Numa das primeiras correspondências enviadas de Olinda aos Países Baixos, considerou o Coronel Governador Wanderburch (ainda no início da conquista) a sua frustração em ver que os seus objetivos não haviam sido atingidos plenamente. Claro que ele enfrentava problemas de ordem mais imediata como a necessidade de fortificação do Recife. O primeiro governador do Brasil Holandês reclamava mesmo “dos caminhos sinuosos, moléstias, mortalidade, falta de víveres, lenta esperança de socorros, chuva forte, calor excessivo...” e fechava as reclamações afirmando que estavam “quase todos os elementos contra nós”. Esse, pelo menos, não parece ser um quadro otimista.¹⁸⁹

A emergência da figura de Maurício de Nassau na história do Brasil vem junto à emergência em se retomar a história do Brasil Holandês no curso do século XIX. Esse foi um processo, como foi dito acima, profundamente ligado a dois fatores. O primeiro, a necessidade em se construir uma “História do Brasil” após a Independência. Segundo, a necessidade em se conhecer a história pela pretensa imparcialidade do positivismo do século XIX. Foi mesmo em 1883 que, a mando do governo da Província de Pernambuco, o jurista e historiador José Higinio Duarte Pereira, foi aos Países Baixos e coligiu uma imensa quantidade de documentos acerca do Brasil Holandês. Ao retornar a Pernambuco, teve vez, em uma reunião do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico Pernambucano, a leitura de sua “prestação de contas” da frutífera viagem aos arquivos neerlandeses. Antes de dar a palavra a Higinio, falou o presidente daquela instituição:

“No imenso campo da história toda colheita é vitória de resultados vantajosos para a sciencia ; e quando essa história nos interessa de perto, como a da luta esforçada do amor da pátria contra a ambição do

¹⁸⁸ Idem, p. 145.

¹⁸⁹ Documentos Holandeses. Ministério da Educação e Saúde, 1945, pp. 55/56. Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Olinda, aos Estados Gerais.

estrangeiro invasor, recresce o nosso empenho em investigar tudo quanto fizeram os valentes libertadores do solo Pernambucano”.¹⁹⁰

Esse discurso congrega os dois elementos, nacionalismo e “conhecimento real do passado”. Talvez não necessariamente um nacionalismo, mas uma questão de “recuperar” a história local, mais provinciana mesmo. Tanto é assim, que o presidente termina o seu intróito afirmando que as pesquisas de Higino “devem contribuir para o lustre e renome de nossa cara província [Pernambuco]”.¹⁹¹

Em seguida, o discurso de José Higino tem início com a referência aos períodos antes (1630-1636) e depois (1645-1654) de Nassau como sendo tempos difíceis em que “uma resistência tenaz conseguiu ‘rechassar os investores’ ”. As armas dos da terra falou mais alto que a dos invasores “hereges”. Contudo, ao se referir ao Governo de Maurício de Nassau (1637-1644), enfatizou o jurista pernambucano:

“Entre o período da conquista e da guerra houve um intervalo de paz com os moradores, durante o qual um príncipe illustre de casa de Nassau organizou a colônia holandesa, introduzindo os costumes e as instituições nacionaes”.¹⁹²

À quais “instituições nacionaes” se referiu Higino? Por suas palavras, passou incólume a críticas o período nassoviano (1637-1644). José Higino também elogiava a própria ascensão dos Países Baixos frente aos Habsburgos. Um outro ponto interessante colocado por ele e que justificaria a busca por fontes na Holanda seria, entre outros, os “feitos de guerra”. Nesse ponto, os “brasileiros” sairiam, com a vitória frente às tropas da WIC, enaltecidos por terem expulsado um exército a serviço de uma potência mundial. Parece que o discurso de Higino era mesmo a favor de sua Província que, afinal de contas, “foi a sede do governo colonial, o centro das operações do inimigo, e cujo solo tantas vezes ensopou o sangue vertido pelos nossos antepassados na luta que travaram

¹⁹⁰ Revista do IAHGP, Números 29 e 30. Reedição fac-similar. Recife, 1977 [1884], pp. 5 e 6.

¹⁹¹ Idem, p.6.

¹⁹² Idem, pp. 8 e 9.

com os invasores”.¹⁹³ José Higino exaltava os holandeses, quando convinha, para exaltar mais ainda os “pernambucanos” que resistiram e os expulsaram. Não relatava, também quando convinha, a importância dos Países Baixos por puro amor à Província.

Em se tratando dos “feitos de guerra”, as idéias de José Higino bem lembram as de Adolfo de Varnhagem. Este, por sua vez, foi considerado por José Higino como “investigador paciente e exato – mas nem sempre historiador imparcial”. Até a ida do historiador pernambucano para os arquivos holandeses, os mais importantes trabalhos baseados em fontes batavas haviam sido os de P. Netscher e o do próprio Varnhagen.¹⁹⁴ Temos, em meio a essa discussão, que, a partir da pesquisa de José Higino nos Países Baixos, não apenas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha um *corpus* documental de fontes neerlandesas. Agora, o Instituto Histórico Pernambucano passava a abrigar fontes não menos importantes. A temática do Brasil holandês teve a sua ‘infância’ em meio a uma rivalidade entre institutos históricos no século XIX.

Quem faz uma reflexão preciosa do livro de Varnhagem acerca das lutas contra os holandeses é o historiador Arno Wehling num prefácio de edição recente. Para Wehling, um dos objetivos de Varnhagen com esta sua obra teria sido “uma estratégia da memória para convencer os seus contemporâneos”, no sentido de lembrar aos brasileiros que estavam havia dois anos na Guerra do Paraguai que, na ocupação holandesa, lutou-se 24 anos contra um inimigo forte.¹⁹⁵ Fica claro que, para José Higino, a luta era de Pernambuco contra a Holanda, enquanto que para Varnhagen, era do Brasil (ainda que colônia no século XVII) contra a Holanda. Varnhagen e Higino, positivistas que eram, viam o passado como exemplo. Ou melhor, viam a guerra contra os holandeses como um “aprendizado” para o presente. Nessa escolha temática, ou seja, na preferência por “feitos militares”, ficou reduzido o papel de outras áreas da administração da WIC no Brasil.

¹⁹³ Idem, p. 9.

¹⁹⁴ Utilizou a documentação colhida na Holanda entre 1850 e 1854 pelo Dr. Joaquim Caetano da Silva.

¹⁹⁵ Prefácio do Livro História das Lutas com os Holandeses no Brasil, Francisco A. de Varnhagen. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p. 7. O prefaciador destaca um trecho do discurso de Varnhagen, no qual o mesmo afirma: “Achávamos por motivos de serviço publico, no Rio de Janeiro, e acidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica luta que o Brasil sustentou no Paraguai, e nem sequer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá e éramos testemunha do desfalecimento de alguns, quando, com o assentimento de vários amigos, nos pareceu que nos deixaria de concorrer a acaroçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, a avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado, durante 24 anos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa”.

Contudo, ao defender a sua “missão” aos arquivos dos Países Baixos, José Higino chamou a atenção para o fato de que as fontes coligidas por ele “vêm lançar muita luz sobre aquilo que nós menos conhecemos – os pormenores da administração, os costumes, o *modus vivendi* da colônia”. O mesmo fecha o seu discurso se referindo à possibilidade de, a partir da coleção que levaria o seu nome, “estudar todas as relações sociais da colônia Neerlandeza do Brazil”.¹⁹⁶

Em termos de “afiliação histórica”, parece que José Higino, ao se declarar a favor do estudo das relações sociais, se aproxima do positivismo de Arnold Toynbee. Ao mesmo preocupava o estudo das relações entre as sociedades ou culturas diferentes.¹⁹⁷ Segundo o historiador Collingwood, uma das ‘categorias’ do estudo de uma cultura na perspectiva de Toynbee seria a de *interregnum* ou *época de crise*, que seria, nas palavras de Collingwood, “o período caótico entre a queda duma sociedade e a ascensão duma outra sua descendente”.¹⁹⁸ Curioso é que, no discurso de ‘prestação de contas’ de José Higino, o mesmo se referiu à necessidade de se buscar novas fontes sobre o passado numa época de decadência econômica da Província de Pernambuco e do “abatimento do espírito público”.¹⁹⁹ Para Higino, o resgate do passado poderia redimir o presente de crise de sua Província.

Retomando a perspectiva nassoviana de Varnhagem, temos que o mesmo se referia a ele da seguinte forma: “este chefe era nada menos do que um Príncipe que aos mais qualificados dotes de capitão prestigioso reunia os de prudente juiz e honrado administrador”.²⁰⁰ Ao analisarmos a expressão “nada menos que um príncipe”, fica claro a preferência de Varnhagen pela nobreza de Mauricio de Nassau, cuja origem contrastava com a de muitos administradores que vieram para o Brasil antes dele. Ocorre que Nassau e Varnhagen pertenciam a um mesmo *stablishment*, para usarmos um termo caro ao sociólogo-historiador Nibert Elias. E é a partir do capítulo V de sua “Historia das Lutas com os Holandeses no Brasil” que Varnhagen vai começar a tratar do tema da

¹⁹⁶ Op. Cit. , p.15.

¹⁹⁷ Ao se referir a Toynbee, o também historiador inglês C. R. Collingwood afirmou: “ O campo de acção do historiador [para Toynbee] oferece-lhes uma variedade infinita de trabalhos, mas, entre estes, os mais importantes dizem respeito à diferenciação destas entidades chamadas sociedades e ao estudo das relações entre elas”. Ref. COLLINGWOOD, C. R. A Idéia de História. – Martins Fontes: Lisboa, 1972, p. 204.

¹⁹⁸ Idem, pp. 204/205.

¹⁹⁹ Op. Cit. , p.9.

²⁰⁰ Op. Cit, p.137.

administração. Para ele, o período anterior estava eminentemente mergulhado na guerrilha e na desordem. Mauricio de Nassau viria, pois, para corrigir esta falha.

No aspecto militar, os elogios de Varnhagen as façanhas de Nassau é patente. Quando ele expulsa a resistência luso-brasileira para além do Rio São Francisco, destaca o historiador: “Animado por tão fácil vitória, não podia Nassau dar férias. Preferia aproveitar-se da estrela que tanto para ele brilhava, destacando para o sul, por terra, Sigismundo Schkoppe”.²⁰¹ Por outro lado, as ‘façanhas’ protagonizadas pelo Almirante Lichthart são adjetivadas. Sobre um ataque empreendido por este último a Ilhéus, refere-se Varnhagen: “...tratou de fazer aos nossos todo o mal que pode”.²⁰² Talvez a passagem de ‘história das lutas’ que mais marque a personalidade administrativa de Nassau, na ótica de Varnhagen, seja a seguinte:

“Na capital [Recife], dedicou-se Nassau com empenho aos assuntos de governo e a fazer prosperar o Estado. Conciliando a severidade com a prudência, conseguiu que todos os magistrados e empregados cumprissem os seus deveres, premiando os bons, corrigindo e estimulando os tíbios e demitindo os incorrigíveis”.²⁰³

Parece que o Nassau de Varnhagen teve mesmo um papel ‘civilizador’, na medida em que reorganizava a economia, distribuía a justiça de forma coerente, construía e reformava as fortificações que fossem necessárias e, sobretudo, preocupava-se com as ‘ciências’ no Novo Mundo. O ilustre historiador do Império nos legou um Nassau que praticamente construiu um Brasil holandês

O historiador inglês Robert Southey, na sua faustosa “História do Brasil”, dividida em três volumes, referiu-se a Nassau como sendo “homem digno de ter sido o fundador do mais duradouro império”. As “sábias medidas” que Mauricio de Nassau tomou após a sua chegada, haviam de ter bom êxito, segundo Southey, devido à “confiança posta nos seus talentos e probabilidade de que o seu nascimento e influência lhe tornaria permanente a autoridade”. O Nassau de Southey não é diferente do de

²⁰¹ Idem, p. 143.

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem, p. 144.

Varnhagen. No trato com os da terra, diz o historiador, “cada colono era olhado como amigo” pelo o conde. Mas essa era inicialmente a política da Companhia e era também o que buscava o governo holandês antes da vinda de Nassau, em janeiro de 1637. Não interessava à companhia a destruição dos engenhos e sim a cooperação com os senhores de engenhos e lavradores. Uma perspectiva “personalista” que granjeou a Nassau o cetro da justiça foi a maneira com que ele lidou com os prisioneiros, com “concessões e generosidades”, o que diminuiu a “aversão que os portugueses votavam aos seus conquistadores”. As opiniões de Robert Southey sobre Nassau estavam baseadas nas crônicas de Gaspar Barléus e Nieouhoff. Naturalmente, em se tratando do primeiro (Barléus), as opiniões acerca de Nassau haveriam de ser as mais positivas possíveis, já que ele se destinou a escrever uma história panegírica sobre o príncipe alemão. Logo, o Nassau de Robert Southey era o mesmo de Barléus.²⁰⁴ Southey evocou a sua principal fonte sobre Nassau da seguinte forma:

“O seu próprio historiador [Barleus] confessa que os peculatos, impiedades, roubos, assassinios e luxuria infrene desta gente a tornara infame. Passava em rifão que nada era pecado daquele lado da linha, e na verdade era como o ditado fosse artigo de fé, tão habituais e atrozes os crimes. Uma rígida justiça depressa conteve esses miseráveis. Nassau, diz Barleus, fez mais homens de bem do que veio achar, e todos faziam agora o seu dever, que porque lhes volvesse a boa vontade, quer porque lhes fizesse sentir a necessidade disso”.²⁰⁵

Por fim, a opinião que Southey, baseado em Barléus, tinha da fase do governo pré-nassoviano era tal que tudo nesta fase estava mal resolvido, confuso e arbitrário. A administração pré-nassoviana do Conselho Político²⁰⁶ precisava ser corrigida e colocada em bom funcionamento.

²⁰⁴ SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Vol. I. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 394/395.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Corpo civil de administradores que respondiam pela administração superior da conquista. Em teoria, este conselho foi concebido para comportar o número de nove membros e os seus representantes deviam entender de questões de justiça, política e comércio. Funcionou de 1630 a 1633, quando foi substituído por

Muito embora Southey tenha tido uma visão de Nassau aproximada da que teve Barléus, devemos levar em consideração o lapso de tempo que separam os dois historiadores. Barléus pertencia a um mundo em que as histórias eram “instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas”. No caso dele, principalmente morais e teológicas. Essa referência a como se fazia história no século XVII foi bem expressa por Reinhart Koseleck.²⁰⁷

Outro historiador novecentista, Heinrich Handelmann, apontou as vantagens pessoais de Nassau na condução do Brasil Holandês. Assim, para Handelmann, Maurício de Nassau vinha governar “com igual zelo e aptidão os grandes problemas como os pequenos”.²⁰⁸ Ao se referir à maneira como Maurício de Nassau conduziu o seu governo, Handelmann expôs que “sob o governo sábio do Conde Moritz de Nassau foi ali efetivamente estabelecido o fundamento para o progresso interno muito prometedor”.²⁰⁹ É curioso como Handelmann analisa uma proposta de Nassau aos diretores da Companhia (os Heren XIX) acerca de se distribuir terras aos soldados no Brasil após o fim de seus serviços militares.²¹⁰ O historiador alemão compara tal iniciativa “à medida da antiga Roma”. Também da mesma forma que outros historiadores de seu tempo, H. Handelmann não deixou de ressaltar as qualidades pessoais de seu conterrâneo, destacando nele “a origem régia, o cavalheirismo e a amável simplicidade”. Era Nassau um sábio nobre que governava para uma república. A sua “origem régia” emprestava aos Países Baixos um colorido especial na condução dos negócios da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil.

uma “Diretoria Delegada”, representada pelos senhores Mathias van ceulen e Johan Gijsseling. Em 1634, o Conselho Político reassumiu a dianteira na administração superior do Brasil holandês, tendo como representantes Serveas Carpentier, Willem Schott, Jacob Stachhouwer, Johan Wijntgis e Ippo Eissens. A partir de 1637, quando da chegada de Maurício de Nassau e o Alto Conselho, o Conselho Político deixou de ser o órgão máximo da administração do Brasil Holandês e passaram a funcionar como um tribunal de segunda instância.

²⁰⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 43.

²⁰⁸ HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. – Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 182.

²⁰⁹ *Idem*, p. 192. Nesse momento, o autor se refere aos territórios em poder da WIC após a perda do Maranhão e o Ceará, que eram as capitânicas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco e Sergipe.

²¹⁰ Curiosamente, esta mesma proposta havia sido feita em 1634 pelo Conselho Político. Tratava-se, na ocasião, de assentar ex-soldados da WIC na Ilha de Itamaracá e aí plantarem uma diversidade de culturas. (ver nótulas diárias)

Muito embora, na análise de Handelmann acerca do Brasil Holandês, Maurício de Nassau ocupe um lugar especial, nem por isso o historiador deixou de considerar a importância da administração pré-nassoviana. Ao se referir ao *Conselho Político*, ele afirmou que “quanto à atividade dessa administração, foi ela em geral branda e orientada no sentido de reconciliar os portugueses-brasileiros com a dominação holandesa”.²¹¹ Se alguma coisa não funcionou nessa fase pré-nassoviana, ainda segundo Handelmann, era porque as “autoridades subalternas” ao Conselho Político não cooperaram. Ele se referia principalmente aos militares como sendo “mercenários lansquenetes embrutecidos”.

Diferentemente de muitos autores contemporâneos, Handelmann não detratou a administração do Conselho Político. É que este distingue a administração civil daquela praticada pelos militares. Robert Southey, ao contrário, tratava de “holandeses” de uma forma homogênea. Ao mesmo tempo em que ressalta medidas de pacificação promovida pelo governo holandês no Brasil, como foi o que se sucedeu na conquista da Paraíba em 1634, Southey ressaltou o “proceder nefando” dos holandeses na capitulação do Arraial Velho do Bom Jesus.²¹²

Tradicionalmente, construiu-se uma periodização da ocupação holandesa, que foi dividida em três fases: A resistência (1630-1636), a fase nassoviana (1637-1644) e a fase da Restauração de Pernambuco (1645-1654). A “construção” da imagem de Nassau, como bem assinalou Evaldo Cabral de Mello, deveu-se sobretudo às crônicas que não deixavam de exaltar a figura dele por motivos que já foram acima colocados.²¹³ Cronistas como Frei Manuel Calado e Francisco de Brito Freire, ao exaltarem as qualidades de bom administrador de Maurício de Nassau, contribuíram para que a sua figura resumisse uma periodização. Por exclusão, restava o antes e o depois dele.

Problematizando essa periodização clássica da ocupação holandesa, poderíamos perceber a “fase nassoviana” mais como uma continuidade da fase que a precedeu (1635-36) do que mesmo como uma ruptura. Certamente, os historiadores que, pela estrutura de seus estudos e pela importância que deram a diversas questões da ocupação holandesa, foram José Antonio Gonsalves de Mello e Evaldo Cabral de Mello. Em seus respectivos trabalhos, *Tempo dos Flamengos* e *Olinda Restaurada*, pelo menos aparentemente, some

²¹¹ Idem, p. 180. Handelmann chama ao Conselho Político de “Conselho dos Cinco”.

²¹² SOUTHEY, op. cit. pp 372-373.

²¹³ MELLO, op. cit. , p. 339.

a periodização tradicional do Brasil Holandês. Neles, os capítulos não seguem uma ordenação cronológica que obedeça àquela periodização. Até o trabalho de Charles Boxer, que é do ano de 1961, passando pelos de Waetjen, Southey, Handelmann e Varnhagem, em ordem regressa, a abordagem da História do Brasil Holandês seguia ao “padrão trípico” do antes, durante e depois de Nassau. Vale ressaltar, contudo, que entre Boxer e Varnhagem, existe uma grande diferença nos enfoques e escalas. Enquanto o primeiro emprestou à história do Brasil Holandês a sua perspectiva de “império”, o segundo manteve a sua narrativa na escala brasileira, detalhando principalmente as operações militares. Prova disto é que, no primeiro capítulo de *Os Holandeses no Brasil*, Charles Boxer expõe as divergências entre os Países Baixos e as coroas ibéricas que resultaram na criação da Companhia das Índias Ocidentais.²¹⁴

Todos estes autores elencados, Varnhagen, Southey e Handelmann corroboraram para assegurar para a posteridade um Maurício de Nassau como personalidade singular, cujo governo marcou profundamente a presença holandesa no Brasil. Por outro lado, não é nosso objetivo aqui ‘perseguir’ ou mesmo pôr em xeque o Nassau Histórico. Toda essa discussão retoma o que foi dito, com bastante propriedade, por Evaldo Cabral de Mello e que está assinalado no início deste capítulo. O que nos interessa é saber até que ponto essa historiografia novecentista e até do século XX isolou o “Brasil Nassoviano” da fase anterior, que praticamente cimentou, em diversos aspectos, o teatro de manobra do príncipe alemão. As seções que se seguem procurarão, mais à luz das fontes que do discurso, caracterizar essa fase que antecedeu a vinda de Nassau. Trataremos, fundamentalmente, dos anos de 1635 e 1636.

²¹⁴ Em *Os Holandeses no Brasil*, as primeiras páginas se destinam a entender de que modo a os holandeses entraram no Atlântico Sul até decidirem pela ocupação da Bahia e Pernambuco. Intitulado *Primeiros Movimentos (1621-1629)*, as primeiras seções do primeiro capítulo são as seguintes: 1. O assalto holandês ao mundo colonial ibérico, 2. Usselinx e a formação da Companhia das Índias Ocidentais e 3. A trégua dos doze anos e suas repercussões.

2. O pequeno comércio e os “*kleine profijten*”

A administração do Brasil holandês foi pensada de maneira que o poder civil estivesse acima do militar. Dessa forma, instituiu-se, desde o primeiro ano da conquista, um Conselho Político para se sobrepôr ao *gouverneur*, cujo poder era, apesar do título, menor que o dos conselheiros políticos.²¹⁵ O primeiro governador do Brasil holandês foi o Coronel Diedrick van Wanderbuch, que ficou no cargo até 1634. Hermann Waetjen compara a função do Governador no Brasil holandês com a desempenhada nas Índias Orientais da seguinte forma:

Enquanto nas Índias Orientais o Governador, de início, desempenhava as funções de presidente do Colégio dos Conselheiros (ou Junta do Conselho) no Brasil não lhe cabia nem mesmo o privilégio de “*primus inter pares*””.²¹⁶

A aplicação da justiça ficava a cargo tanto do Governador como do Conselho Político. Sobre a competência exata do Conselho Político, afirmou Hermann Waetjen que a falta de informações nas fontes dificulta-nos o seu conhecimento detalhado. Entretanto, resumiu, com base em evidências, a sua função como se segue: manter a ordem no território recém conquistado, fiscalizar a aplicação das ordens dos diretores da WIC e castigar as transgressões destas, cuidar do aprovisionamento das tropas e da remessa de açúcar e pau-brasil para a Holanda. É de Hermann Waetjen o melhor estudo sobre as instâncias administrativas no Brasil Holandês. A ele se referiu José Antônio Gonsalves de Mello ao escrever alguns breves comentários acerca da administração do Brasil Holandês.²¹⁷ Na estrutura do Conselho Político, os funcionários subalternos aos conselheiros eram o secretário, um escrivão, um auditor, dois oficiais, um carrasco, um ajudante do carrasco e um servente do Conselho.²¹⁸

Com o passar dos primeiros anos, os agentes da WIC iam se ambientando ao dia-a-dia. A guerrilha constante também oferecia ‘brechas’ à administração. E eram nesses momentos que apareciam os *kleine profijten* (pequenos lucros). Através do pequeno

²¹⁵ Segundo Hermann Waetjen: “Apesar, porém, do título pomposo de “governador”, não lhe era conferida plena autoridade senão em matéria militar”. Ref. WAETJEN, op. Cit. p. 292.

²¹⁶ Idem, pp. 292-293.

²¹⁷ No livro “Fontes para a História do Brasil Holandês” (p.9), Gonsalves de Mello destaca um capítulo do clássico livro de Hermann Waetjen “O Dominio Colonial Holandês no Brasil”, em que este último trata especificamente sobre o tema.

²¹⁸ WAETJEN, op. Cit., p. 308.

comércio, tentativas esporádicas de bom relacionamento entre a WIC e os luso-brasileiros se sucediam. Em muitos casos, funcionários civis que pediam desligamento da Companhia para comercializar diversos produtos passaram a contribuir para uma situação de entendimento entre neerlandeses e luso-brasileiros.

Em março de 1635, Johan Wijnants deixou de servir a WIC na qualidade de ‘comissário de bens’ para se tornar um ‘*vrijluiden*’ (cidadão livre) e pediu permissão para comprar “5 pipas de vinho e um barril de farinha”²¹⁹. Wijnants casou-se com a filha de um senhor de engenho de Goiana e via nesta nova condição a oportunidade de recomeçar a vida longe da guerra, ou pelo menos longe do serviço militar. Jacob Duinckercker, capitão do navio ‘O brasão de Hoor’, também tornou-se cidadão-livre e passou a fornecer pau-brasil para a própria Companhia. Duinckercker foi substituído por Claes Janssen na sua antiga função de comandante, que partiu para a Holanda carregando açúcar e pau-brasil. Jacob Duickercker certamente havia percebido as possibilidades particulares de lucro no comércio de madeira em vez de ficar sempre atrelado a sua anterior condição de chefe de embarcação. Basta saber que o pau-brasil era requisitado às largas nos Países Baixos. Em Amsterdam, por exemplo, havia um presídio (*Rasphuis*) que utilizava muito o pau-brasil para o serviço de marcenaria realizado pelos detentos.²²⁰

Em início de abril de 1635, a chalupa *Duitzendbeen* (A centopéia) trouxe de Itamaracá um cidadão-livre trazendo uma boa quantidade de bananas e cocos para o Recife. Essa mesma embarcação trouxe, dias depois, um carregamento de 320 cocos, dos quais a metade pertencia ao ‘*vrijluiden*’ de nome Bartholomeus. A outra metade ficava com a Companhia. Esta, por sua vez, ofereceu, através de seu comissário (aprovisionador), os cocos a um pequeno comerciante pela soma de 5 stuivers a unidade. No final, ficou mesmo por 4, uma vez que, segundo o comprador, “as pessoas têm muito acesso ao líquido” pelo fato de estar o país “parcialmente aberto para poderem trafegar”.²²¹ Esta informação do “país parcialmente aberto” nos mostra algo interessante.

²¹⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dageliske Notulen. 27/03/1635.

²²⁰ SCHAMA, Simon. O Desconforto da riqueza: A cultura holandesa na época de ouro, uma interpretação. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 29. Destacou o autor: “Em 1599, a cidade concedeu aos supervisores da Tugthuis o monopólio de pau-brasil pulverizado para seus trabalhos de tinturaria, e a partir daí a casa passou a ser chamada coloquialmente Rasphuis (serraria). Pois esse era o regime que deveria transformar ociosos, parasitas, mendigos e os mais diversos inúteis em criaturas sociais trabalhadeiras e responsáveis”.

²²¹ IAHGP. Coleção José Higino. Dageliske Notulen. 13/04/1635.

É que, em meio à guerrilha, a circulação de pessoas começava a se normalizar, o que seria melhor para o comércio, mesmo que incipiente. Tanto melhor circulavam as pessoas, tanto mais se dinamizava o pequeno comércio. Isto, é claro, desde que não estivessem em guerra.

A associação dos cidadãos-livres com a Companhia era, em princípio, benéfica. Esses pequenos comerciantes funcionavam como elementos ancilares na vida econômica da *conquesten*. Mas poderiam também prejudicá-la. Um *vrijluiden* de nome Jan van Eijssens foi pego por um auditor ao tentar contrabandear água-ardente utilizando um barco de sua propriedade. Parece que o comércio de água-ardente era mais interessante que o de água-de-coco. O contrabandista foi punido com uma multa de 30 florins.²²²

O problema do contrabando de víveres existia concomitante a organização administrativa. É bom observar que as autoridades, na figura do Conselho Político, não estavam alheias a este problema. Com um olho na guerra e outro no comércio, os conselheiros políticos procuravam coibir os excessos da corrupção. Ocorre que, na medida em que a conquista se expandia, também crescia a necessidade de distribuição de bens de comércio. Até os meses de abril-maio de 1635, os holandeses já haviam ocupado a Várzea do Capibaribe, Goiana, Igarassu, Paraíba e Rio Grande do Norte. Veja-se a frequência de embarcações entre o Recife e estes pontos ao logo dos anos que precederam a vinda de Nassau em 1637 (ver anexo ao final do capítulo). Na proporção em que iam conquistando os vilarejos e povoados, o governo civil ia implantando a ‘normalidade’ através de um pequeno comércio. Começava aí um “relativo” momento de entredimento entre a WIC e os moradores.

Nesse estudo, o clima de relativa estabilização do Brasil Holandês começa antes da chegada de Maurício de Nassau. A capilarização do poder batavo procurava nos *kleine profijten* uma forma de ligar a população local aos propósitos da Companhia. Os cidadãos-livres foram figuras importantes nesse aspecto.

Tratando dos comissários de bens, função já acima referida, vale menção uma referência feita a essa categoria de funcionário por uma fonte coeva da seguinte maneira:

²²² IAHGP. Coleção José Higyno. Dageliske Notulen. 21/04/1635.

“Os comissários são sem exceção pequenos condes; vivem, comem, bebem, vestem e aprontam-se como gente graúda, principalmente os que superintendem, a artilharia, os viveres, as mercadorias e os açúcares da Companhia; tudo são vestidos preciosos, mesa preciosa, cavalos, criados, etc. Donde tudo isto provém, que o medite quem toca”.²²³

Em geral, os comissários eram responsáveis pelos armazéns ou pela guarda de determinados produtos. Havia, pois, os que regulavam os víveres das tropas, o açúcar e as mercadorias para venda.²²⁴ Esta função de comissários de bens poderia ser então fonte constantes problemas ao Conselho Político. Responsáveis pelo abastecimento das embarcações, os *'commissaris van goederen'*, como eram chamados, viviam no limite entre a legalidade e a ilegalidade. Eles sabiam os caminhos das mercadorias e, de alguma forma, o controle delas. Um aprovisionador de nome Arnold Venerman, foi preso por não prestar contas à Companhia. O caso foi diligentemente acompanhado por um auditor.²²⁵

Por essa época, mencionou José Antônio Gonsalves de Mello, um documento que aponta indícios de corrupção na própria administração superior do Brasil holandês, ou seja, no seio do próprio Conselho Político. Segundo ele “é em relação a este período (1635-36) que ocorreram acusações graves de extorsões, roubos e até morte por parte dos mesmos”.²²⁶ Apesar de tudo, um pequeno comércio começava a existir.

Na tentativa de um entendimento ‘invasor-invadido’ o pequeno comércio junto aos portugueses era fundamental. Assim foi o caso de Domingos Dias, português, que vendeu à Companhia 85 arrobas de açúcar ao preço de 13 schellings cada. O tesoureiro Willen Schott pagou-lhe a quantia de 348 florins e 19,5 stuivers pelo carregamento completo.²²⁷ Até entre os que estavam sitiados no Arraial Velho do Bom Jesus, como foi o caso de Agostinho de Holanda, podemos encontrar fornecedores de víveres aos holandeses. Agostinho de Holanda foi enforcado pelos seguidores de Matias de

²²³ APUD, MELLO, Fontes para a História do Brasil Holandês, p. 36.

²²⁴ Idem.

²²⁵ IAHGP. Coleção José Higyno. Dageliske Notulen. 25/04/1635.

²²⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil holandês, tomo II, p. 12.

²²⁷ Idem.

Albuquerque. A informação chegou à WIC por intermédio de seu servente, que também falou da carência de farinha e carne que existia no Arraial.²²⁸

A guerrilha escondia os ‘pequenos negócios’. Em meio a cercos, observações de ambos os lados e espionagens, a tentativa de acordo aparecia no fornecimento clandestino de víveres. Mas esse fornecimento, por vezes, prescindia a uma fiscalização por parte de algum membro do Conselho Político, que chegou até a criar um edital²²⁹ em que proibia o recebimento de açúcar ou qualquer provisão dos portugueses sem antes passar por uma fiscalização deles próprios. Quem não seguisse essas ordens teriam os seus bens confiscados. Nesse edital, proibiu-se, inclusive, que os portugueses vendessem bebidas alcoólicas nas estradas sem antes passarem pela fiscalização do Conselho Político. Para consolidar o controle, montou-se uma feira em frente à residência deste conselho.

Havia, pelo menos em teoria, um esforço do Concelho Político em colocar as coisas em ordem. Não deixaram eles [os conselheiros políticos] de confirmar a punição dos infratores “segundo alguns outros artigos relacionados à justiça”.

Durante as operações ao interior, o pequeno comércio também poderia ser feito entre a companhia e os próprios soldados. Numa mata próxima a Porto Calvo (sul da Capitania de Pernambuco) achou-se 116 caixas de açúcar. Como elas estavam muito pesadas para serem transportadas até o litoral (onde aguardavam os navios), o jeito foi dá-las aos soldados para que os mesmos se sentissem ‘estimulados’ a carregá-las às embarcações e, depois, vendê-las. O fato é que a própria companhia foi quem comprou o açúcar. Os valores foram pagos pelos comissários de bens. Certamente a WIC ia revender as 116 caixas por preços mais altos na Europa. Para a soldadesca, o valor pago (de três a quatro soldos por libra de açúcar) aliviava as dificuldades do cotidiano de soldos frequentemente atrasados.²³⁰

Até meados de 1634, a situação da WIC no Brasil era muito difícil sob vários aspectos. No entanto, as várias entradas que os militares faziam para o interior faziam com que conhecessem mais outras vilas e lugarejos, principalmente aqueles situados na

²²⁸ IAHG. Coleção José Higyno. Dageliske Notulen. 27/04/1635.

²²⁹ IAHG. Coleção José Higyno. Dageliske Notulen. 28/04/1635.

²³⁰ Relatório dos Senhores Delegados no Brasil, M. van Ceulen e Johan Gijsselingh, dirigido aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 5 de janeiro de 1634. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 141)

parte sul da Capitania de Pernambuco. Assim, numa dessas *expeditien*, relataram o seguinte:

“Em Alagoa do Sul, que se estende para o sul atrás de Porto dos Franceses, incendiámos um povoado ou povoação considerável, chamada Nostre Signore de Conceipcao, que, em extensão e beleza de arquitetura, não era menor que a cidadezinha de Garacu [Igarassu]”.²³¹

A comparação do povoado de Nossa Senhora da Conceição com a vila de Igarassu (norte do Recife) denota já um parâmetro local de comparação. Após três anos de ocupação, era possível ter uma noção mais clara das freguesias locais, principalmente as de Pernambuco. Desde muito cedo, nas fontes holandesas, além da ciência da divisão dos territórios em capitânias, a WIC já demonstrava o seu conhecimento das subdivisões mais em termos de freguesias do que mesmo em jurisdições alcançadas pelas câmaras locais. Isso será evidenciado mais adiante, quando trataremos das composições das câmaras dos Escabinos.

Houve esforço, por parte do Conselho Político, para pôr em ordem a produção de açúcar. Em início de 1634, a Companhia proveu, entre outros, o ex-soldado Berthlot Bertholtsen, “casado aqui com uma mulher do país”, para que ele pudesse plantar açúcar. Foram-lhe fornecidos, inclusive, “alguns negros e materiais para empregar tudo em proveito da Companhia”.²³² Outro exemplo de retomada de produção açucareira foi a aliança com senhores de engenho antigos incentivada pelo governo civil. Pouco ao norte do Recife, nos engenhos que margeavam o pequeno rio Araripe, os moradores locais passaram a colaborar com a Companhia, tanto negociando caixas de açúcar, como fornecendo aos holandeses informações acerca dos sitiados no Arraial Velho do Bom Jesus.

Outro ‘colaborador’ da WIC foi Gonsalves de Almeida que, entrando no Recife com duas caixas de açúcar, foi punido por não ter dado satisfação a Companhia. Com relação a esse delito, decidiu o Conselho Político pela advertência e confisco de suas

²³¹ Idem.

²³² Idem, p. 151.

caixas. Nesse caso, falou-se em ‘crime capital’, pelo fato do português ter ignorado as ordens da Companhia. Mas prevaleceu o arbítrio, apelando-se para o bom senso. Era dessa forma que se aplicava, na maioria dos casos, o direito no Brasil Holandês. Mais por ‘*arbitria*’ que por ‘*justitia*’. Situações novas requeriam soluções que prescindiam à lei escrita. Não seria de estranhar, pois, que o afamado jurista holandês, Hugo Grótius, que também prestou serviço às grandes companhias de comércio holandesas, optava por um equilíbrio entre a lei escrita e o bom-senso, sobretudo num mundo marcado por brigas religiosas em que o direito deveria ser dessacralizado. Soma-se o fato de que, por essa época, o direito “dessacralizado” neerlandês se encontrava em fase formação.²³³

A racionalidade legal batava era refratada por uma prática local anterior. No caso acima citado, era bem normal que a produção de açúcar viesse para o Recife, vindo de qualquer parte da Capitania de Pernambuco. É bem possível que Gonsalves Almeida realmente ignorasse as ordens da Companhia.²³⁴

Uma questão que merece ser analisada neste caso, e diz respeito mais ao caráter da WIC. Ao se referir que “não se pode permitir que os direitos da Companhia sejam colocados de lado”, temos aí uma questão de soberania enquanto “essência da República”. Este preceito, como esta aqui colocado, foi primeiramente observado por Jean Bodin. Soberania, diga-se de passagem, da própria Companhia frente aos Estados Gerais dos Países Baixos.²³⁵

Outro caso de transgressão foi o do comissário Veneman, que ficou preso em sua residência “por causa de sua negligência, quando prestou conta de sua administração e da má organização de suas contas”.²³⁶ Entretanto, como este quebrou as suas algemas e “continuou os seus atos do mesmo modo”, a punição foi “cavalgar em cavalo de madeira” (tipo de tortura) e não receber mais que um rancho de soldado. Não se fala em

²³³ Ver VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. – São Paulo: Martins Fontes, 2005. O autor chama a atenção para a “obra composta no cativeiro da fortaleza de Gorkum e muito consultada na Holanda, a *Inleidinge tot de Hollandsche Rechtsgellerdheid*, a introdução ao ensino do direito holandês, publicada em 1631 [...] Ali se encontra a prova de que os horizontes de Grócio estendem-se para além do direito público; de que ele é o continuador de Connan, de Doneau e de Althusius, e um dos artesãos desses direitos *comuns*, meio romanos e meio consuetudinários, que tendem, sob a égide da razão, a substituir os direitos múltiplos da sociedade medieval dos Estados da Europa moderna.”

²³⁴ IAHP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 29.04.1635.

²³⁵ GOYARD-FABRE, Simone. *Os Principios Filosóficos do Direito Político Moderno*. – São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 23.

²³⁶ IAHP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 30/05/1635.

pena de morte, mas fica claro que a punição existia como exemplo a futuras atividades ilícitas. Tais punições se nos apresentam como algo que contrasta com a situação pintada por Waetjen antes da vinda de Nassau, como sendo a de uma “completa desordem”.

Varnhagen, por sua vez, admite apenas para a época de Nassau a decisão de que todos os empregados cumpriam com os seus deveres. Como se só a partir de então, o governo passasse a conciliar “a severidade com a prudência”.²³⁷ Nos casos acima citados, parece que estes dois “ingredientes” já estão misturados antes mesmo da vinda do *Stathouder* Maurício de Nassau. Assim, a severidade se encontrava na punição em si, enquanto que a prudência estava na intensidade das penas, que podiam ser abrandadas. Não se podia simplesmente punir com a morte um funcionário da Companhia por qualquer motivo. Nos Países Baixos, as penas de morte eram aplicadas para casos de crimes contra a família ou “contra a ordem sexual ‘natural’ que exigiam a extirpação pela água”.²³⁸ Assim declarou Simon Schama, um o estudioso da sociedade e cultura holandesa. O mesmo observou como as penas eram aplicadas nos Países Baixos. Lá, as mesmas eram aplicadas segundo vários critérios, em que se observavam vários graus de confinamento, desde prisões de três e seis meses até a prisão perpétua. Em caso de homicídio, dependendo da idade do réu, a pena não era capital. Diferentemente da Holanda, cujas penas eram aplicadas, nas cidades, pelos schout (cherife) e auxiliado por um grupo de magistrados (schepenen), no Brasil pré-nassoviano a função ficava a cargo do Conselho Político.

Cada espaço da conquista tinha a sua burocracia. No caso dos comissários de bens era interessante exercer essa função em pontos importantes da conquista. Para Goiana, por exemplo, Vincent Drillenburch, que já era Comissário de Bens no Recife, pediu para substituir o anterior Jan Wijnants. Drillenburch foi indicado pelo conselheiro político o Sr. Ippo Eijssens. A vila de Goiana era, mesmo antes da invasão de 1630, um ponto de comércio importante entre Pernambuco, Paraíba e Itamaracá. Fica, até os dias de hoje, envolta numa interessante rede fluvial. Para que o pequeno comércio funcionasse, devia-se providenciar as embarcações para levar ao Recife os açúcares dos plantadores já ‘aliados’ à Companhia. Um dos conselheiros, Willem Schott, solicitou um barco no Rio

²³⁷ VARNHAGEN, F. A. de. História das Lutas com os Holandeses no Brasil, p. 144.

²³⁸ SCHAMA, Simon. O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 34-35.

da Jangada, para atravessar a produção do engenho de Michel Paes. O pedido não foi satisfeito e o açúcar deveria mesmo vir por terra.²³⁹

O sistema de transporte de açúcar, pelo menos dos engenhos situados ao norte e sul do Recife, era, via de regra, fluvial, de forma que os açúcares eram trazidos ao porto desta cidade por barcos pequenos. As fontes batavas os denominam *baercqiens* ou *baerquiens*. Eram as mesmas descritas por Gilberto Freyre como *barcaças* que, até início do século passado, traziam “açúcar, sal, madeira e cocos para o Recife”. O autor fez questão de descrevê-las como tendo um “feitio colonial”.²⁴⁰

Na fase inicial da guerra, muitos desses barcos tinham sido destruídos ou mesmo levados para a Bahia pelos luso-brasileiros. Esses barcos pequenos eram peças importantes no processo de deslocamento do produto até o porto. Um transporte mais lento poderia até encarecer o produto. Os menores barcos neerlandeses, as chalupas e os iates, não podiam realizar essa função, uma vez que estavam comprometidos com missões militares. Mesmo assim, sempre que possível, quando estas embarcações traziam ou levavam tropas e armas para certas localidades, transportavam também caixas de açúcar. Soma-se ao fato de que esses iates traziam açúcar através de saques. Um deles, que teve vez no sul da capitania de Pernambuco, trouxe aos armazéns do Recife mais de 2.500 caixas de açúcar.²⁴¹

Se o constante estado de guerrilhas dificultava o transporte do produto por terra, o fato deles passarem a ser transportados pelos rios não era estranho aos batavos já afeitos ao transporte fluvial na própria Holanda. Como observou Fernando Braudel, na Holanda, “most goods travelled by water”.²⁴² Na *Vaterland*, o comércio de bens quase não se utilizou do “*overland transport*”. Percebemos, pois, que o constante estado de beligerância não impediu a que o Conselho Político iniciasse, ainda que com dissabores, a suas práticas administrativas. Como estratégia de dominação, um modelo

²³⁹ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijkse Notulen. 30. 04. 1635.

²⁴⁰ FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. – São Paulo: Global, 2004, p. 68.

²⁴¹ Relatório dos Senhores Delegados no Brasil, M. van Ceulen e Johan Gijsselingh, dirigido aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 5 de janeiro de 1634. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945. (especificar a página)

²⁴² BRAUDEL, Fernand. **Economia e capitalismo**. p. 350.

administrativo foi sendo adotado na medida em que, timidamente, foram os holandeses obtendo relativa cooperação da população local.

Outro sinal do lento, mas não imperceptível ajustamento ²⁴³ da economia no Brasil Holandês antes do governo nassoviano, foram os pedidos de trabalho, já aceitos na própria Holanda, para determinados ofícios. Só para o ofício de ajudante de padeiro, vieram, em maio de 1635, Dirkson van Bueren, Jan Neeuwburgen, Herman Srucker van Eijssens, Jan Albrechts de Waerden, Jan de Fijn, Gerrit Strijte, Willen Haermens, Hans Conhad van Boeren, Matheus Abrahans e Lambert Everts. Soma-se a esse grupo Jan Barentsen, que foi ser chefe-padeiro na Paraíba recebendo 17 florins por mês.²⁴⁴

Apesar desse quadro, observou o historiador Hermann Waetjen que “até fins de 1635 poucos foram os pedidos de transporte para a América do Sul que transitaram pelos escritórios do WIC” para diversos ofícios. Para ele, que empreendeu uma grande pesquisa nos arquivos da Companhia, os pedidos de emigração só aumentaram consideravelmente após a vinda de Nassau em 1637.²⁴⁵

Esse pequeno comércio representava uma grande vitória para uma companhia de acionistas, sobretudo porque satisfazia a uma das condições de existência de uma companhia dessa natureza. Fernand Braudel, que trabalhou magnificamente a ascensão do capitalismo no ocidente, observou as três condições necessárias para a efetivação do monopólio de uma companhia, que são: “o Estado, mais ou menos eficaz, nunca ausente; o mundo mercantil, isto é, os capitais, o banco, o crédito, os clientes”.²⁴⁶ Finalmente, a terceira “condição”: “uma zona de comércio para ser explorada de longe, a qual, por si só, determina muitas coisas”.²⁴⁷ Essa terceira condição ou “realidade”, como disse Braudel, é a que nos alcança. Em Pernambuco, zona de comércio distante dos Países Baixos, o incipiente contato da WIC com os lavradores e senhores de engenho locais, fazia parte dessa terceira “realidade”. É assim que podemos entender um início de

²⁴³ Se compararmos com os três primeiros anos da conquista, percebemos que a partir de 1635 passa a existir um maior interesse, devido ao arrefecimento da guerrilha, no exercício de diversos ofícios no Brasil Holandês.

²⁴⁴ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijkse Notulen. 01.05.1635.

²⁴⁵ WAETJEN, Hermann. O Domínio Colonial Holandês no Brasil, p. 379.

²⁴⁶ BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo. – São Paulo: Martins Fontes, 1996, pp. 392-393.

²⁴⁷ Idem.

“interlúdio de paz” para a WIC, através de seus agentes e também para os produtores locais.

Vejamos, pois pela ótica destes últimos. Pedir empréstimos era uma prática antiga entre os plantadores de cana em Pernambuco. Comprar a prazo também. Assim adquiriam-se, inclusive, escravos. Quando as safras de cana não vingavam, por diversos motivos, as dívidas certamente aumentavam. Nesse sentido, a invasão holandesa veio a livrar muitos senhores de engenho e lavradores de suas dívidas antigas. Dessa forma, os *kleine profijten* foram importantes não apenas para a Companhia (satisfazendo a terceira “condição” do monopólio), mas também para os lavradores que se apartaram da resistência.

Em abril de 1634, a companhia já contava com a colaboração de alguns senhores de engenhos e lavradores como Pedro da Rocha Leitão, Gonçalo Novo de Lira, Gaspar Ximenes e Francisco da Costa Brandão. Este último, por sua vez, trouxe consigo alguns outros moradores para ganhar a salvaguarda da Companhia. A partir disso, considerou o Conselho Político que “as pessoas estão retornando aos domínios” da Companhia. Praticamente a um ano da queda do Arraial, muitos moradores, do Cabo de Santo Agostinho até Itamaracá, rendiam-se às garantias oferecidas pelos holandeses. Mais ainda, é bem possível que alguns deles já servissem há mais tempo aos holandeses, visto que, numa *brieven*, há referência de “renovação das salvaguardas”.²⁴⁸ Muitos civis aceitaram, sob a condição de garantia de seus bens, a subordinação ao invasor.

Por outro lado, a manutenção de seus negócios já era assegurada pelo Regimento da WIC. Os empréstimos só voltariam a acontecer, grosso modo, na administração de Nassau e do Alto Conselho anos depois. Em Itamaracá, alguns soldados holandeses, passados os três anos de serviço militar, obtiveram a condição de cidadão-livre. Aqui, “muitos colonos começam a se fortalecer, [...] vindo morar na ilha na condição de cidadão-livre e agricultores [...]”. Muitos são provenientes da França, Inglaterra,

²⁴⁸ IAHP. Coleção José Higino. *Brieven em Papieren uit brasilie*. 18/04/1634. Onde se lê: “soo hebben verscheyden inwoonders versocht vernieuwinge van de salveguardes ende onder anderen eenen signor d’Ingenho Francisco da Costa Brandaon, die wij onlanghs hebben does affbranden, comt ook het hooft in de schoot leegen ende versouckt saveguard, doch is alles affgeslaegen, alsoo wij sien daer niets met is te proffiteren, soodat dit volckie ook al is vertreckende, soodat nu alles van de Cabo aff tot Goyana toe is verlaten.”

Alemanha, além da Holanda e Portugal. Estes últimos sendo os que já haviam aceitado a salvaguarda.²⁴⁹

Essa “vitória de Pirro” da Companhia deve ser vista frente a uma escala micro. Evidentemente, até a queda do Arraial, em meados de 1635, e mesmo depois, o grosso da produção açucareira era escoado para Portugal por portos ainda não ocupados pelos holandeses. Eram as “escápulas” do açúcar sobre o que falou Evaldo Cabral de Mello. Enquanto os holandeses apenas estavam no Recife, bem no início da conquista, saía do porto da Paraíba um navio carregado com 400 caixas de açúcar. E foi esse mesmo navio que comunicou às coroas ibéricas acerca da invasão a Pernambuco.²⁵⁰ E eram por portos ainda não conquistados que passavam os *grootte profijten* (grandes lucros), os quais a WIC só obtinha mediante apreensões.

Voltando ao ‘pequeno comércio’, entendemos a boa receptividade batava ao compararmos com uma conjuntura de quatros anos antes, 1631. Naquele ano, certa vez, chegaram as autoridades holandesas a considerar que “não há esperança de entabular relações de comércio e de negócios aqui”²⁵¹. As dificuldades dos três primeiros anos de ocupação impediam o pequeno comércio por diversos motivos. Para ter acesso aos engenhos da interlândia era necessário, antes de tudo, conhecer os caminhos e pequenos cursos d’água. O Governador Wanderburch, em meados de 1633, desabafava aos diretores da Companhia quando se referiria ao

“pequeno número de embarcações convenientes, mudança de clima, ignorância dos canais e passos pouco examinados pelos marinheiros antes dessa época, falta de bons guias e outras dificuldades pelas quais ótimos

²⁴⁹ Idem. Onde se lê: “ de coloniers beginnen opt eyland sterck te werden, veele voor desen op St Christoffel ende andere plaetsen, daer colonien sijn gewoont hebbende, nu hier haren tijt uitgedient hebbende sijn opt eylandt gaen wonen om haer als sijnde vrijluiden met het planten te generen, daer sijn alle natien France, engelsche, Duytsche, Nederlanders ende Portugesen, ook eenige Brasilianen stileren haer meest op den maniva ofte mandioca te planten om farinha de pao van te maecken doch het land is soo vol groot mieren met scheeren, [...] dat de farinha geen arbeidsloon sal voortbrengen maer alle andere gewassen ende vruchten als bacovas, bananas, potatos, ananas, pompoenem, meloenen, cocos papayas, boonen ende diergelijcke meer het in overvloet ende soo schoon als ergens in Brasil [...]”

²⁵⁰ Carta dos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais de Zelândia aos Estados Gerais. 23 de abril de 1630. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p.37.

²⁵¹ Missiva do Governador D. Van Weerdenbuch, em Antonio Vaaz, aos Estados Gerais. 03 de agosto de 1631. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 71. Esses eram os “tempos difíceis” aos quais se referia José Antonio Gonsalves de Mello.

empreendimentos tomavam um curso contrário ao que nos havíamos a nós próprios prometido”.²⁵²

A superação desses problemas seria fundamental para que tivesse curso os “ótimos empreendimentos” da Companhia no Brasil. Por mais que os holandeses estivessem bem informados acerca dos principais portos e vilas do Nordeste, não eram da mesma forma acerca das estradas e pequenos rios. Isso veio com o cotidiano das incursões. Essa era ainda uma fase de reconhecimento da *conquesten*. Essa espécie de ‘proto-história’ dos holandeses em Pernambuco, que foram os primeiros três ou quatro anos, talvez não devesse passar incólume na história do Brasil holandês. As incursões ao interior ajudavam a WIC a conhecer melhor o mundo entorno dos engenhos e os próprios engenhos. Para que o pequeno comércio de 1635 e 36 passasse a existir era necessário conhecer aquele mundo, que não se encontrava necessariamente muralhas a dentro do Recife, ainda que o porto e os armazéns fossem extensões do que se iniciava nas unidades produtivas.²⁵³

Esse mundo pré-nassoviano, dos ‘tempos difíceis’, é meio obscuro na historiografia do Brasil Holandês do século passado. Não que historiadores como Waetjen, Boxer ou Gonsalves de Mello não tenham visto as minudências desses primeiros anos. Contudo, restringiram mais as suas análises na resistência do Arraial, na fortificação do Recife e na desagregação da produção açucareira (o que de fato se verificou). Do lado luso-brasileiro, os *pequenos lucros* vinham às escondidas. Por portos que não o do Recife, Itamaracá e Santo Agostinho, os navios continuavam a chegar e a desembarcar açúcar e outros bens de comércio.

Em fins de maio de 1635, os holandeses, a partir de uma *expeditien*, souberam por um informante que um senhor de engenho chamado Cristóvão Botelho, que era proprietário em Camaragibe, havia mandado um navio desembarcar açúcar na Ilha

²⁵² Relatório do Governador D. Van Weerdenburch aos Estados Gerais. 11 de julho de 1633. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 114.

²⁵³ Idem. Relato de Wanderburch: “muita incursão na região [entorno de Igarassu] foi por nós feita com nossa pequena tropa; diversos bons engenhos, armazéns e navios com açúcar e fumo (que não sabíamos por segurança de outra forma) foram queimados por nós, diversos açúcares foram tomados por nós nos canais, dos quais trazemos conosco uma boa parte...”.

Terceira e, de lá, retornado a Pernambuco “algodão, linho e outros bens de comércio”.²⁵⁴ Em Pernambuco, o navio aportou no rio Santo Antônio, bem ao sul do Recife. Ao norte do Recife, a situação parecia encontrar a sua quase normalidade.

A ligação Recife-Goiana-Paraíba já parecia se consolidar mesmo antes da queda do Arraial. Pouco mais de um mês antes da derrota de Albuquerque, *jatches* holandeses carregavam açúcar em Goiana para o porto da Paraíba. Assim, a embarcação *De Goutvinck* transportava de Goiana para a Paraíba as quantidades de caixas de açúcar que deveriam encher os navios deste porto.²⁵⁵

A importância de Goiana e da Paraíba está evidenciada numa *notulen* que se refere a possível aproximação de tropas luso-brasileiras “indo em direção a Goiana destruirá tudo o que ali se encontra, causando prejuízo à Companhia. Mas também é possível que o inimigo esteja indo em direção à Paraíba para acabar com tudo nesta província”.²⁵⁶ O receio da WIC em perder estes pontos de conquista levou o Conselho Político a designar 600 homens para as duas regiões. Esse estado de tensão atingiu a relação entre os cidadãos-livres e os moradores portugueses, em que ficava proibido o comércio entre eles. Situações como estas colocavam em xeque a relação entre a WIC e os moradores luso-brasileiros, abalando a relação de entendimento entre essas duas partes. A companhia tinha motivos para esses “medos de traições”, visto que, por essa mesma época, “alguns portugueses, que estavam sob nossa salvaguarda [salvaguarda holandesa], ajudaram traiçoeiramente o inimigo”. O resultado é que estes “traíçoeiros” à companhia foram mandados presos às Índias Ocidentais.

Era difícil a obtenção da paz.²⁵⁷ Bastava a aproximação de soldados luso-brasileiros para os moradores ficarem exaltados. Na Paraíba, Eduardo Gomes da Silveira e Simão Soares foram acusados de planejarem “uma traição contra o Estado”, aliciando índios para atacar a vila de Goiana. Entretanto, a conspiração foi delatada pelo primo do

²⁵⁴ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 24/05/1635. De fato, Cristóvão Botelho possuía 2 engenhos nas proximidades de Porto Calvo. O seu nome consta num levantamento sobre o Brasil Holandês, aliás, o primeiro depois da chegada de Maurício de Nassau. Ref. Breve discurso sobre o Estado das quatro capitâneas conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês. Tomo I. MEC/IPHAN/FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, Recife, 1981, pp. 77-129.

²⁵⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 24/05/1635.

²⁵⁶ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 22/04/1636.

²⁵⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 24/04/1636.

próprio Silveira, Domingues da Silveira. A pena para Gomes da Silveira foi o exílio, enquanto que Simão Soares foi torturado para poder fornecer à companhia mais informações acerca de sua participação no plano.²⁵⁸ Apesar dessas ameaças, a WIC ainda podia contar com ‘colaboradores’ portugueses. A própria navegação na Paraíba era facilitada pelo rio de mesmo nome. Nas crônicas de Frei Vicente do Salvador, o rio Paraíba

“é muito maior porto e capaz de maiores embarcações que o de Pernambuco”. Facilitado pela boa profundidade, o rio Paraíba, mesmo há uma légoa de sua foz, dispunha de boas condições de aportagens e canais “por onde podem navegar grandes caraveloes”.²⁵⁹

Sobre Goiana, um dado importante. Das regiões conquistadas pela WIC no Brasil, desde 1630, a de Goiana foi a primeira na qual os luso-brasileiros se organizaram com consentimento do Conselho Político. Um de seus conselheiros, Ippo Eijssens, em janeiro de 1630, informou aos demais administradores que tinha promovido “a eleição de oficiais para a Câmara da Capitania de Goiana”. Haveria alguma relação entre a frequência do comércio com a vila de Goiana e a reestruturação do poder local, ainda que sob as vistas dos holandeses? Os luso-brasileiros escolhidos foram Gonsalvo Garibaldi, Caldas de Ruiz, Vaz Pinto, Cosmo da Silva, Agostinho Nunes e Conrado de Liz. Os mesmos tiveram que “fazer juramentos” perante a administração Batava.

Essa primeira organização do poder local luso-brasileiro em Goiana pode ser compreendida como um acontecimento a favor do entendimento entre holandeses e população local. Convém lembrar que, nessa mesma época, a resistência luso-brasileira se encontrava há poucas léguas dali, precisamente no sul da capitania de Pernambuco. A referência feita pelos holandeses à “câmara da capitania de Goiana” demonstra, de certa forma, um certo “deconhecimento” territorial anterior, uma vez que a vila era a mais importante da Capitania de Itamaracá antes da invasão. Posteriormente, os neerlandeses

²⁵⁸ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 05/05/1636.

²⁵⁹ SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. - Belo Horizonte; Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 184.

vão dividir os territórios conquistados como *jurisdities* (jurisdições). Goiana vai ser entendida como uma dessas jurisdições.²⁶⁰

Há poucas léguas dali, soldados da WIC e tropas volantes luso-brasileiras se atacavam. A interlândia se dividia entre a guerrilha e o comércio. Entre a ordem e a desordem. Soma-se o fato de que as autoridades holandesas consideravam os seus efetivos insuficientes tanto para manter a conquista como para avançar nelas. A essa altura, o Conselho Político e as autoridades militares, expressavam a necessidade de expandir a conquista para o sul, para o lado de “Muribeca, Ipojuca, Porto Calvo e outros lugares com uma grande quantidade de homens ... fazendo, desta maneira, que em todo país se garanta o fornecimento de farinha e animais”.²⁶¹

Por razões óbvias, o maior inimigo dos pequenos lucros da Companhia era a resistência local sediada no Arraial Velho do Bom Jesus. Contudo, uma outra razão um pouco menos óbvia é que os iates e chalupas holandesas tinham que se dividir entre as operações militares e o transporte de mercadorias entre uma e outra parte da conquista. Esse primeiro alargamento da conquista, do Recife até a Paraíba, já apresentava os seus inconvenientes. Principalmente no que se refere a distribuição dos administradores pelas “jurisdições”. Houve um momento em que, no Recife, só residia um conselheiro político e que era responsável por administrar todas as finanças da conquista bem como “de todos os problemas do Recife”.²⁶²

Há motivos, entretanto, para crer que esse “pequeno comércio” não estivesse centralizado no Recife. Antes, pelo contrário, dava-se em situações bem circunstanciais. O Conselho Político relatou, certa vez, da necessidade de se proibir a presença de portugueses no Recife

“porque eles vêm espionar a nossa situação, usando o pretexto de comércio. E, visto que nós atualmente não temos bens de comércio, faz com que a vinda deles ao Recife se torne desnecessária”.²⁶³

²⁶⁰ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 20/01/1636.

²⁶¹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 29/05/1635.

²⁶² IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 30/05/1635.

²⁶³ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 29/05/1635.

No tocante a territorialidade, o Conselho Político obedecia à mesma divisão anterior à conquista. Isso se explica quando, numa ata, vemos uma referência a um membro do mesmo conselho, Ippo Eijssens, que se encontra na função de “Diretor geral da Capitania de Itamaracá”, tendo a vila de Goiana como base de operações. O mesmo Eijssens pediu à companhia que mandasse para Goiana “gente qualificada e com experiência, que pudesse se encarregar das embarcações”.²⁶⁴ Mas o comércio dá sinais de estruturação na medida em que soldados passam a condição de cidadão-livre. Isaak Jacobsz van Sas obteve a condição de *vrijluiden* e passou a comprar e abater animais para a WIC. Hendrick van Ent Haecx, deixou a sua condição de assistente de marceneiro pela de cidadão-livre e Dirck Janz, um “empacotador de víveres”, também fez o mesmo.²⁶⁵ Vale dizer que, no caso dos soldados, a situação de cidadão-livre só era permitida ao termino de seu “contrato de trabalho”, que durava três anos. Até ex-escravos, que serviram à Companhia na condição de soldados, requereram e ganharam, terminado os três anos de serviço, a condição de cidadão-livre. Esse foi o destino de Manoel de Barros e Gaspar Rodrigues.²⁶⁶ De ex-escravo à *vrijluiden*, Barros e Rodrigues serviram à WIC na “guerra velha”, só que contra os luso-brasileiros. Ganharam soldo e, estando sujeito ao mesmo tempo de serviço que os outros soldados europeus, tornaram-se livres para exercer outras funções.

Ocorre que muitos desses soldados tinham um ofício além da experiência militar. Não podemos esquecer que se tratava de um exército mercenário. Veja-se o caso do soldado Ertman Nuser, que obteve a condição de *vrijluiden* para exercer a sua profissão de ourives.²⁶⁷ No comércio do pau-brasil, que parecia ser já um bom negócio para os cidadãos-livres, Roeland Carpentier, encarregado de fornecer pau-brasil à Companhia, recebeu de uma só vez a quantia de 1200 florins pela madeira colhida. Sobre o comércio de pau-brasil, em específico, temos que esse produto era muito bem vindo na casa de detenção de Amsterdam, apelidada de Rasphuis (serraria), como já fora dito.²⁶⁸

²⁶⁴ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 16/05/1635.

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 05/09/1635.

²⁶⁷ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 01/06/1635.

²⁶⁸ Op. Cit. P. 29. Lá, segundo Simon Schama, a cidade concedeu o monopólio de pau-brasil aos supervisores da casa de detenção, conhecida inicialmente pelo nome de *Tugthuis*. Lá, os presos aprendiam o ofício da marcenaria e carpintaria. Para Schama “esse era o regime que deveria transformar ociosos, parasitas, mendigos e os mais diversos inúteis em criaturas sociais trabalhadeiras e responsáveis”.

O cidadão-livre, muitas vezes, fazia por sua conta e risco o trabalho que a Companhia precisava, pois não recebia mais salário desta. Para a WIC, era uma maneira de diminuir os gastos com salário. Para os cidadãos-livres, era uma forma de arriscar a sorte. Provavelmente, a experiência de muitos soldados dava-lhes gabarito para exercer determinadas funções, como fornecer madeira e carne à própria WIC. Essa espécie de “trabalho indireto” coloca alguns cidadãos-livres numa condição de semi-empregados da Companhia, contrariando um pouco a visão de José Antônio Gonsalves de Mello, segundo o qual estavam completamente desvinculados dela. Mas também é verdade, ainda segundo Gonsalves de Mello, que os *vrijeluiden* não eram necessariamente *dienaeren*, ou seja, servidores da WIC.²⁶⁹ Em diversas campanhas ao interior eles tomavam conhecimento dos caminhos, rios, portos e pessoas com quem se informar e até dividir os *kleine profijten*. Estas foram conquistas que se deram numa escala micro e que se afasta um pouco da visão de um Brasil holandês pré-nassoviano mergulhado exclusivamente na guerrilha e no medo constante.

A perspectiva do Brasil holandês pré-nassoviano mergulhado na guerrilha encontra a sua razão de ser nas crônicas acerca dos primeiros anos da WIC no Brasil. Ao tratar do que se sucedeu após a conquista da Paraíba em 1634, Diogo Lopes Santiago registrou:

“Depois que os holandeses tomaram a Paraíba para se congraçarem com os moradores e assegurarem em sua amizade, fizeram com eles assento de contrato mui favoráveis, a saber: que lhes concederiam o viverem na pureza de sua fé católica romana com suas igrejas abertas e sacerdotes, e que se não metriam nas cousas tocantes ao eclesiástico, e que concediam aos moradores todas suas fazendas e escravos livremente, e que os conservariam em sua posse, e os defenderiam de toda sorte d’inimigos, e lhe acudiriam com todo gênero de mercadorias, e lhe pagariam os frutos da terra por seu justo preço, e lhe guardariam em tudo justiça e liberdade, com pressuposto que lhe pagariam os dízimos e mais tributos que costumavam pagar a seu Rei. Ficaram os moradores da Paraíba um algum tanto consolados com estes e outros mais favoráveis assentos que com eles celebraram, porém pelo tempo emdiante bem

²⁶⁹ MELLO, José Antonio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1987, p. 52.

experimentaram uantas vezes lhes foram quebrados, assim os eu com eles como com os moradores de Pernambuco fizeram [...]”.²⁷⁰

Residente em Pernambuco ao tempo da invasão, em 1630, o mestre em Gramática Diogo Lopes Santiago viveu no meio da guerra e chegou a residir próximo ao Arraial Velho do Bom Jesus e “assim como vizinho tão próximo se informava com muita diligência e escrevia as cousas que iam sucedendo na guerra [...]”.²⁷¹ Mais preocupado em narrar os feitos de João Fernandes Vieira na Restauração Pernambucana, Lopes Santiago dedicou a maior parte de suas crônicas à fase que foi de 1645 a 1654.²⁷² Dessa forma, conquanto a sua obra tenha nos apresentado um rico material acerca da luta contra os holandeses, os anos de 1635-36, pelo menos, foram dedicados à narrativa do que se sucedia na parte sul da Capitania de Pernambuco, na qual se encontravam as forças de resistência luso-brasileiras. O que acontecia ao norte do Recife, após a conquista de Goiana, Paraíba e Itamaracá, podemos saber através das atas da WIC no Brasil utilizadas neste capítulo. Se analisarmos a frequência de embarcações no porto do Recife ao final deste capítulo nos anos acima mencionados, poderemos perceber os indícios de uma ligação entre esta parte recém-conquistada pela WIC.

Os pequenos proveitos obtidos pela WIC, sobretudo a partir da derrocada do Arraial Velho, representaram uma reação, ainda que tímida, aos prejuízos causados aos holandeses pela guerra lenta suportada nos primeiros anos. Nas crônicas de Francisco de Brito Freire, sustentavam os representantes do Conselho de Portugal que residiam em Madri que

“continuarmo-la [a guerra] lenta em Pernambuco ficava tão útil e tão fácil aos tesouros preciosos de Espanha como prejudicial e impossível aos cabedais atenuados da Companhia. Que desenganada já dos prometidos interesses, pelos excessivos gastos das contínuas assitências e das largas viagens, havia perdido do

²⁷⁰ SANTIAGO, Diogo Lopes. História da Guerra de Pernambuco. – Recife: CEPE, 2004, p. 77.

²⁷¹ Idem, p. 2.

²⁷² Idem, p. 3. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, “Santiago oferece seu insubstituível depoimento sobre a insurreição Pernambucana, isto é, sobre os acontecimentos posteriores a 1645. Depoimento que deve sofrer crítica em relação aos louvores à ação desinteressada, segundo ele, de João Fernandes Vieira. Ao autor deve-se a importante descrição dos outeiros dos Guararapes e das suas vizinhanças e minuciosa relação das várias fases das duas batalhas ali travadas”.

grosso com que entrou a sessenta por cento. E como somava a opinião da honra pela conta dos algarismos, fazendo da conquista mercancia, em não excedendo o que adquirisse a espada ao que montasse a pena, obriga-la-ia a deixar o Brasil sua mesma conveniência [...]”.²⁷³

Essa passagem, que teve vez ainda no calor dos primeiros anos da guerrilha, mostra realmente o paradoxo da WIC no Brasil que era a persistência na luta malgrado as perdas financeiras da mesma. Como se sabe ao longo deste capítulo, a persistência da Companhia na sustentação da guerra, atendendo assim mais as expectativas da “facção da guerra” desta empresa semi-privada, coroou-a com a experiência dos *kleine profijten*. Podemos entender o paradoxo acima mencionado considerando também que a guerrilha, ao mesmo tempo em que exauria os recursos da WIC, dotava os seus soldados de experiência na guerra-de-mato. E isso logo foi percebido pelos portugueses no Reino que observaram que “nem obstava que já a experiência de dois anos houvesse dado algum conhecimento à imperícia estrangeira; porque enquanto aprenderam os holandeses a prática do país, ensinaram aos moradores a disciplina da guerra”.²⁷⁴

Retomando a questão dos cidadãos-livres, podia ocorrer destes virem direto dos Países Baixos numa condição que não a de soldados. De uma só vez, o navio “Speeljacht”, da Câmara de Amsterdam, desembarcou no Recife alguns *vrijluiden* especializados em plantação de tabaco e um farmacêutico.²⁷⁵

Mais contribuições de moradores. Ainda em agosto de 1635, o comerciante português Aleixo Peres da Mota forneceu à Companhia 231 arrobas de açúcar branco e 46 arrobas de açúcar mascavo. Por isso, recebeu a soma de aproximadamente 900 florins, sendo a arroba do branco vendida a 12 schellings e a do mascavo pela metade.²⁷⁶ O caso de Peres da Mota é interessante porque ele “adiantou” à Companhia a quantia de 885

²⁷³ FREIRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia: História da Guerra Brasilica. – São Paulo: Beca Produções culturais, 2001, pp. 139-140.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ IAHG. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 08/08/1635. É possível que determinadas especializações fossem mais bem pagas no Brasil do que nos Países Baixos, dada a reativa escassez de mão-de-obra no Brasil Holandês. Simom Schama, para o caso dos Países Baixos, observou que aqui, ao contrário do que possamos imaginar, “a mão-de-obra não especializada sempre esteve em posição tão boa quanto a de sua contrapartida, ou até melhor, ao longo dos cem anos que se estendem de 1580 a 1680”. Ref. Op. Cit. P. 171.

²⁷⁶ IAHG. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 06/08/1635.

florins pelo aluguel de carroças e a aquisição de farinha e animais. Mota, comerciante que era, provavelmente traria aos navios da WIC mais caixas de açúcar perdidas de engenhos do interior. Também é possível que comercializasse a farinha comprada à mesma. Aliás, quanto a farinha, alimento preciosíssimo à soldadesca, era, não raro, obtido em campanhas no interior e redistribuídos pela tropa. De uma vez só, o *iatche* “De Goutvinck” trouxe do Cabo de Santo Agostinho um carregamento de 800 alqueires de farinha para ser distribuído “entre os soldados em lugar do pão”.²⁷⁷

Outro português que servia a Companhia era Pedro da Cunha, que recebeu 20 caixas de açúcar que aquela lhe devia. Tais caixas vieram da conquista do Arraial do Bom Jesus como resultado do saque lá feito pelas tropas holandesas.²⁷⁸

Muitos outros portugueses prestaram, na condição de comerciantes, serviços para a WIC em lugares distantes de Pernambuco. Esse foi o caso de alguns “barcos portugueses vindos de Porto Calvo”²⁷⁹ e cujos donos pediram permissão, mediante juramento a WIC, para irem ao Caribe e de lá trazer produtos de volta para o Recife. A condição para a partida era de que levassem os prisioneiros portugueses capturados na refrega do Arraial Velho e que fossem lá desembarcados. Esse caso figura como uma exceção. Não se sabe se estes navios portugueses retornaram a Pernambuco ou aproveitaram a situação para fugirem dos neerlandeses.

O primeiro historiador a pesquisar com detalhes os anos que precedem a vinda de Nassau, especificamente 1635 e 1636, José Antônio Gonsalves de Mello, mostrou a mudança quase radical do cotidiano do Brasil Holandês após a rendição do Arraial Velho do Bom Jesus (meados de 1635). Nesses dois anos, aumentou bastante o fluxo migratório de colonos neerlandeses e judeus. No Recife e na Ilha de Antônio Vaz, a especulação imobiliária já se fazia presente. Com um pequeno comércio praticamente consolidado, começaram a ser criadas as feiras. Dentre elas, o *vismarket* (mercado de peixe). O dado da existência de um mercado em agosto 1636 nos remete as relações de sociabilidade que aí têm curso. Pelo exposto em reunião do Conselho Político, “foi lido em voz alta os regulamentos relacionados ao mercado de peixe”.²⁸⁰

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 13/08/1635.

²⁷⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 05/09/1635.

²⁸⁰ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 16/08/1636.

A existência de um mercado ou de uma feira regular nos leva a refletir na existência de um cotidiano que se forma na conquista. No caso do “mercado de peixes” ou “de pescado”, que passou a funcionar no Recife a partir de agosto de 1635, temos aí um mercado especializado. A regularidade do *vismarckt* foi bem notada por Gonsalves de Mello nas documentações.

Talvez seja bom notar a relação da feira com as pessoas que a elas recorrem pela assertiva de Fernand Braudel, segundo a qual “é um centro natural de vida social”.²⁸¹ Evidentemente, não tratamos aqui das grandes feiras de Paris e das maiores cidades dos Países Baixos da mesma época. Contudo, na construção da vida urbana do Recife de 1635 e 36, o mercado se junta a outros elementos como a própria urbanização, a fiscalização da limpeza, enfim, a constituição de um espaço público, muito embora tratemos ainda de uma época em que a fronteira entre o público e o privado seja ainda muito tênue. José Antônio Gonsalves de Mello foi quem chamou a atenção para a criação de “serviços públicos” nesta fase pré-nassoviana como a divisão do Recife em dois territórios (norte e sul) e a instalação dos serviços de bombeiro (os *brantmeesters*), que deveriam ser pagos pela comunidade e recebiam 18 florins por mês.²⁸²

Os colaboradores vão aparecendo, por vezes anonimamente. Numa carta que o conselheiro Carpentier enviou da Paraíba, o mesmo pedia que do Recife se enviasse uma boa soma de dinheiro “porque a companhia devia muito aos moradores deste local”.²⁸³ Em Pernambuco, dois meses após a queda do Arraial do Bom Jesus, a preocupação do Conselho Político com a obtenção de açúcar levou os administradores a lidarem com o problema do aprovisionamento do produto nos armazéns. Em afogados e no Recife, os armazéns se encontravam “em mau estado e, na maioria das vezes, só se utiliza a metade da capacidade de armazenamento destes estabelecimentos, o que está gerando uma grande perda para a Companhia e para os portugueses”.²⁸⁴

A WIC tinha já um *comiss* responsável por tomar conta dos armazéns, mas resolveu tirá-lo dessa função e se utilizar dos serviços do *vrijluiden* Duarte Saraiva. Este,

²⁸¹ BRAUDEL, Op. Cit. p. 16. O autor prossegue a sua análise das feiras da seguinte forma: “É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às vias de fato, é nela que nascem alguns incidentes, depois processos reveladores de cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda ... é nela que circulam as novidades políticas e as outras”.

²⁸² MELLO, Op. Cit. P. 56.

²⁸³ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 13/08/1635.

²⁸⁴ Idem.

por sua vez, “tomará conta dos armazéns, para que ele receba o açúcar e os armazéns gerando proveitos para si mesmo”. A WIC não pagava nada a Saraiva, mas este teria a liberdade de ganhar no comércio com os comerciantes privados. O certo é que, a essa altura, a Companhia já dispunha de um comércio com diversos elementos luso-brasileiros. Ao tentar diminuir os gastos com funcionários e ‘delegar’ determinadas funções a cidadãos-livres como Duarte Saraiva, ela tentava racionalizar as finanças e colocar os seus ex-empregados em outras frentes de conquista.

A expansão da conquista exigia alocação de profissionais que fossem capazes de fazer as contas e dar conta mesmo de todo o comércio local. Assim, os comissários de bens eram requisitados em várias partes. Junto a eles, os caixas e tesoureiros. Os fiscais também se faziam presentes. Um deles, De Ridder, foi quem confiscou para a Companhia engenhos em Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e Porto Calvo. Como ele não recebeu por isto, a WIC decidiu pagar-lhe 50 florins de gratificação.²⁸⁵

O alargamento da conquista tinha os seus inconvenientes para a WIC, principalmente no tocante ao pagamento de salários aos seus *dienaers* (servidores). Esse foi o caso de Jacob Pieterz Tolck, mestre de equipamento (*equipage*) no Recife que pediu um aumento de salário alegando que “o serviço está mais difícil atualmente em razão das conquistas no sul e no norte”.²⁸⁶ Nessa situação, os funcionários teriam que atender em diversos pontos e com a requerida diligência. Tolck teve o seu salário aumentado para 140 florins.

Em se tratando do Conselho Político, temos que cada um dos conselheiros tinha autonomia para governar uma parte da *conquesten*. Contudo, a autonomia se dava mais na coordenação das ações que mesmo na decisão delas por apenas um elemento. Assim, na reforma do Forte Orange, decidiram os conselheiros políticos que o responsável pela Capitania de Itamaracá, Ippo Eijssens, coordenaria as atividades.²⁸⁷ Até as questões militares eram propostas pelo Conselho. Prima-se pela autoridade civil acima da militar, o que é natural de uma companhia oriunda de um país que, não fazia muito, havia se libertado do absolutismo Habsburgo. Essa revolta dos Países Baixos contra a Espanha teve o seu primeiro capítulo quando da abdicação de Carlos V ao trono em 1555,

²⁸⁵ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 17/09/1635.

²⁸⁶ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 29/09/1635.

²⁸⁷ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 19/09/1635.

passando as Províncias Neerlandesas a serem não mais parte de um império, mas parte de um domínio espanhol. Essa situação em si levou a que, segundo John Lynch, os neerlandeses se sentissem como se tivessem perdido o status. Para Lynch, aos olhos dos holandeses, “fazer parte de um império, igual às outras partes, era uma coisa, enquanto que ser um domínio espanhol era outra”.²⁸⁸

O poder conselho exercido pelos holandeses tinha os seus dramas na relação centralização-descentralização administrativa, repressão-delegação de autonomia, autoridade sem autoritarismo. Se o autoritarismo fosse a tônica da política administrativa holandesa no Brasil holandês, não fariam diferente do que fez o Duque de Alba a mando de Filipe II décadas atrás.²⁸⁹ Mas como ser prudente e “racionalizar” a administração em tempos de guerra? Paradoxalmente, foi a própria guerrilha que permitiu à WIC um melhor conhecimento do território, do mundo das matas. Foi a guerrilha que permitiu a atualização de mapas holandeses após 1630. Às vésperas da chegada de Nassau, o que os holandeses conheciam do Brasil superava em muito as informações fornecidas por Adrien Verdonck quando da invasão. Uma fonte portuguesa nos deixa entrever a inserção dos holandeses em território de domínio luso-brasileiro. Numa das ajudas de socorro aos sitiados no Arraial velho do Bom Jesus, as autoridades portuguesas estavam cientes que em alguns rios como o Coruripe, Formoso, Camaragibe e Serinhaém, “entram inimigos”.²⁹⁰

Nos Países Baixos, a situação não era fácil. Enquanto o Conselho Político e o corpo militar tentavam expulsar a resistência cada vez mais para o sul, o Príncipe de Orange conquistava as cidades brabantinas de Landen, Wahlen, Diest, Thienen e Aerschott e que continuariam a sua marcha em direção a Brussel e Mechelen. Essas informações foram sabidas no Recife pelo comandante do navio Alckmaer, que aportou a 30 de agosto de 1635.²⁹¹

²⁸⁸ LYNCH, John. Spain under the Habsburgs. – New York: New York University Press, 1984, p. 288.

²⁸⁹ Em 1567, o Duque de alba foi enviado aos Países Baixos para reprimir as revoltas que surgiam nessa parte do império espanhol. Sobre esse momento, observou David Lynch o seguinte: “ Philip II’s tiny domination in the north became a gigantic battlefield, the weakest sector of his defenses, consuming his men and money voraciously”.

²⁹⁰ LAPEH (UFPE). AHU. Cód. 24, fl.21. Sobre o Requerimento hão de levar os capitães das caravelas que hão de socorrer ao Brasil, dinheiro em credito, contos particulares.

²⁹¹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 30/08/1635.

A consolidação da conquista do Brasil, muito embora fosse obra de uma companhia organizada, era realizada por cidadãos de uma república jovem. As próprias narrativas de heróis que eram publicadas na Holanda na primeira metade do século XVII, tinham grande aceitação do público. Assim, histórias de capitães que se tornavam piratas e heróis de navios naufragados no Caribe ou no Índico tornavam-se facilmente *best sellers*. Temos aí, segundo Simon Schama, a figura dos “cidadãos-heróis numa república jovem que repudiara a aura imperial dos Habsburg”.²⁹² Dessa forma, na administração, a procura de um modelo mais racional e concelhio era um desafio, principalmente nos termos de um empreendimento colonial. Por mais que a WIC tivesse informações sobre o Brasil, ainda assim, não imaginariam que fossem encontrar tantos obstáculos à rendição dos luso-brasileiros. Ainda nos primeiros anos, escreveu Wanderburch ao Conselho dos XIX:

“O ponto principal sobre que se baseiam os Senhores Diretores, no tocante à incorporação desta região brasileira, foi acreditarem que, fechando-se bem o país, forçar-se-iam os habitantes, pela falta de provisões e pela suspensão do comércio, a pôr-se de acordo conosco, mas, neste particular, estão inteiramente enganados, porque tal região, que foi possuída durante mais de 70 anos sem guerra nenhuma, tem sido tão cultivada, que, sem falar no vinho e no óleo, pode prover suficientemente às suas próprias necessidades...”²⁹³

Parece que as informações colhidas antes da invasão não foram suficientes para uma conquista rápida. Mesmo assim, houve, desde essa fase inicial, indícios de colaboração da população local com os batavos. Por outro lado, não podemos exagerar a colocação do governador holandês da fartura da terra “tão cultivada”. Contra a versão da “fartura” da capitania duartina, considerou E. Cabral de Mello que a “prosperidade material já não correspondia à realidade da Nova Lusitânia na segunda e terceira décadas

²⁹² SHAMA, Op. Cit. p.40.

²⁹³ Missiva do Governador D. van Wanderburch aos Estados Gerais. 03/08/1631. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 74.

do século XVII”.²⁹⁴ Logo, chegaram os neerlandeses no curso de uma crise econômica. Foi mesmo Wanderbuch que considerou que “se se pode dar crédito aos prisioneiros, os próprios habitantes estariam bem inclinados a entrar em entendimento conosco, se dentro de 6 ou 8 meses o novo socorro da Espanha não viesse aliviá-los.”²⁹⁵

O primeiro Governador do Brasil Holandês, que aliás era militar, mesmo não havendo consolidado a conquista, estava confiante no estabelecimento do comércio entre a WIC e a população local. Convém lembrar que as adversidades experimentadas pelos soldados dificultavam mais ainda a conquista nos primeiros três anos. Segundo relatos, eles “não têm outra coisa que comer senão uma alimentação salgada e insuportável, favas e outras coisas semelhantes; além disso, como se não bastasse, tal alimentação é muito ruim...”²⁹⁶ Essa mesma alimentação foi motivo de comentário do Marquês de Basto, ressaltada por Evaldo Cabral de Mello na sua obra *Olinda Restaurada*.²⁹⁷ Ocorre que, a responsabilidade pelo abastecimento das tropas ficava a cargo da própria companhia. Esta chegava ao cúmulo de enviar alimentos estragados tais como carne, pão, trigo mourisco e farinha de cevada.

A exposição da miséria da soldadesca pode nos levar a refletir acerca dos primeiros quatro anos da presença holandesa, em que o maior problema da administração era lidar com a escassez de dinheiro e de alimento. Ao nos depararmos com as diversas missivas enviadas pelo Governador Vanderburch aos Estados Gerais, tomamos ciência do primeiro obstáculo aos *kleine profijten*: o estado de debilidade das tropas. Os baixos salários, “o exatamente suficiente para meias e sapatos”, levavam muitos deles a realizarem trabalhos extras. Muitas vezes, dada a debilidade física, chegavam a não agüentar sequer carregar um carrinho de mão. Por fim, Wanderbuch encerrou o problema ao considerar que

“um soldado, mesmo o melhor que se possa imaginar, está sempre inclinado à mudança, crendo sempre que se achará melhor alhures,

²⁹⁴ MELLO, Op. Cit. p. 52.

²⁹⁵ Idem. O Socorro espanhol ao qual se refere o documento era a esquadra comandada por Dom Antônio D’Oquendo.

²⁹⁶ Missiva do Governador D. van Wanderburch aos Estados Gerais. 09/11/1631. Ref. Op. Cit. p. 89.

²⁹⁷ Afirmou o Marques de Basto: “estando eles [os holandeses] em terra havia tanto tempo, ainda navegavam, pois não tinham outros mantimentos mais que salgados”. APUD. MELLO, Evaldo cabral de. *Olinda Restaurada*. São Paulo. EDUSP, 1975, p. 45.

consoante tive a prova diversas vezes na Itália, Alemanha, Suécia, Hungria e outros lugares, onde, entretanto, tinham em abundância o que comer e o que beber ...”²⁹⁸

Vê-se, pois, que a resistência do Arraial não era o único e maior problema a ser enfrentado pelos neerlandeses na conquista de Pernambuco.

O pequeno comércio só apareceria mesmo a partir de 1635 em diante. Não que os problemas com o reforço e aprovisionamento de tropas houvessem terminados. Essa foi sempre uma constante durante a presença holandesa no Brasil. Não podemos, todavia, negar que a expulsão da resistência para o sul, facilitou em muito o acesso da WIC a uma série de bens escondidos nas matas ou em poder dos luso-brasileiros. De uma só vez, um iate holandês trouxe uma boa quantidade de farinha das roças do Cabo de Santo Agostinho em agosto de 1635.²⁹⁹ Certamente a farinha estava escondida e, na correria da guerrilha, havia sido largada aos holandeses que a trouxeram ao Recife.

Outro fator que contribuiu para o surgimento dessa nova fase (a dos pequenos lucros), além da derrota do Arraial, foi a dinamização das navegações em rios que levavam ao interior. Por enquanto, tratemos ainda dos *kleine profijten*.

É também possível que o pequeno comércio se fizesse nas proximidades dos lugares de confronto com finalidade de, além do *pequeno lucro*, angariar a confiança dos portugueses que residiam no entorno. É assim que o cruzador Camarivogel transportou para o sul da capitania de Pernambuco, além de viveres e 80 soldados, alguns produtos para serem comercializados.³⁰⁰ A essa altura, Matias de Albuquerque estava com a sua tropa nas proximidades de Porto Calvo.

A localização da resistência ao sul de Pernambuco fez com que o tráfego nos poucos caminhos que existiam ficasse menos tenso ao norte do Recife. Assim, era possível se locomover sem que os milicianos luso-brasileiros pudessem alcançar. Foi assim que o conselheiro político Ippo Eissens partiu sozinho, certa vez, para Itamaracá, por terra, coisa essa impensada um ano antes.³⁰¹ Em 22 de outubro, o Coronel

²⁹⁸ Idem, p. 90.

²⁹⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 06/08/1635.

³⁰⁰ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 23/09/1635.

³⁰¹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 30/09/1635.

Stachhouwer ia também por terra até o sul de Pernambuco a fim de tratar de negócios com o Conselheiro Willem Schott.³⁰² Além de cuidar de assuntos militares, Stachhouwer iria também tratar de “negócios”.

O açúcar que se consegue armazenar nos armazéns do Recife eram vendidos pela Companhia diretamente aos navios de carga que viessem fornecer materiais a ela mesma. Em outubro de 1635, o navio de carga *Speeljacht* forneceu alguns produtos à WIC tais quais: 13 carrinhos de mão, 3 rodas soltas, pescado dos países nórdicos, 25 estacas de madeira, 3 serrotes, 6 grozas e 40 machados. Tudo isso, segundo a documentação, foi vendido pelo preço que o comandante Jan Maartensz Clotendraeijer pagou nos Países Baixos. O capitão comprou, em contrapartida, açúcar pelo preço de 4 stuivers a caixa.³⁰³ No mesmo dia em que chegou o navio acima, chegou também um outro da Câmara de Amsterdam, que trouxe, além de mantimentos, bens de comércio para os cidadãos-livres.

É difícil precisar a quantidade, em fins de 1635, de *vrijluiden* ou “comerciantes livres” que viviam no Brasil Holandês. Gonsalves de Mello refere-se a mais ou menos oitenta. Havia os que vinham diretamente da Holanda nesta condição sem antes terem sido empregados da WIC, como foi o caso de Cornelis Danielsz e Nicolaes de Haen.³⁰⁴ Estes pediram permissão para dispor de uma casa em Antonio Vaz. No Recife, a situação imobiliária encontrava-se insustentável, com uma população considerável vivendo num curto espaço e tendo que pagar caro pelos aluguéis. Gonsalves de Mello observou que a falta de casas, nos anos de 1635 e 36, no Recife, era um fato sem contestação.

Com a invasão, a Companhia confiscou vários terrenos e casas. Em Nova Amsterdam (Nova York), por volta de 1624/25, o administrador da colônia e o seu conselho era orientado a distribuir terra aos colonos de acordo com o tamanho da família. Antes, porém, considerou uma pesquisadora do tema, Adriana Zwieten, que havia um reconhecimento formal, por parte da Companhia das Índias Ocidentais, da propriedade da terra aos índios, de quem era inicialmente adquirida mediante pagamento.³⁰⁵

³⁰² IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 22/10/1635.

³⁰³ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 08/10/1635.

³⁰⁴ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 12/10/1635.

³⁰⁵ ZWIETEN, Adriana. “Conversing with each other, among other things of the sale of houses”: Buying and Selling Real Property in New Amsterdam. P. 3. Segundo a autora, essa era uma prática que se fazia em todos os Países Baixos desde a Idade Média. A transação se dava em frente às autoridades municipais ou magistrados locais, que eram os escabinos (schepenen)

Reconhecia-se aos nativos americanos o “immediate right of possession to the soil”. No caso do Recife e Antônio Vaz, como muitos donos não voltaram para reclamar as suas propriedades, foram as mesmas confiscadas. Era a política da Companhia o reconhecimento da propriedade. No Brasil, o Recife era o lugar onde esses “cidadãos livres” moravam. Em Antônio Vaz ainda se dispunha de espaços vazios para a construção de casas. As construções das mesmas tinham que seguir um padrão e um terreno poderia ser adquirido por 600 florins.³⁰⁶

Os cidadãos-livres que prosperavam podiam ampliar os seus investimentos em outras atividades que não apenas o comércio. Assim fez Jacques Hack, que pretendeu adquirir um engenho próximo ao Recife e que foi abandonado pelo seu dono na invasão. De início, o tal engenho, que pertenceu a certo Ambrósio Machado, foi adquirido por um fiscal da Companhia pelos seus bons serviços prestados a mesma. A documentação não informa o nome do fiscal, mas podemos afirmar que um *dinaer* (servidor) da WIC poderia ser bem recompensado. Alguns dias depois, o mesmo Hack voltou a pedir ao Conselho Político a propriedade de outro engenho confiscado pela companhia e situado na Várzea. Dessa vez ele não encontrou concorrente e foi prontamente atendido.³⁰⁷

A vida econômica e social começava a se refazer na capitania de Pernambuco e, conseqüentemente, fazia-se necessário um incremento na normatização do comércio. Sobre o comércio de grapa (espécie de cachaça feita de cana) e cerveja incidiu uma lei que proibia a venda desses produtos a altos preços, sob pena de quem o fizesse ser “punido pela soma de 50 florins e a confiscação do produto”. A reestruturação econômica após a queda do Arraial do Bom Jesus encontrava uma companhia com pouco dinheiro em caixa, inclusive para que esta pagasse aos cidadãos livres que lhe fornecia produtos. Jacob Duinkercker, que fornecia madeira à WIC, pediu um adiantamento em dinheiro para poder pagar aos seus empregados. Visto que a Companhia não dispunha de dinheiro no momento, deu-lhe permissão para adquirir outras cargas de comerciantes livres em nome dela própria.³⁰⁸

É bom entendermos um pouco os limites desse “livre comércio” dos *vrijluiden*. Não se tratava, pois, de uma liberdade de comércio nos termos de um *laissez faire*

³⁰⁶ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 31/10/1635.

³⁰⁷ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 18/10/1635.

³⁰⁸ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 12/10/1635.

contemporâneo. Ao contrário, qualquer decisão de caráter comercial, pelo menos em teoria, tinha que passar pelas atas do Conselho Político, elemento de regulação dessas atividades no Brasil. Mesmo assim, é bem possível também que algumas firmas de médio porte estabelecidas no Recife já não ficassem nos “pequenos lucros”. E foi para trabalhar numa dessas firmas que Samuel Gerritz pediu permissão a WIC para deixar a sua função de comiss de víveres na Paraíba e se tornar cidadão-livre a se “ocupar com negócios” na firma de Isaac de Rassiére. É curioso que o mesmo Rassiére é quem, pouco tempo depois, será solicitado pela Companhia a fornecê-la 4000 florins em espécie, já que havia falta de dinheiro em caixa. Em contrapartida, o comerciante livre seria reembolsado com açúcar branco e mascavo fornecido a baixo custo pelos armazéns da Companhia.³⁰⁹

O ano de 35 parece ter sido mesmo um marco na presença holandesa no Brasil. Entabulado já um pequeno e médio comércio, grande parte favorecido pela relativa situação de paz, o Conselho Político passou a se preocupar com o recebimento de imigrantes com o fito de fazer comércio na *conquesten*. Dentre os que pediram passagem à Companhia para residirem no Brasil estavam muitos judeus. De dezembro de 1635 até o final de 1636, Gonsalves de Mello anotou trinta e dois pedidos de emigração dos Países Baixos para Pernambuco. Dentre eles, Moisés Neto, Issac Navarro e Matatias Cohen pediram licença para ir ao Brasil na condição de burgueses. Também viria um tal Arão Navarro com as suas mercadorias. Já Benjamin de Pina vinha na condição de particular e correspondente comercial. Até de Hamburgo vinham pessoas, como foi o caso de Daniel Gabilho, que veio servir na firma de Duarte Saraiva, já estabilizado em Pernambuco.

As relações familiares sefarditas continuavam em Pernambuco juntamente com os negócios. Assim, vinham desembarcar no Recife muitos parentes de judeus já estabelecidos a fim de incrementar os negócios. Podíamos, neste caso específico, citar os irmãos Jacob e Moisés Nunes, que, já sendo comerciantes em Amsterdam, pedem para ir com mais um sócio para o Brasil.³¹⁰ Este último, Moisés Nunes, três anos depois de sua chegada ao Recife, passava a ser carregador de diversos navios da WIC, atividade que passou a compartilhar com a compra e venda de escravos nos anos do governo de Maurício de Nassau. Em 1672, tinha a coroa portuguesa como sua credora na quantia de

³⁰⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 19/10/1635.

³¹⁰ Idem.

quase 80 mil florins. O seu irmão, Jacob, tornou-se credor de 6 mil florins da mesma coroa naquele mesmo ano.³¹¹

Seria bom, porém, ressaltar que nem todos os judeus eram comerciantes abastados. Isso se percebe no pedido de Manuel Mendes de Castro para trazer ao Brasil “toda uma nação hebraica de 200 almas, ricos e pobres”.³¹² A vinda ao Brasil de grupos sefarditas veio em boa hora certamente em função da abertura de oportunidades. Muito embora a maneira holandesa de ter acolhido os judeus possa ser visto, segundo Simon Shama, como “o *locus classicus* do pluralismo saudável”, o mundo neerlandês apresentava-lhes restrições em algumas áreas da produção como a de refino de açúcar. Contudo, ainda se faziam presente no comércio do Báltico e, mais expressivamente, no processamento de tabaco através de suas “conexões brasileiras”.³¹³

Ainda num misto de guerra e estabilização da economia, na medida em que a primeira ia se afastando, a segunda parecia mais provável. Tão logo os holandeses expulsaram as tropas do Conde de Bagnuolo de Porto Calvo, encontraram nos habitantes locais boa acolhida, pois estavam com intenções de comerciar com a WIC. Como nessa campanha na parte sul da capitania de Pernambuco faltasse víveres às tropas, foi pedido grande soma em dinheiro para se comprar animais e farinha para as tropas lá estacionadas. Naturalmente esses víveres seriam comprados aos comerciantes locais. O impasse se deu na possibilidade de falta de dinheiro em caixa ou de bens de comércio nos armazéns do Recife, o que realmente veio a acontecer. Para solucionar o caso, a Companhia pediu que um “vrijluiden” chamado Johannes Terwijden fornecesse uma carga de bens de comércio a um valor de 2292 florins, dinheiro que ainda remanesceu na caixa da Companhia.³¹⁴ Percebe-se, mais uma vez, a estreita relação entre os cidadãos livres e a WIC. Ainda que não fossem funcionários diretos da mesma, sua função de *dienaers* (servidores), ainda que indireto, era tão importante como a de um fiscal ou de um comissário de bens. Dentre os “bens de comércio” fornecido por Terwijden, encontramos tecidos (cetim e veludo), chapéus, meias e camisas de algodão.

³¹¹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Gente da Nação: judeus residentes no Brasil holandês, 1630-54. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, 1979, pp. 162-63.

³¹² Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. N. 48. Recife, 1976, p. 230-233.

³¹³ SCHAMA, Op. cit. p. 578/579. O autor enfatiza que “só gradativamente os judeus foram admitidos em algumas guildas”.

³¹⁴ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 22/10/1635.

Outro exemplo de relação entre companhia e *vrijluiden* podemos verificar no caso da falta de sal. Segundo relatou ao Conselho um capitão de navio que servia à WIC, Claez Cornelisz, estava “havendo uma grande falta de sal neste litoral”. O problema seria amenizado com a sua demissão da WIC e conseqüente passagem a condição de cidadão-livre para comercializar o produto. O Conselho Político considerou a proposta

“caso ele fosse contratado para buscar sal em salinas navegando com seus próprios recursos e levando sua própria tripulação ... Em seguida, os sal seria vendido nesta cidade [Recife] ou em algum outro porto, aos habitantes ou a Companhia, que também precisa do produto...”³¹⁵

Uma das condições impostas pela WIC era a de que ele pagasse, naturalmente, os impostos arbitrados por ela. Mas Claez Cornelisz não ficou por aí, passou também a transportar, por conta própria, para a WIC, as caixas de açúcar que os comerciantes livres forneciam à Companhia. Os serviços do capitão, agora na condição de livre-comerciante, faziam com que, no caso do transporte de açúcar, dos armazéns para os navios, não passasse a ser mais feito pelos barcos da própria Companhia. Outro fato a ser observado é que Cornelisz já servia desde o início da invasão no Brasil a ponto de saber das necessidades de sal ao longo do litoral que a conquista alcançava. Este é um exemplo de pequeno comerciante que, ao longo de seu trabalho como “servidor” da Companhia, conseguiu juntar dinheiro para comprar a sua própria embarcação. Certamente um soldo de capitão de navio não era o mesmo de um soldado. Resolvia, pelo menos temporariamente, o problema do escoamento da produção de açúcar da Paraíba e regiões circunvizinhas. Também em Ipojuca, cidadãos livres forneciam pau-brasil à Companhia utilizando-se de barcos da mesma.³¹⁶

À falta de dinheiro em espécie, os pagamentos eram feitos com mercadorias que tivessem aceitabilidade na colônia. Os contratadores de pau-brasil da companhia, Roeland Carpentier e Hans Willen Louissen,³¹⁷ receberam vinho como pagamento da madeira fornecida. No caso acima citado, do comércio com moradores de Porto Calvo

³¹⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 24/10/1635.

³¹⁶ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 03/11/1635.

³¹⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 06/11/1635.

também se deu o mesmo. Outro caso foi o do comerciante Isaac de Rassiére, que emprestou dinheiro à Companhia para que esta comprasse aos moradores “farinha e animais” para o abastecimento de tropas. Rassiére seria ressarcido com açúcar que, no momento, estava sendo estocado no Cabo de Santo Agostinho ou “que ainda terá que ser recebido”.³¹⁸ Nesse caso, os habitantes, de início, haviam se recusado a fornecer os víveres pelo fato da Companhia não dispor de dinheiro em espécie. Nem por isso eles foram punidos. Pelo contrário, o Conselho Político se esforçava por normalizar a relação com os moradores do interior. Para garantir “farinha e animais” para abastecer as tropas, os cidadãos livres entram mais uma vez como intermediadores. Numa ocasião, a partir de uma constatação do conselheiro político Willem Schott, a Companhia, para adquirir víveres, teve que comprar panos de algodão dos *vrijluiden* para trocar por víveres fornecidos por portugueses que estavam em Muribeca (sul do Recife).³¹⁹

Com o arrefecimento da “guerra velha” (1630-37), eram as plantações de açúcar que deveriam voltar a fazer parte do dia-a-dia da conquista. O esforço mais efetivo nesse sentido começou em fins de 1635. Assim é que um engenho às margens do rio Igarassu ficou sob a guarda provisória de Vicente Cerqueira até que a Companhia regularizasse a situação do mesmo. Nove escravos desse engenho foram transferidos para o engenho Massiape.³²⁰ O próprio Governador, Sigismund van Schcoppe, adquiriu um engenho pertencente a João Paes Barreto em sociedade com o fiscal Nicolaas de Ridder. Como o açude do dito engenho tinha secado, foi-lhes oferecido um outro engenho chamado Guerra.³²¹ O Conselho Político também cogitou em preparar, para o ano de 1636, a recuperação do engenho Velho (ou Veloso), situado no Cabo de Santo Agostinho, após um inventário do mesmo. Encontravam-se, muitas vezes, nessas unidades produtivas, muitos escravos que não haviam seguido os seus senhores para a Bahia.

A ocupação desses espaços na interlândia aparecia a essa altura como “prêmios” da guerrilha. Funcionários e militares a serviço da companhia pediam, muitas vezes como “bons serviços” prestados, que se deixasse ocupar esse ou aquele espaço. Em 17 de novembro, o Major pediu permissão para construir uma casa na região dos Afogados e o

³¹⁸ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 17/11/1635. A documentação não especifica o lugar que residiam estes moradores.

³¹⁹ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 08/01/1636.

³²⁰ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 03/11/1635.

³²¹ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 08/11/1635.

Comissário de bens Willem Doncker requereu “um certo pedaço de terra, situado na Várzea, que pertenceu a Filipe Monteiro...”³²² A WIC concedeu, contanto que obedecesse “às mesmas condições que também foram impostas a outras pessoas”, ou seja, que se pagasse à companhia pela aquisição da terra. Esse já é fato conhecido da historiografia. José Antonio Gonsalves de Mello já evidenciou que

“chefes militares, funcionários civis, inclusive vários conselheiros políticos, afora comerciantes holandeses e alguns judeus fizeram-se senhores de engenho, adquirindo propriedades confiscadas pela Companhia”.³²³

A normalidade retorna em forma de problemas. Problemas de víveres das tropas, na falta de dinheiro em espécie e na condução dos serviços. Os primeiros anos da presença holandesa não deram tempo e condições às autoridades holandesas de perceberem certas nuances no cotidiano da *conquesten*. Nesse sentido, o que era comum antes da invasão, aos olhos dos luso-brasileiros, não o era, pós Arraial Velho do Bom Jesus, aos olhos do Conselho Político. Antônio Gomes Saloeiro, falou ao conselho Político que “na época do rei da Espanha, durante algum tempo, tinha adquirido o direito de fazer a travessia do rio da Jangada, e requer poder continuar exercendo esta função”. Saloeiro foi atendido em seu pedido, contanto que pagasse à WIC o que pagava “no tempo do rei da Espanha”.³²⁴ Além do que, os militares da Companhia estavam livres das taxas de passagem. Os mesmos, por vezes, tiravam vantagens de suas prerrogativas para fazer comércio mesmo pertencendo à condição de “servidor” da Companhia. Hendrick de Cock, capitão do navio “De Orangieboom” foi punido pela Companhia por ter vendido aos portugueses roupas “saqueadas” em campanhas. Pagou, como espécie de multa, o equivalente a 26% do que arrecadou com a venda, que foram 312 florins. O monopólio comercial da WIC era sagrado e a condição de servidor não poderia ocorrer paralelamente a de comerciante.³²⁵

³²² IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 17/11/1635.

³²³ MELLO, op. Cit, p. 48.

³²⁴ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 13/11/1635.

³²⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 17/11/1635.

Numa comparação mais geral, podemos admitir que o monopólio comercial exercido pela WIC a coloca numa mesma conjuntura que as monarquias que a cerca. No contexto do desenvolvimento do capitalismo, o monopólio comercial existe como condição importante para o enriquecimento do Estado. Isso, se considerarmos a WIC como um Estado, haja vista as suas prerrogativas.³²⁶ As atitudes de entendimento entre Companhia das Índias Ocidentais e a população local não é algo que deve ser visto com espanto. Nos anos de 1635 e 36, temos uma conjuntura de uma implantação mais efetiva da administração da WIC sobre um modelo político-administrativo anterior. Assim, quando aparecem casos como os já citados de que o Conselho Político respeitava o *status quo ante*, ou seja, como era as coisas “no tempo do rei”, isso nada mais é do que uma relação de “infiltração e imposição” de um estado sobre o outro. Para Braudel,

“assim como o capitalismo, ao desenvolver-se, não suprime as atividades tradicionais em que às vezes se apóia “como em muletas”, assim também o Estado aceita construções políticas anteriores e se insinua no meio delas para lhes impor, como pode, sua autoridade, sua moeda, seus impostos, sua justiça, a língua em que dá ordens”.³²⁷

A certeza que o Conselho Político tinha de que parte da população local os apoiava fica evidenciada num trecho de uma *notulen*, em que se soube que uma frota espanhola haveria de chegar a Pernambuco. Diante disso, determinou o conselho o seguinte:

“Deliberamos que, em razão da chegada de navios espanhóis, o juramento de fidelidade que alguns moradores leais fizeram seja esquecido. E que os moradores inimigos de nosso estado tendam a atacar os bons habitantes e retirá-los de nosso meio. Por isso, é muito necessário que os senhores [Wilen] Schott e [Ippo] Eijssens, um pelo sul e outro pelo norte, passem por estes lugares

³²⁶ Sobre isso considerou Fernand Braudel que “ o Estado moderno, tal como o capitalismo, recorre aos monopolios para enriquecer: “ os portugueses, à pimenta; os espanhóis, à prata; os franceses, aos sal; os suaecos, ao cobre; o para, ao alúmen”. Ao que se deveria acrescentar, no tocante à Espanha, a Mesta, monopólio da transumância ovina, e a Casa de la Contratacion, monopólio da ligação com o Novo Mundo”. Ref. BRAUDEL, op. Cit. vol. II, p. 463.

³²⁷ Idem.

diretamente, representando um bom governo e certificando a condição de nosso estado, para assim animar os bons cidadãos e manter os maus habitantes à distancia, assegurando o bem estar dessas pessoas com uma boa quantidade de soldados”.³²⁸

Essa passagem é importante, primeiro, porque nos revela o grau de tensão que passava a conquista, segundo, por que nos mostra a “estratégia” do governo civil em consolidar a conquista através da dissuasão de seus conquistados, os “bons cidadãos”. A população civil, que de súditos passam à categoria de “cidadãos” é instada a colaborar com a WIC com a contrapartida de ter o seu “bem estar” assegurado.

Se, por um lado, o pequeno comércio aproximava os holandeses da população local, por outro, diminuía os lucros da Companhia. Charles Boxer chama a atenção para esse fato ao se referir às queixas que os diretores da WIC recebiam “por causa dos lucros auferidos pela gente livre (*vrijluiden*)”.³²⁹ Diante desse quadro, segundo Boxer, a própria companhia não se sentia obrigada a dar as garantias prometidas aos moradores, os quais na sua ótica faziam mais comércio com os cidadãos-livres. As coisas tomam mesmo um tom de desconfiança quando a diferença religiosa entrava na questão. Essa relação moradores-*vrijluiden* “favorecia os lavradores portugueses, papistas e traiçoeiros, em detrimento dos investidores holandeses, protestantes e leais”.³³⁰ Esse problema do monopólio comercial da WIC foi expresso por Charles Boxer praticamente às vésperas da vinda de Nassau para o Brasil.

O problema dos cidadãos-livres em relação a Companhia se nos apresenta como um fato paradoxal na administração holandesa pré-nassoviana principalmente porque, como vimos em alguns casos acima, em várias ocasiões, foram os *vrijluiden* que socorreram a WIC em situações de falta de dinheiro. Em algumas ocasiões, eles foram a ponte entre o Conselho Político e a população local. Essa animosidade em relação aos livre-comerciantes partia principalmente de acionistas e representantes das câmaras da Zelândia, Roterdã e Groningen. Nas atas do governo holandês, pelo menos, não se verificam reclamações acerca dos *vrijluiden*. No entanto, a referência a essas vicissitudes

³²⁸ IAHG. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 28/11/1635.

³²⁹ BOXER, Charles. Os Holandeses no Brasil. – Recife: CEPE, 2004, p. 107.

³³⁰ Idem, p. 108.

nos mostra as idiossincrasias da própria Companhia das Índias Ocidentais. O Brasil holandês não estava sob a responsabilidade de uma administração homogênea. O próprio Charles Boxer, como outros, reconhecia a incapacidade da WIC para se assenhorear de todo o comércio da *conquesten*, principalmente em termos de atendimento das importações necessárias ao Nordeste. Essa foi a opinião dos representantes da câmara de Amsterdam. Assim, o livre-comércio e, por extensão, os cidadãos-livres, tinham participação importante no escopo da conquista.

Ainda refletindo sobre questão do monopólio comercial, temos no clássico estudo de Fernand Braudel, *Economia e Capitalismo*, uma das chaves para entender a complexidade do assunto na dinâmica econômica dos Países Baixos. Aqui, a necessidade do comércio livre apresentava-se quase como algo indissociável do *ethos* neerlandês, na medida em que “esses interesses [comerciais] comandam tudo, submergem tudo, o que não conseguiram fazer nem as paixões religiosas, nem as paixões nacionais”.³³¹ Nos Países Baixos, o monopólio concedido pelos Estados Gerais à Companhia das Índias Orientais (VOC), em 1603, levou outros comerciantes a fundarem outras companhias rivais. Uma delas foi a própria WIC. Em resumo, nem todos os comerciantes dos Países Baixos pertenciam a uma companhia de comércio. Essa era uma briga que começava na Europa e continuava no Brasil. Os acionistas da WIC, nesse contexto, tinham medo que a quebra do monopólio comercial por parte da mesma favorecesse aos livre-comerciantes que começavam a pulular na *conquesten* brasileira. Finalmente, contra os que queriam manter a todo custo o monopólio, fica a opinião de que na Holanda

“o comércio é absolutamente livre, não se ordena absolutamente nada, eles não tem outras regras a seguir que não as dos seus interesses; é uma máxima estabelecida de que o Estado encara como coisa que lhe é essencial”.³³²

Talvez, contudo, não devêssemos encarar esta situação dos *vrijluiden* contra alguns acionistas da WIC não tanto como ‘paradoxal’, uma vez que tratamos de um período (início do século XVII) em que o capitalismo estava se formando. No Brasil, o ‘modelo’

³³¹ BRAUDEL, Idem, p. 187.

³³² Idem.

de uma companhia de comércio estava sendo confrontado com uma realidade até certo ponto nova.

Não há dúvidas de que deixar de ser funcionário da companhia para ser cidadão-livre não era um mau negócio. Em janeiro de 1636, Joost Pietersz van der Bij, Jacob Pietsz e Sas Sickels deixaram a profissão de ferreiro para obter a condição de *vrijluiden*.³³³ Da mesma forma agiu o sargento Jan Jaspertsz., após o término de seu tempo de serviço para a WIC.³³⁴ A situação de livre-comerciante não ensejava total liberdade. Em caso de alerta, de aproximação iminente de tropas luso-brasileiras, o Conselho Político podia expedir ordens para que os mesmos se armassem e se mantivessem sempre alertas. Numa ocasião, ordenou-se que

“todos os cidadãos livres se armem com uma boa espingarda e que ninguém será dispensado de marchas ou será liberado de ficar de sentinela, e que aqueles que se recusarem serão punidos sem perdão”.³³⁵

Em janeiro de 1636 o comércio já estava mais fortalecido no Brasil holandês, e os problemas que estão relacionados a ele já estavam sendo sentidos. A necessidade de controle por parte da Companhia tornava urgente a necessidade de um “centro” logístico na conquista. Diga-se, centro logístico de controle do comércio realizado pela WIC. Num episódio em que vários produtos chegaram dos Países Baixos, o comissário de bens Roeland Carpentier pediu para que os mesmos fossem desembarcados na Paraíba em vez de no Recife. Essa decisão contrariava as normas da WIC que diziam que a revista e controle dos bens importados deveriam ser feitos no Recife. Entretanto, nesta praça, a carga “corre o perigo de furto por causa da grande quantidade de pessoas que estão envolvidas no processo de desempacotar e embalar”.³³⁶ Nesse caso, a Paraíba é preferida como local de desembarque das importações. É bom avaliar, nesta situação, que as regras ou os editais da WIC poderiam sofrer alterações segundo o bom senso dos administradores. Na Paraíba, inclusive, já se cogitava na construção de armazéns “por causa dos interesses comerciais”. Seria o caso aqui, também, de pensar sobre o que seria

³³³ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 03/01/1636.

³³⁴ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 14/01/1636.

³³⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 17/01/1636.

³³⁶ Idem.

um “centro administrativo”. Seria o mesmo que “centro comercial” ou “centro decisório”? Ou as duas coisas juntas?

Nessa fase da conquista, tanto decisões importantes eram tomadas pelos conselheiros políticos longe do Recife (se se pretende este como centro da administração batava), como apareciam locais quase importantes como este no armazenamento de bens. Este seria mesmo o caso da Paraíba. Após a sua conquista, em 1634, o seu porto passou a despontar com espécie de “segunda opção” de armazenamento de bens para a companhia. Aliás, a construção de armazéns era uma exigência premente dessa fase. A existência deles poderia significar um primeiro sinal de dinamicidade do comércio na conquista. Foi a existência, em Amsterdam, de “mercadorias que se entulham nos armazéns e não param de sair deles” que levou essa cidade a condição de maior centro comercial do século XVII. Armazéns que, segundo Braudel, “tem capacidade para engolir tudo”. Guardemos, obviamente, as diferentes escalas entre o Recife e Amsterdam.³³⁷ Maior volume de comércio para esta última.

Antes mesmo da invasão holandesa, em 1630, já existia um ativo comércio na Paraíba. À altura do ano de 36, vários portugueses já estavam a negociar com a WIC. Diego Fernandes, por exemplo, era um deles. O mesmo pediu permissão ao Conselho Político para transportar para a Paraíba 6 caixas de açúcar e duas toneladas de biscoito numa embarcação da própria companhia. O que lhe foi permitido mediante pagamento, obviamente.³³⁸ Pela quantidade de biscoitos podemos supor a existência de um comércio que já começa a se afastar dos *kleine profijten* (pequenos lucros). Dinamizava-se a conquista.

Quanto ao que se colocou anteriormente, com relação a confiança ou não dos holandeses nos moradores luso-brasileiros, torna-se difícil verificar minuciosamente essa relação. Há, evidentemente, algumas exceções. Contudo, é de se supor que muitos moradores que se submeteram à WIC, pelo menos logo depois da difícil experiência dos *anos terribillis*, não tenham tentado “trair” a confiança dos invasores. Era de seus interesses continuarem a vida econômica arrasada pela guerrilha. Na Paraíba, temos um exemplo de exceção, que mostra os “bons serviços” prestados pelos da terra à

³³⁷ BRAUDEL, op. cit., pp. 216-217.

³³⁸ Idem.

Companhia. Manuel Graci [ou Garcia], foi contratado pelo Conselho Político para ser timoneiro de um cruzador holandês na campanha que estes moviam no sul de Pernambuco em janeiro de 1636. O currículo de Graci era bom, uma vez que “a partir do momento em que a Paraíba foi conquistada até a conquista do Cabo de Santo Agostinho, serviu na função de prático e timoneiro no cruzador ‘De Cauwe’ da Zelândia”. Manuel passou a receber, a partir de janeiro de 1636, um salário de 36 florins mensais. Ele chegou a receber uma recompensa de 50 florins da WIC por ter trazido da Paraíba para o Recife alguns navios sem que tivessem sofrido avarias.³³⁹

A WIC contava, não raro, com depoimentos de prisioneiros para aumentar o seu cabedal de conhecimento de Pernambuco. Um deles, um português de Viana do Castelo chamado Bartolomeu Peres, fez crer à Companhia que

“a gente ordinária que não possui grandes bens trata de melhorar de situação, e estão muito interessados em associar-se conosco para negociar os frutos da terra; mas que os ricos e senhores de engenho não procuram tanto de entrar em contato conosco; mas havendo ocasião de negociar seus açúcares conosco, não se oporiam a isso:”³⁴⁰

O depoimento do Vianense é importante porque nos apresenta a heterogeneidade social da capitania, na medida em que, os menos abastados viam na invasão holandesa uma forma de enriquecimento que não tiveram até então. Para eles, o pequeno comércio com a WIC vinha em boa hora. Por isso, poderíamos inferir que é bem provável que entre essa “gente ordinária” à qual se referia Bartolomeu Peres estivessem os pequenos lavradores de cana ou até os senhores de engenhos menos abastados da porção norte da Capitania. Alguns deles, como foi o caso de Gonçalo Novo de Lira, que tinha uma propriedade às margens do rio Araripe, forneceu, ainda nos primeiros anos, caixas de açúcar para a WIC. As suas terras ficam ao norte de Igarassu, portanto norte de

³³⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 21/01/1636.

³⁴⁰ Interrogação de Bartolomeu Peres, natural de Viana do Castelo, navegou a 6 a 7 anos ao Brasil onde ficou domiciliado depois. In: Johannes de Laet. Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637. In: Roteiro de um Brasil Desconhecido. Manuscrito do John Carter Brown Library, Providence. KAPA Editorial, 2007, p. 118.

Pernambuco. Os engenhos que mais produziam açúcar eram os da Várzea do Capibaribe e os da porção sul da capitania.

Às vésperas da chegada de Maurício de Nassau, um problema que envolvia os *vrijluiden* e a própria Companhia era o dos transportes de mercadorias. As reclamações do Conselho Político diziam respeito ao transporte clandestino que os negociantes-livres faziam entre a ilha de Antonio Vaz e o Recife, burlando o fisco da WIC. O problema foi resolvido mediante o empréstimo de um barco pertencente a Jan Jacobsz “de modo que eles também possam atravessar o que quiserem sem se utilizar de meios ilegais”. Apesar disso, foram os cidadãos-livres que forneceram às tropas da WIC sitiadas no Cabo de santo Agostinho nada menos que 100 carroças de viveres e 16 mil libras de pão de farinha para servirem aos exércitos ali estacionados.³⁴¹

Observando os prós e os contras do pequeno comércio e dos *vrijluiden* na conquista, a pergunta maior seria até que ponto esses dois elementos contribuíram para um clima de estabilidade entre o Conselho Político e a população local. A existência de um comércio que se dinamizava numa relação tensa entre administradores e população local pode ser considerada como bom sinal no nível de conhecimento entre aquelas duas partes. Na medida em que a vida econômica e social se tornava relativamente mais estável, no período que vai da queda do Arraial Velho à vinda de Maurício de Nassau, era evidente o crescimento de problemas advindos dessa nova realidade. À parte problemas de corrupção, conspirações e mau comportamento das tropas mercenárias da companhia, não podemos descartar a existência de um cotidiano administrativo no Brasil Holandês. A consolidação de um padrão de relações administrativas entre as partes da conquista teria como grande responsável uma rede de navegação que se utilizava, sobretudo, de *Jatchen* e *Chaloupen* nos rios e pequenos portos do Nordeste.

³⁴¹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 04/07/1636.

Quadro I**Relação dos funcionários (ou não) da WIC que se tornaram cidadãos-livres
relacionados nas *Dagelijkse notulen* (1635-1636)**

Nome	Data de demissão	Profissão que exercia
Jacob Duinkercker	27/03/1635	Capitão do navio "Het Wapen van Hoorn"
<i>Joahan Wijnants</i>	-	<i>Commis</i>
<i>Jan van Eijsens</i>	-	-
<i>Roeland Carpentier</i>	-	-
<i>Jacques Hack</i>	-	-
<i>Ertman Nuser</i>	01/06/1635	<i>soldado</i>
<i>Isaak Jacobs van Sas</i>	16/06/1635	<i>soldado</i>
<i>Manoel de Barros</i>	05/09/1635	<i>soldado</i>
<i>Gaspar Rodrigues</i>	05/09/1635	<i>soldado</i>
<i>Moisés Navarro</i>	24/05/1635	<i>Aspirante à oficial</i>
<i>Abrahan François Cabeljau</i>	-	-
<i>Cornelis Metsu Danielsz</i>	-	-
<i>Nicolaes de Haen</i>	-	-
<i>Samual Gerritsz</i>	18/10/1635	<i>Comissário de bens</i>
<i>Isaac de Rassiière</i>	-	-
<i>Jacob Jansz</i>	22/10/1635	<i>Mestre-de-obras</i>
<i>La Mars (Charles Boucheron)</i>	-	-
<i>Jan Engelsen</i>	03/11/1635	<i>soldado</i>
<i>Hans Willem Louissen</i>	-	-
<i>Duarte Saraiva</i>	-	-
<i>François Blonde</i>	-	-
<i>Tjerck</i>	-	-
<i>Johannes Velthuisen</i>	28/12/1635	<i>Comissário de bens</i>
<i>Andries Pietersz Mansveld</i>	-	-
<i>Joost Pietersz van der</i>	03/01/1636	<i>ferreiro</i>

Bij

<i>Jacob Pietsz</i>	<i>03/01/1636</i>	<i>ferreiro</i>
<i>Sas Sickels van Eskort</i>	<i>03/01/1636</i>	<i>ferreiro</i>
<i>Jan Jaspertsz</i>	<i>14/01/1636</i>	<i>sargento</i>
<i>Otho Etmeijer</i>	<i>24/01/1636</i>	-
<i>Instavo</i>	-	-
<i>Vlugge</i>	-	-
<i>Manuel Graci</i>	-	<i>Capitão do navio 'De Cauwe'</i>
<i>Geronimo</i>	-	-
<i>Bartholomeus</i>		
<i>Gilbert Ritskur</i>	-	-
<i>Jan Gerritsz</i>	-	-
<i>Opken Pieter</i>	-	-
<i>Juriaan Gerritsz</i>	-	-
<i>Jan Dircksen</i>	-	-
<i>Pieter Hardy</i>	-	-
<i>Jan Roeloffsz</i>	-	-
<i>Jan Adriesen</i>	-	-
<i>Pieter Back</i>	-	-
<i>Hendrick Jansz</i>	-	-
<i>Claes Jansz</i>	-	-
<i>Jan Jansz</i>	-	-
<i>Simon Nunes van</i>	<i>30/07/1636</i>	-
<i>Norden</i>		
<i>Crhistoffel Eijerschettel</i>	-	-
<i>Aaron Navarro</i>	-	-
<i>Joost van den Boogaert</i>	-	-
<i>Jan Goutier</i>	-	-

3. O papel da navegação: entre a guerra e a boa ordem

Quando Nassau chegou com a sua comitiva ao Recife, em janeiro de 1637, não havia um só curso d'água, entre o rio São Francisco e o Rio Grande do Norte, que não fosse conhecido pelos holandeses. Pouco a pouco, foi-se estabelecendo uma malha de navegação, tanto pelo litoral, como pelos rios da costa do Nordeste, o que facilitou a administração do Conselho Político nos primeiros anos da conquista.

Logo na chegada, os holandeses contaram com a descrição, na medida do possível detalhada, das capitanias do Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Tal descrição é uma *memoire* oferecida pelo brabantino Adrien Verdonck ao Conselho Político e escrita em 20 de maio de 1630. Esse belga, segundo Gonsalves de Mello, vivia em Pernambuco já desde pelo menos o ano de 1620 e era um entre outros neerlandeses e belgas que viviam e faziam negócio nesta capitania.³⁴² Voltado para os negócios do açúcar, Verdonck, dado o tempo em que já residia no Brasil, serviu de instrumento à WIC no que diz respeito a se conhecer mais portos e interlândia. Antes de “ser injustiçado pelos holandeses” em 1631, por descobrirem que ficou do lado dos luso-brasileiros, Adrien Verdonck legou aos novos invasores uma espécie de “manual” da terra.

Antes de atentarmos para a *memoire* do brabantino conspirador, convém lembrar que, nos Países Baixos, o nível de informação que se tinha de Pernambuco não era baixo. Um documento de 1623, intitulado “*Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba*”, alimentou em muito o sonho dos holandeses de se apoderarem do “ouro branco” nordestino. Um outro, do mesmo ano de 1623, intitulado “*Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba*”, publicado nos Países Baixos, como muitos outros *pamphleten*, que incitavam as pessoas às apostas e também ao investimento nas ações da Companhia das Índias Ocidentais, também nos mostra a não ingenuidade batava acerca do lugar onde estavam pisando. Não restam

³⁴² Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. Fontes para a historia do Brasil Holandês. Vol. I A administração da conquista. –Recife: MEC/SPHAN, 1981, p.33. Numa pequena introdução ao documento, Gonsalves de Mello se refere a “vários neerlandeses” e provenientes da “Províncias Obedientes” proprietários de engenho em Pernambuco quando da invasão, como é o caso Gaspar de Mere e Pedro Lahoest. Estes “comerciantes ricos, como parece ser o caso de Adrien Verdonck”.

dúvidas de que, pelo menos uma década antes da invasão em 1630, a WIC estava ciente da produção média da maior parte dos engenhos do Nordeste. Pelo menos da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. A relação de que dispunham discriminava o proprietário do engenho e, em seguida, a quantidade de “açúcar macho” (branco e mascavado) e açúcar retame produzido pelas unidades. O documento não nos fornece, porém, a precisa localização dos engenhos.

Essa relação dos engenhos acima citada, segundo José Antônio Gonsalves de Mello, não fazia parte de um simples *panphleten*, mas de um documento entregue em forma de uma *memoire* aos Estados Gerais dos Países Baixos por volta de 1636 por um judeu de origem portuguesa chamado José Israel da Costa. Portanto, seis anos depois da invasão, muito embora se referindo à produção daqueles engenhos no ano de 1623. Em termos gerais, José Israel da Costa, que residira muitos anos no Brasil antes da invasão, forneceu aos holandeses informações acerca dos detalhes da produção açucareira, desde o cuidado com os “cobres, madeiras, ferragens, carpinteiros, pedreiros, formas, carros, servidores brancos, a quem se dão bons salários e de comer cada ano, quantidade de lenhas para arderem [o caldo do açúcar], caixões, bois, vacas, mantimentos [...] além dos custos de 70 escravos que deve ter cada engenho [...]”.³⁴³ José Israel da Costa fornece, enfim, uma ‘radiografia’ do cotidiano da produção açucareira, com toda sua complexidade e despesas.

Retomando ao documento de Adrien Verdonck, o mesmo nos parece mais completo do que as informações oferecidas por José Israel da Costa. Em primeiro lugar, chama à atenção a maneira como Verdonck divide o espaço. Assim, na sua ‘divisão territorial’, aparecem locais como “Rio São Francisco”, “Alagoas”, “Porto calvo”, entre outros, ou seja, locais que se confundem com os nomes de rios (o próprio São Francisco e Una) e de vilas e povoados (Serinhaém, Ipojuca, etc). Para termos um exemplo dessa divisão espacial, atualmente, Porto Calvo é uma cidade do Estado de Alagoas. Em início do século XVII, a delimitação das localidades, aos olhos de pessoas como Adrien

³⁴³ “Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaraca e Paraiba – ano de 1623”. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. Fontes para a historia do Brasil Holandês. Vol. I A administração da conquista. –Recife: MEC/SPHAN, 1981, p. 22. Gonsalves de Mello nos apresentou a transcrição de partes do documento.

Verdonck, tinha outros referenciais. A concentração de engenhos seria um desses referenciais.

O nosso objetivo aqui não é, vale ressaltar, fazer um estudo do relatório de Adrien Verdonck. No entanto, ele nos importa na medida em que se apresentou como uma maneira de entender o espaço da conquista a um grupo recém chegado ao Brasil. Precisar até que ponto a sua *memoire* foi útil aos holandeses seria uma tarefa difícil, mas, certamente, foi o que de mais detalhado teve o Conselho Político logo quando chegou a Pernambuco.

O que nos interessa mais diretamente é a parte do relatô em que os rios são descritos. Em Porto Calvo, o rio [cujo nome não especifica Verdonck] tem “de 9 a 10 braças de fundo, pelo qual se pode subir do mar para o povoado”. No povoado denominado de ‘Una’ [nome de um rio], “pode subir-se até ele [o povoado] em uma chalupa”, ou seja, por um rio. O povoado de Serinhaém, por sua vez, “está a 2 milhas da praia e as barcas sobem o rio para carregar açúcar [...]”. O cronista completa sua descrição do rio que passa por Serinhaém especificando que “é pouco profundo na foz, onde não tem mais de 7 a 8 pés d’água”. A primeira denominação dada a um rio por Verdonck aparece na região de Ipojuca, com relação ao rio de mesmo nome. A localidade impressionou o cronista, que confidenciou que

“nas cercanias há 13 ou 14 engenhos que fazem grande quantidade de açúcar ; [...] para chegar-se ao primeiro desses engenhos, junto ao qual há um armazém para onde é levado o açúcar de quase todos os engenhos próximos, tem-se de subir o rio Ipojuca, situado logo adiante do Cabo de Santo Agostinho por espaço de 2 milhas; junto à foz do rio há 2 ou três canhões a fim de impedir a entrada ao inimigo e na mesma foz não há mais de 7 ou 8 pés de água; ai vão as barcas carregar de 100 a 110 caixas de açúcar para transporta-las ao Recife, como o fazem em todos os outros lugares”.³⁴⁴

Visto que a descrição de Adrien Verdonck é no sentido sul-norte, ao chegar à povoação do Cabo de Santo Agostinho, ele considera que, nessa localidade,

³⁴⁴ Idem, pp. 37/38.

“não havendo rio para subir-se até os engenhos, quase todo o açúcar tem de ser transportado por terra até às barcas [possivelmente do rio Ipojuca] e algum é levado para outro lugar e chega a foz de um rio chamado Jangada, junto à Nossa Senhora da Candelária, umas três milhas ao norte do Cabo”.³⁴⁵

Ao descrever o interior, numa povoação mais ao norte do Cabo denominada São Lourenço [atualmente região da cidade de São Lourenço da Mata], com relação ao transporte de pau-brasil, Verdonck afirma que “é [o pau-brasil] levado para ser transportando em outros carros para o Passo do Fidalgo, distante de Pernambuco cerca de 2 milhas, e para onde se vai em barcas que sobem o rio”.³⁴⁶ Em Itamaracá, “tem um bom rio, em que podem entrar navios de 14 pés de calado”. Já em Igarassu, ao descrever o rio Paratibe, afirma o cronista que “é ali [na altura da vila de Igarassu] muito largo, porém adiante estreita-se e fica água morta com cinco palmos ou mais de fundo”. Para Filipéia [João Pessoa], “chega um rio de 4 milhas de extensão e 14 pés de fundo, de modo que os navios que ali vão recebem os carregamentos [...] junto à cidade e, estando carregados, descem de novo o rio, voltando para o mar [...]”.³⁴⁷

Adrien Verdonck, apresentava, portanto, em função do que se lembrava do muito tempo em que fizera comércio no Nordeste, resumidamente, a malha hidrográfica desse espaço à luz de sua utilização para transporte de açúcar, pau-brasil e outros. O conhecimento mais detalhado por parte da WIC viria, entretanto, com o dia-a-dia da guerra e do estabelecimento do pequeno comércio com a população local. Caminhando lado-a-lado, estes dois elementos guerra-comércio, tenderam a se separar na medida em que a resistência era vencida. Temos, sobretudo, que os primeiros seis anos da presença do Conselho Político à frente da administração do Brasil Holandês, tenha sido a fase em que se implantou toda uma rede de navegação nos rios do nordeste oriental.

A partir das operações de guerrilha adotadas em 1632, embarcações menores como Iates e Chalupas passaram a ser utilizadas no bloqueio de barras e incursões aos rios para fins de assalto e saques. O início de sua utilização foi discutido por Evaldo

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Idem, p. 41.

³⁴⁷ Idem, p. 44.

Cabral de Mello³⁴⁸ que, apontando uma carta do Coronel Wanderburch aos Estados Gerais, em novembro de 1631, situou a mudança de estratégia batava para empreender a guerra de conquista. Na missiva, afirma o governador:

“Suas Graças [os Estados Gerais] ordenaram que se conservassem, sem exceção, aqui na costa, todos os grandes navios e a frota inteira, o que não influirá de modo algum em nossos fins, e não me parece que os grandes navios possam ser de grande utilidade [...] o mais prudente em minha opinião seria retirar daqui os ditos navios, pois que esta costa e estes portos são mais fáceis de defender por meio de pequenos ‘yachts’ e chalupas do que por meio de navios grandes [...]”³⁴⁹.

Este parece ter sido o *turning point* da estratégia de defesa holandesa. A proposta do governador militar foi seguida, de modo que em 1635 já se podia contar dezenas de embarcações menores transitando nos rios de Itamaracá, Pernambuco e Paraíba. Se Wanderbuch estava ciente das descrições de Adrien Verdonck, feitas pouco mais de um ano antes, é algo a se cogitar, vez que demonstra já ter conhecimento da profundidade das barras e desembocaduras destes rios, possíveis, boa parte deles, apenas de serem navegados por embarcações de pequeno calado. Não é à toa que, sobre isso, comentou Cabral de Mello que, a esse tempo, era “significativo o conhecimento pormenorizado de que dispunham os holandeses acerca das condições técnicas de navegação nos pequenos rios do Nordeste oriental”.³⁵⁰ Esse “conhecimento pormenorizado” de rios como o Goiana, Camaragibe, Formoso, Serinhaém, São Miguel, entre outros, foi sobretudo aurido nos diversos ataques aos engenhos e povoações localizados em seus cursos inferiores.

A partir do ano de 1635, encontramos fartamente nas Nótulas Diárias (*Dagelijkse Notulen*) várias informações acerca da incursão de iates e chalupas aos rios do nordeste.

³⁴⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 39. Com relação ao uso destas embarcações, em rios, a inferência é do próprio autor quando afirma “o litoral do Nordeste poderia ser melhor bloqueado mediante o emprego de iates e chalupas que poderiam atacar os portos, fechar as barras dos rios ou subi-los para atacar os engenhos em suas margens”.

³⁴⁹ Missiva do Governador D. van Weerdenburch, em Antonio Vaz, aos Estados Gerais. 09/11/1631. In: *Documentos Holandeses*. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. 1945, p. 89.

³⁵⁰ MELLO, Idem.

Todavia, não seria difícil de imaginar que elas tenham sido utilizadas antes ainda nos primeiros dois anos da conquista. Essa utilização seria, de início, mais de forma pontual do que mesmo generalizada, como vai ser de 1635 em diante. Ao lado do “pequeno comércio”, que se fazia mais forte principalmente após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus, também a “pequena navegação”, que prescindia dos grandes navios, se constituía.

Na guerra de “guerrilha”, em que as operações pontuais valiam mais do que os ataques frontais que exigiam um grande efetivo, da mesma forma, as embarcações menores valiam mais do que os grandes navios. A mudança da tática de guerra, mudaria, por conseguinte, o cotidiano administrativo do Brasil holandês.

Um detalhe técnico. Na Europa, os barcos de pequena tonelagem tinham na Idade Moderna uma presença na economia muito maior do que os grandes. Para Braudel, pelo menos no aspecto mercantil, os barcos menores “carregam rapidamente, deixam os portos à primeira rajada”.³⁵¹ Nos rios do Nordeste, eram as barcas (ou barcaças) que os portugueses utilizavam para adentrarem os rios e colher as caixas de açúcar dos engenhos em suas margens. Este pormenor, observado por Verdonck em sua *memoire*, certamente também o foi pelos primeiros militares e civis que adentraram a interlândia em campanhas extenuantes. A prova disto são os relatórios de capitães de embarcações e militares em geral compiladas por Johannes de Laet com o fim de instruir Maurício de Nassau acerca do Brasil.³⁵²

Sobre o rio Cunhau, no Rio Grande do Norte, teve ciência a WIC que, a partir do depoimento de um prisioneiro português, que tem, “doze pés de profundidade, duas léguas ao sul da Ponte da Pipa [Ponta da praia de Pipa], os barcos entram quatro a cinco léguas rio adentro com profundidade de 2, 2 1/2 e 3 braçadas, onde está um engenho de açúcar e onde se cultivava muito tabaco. [...] Teríamos entrado nele com a chalupa se o tempo estivesse melhor”. Sobre a Paraíba, souberam que “é um rio grande; nunca entrou nele senão de barco; na entrada tem uma curva e coroas de areia e de pedra. Querendo entrar nele, deveria-se mandar adiante uma chalupa veleira para sondar os baixios”.³⁵³

³⁵¹ BRAUDEL, Fernand. O Mediterraneo e o Mundo Mediterraneo ao Tempo de Filipe II. Vol I. – Lisboa: Martins Fontes, 1983, p. 330.

³⁵² Johannes de Laet. Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637. In: Roteiro de um Brasil Desconhecido. Manuscrito do John Carter Brown Library, Providence. KAPA Editorial, 2007.

³⁵³ Ibidem, pp. 121-122.

Sobre o Rio Goiana, na capitania de Itamaracá, souberam que “na desembocadura há uma profundidade de só 8, 10 pés, mas dentro é muito profundo. Seis a sete léguas rio adentro há três a quatro engenhos, aonde os barcos navegam para carregar. [...] Dirigindo-se lá com quatro a cinco chalupas expulsaria a todos e tomaria todos os açúcares”.³⁵⁴ Da mesma forma, outros rios foram descritos, especificamente do norte da capitania de Pernambuco e Itamaracá, como o Massaranduba, Igarassu, Catuama e Maria Farinha. O primeiro deles, para se ter uma idéia, é muito pouco conhecido atualmente. Entretanto, na geografia dos engenhos dos séculos XVI e XVII, tinha uma importância que não poderia ser descartada. Ao decrecer o Rio Igarassu, consideraram que “por este rio é que [Matias de] Albuquerque recebeu a maior parte da suas provisões, as quais chegaram com barcos da Paraíba a Goiana, e logo detrás de Itamaracá e Igarassu”.³⁵⁵ Essa ligação entre Paraíba e Goiana, já evidenciada quando a questão é um estabelecimento de comércio regular entre a WIC e a população local, tinha a sua anterioridade nas relações de comunicação fluvial intracapitanias antes da invasão em 1630. O que não era novidade para a resistência luso-brasileira sitiada no Arraial, era para os militares e conselheiros políticos neerlandeses. Certamente, a localização do Arraial do Bom Jesus levou em consideração essa malha de assistência fluvial que ligava a Paraíba àquela fortificação. Quando nada, para a WIC, a relação entre a navegação dos cursos d’água e a relativa normalização do comércio da interlândia, é direta.

Quanto aos rios situados ao sul do Recife, o conhecimento holandês através do depoimento de Peres seguia a ordem. Rio das Jangadas, Ipojuca, Maracaípe, Formoso e Una ³⁵⁶. Neste último, “só entram barcos ligeiros”. Finalmente, no extremo sul da capitania de Pernambuco, encontram o rio de Porto Calvo, no qual “os barcos entram seis léguas rio adentro, ande estão três engenhos, uma légua afastados das margens do rio”. O último deles, o Rio Coruripe, “ao entrarmos com um iate ou uma chalupa, lá ainda encontraríamos paus bastantes para levar”.³⁵⁷ Até a Barra Grande (sul da capitania de

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 125.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ O região do Rio Una, em específico, mereceu a seguinte descrição de um depoente português: “A aldeia do Uma fica a dez léguas espanholas de Pernambuco, légua e meia terra adentro. Lá há dois engenhos. O rio se chama Uma, pelo qual os barcos entram até o primeiro engenho; o outro fica meia légua terra adentro. Os açúcares são transportados até o rio em carros. O rio tem uma profundidade de apenas seis pés”. In: Johannes de Laet. *Op. Cit.* p. 133.

³⁵⁷ *Ibidem*.

Pernambuco), situada em cartas náuticas antes da conquista, careceu de uma “atualização” para os holandeses. Segundo a declaração e Manuel Vieira, “tem [Barra Grande] tanta profundidade que uma carraca carregada poderia entrar nela; e, dentro do porto, há bastante espaço para mil navios”.³⁵⁸

Em todas essas descrições, vale ressaltar, a relação com o comércio de açúcar e madeira era discriminada, além, é claro, das condições de navegabilidade. A malha de comunicação fluvial do São Francisco à Paraíba começava a ser conhecida, desbravada e aparecia aos olhos dos holandeses como atualizações precisas do conhecimento da área que ambicionavam dominar.

Antes mesmo da invasão, em 1630, os holandeses contavam com uma outra minuciosa descrição dos índios Gaspar Paraupaba, Andrés Francisco e Pedro Poti. Também em seus relatos, esses *brasilianen* não deixaram de apontar os rios em que se podiam usar embarcações pequenas. Assim, “uma légua da Baía da Traição há um pequeno rio para chalupas, chamado Camaratuba”. Mais ao norte da Paraíba, “a uma légua da Baía Formosa, segue um rio para iates, chamado Curimatau [...] os iates não chegam tão longe, e deve continuar-se navegando uma légua em chalupas”. Por esse depoimento, percebemos o maior alcance das chalupas na navegação fluvial. Convém lembrar também que, as informações dos índios aliados dos holandeses, complementavam outras descrições de rios e vilas do interior, sempre observando as condições de navegabilidade deles. Era muito importante se saber, além da profundidade dos cursos d’água, em quais lugares existiam escolhos ou rochas que não sobressaíam à flor da água, mas que podiam avariar qualquer embarcação.

A dominação dos rios poderia levar a dominação de áreas importantes. No caso da Ilha de Itamaracá, por exemplo, escreveu o conselheiro Johannes van Walbeek aos Estados Gerais, “estando em nosso poder os pequenos rios Maria Farinha e Goiana, estaríamos também senhores da Ilha inteira”.³⁵⁹ Vale ressaltar que, enquanto a conquista por rios pode ser feita em qualquer época, a conquista por terra se mostrava mais difícil durante os chamados *regen en tijt* (tempos chuvosos ou estação das chuvas), que eram os

³⁵⁸ Johannes de Laet. Op. Cit. p. 133.

³⁵⁹ Relatório do Conselho político no Brasil Jean de Walbeek, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de julho de 1633, lido pelos Estados Gerais à 11 de julho de 1633. In: Documentos Holandeses. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. 1945, p. 127.

meses de abril, maio, junho, julho e agosto.³⁶⁰ Os meandros da conquista necessitava de uma adaptação ao clima. Não são raras as vezes em que as autoridades reportavam aos Países Baixos que as chuvas intensas haviam danificado paliçadas, estradas e pontes. Esses primeiros anos eram, acima de tudo, de reconhecimento do interior da capitania de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Nas crônicas do Valeroso Lucideno, o frei Manuel “dos Óculos” narrou o drama da guerrilha ao dizer que os moradores civis luso-brasileiros, no início da resistência no Arraial Velho do Bom Jesus,

“se foram indo para suas casas, outros afrouxaram do continuo trabalho, assim diurno, como noturno [...] dizendo que trabalhassem os soldados, que haviam vindo do reino, pois eram pagos, e se soubessem e experimentassem ao que sabia o andar por matos, e atoleiros, o que eles ate então tinham feito [...]”.³⁶¹

Numa ata de 4 de julho de 1636, o governo holandês, sobre uma operação militar em Porto Calvo, considerou que “ nós tínhamos nos preparado para essa expedição, mas, por causa do tempo, não a continuamos, [...] Visto que o pior, com relação `as chuvas, já passou, faz-se necessário avançar com destemor[...]”. Nesse caso em particular, as chuvas tinham bloqueado “todas as passagens e estradas”.³⁶²

A utilização de iates e chalupas em rios como tática de guerra supria as dificuldades das guerrilhas terrestres. Soma-se o fato de que estas embarcações podiam subir e descer rapidamente os cursos inferiores daqueles rios. O conhecimento pormenorizado dos rios do Nordeste era também um complemento ao conhecimento pormenorizado da costa e das desembocaduras dos mesmos rios. Se a defesa dos impérios espanhol e português “era concebida em Madri ou em Lisboa em termos exclusivamente navais”, como disse E. Cabral de Mello, em Pernambuco, no universo micro dos engenhos e povoados às margens dos rios, essa defesa ficou a desejar. A resistência luso-

³⁶¹ CALADO, Manuel. O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade. – Recife: CEPE, 2004, P. 48. Até a chegada de Mauricio de Nassau, em início de 1637, não encontramos nas crônicas referências ao uso de iates e chalupas por parte dos holandeses. Após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus, preocupado em narrar a situação da guerra na parte sul da Capitania de Pernambuco, Manuel Caldo não se referiu à porção norte, que era a parte em que se dava uma ligação comercial entre os holandeses e os moradores luso-brasileiros de Igarassu e Goiana.

³⁶² IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse Notulen. 04/07/1636.

brasileira não dispunha de embarcações pequenas e artilhadas para fazer frente aos holandeses na guerrilha fluvial. As ‘barcas’ utilizadas largamente pelos luso-brasileiros para transportar, entre outros, açúcar e pau-brasil, não estavam preparadas para o escopo da guerra como os iates neerlandeses. Com a invasão holandesa, é bem possível que a resistência sitiada no Arraial velho do Bom Jesus ainda se utilizasse daquelas barcas para transportar mantimentos vindos de Portugal e Espanha para propriedades do interior. Como já é bem conhecido, até a queda daquela fortaleza, os sitiados continuavam recebendo reforços em armas e víveres pelo porto de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho.

Retomando a questão da guerrilha por terra, devemos considerar que as conquistas de Igarassu, Goiana, Itamaracá, Paraíba e Arraial Velho do Bom Jesus, foram combinando cercos terrestres e bloqueio de barras. Não podemos, portanto, negar a importância da “guerra frontal” na conquista holandesa. No entanto, foi no incremento do pequeno comércio que as embarcações de pequeno porte tiveram um papel importante na consolidação administrativa da companhia principalmente entre as capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Principalmente a partir do estreitamento dos contatos com os povoados de Itamaracá, Filipéia (João Pessoa), Goiana, Igarassu e o Recife. E é sobretudo na relação com o comércio e a administração que podemos discutir a importância e função dos iates e chalupas nos rios daquelas regiões.

Para entendermos essa dinâmica logístico-administrativa é necessário, de antemão, atentarmos para o fato de que os conselheiros políticos de distribuíam pelas conquistas à medida que estas se faziam. Assim, Ippo Eijssens se ocupava da administração de Goiana, Igarassu e Itamaracá, Serveas Carpentier da Paraíba e Johan Ginselling do Recife e porção sul da capitania de Pernambuco. Muitas vezes, eles se demoravam longe do centro administrativo, o Recife e tomavam decisões em locais afastados deste centro. Entretanto, reuniam-se constantemente no Recife. Analisando as *Atas de reunião do governo holandês* no Brasil em 1635 e 1636, não encontramos indícios evidentes de que em todas as reuniões estivessem presentes todo o Conselho Político. Em algumas das atas, quando se tratava de uma reunião de grande importância, discriminava-se então a presença de todos. Na sessão de 29 de maio de 1635, estavam presentes não só as autoridades militares (Schopp, Arzcizenski e Jan Lichthart) como

também os conselheiros políticos (Serveas Carpentier, Johan Wijnants, Ippo Eijssens e Jakob Stachouer). Faltava, contudo, o conselheiro Willem Schott, que exercia função de tesoureiro. Nessa reunião, em específico, decidiu-se unanimemente sobre questões relativas às táticas de combate e falta de viveres.³⁶³ Na reunião de 7 de junho do mesmo ano, praticamente não havia conselheiro político presente, pois tinham ido acompanhar as tropas no sitio do Arraial Velho do Bom Jesus.³⁶⁴ Já na de 9 de junho, apenas o Senhor Wintijens acompanhava as discussões.³⁶⁵ Quatro dias depois, chegaram à noite, do Arraial, os senhores Serveas Carpentier e Ippo Eissens, mas não a tempo de participarem da reunião. Em alguma reunião, era possível a presença de apenas um único conselheiro, como aconteceu em 7 de setembro, onde apenas o Sr. Stachouwer se encontrava entre um almirante e um coronel.³⁶⁶ Finalmente, nas reuniões dos dias 13 e 17 de setembro, todos estavam presentes. Nesta última, em particular, o Conselho Político decidiu como seriam distribuídos os soldados pelos diversos pontos da conquista.³⁶⁷

Não é possível entender qual era a lógica de se enviar esse ou aquele conselheiro para um determinado lugar. O que poderia contar, nesse sentido, era o fato de um determinado conselheiro conhecer mais a região pelo fato de já ter feito parte de operações militares ou *expeditien* aos locais que iriam dirigir futuramente. Afinal de contas, eles não poderiam se colocar acima do poder militar sem conhecer os limites da conquista. O aparato da WIC era numeroso. Diversos funcionários se enraizavam nas conquistas. Com salários diversos, as várias funções eram preenchidas, muitas vezes, por indicações de autoridades civis e militares e, para ser aprovado no exercício do novo cargo, o indivíduo tinha que passar pela votação do Conselho Político.

Retomando as embarcações menores, já podemos observar o seu uso efetivo em 1634. Num relatório expedido aos Herren XIX (Diretores da Companhia) os delegados políticos Ceulen e Gijsseling reportaram que, numa das expedições ao litoral sul de Pernambuco, destinaram os iates Pernambuco, Concorde de Dordrecht, Naerden, Le Renard, Chauve Souris, La Pivoine, L'Eperlan, La Balette, Arara, Ceulen e Lichhardt, “com uma pequena chalupa a vela e dois grandes barcos”. Pelo número de tripulantes,

³⁶³ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijkse Notulen. 29/05/1635.

³⁶⁴ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijkse Notulen. 07/06/1635.

³⁶⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijkse Notulen. 09/06/1635.

³⁶⁶ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijkse Notulen. 07/09/1635.

³⁶⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijkse Notulen. 13/09 e 17/09/1635.

que eram de 600 homens, podemos presumir, para os iates, algo em torno de 70 homens por embarcação, contando com os dois barcos maiores. A expedição teve por objetivo “fazer sentir ao inimigo nossas armas, nas localidades mais distantes [...] de maneira a causar-lhe, em todos os rios e em todos os portos, todos os donos possíveis [...]”.³⁶⁸ Com essas embarcações, subiam rios nas proximidades de Porto Calvo, quando a profundidade permitia. Nos lugares mais rasos, apenas a chalupa poderia navegar. Em rio próximo a Porto Calvo “quando pela tarde o comandante Lichthart chegou aqui com as pequenas embarcações, o coronel e o comandante subiram o rio até duas ou três léguas além daqui, onde também encontraram um armazém com grande quantidade de açúcar”.³⁶⁹ A expedição, durante a noite, subiu mais três ou quatro léguas de rio utilizando-se de três embarcações de pequeno porte até que “o rio se tornasse tão estreito, que não se podia manejar os remos; além disso, ele se tornava cada vez menos profundo”.³⁷⁰ Convém lembrar que os holandeses encontraram algumas barcas portuguesas carregadas ou não com açúcar e outros produtos estacionados em alguns cursos d’água. Só a quantidade de caixas de açúcar encontrada nessa expedição, aproximadamente 450 caixas, no dá bem a medida desses butins. Até então, as embarcações que mais circulavam nos rios do Nordeste eram as barcas portuguesas. Enquanto o porto de Nazaré não caía em poder dos holandeses, as barcas portuguesas continuavam a carregar açúcar dos engenhos e levar ao porto. Vez ou outra, eram apreendidas pelos soldados da Companhia.

Ao estabelecerem um pequeno comércio com a população local, os holandeses, muitas vezes através dos ‘*vrijluiden*’, se serviam dos pequenos barcos (*baercqiens*) portugueses. A expedição acima citada, encontrou pelo menos uns 45 *baercqiens*.³⁷¹ Ao contrário das chalupas e iates neerlandeses, as barcas portuguesas não apresentam seus nomes mencionados na documentação. Se é que todas os tinham.

Em 1635 e 1636, já é possível falar numa maior regularidade de fluxo de barcas e iates nos rios das capitanias da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Antes disso, não podemos falar em um comércio mais regular entre holandeses e moradores, a não ser em

³⁶⁸ Documentos Holandeses, Op. Cit. p. 136.

³⁶⁹ Ibidem, p. 137/138.

³⁷⁰ Ibidem, p. 139.

³⁷¹ 1 barca próximo a Porto Calvo contendo 43 caixas de açúcar; 1 “pequena barca” em rio não mencionado com 11 caixas de açúcar; 2 barcas no rio “Tatu Amunsá”; 2 barcas em Alagoas; 20 barcas em Porto do Francês (Alagoas); 7 barcas no Rio Conjau; 1 pequena embarcação em Barra Grande carregada com e 2 caixas de tecidos

casos esporádicos como o do português Manuel Jácome e Pedro da Rocha, plantadores de açúcar de Itamaracá. O primeiro deles, usou uma barca para fornecer açúcar aos holandeses navegando pelo Rio Maria Farinha.³⁷² Jácome e Pedro Rocha foram um dos que se apartaram da resistência luso-brasileira sitiada no Arraial Velho do Bom Jesus e foram viver com alguns outros em Itamaracá junto aos holandeses.

Já nas crônicas de Francisco de Brito Freire podemos ter uma noção clara dos principais rios e portos da capitania de Pernambuco. Como bom militar e estrategista, Brito Freire se refere aos rios desta capitania como “de águas saudáveis e caudalosas”. Destes últimos, de um total de 25, são destacados 8: Jangada, Serinhaém, Formoso, das Pedras, Camaragibe, Santo Antônio, São Miguel e São Francisco”. Já os portos, preparados para “diferentes embarcações”, são os de Recife, Pontal de Santo Agostinho, Ilha de Santo Aleixo, Barra Grande, Jaraguá, Porto dos Franceses e Coruripe.³⁷³ Evidentemente, todos esses rios e portos se tornaram importantes aos holandeses tanto no aspecto militar quanto no administrativo.

Que os rios são um meio eficiente para se chegar a algum lugar não é novidade para ninguém. Entretanto, para o caso de Pernambuco, em particular, a função da comunicação fluvial era primordial, uma vez que, ainda segundo Brito Freire, “ordinariamente, por ser a terra tão coberta, se fazem quase todas as estradas do Brasil das praias do mar”. Ou seja, poucos eram os caminhos por terra pelo interior. Logo, confirma-se a importância da comunicação fluvial. Rios que, nos dias de hoje, estão reduzidos praticamente a navegação de pescadores, na época holandesa, presenciaram em grande intensidade as estratégias militares holandesas e portuguesas.

Evidentemente, entre os portos destacados acima, o do Recife mereceu especial atenção do cronista militar. Para ele, “o porto do Recife, coração dos espíritos de Pernambuco, [...] por onde todas as drogas de mar afora entravam e todos os da terra saiam ...”.³⁷⁴

Em 1632, os holandeses já eram capazes de adentrar os rios do Nordeste. Contudo, essas incursões eram menos sistemáticas. Neste mesmo ano, auxiliados por

³⁷² Idem Ibidem, p. 153.

³⁷³ FREIRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia: Historia da Guerra Brasília. – São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 118.

³⁷⁴ Idem, p. 124.

Domingos Fernandes Calabar, os holandeses aprisionaram algumas caravelas no Rio Formoso. Os portugueses, numa das margens deste rio, guardavam-se em um fortim protegido “por duas peças e vinte homens de terra”³⁷⁵ que logo foi destruído por um efetivo de 600 homens distribuídos em 8 navios e 15 lanchas holandesas. Essa não era ainda uma operação pontual, mas já se usava embarcações menores em operações militares nos rios. Dois anos depois os holandeses passariam a empregar efetivos bem menores nestas incursões.

A conquista da vila de Igarassu e da Ilha de Itamaracá em 1633 representou o primeiro passo no domínio holandês da malha hidrográfica do litoral norte de Pernambuco e da Capitania de Itamaracá. Havendo-se deslocado para o sul do Recife, a guerrilha se afastava cada vez mais da porção norte da conquista. Pelo menos diminuía ali a sua intensidade. A conseqüência disso é que foi justamente a partir da região de Igarassu, Goiana e Itamaracá que começaram a aparecer os pequenos lucros.

A opção estratégica de se utilizar os rios em vez da guerra terrestre, por parte dos holandeses, teve suas razões. Brito Freire, referindo-se ao cerco batavo ao Arraial Velho do Bom Jesus, dizia que a dificuldade de se carregar a artilharia por terra se devia “a campanha toda coberta de árvores ou de canaviais de açúcar”.³⁷⁶ Nessas circunstâncias, “para bater o Real (Arraial)”, os holandeses desceram o rio Afogados

“crescido de presente de água do monte, embarcaram onze peças com muitas munições em um navio sem vela acompanhado de uma lancha e duas barças. Estas pela popa com infantaria e quatro roqueiros de seis libras em ambas”.³⁷⁷

Nessa operação, apesar de já se utilizar o transporte fluvial com pequenas embarcações, não havia menos que 400 soldados por terra.

A invasão dos exércitos holandeses aos rios começavam a incomodar os luso-brasileiros. A adaptação à hidrografia local dos batavos foi destacada por Brito Freire ao se referir à sumacas: “nadam em pouco fundo, guarnecidas em proporcionada artilharia, se aproveitava delas o inimigo para melhor entrar nos muitos rios que deságuam por toda

³⁷⁵ Idem, p. 156.

³⁷⁶ Idem, p. 168.

³⁷⁷ Idem.

a costa”.³⁷⁸ Essa observação do militar cronista resumiu muito bem o propósito batavo da utilização de barcos pequenos e artilhados na guerrilha.

As embarcações sem vela citadas acima, algumas elas possivelmente lanchas, eram utilizadas nessas incursões. Em início de 1634, Calabar, no Rio Mamanguape (Paraíba), “subindo em quatro lanchas e um patacho, tirou outro carregamento de açúcares, queimando algumas embarcações que ainda estavam sem eles”.³⁷⁹

Em março de 1635, já é possível detectarmos barcas e iates que tomavam parte nos *kleine profiten* na parte norte da Capitania de Pernambuco, na capitania de Itamaracá e na Paraíba. Os pontos do comércio, Recife-Goiana-Igarassu-Itamaracá (ilha) e Filipéia (João Pessoa), já ressaltados na secção anterior, eram, e ainda são interligados por uma vasta rede hidrográfica. Curiosamente, a parte norte de Pernambuco, que antes da invasão não produzia tanto açúcar como os engenhos do sul, foi a que primeiro se dinamizou no comércio que se utilizava de cursos d’água. Para se ter uma idéia, de Itamaracá era possível navegar rio acima e chegar a Igarassu. Numa descrição, o Capitão Jacob Piertersen Tolck,

“tendo levado de Tamarica [Itamaracá] uma escolta consigo, subiu o rio Garaçu [Igarassu] e, apesar de estar ele seco em vários pontos, chegou ate bem perto da cidadezinha, onde entrou e abateu tanta madeira quanto era possível embarcar e transportar no barco”.³⁸⁰

Itamaracá foi, curiosamente, o primeiro lugar de construção de engenhos em Pernambuco.³⁸¹

Ao norte do Recife, existem as duas maiores bacias hidrográficas do litoral Norte de Pernambuco, que são a bacia do rio Goiana e a do rio Capibaribe. O rio Goiana, por sua vez, se capilariza em vários afluentes, entre eles o rio Igarassu. Da mesma forma, o rio Capibaribe. No litoral Sul, os cursos d’água mais mencionados são: Massangana,

³⁷⁸ Idem, p. 172.

³⁷⁹ Idem, p. 180.

³⁸⁰ Ibidem, p. 154.

³⁸¹ Segundo Gilberto Freyre, “A lavoura da cana no Nordeste – e pode-se acrescentar, no Brasil – parece ter começado nas terras de Itamaracá, à beira da água doce, como também da salgada; das duas águas ao mesmo tempo. [...]”. Ref. FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. – São Paulo: Global, 2004, p.58.

Maracaipe e Formoso; Estes são considerados os “rios Atlânticos”, pelo fato de nascerem e desagurem na zona litorânea. São rios perenes. Já os rios Pirapama, Ipojuca, Serinhaém e Una, são considerados como ‘translitorâneos’, por nascerem no Agreste de Pernambuco e tornarem-se perenes apenas ao percorrerem a Zona da Mata. Todos eles apresentam vários afluentes, como o Rio Gurjau, que é afluente do Rio Una, que foi citado acima. O rio Serinhaém também apresenta diversos afluentes. Dentre eles os rios Tapiruçu, Camagagibe e Amaragi.³⁸² Muitos destes rios, os considerados “transatlânticos”, só eram navegáveis em seus cursos inferiores e já próximos de desagurem no litoral. Daí o fato de que, em algumas incursões, o holandeses não podiam adentrar nem com os iates, e sim com barcos ainda menores. Nesse sentido, os *baercquiens* (barquinhos) portugueses já eram embarcações bem adaptadas a esses tipos de rios. Reforça-se, então, o seu uso pelos holandeses. Sobre o uso das barcaças pelos portugueses, considerou Gilberto Freyre que, ao tempo de Jerônimo de Albuquerque e Vasco Fernandes Lucena (século XVI), “já moia cana em Igarassu – terras alagadas e donde as canas podiam vir de barcaça pelo rio”.³⁸³

Muito embora, em favor do holandês, o próprio Gilberto Freyre houvesse observado que “deu [os holandeses] a esta parte da América seus elementos característicos de ordem: blocos de construção que representam um método ou um sistema de conquista, de economia, de colonização, de domínio sobre as águas e sobre as matas. E não uma série de aventuras a esmo, cada qual a seu jeito”, como fizeram os portugueses, ele mesmo se rendeu ao fato de que “mesmo assim, conservando curvas à vontade, que elemento da natureza regional agiu mais poderosamente no sentido de regularização da vida econômica e social dos colonos do Nordeste que esses rios pequenos do extremo Nordeste e da Bahia?”³⁸⁴ E era nesse mundo de “regularização da vida econômica e social” luso-brasileira, convulsionado pela invasão, que os holandeses tentavam impor o seu ritmo de conquista. Assim como fez Evaldo Cabral de Mello, o próprio Gilberto Freyre chamou à atenção para a importância dos “pequenos rios do

³⁸² Diagnóstico Sócioambiental do Litoral Sul de Pernambuco. Hidrografia. Publicações CPRH/MMA/PNMA 2. 1 ed.

³⁸³ Freyre, Op. Cit., p. 58.

³⁸⁴ *Ibidem*. Idem, p. 59. Ao destacar a importância dos rios do Nordeste oriental, Freyre se refere ao estudo do geógrafo francês Pierre Mombeig. Segundo Freyre, “rios sanchos-pancas, sem os arrojos quixotescos dos grandes; prestando-se portanto às tarefas da sedentariedade e da fixação; aos deveres pachorrentos, mas de modo nenhum vis, da antiga rotina agrícola”.

extremo Nordeste”, “rios do tipo do Beberibe, do Jaboatão, do Una, do Serinhaém, do Tambai, do Tibiri, do Ipojuca [...]”.

A conquista dos rios era algo que corria paralelamente à expulsão da resistência luso-brasileira para a Bahia, abalada após a queda do Arraial e junho de 1635. Assim, enquanto iates e chalupas holandesas enfrentavam a resistência nos portos e rios do litoral sul da capitania de Pernambuco, no norte, em rios como o Goiana e Igarassu, enfrentavam os desafios de ganhar os primeiros lucros no comércio. Esse era o momento em que soldados e funcionários da WIC tornavam-se comerciantes e que moradores luso-brasileiros menos abonados desertavam das fileiras de Matias de Albuquerque e do Conde de Bagnuolo para tentar enriquecer nesse mesmo comércio com os invasores. É bem possível, porém, que estes primeiros portugueses que passaram a comercializar com a Companhia não viessem das camadas mais abastadas da ‘nobreza da terra’. Assim, pela diferença estatutária destes, uma vez que não eram nobres, preferiram colocar os seus interesses de comerciantes em primeiro plano a ter que se unir aos de Albuquerque por uma “identidade reinifica”. Neste caso, como considerou Antônio Manuel Hespanha, a identidade estatutária se sobrepuja à de reino ou nação.³⁸⁵

Voltando aos anos 1635 e 36, em que o pequeno comércio de tornava inevitável, temos que o contato com o porto da Paraíba já se tornara evidente. É o caso dos iates “*Ter Veere*” e “*T’Wapen van Hoorn*” que, em 29 de março de 1635, partiram para os Países Baixos e fizeram escala na Paraíba com uma carga de açúcar e pau-brasil. Provavelmente, para completar a sua carga naquele porto.³⁸⁶ No mês seguinte, veio de Itamaracá para o Recife a chalupa “*Duitzenbeen*”, carregada de 2 pipas de cal, dezenas de cachos de banana e cocos. Parte da carga tinha sido trazida de Igarassu pelo rio de mesmo nome. Esta mesma embarcação voltaria ao Recife uma semana depois carregada de pouco mais de 300 cocos.³⁸⁷ Ainda nesse mesmo mês (abril), dois *baerquiens*

³⁸⁵ Segundo Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva: “Para além de uma identidade “local” e “regional” mais ou menos vinculada, os portugueses acumulavam depois, como é natural numa sociedade de estados, uma fortíssima identidade estatutária, que fazia com que um nobre português se sentisse mais próximo de um nobre castelhano do que de um peão português. Esses sentimentos de identidade estatutária sobrepujam-se frequentemente, mesmo em momentos e em questões dramáticos, ao sentimento de identidade reinícola”. Hespanha, António Manuel / SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A Identidade Portuguesa. In: História de Portugal: O Antigo Regime. Vol. VII - Rio de Mouro: Ind. Gráfica, 2002, p. 32.

³⁸⁶ IAHGP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 29/03/1635.

³⁸⁷ IAHGP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 06/04/1635.

trouxeram para o Recife 7 caixas de açúcar branco e mascavado.³⁸⁸ Em abril, dois iates trouxeram de Goiana para o Recife aproximadamente 80 caixas de açúcar.³⁸⁹ No dia 24 de maio, iate “De Goutvinck” partiu do Recife para a Paraíba a fim de abastecer um navio com 12 caixas de açúcar. Essas caixas foram pegas em Goiana, de modo que o barco teve que subir e descer o Rio Goiana para, em seguida, chagar à Paraíba.³⁹⁰ Esse mesmo iate, quase três meses depois, retornou da região do Cabo de Santo Agostinho com 800 alqueires de Farinha. É provável que tenha percorrido, neste caso, alguns rios da localidade. Em 3 de novembro, chegou ao Recife o fluit “De Zeerob”, trazendo das margens do Rio Ipojuca um certa quantidade de pau-brasil.³⁹¹

Se atentarmos para a movimentação das embarcações entre a Paraíba e Pernambuco, poderemos observar que a freqüência deles era maior no litoral sul e sem penetrarem demais nos rios. (ver anexo I) Ocorre que, principalmente no ano de 1636, a luta dos holandeses contra as tropas luso-brasileiras estacionadas entre Porto Calvo e Barra Grande, exigiu uma presença maciça de embarcações do porte de um iate. Só no ano de 1636, de 136 viagens de embarcações a diversas partes da conquista, 47 se deveram a assistências de tropas e viveres às campanhas militares no Sul da Capitania de Pernambuco.³⁹² As embarcações, de uma forma geral, tanto as grande quanto as menores, tinham que se dividir entre a guerra e a mercância, entre as tropas e os *goederen* (bens de comércio). Balancear essa dupla função na era tarefa simples. Entre a possibilidade de expulsar de vez as tropas luso-brasileiras e a de engendrar um comércio com a população local, a administração da *conquesten* se viu quase sempre dividida. Nesse ponto, parece que a primeira opção lograva vencer.

Em fins de janeiro de 1636, o Conselheiro Político Ippo Eijssens pedia, através de carta que enviou ao Recife, que fosse enviado um iate à Goiana para carregar-se de

³⁸⁸ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 13/04/1635.

³⁸⁹ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 22/04/1635.

³⁹⁰ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 24/05/1635.

³⁹¹ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 03/11/1635.

³⁹² Algumas embarcações tinham por finalidade patrulhar a costa. Enquanto ocorriam os enfrentamentos no Sul da Capitania de Pernambuco, vários iates e navio eram designados para o litoral da Bahia. Com base nas *Dagelijckse Notulen*, das 136 viagens de embarcações em direção ao sul no ano de 1636, temos um total de: 1 viagem no inicio de março que envolveu os navios Salamander, Ter Tholen, De Faem, De Maecht van Doot, Overijssel e Walcheren; 1 viagem no dia 01 de março com o navio Out Vlissingen; o mesmo navio chega ao Recife no dia 18 de abril trazendo da Bahia informações acerca da frota espanhola; 1 viagem do navio Sint Michiel, que regressou ao Recife no dia 24 de abril;

açúcar. Nessa época, as embarcações holandesas iam constantemente em direção à Santo Aleixo, Serinhaém, Cabo de Santo Agostinho, Porto Calvo e Barra Grande. Só para este último local, registra-se aproximadamente 9 viagens em conexão com o Recife.³⁹³

Talvez umas das maiores contribuições da navegação nesses dois anos (1635 e 1636) tenha sido a importância que ela assumiu no que se refere à comunicação entre os administradores da conquista, ou seja, entre os conselheiros políticos. Dessa forma, as embarcações, além de transportarem mercadorias e tropas, serviam de correio entre as diversas partes do território até então em poder da WIC. Graças a isso, o conselheiro Serveas Carpentier, que cuidava dos negócios da WIC na Paraíba, expediu um iate (cruzador) ao Recife para pedir provisões, como aconteceu por duas vezes em abril de 1635.³⁹⁴ De Porto Calvo, o Fiscal De Ridder remeteu, em fins de maio, uma carta ao conselho pedindo víveres para as tropas que estavam estacionadas na região.³⁹⁵ No sentido contrário, saiu do Recife o iate *De leeuwinne* em direção à Paraíba levando uma carta para o Sr. Carpentier.³⁹⁶

Frequentemente, quando chegavam navios dos Países Baixos com cartas dos administradores da Companhia, as notícias tinham que ser repassadas para outras partes da conquista. Esse foi o caso do navio *De Leeuwine*, que levou para a Paraíba algumas *instructiens* do Recife.³⁹⁷ Em dezembro de 1635, chegou ao Recife o iate *De Goutvinck* com missiva do Sr. Ippo Eissens, que na ocasião se encontrava na Paraíba.³⁹⁸ Em janeiro do ano seguinte, o mesmo Eijssens escreveu de Goiana, através de uma galeota, que precisava de víveres para as guarnições que estavam lá.³⁹⁹ As trocas de missivas entre os militares são mais numerosas que as trocadas entre os conselheiros políticos. Via de regra, preferia-se para esses fins os barcos menores e mais rápidos, conhecidos como

³⁹³ É possível, por outro lado, que esse número seja bem maior, visto que várias embarcações que chegavam ou saíam do porto do Recife provinham do sul da capitania de Pernambuco, que era onde se encontrava maciçamente o exército neerlandês.

³⁹⁴ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 16/04/1635 e 25/04/1635. Nas duas ocasiões foram utilizados dois iates diferentes. Na primeira, foi o iate Gijsseling e, na segunda vez, o iate De Spewer van Zeeland.

³⁹⁵ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 27/05/1635. A missiva foi trazida pelo navio Erasmus.

³⁹⁶ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 06/08/1635.

³⁹⁷ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 14/03/1636.

³⁹⁸ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 17/12/1635.

³⁹⁹ IAHP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 24/01/1636.

fluitschepen ou “navios que fluem”.⁴⁰⁰ Hernamm Waetjen inclui nesse grupo de embarcação os iates e as sumacas, embarcações “de um mastro só” que “no Brasil achavam múltiplice emprego nos serviços de cabotagem e patrulhamento”.⁴⁰¹ Outras características dos *fluiten* é que podiam navegar com mais eficácia à flor da água e se adaptavam a qualquer mudança de vento. Essas condições faziam-na ideal na incursão de rios de pouca profundidade. Como pudemos observar, nesta secção, elas tiveram usos além dos militares no Brasil holandês.

4. Nordeste e Caribe: uma ligação possível

Não foi por mero acaso que demos ao primeiro capítulo o título *Brasil holandês: Uma Historia do Atlântico*. Pelo contrário, acreditamos que apenas uma visão de conjunto ofereça a este estudo uma proposta ao mesmo tempo regional e internacional, microscópica ou macroscópica. Da mesma forma que a Companhia das Índias Ocidentais, também as coroas ibéricas raciocinavam em termos de uma guerra internacional, que envolvia o Índico, o Atlântico e o Pacífico. Mas fiquemos apenas com este último, para fins didáticos.

Até aqui, ao analisar a tentativa do Conselho Político de fazer com que a administração obtenha os sonhados *profijten* (proveitos) levando em consideração a navegação de cabotagem ou pelos rios e o pequeno comércio, temos uma visão mais local da presença holandesa no Brasil. Aliás, essa divisão entre administração, comércio e guerra se dá de forma mais didática do que se nos apresenta nas fontes. E nem poderia. No século XVII, a fronteira entre uma coisa e outra é praticamente inexistente. Assim, ao tratar de guerra e açúcar no Brasil Holandês, levando em consideração as estratégias luso-brasileiras de escoar a produção em meio à guerrilha, encontra o seu correlato na tentativa da WIC em conciliar os “pequenos lucros” e a mesma guerrilha. Às vésperas da

⁴⁰⁰ Uma boa explicação sobre esse tipo de embarcação nos oferece o historiador Herman Waetjen que colocou o seguinte: “somos muito bem informados pelas sólidas investigações de Bernhard Hagedorn. Segundo ele afirma, a denominação “Fleute, Fliete, Fluit” está ligada à palavra “fliessen” (fluir, correr, deslizar) e quer dizer o mesmo que “navio que desliza ou corre adiante”. Ref. WAETJEN, Hermann. O Domínio Colonial Holandês no Brasil. 1938, p. 526.

⁴⁰¹ Idem.

vinda de Nassau para o Brasil, a administração por parte do *Politicque Raden* havia adquirido um grau de complexidade que já era possível, pelo menos no Recife e região próxima, se falar em um cotidiano. É bem verdade que a guerra não havia terminado, mas também não era menos verdade que a vida social, de alguma maneira, fosse mais presente a partir de 1635. As razões disso já explicitamos acima.

Na esteira de uma perspectiva atlântica, temos que a própria Companhia não olhava apenas para o Nordeste. Em 1633, por exemplo, um dos conselheiros políticos chamava a atenção para as ligações entre o Nordeste e outros pontos como o Rio da Prata, o Chile e até as Índias Orientais. Chegaram, inclusive, a considerar que “este país seria para nossa Companhia das Índias Ocidentais uma estação de Parada cômoda e segura”.⁴⁰²

Para o Norte, muito embora a WIC tenha consolidado a conquista com a ocupação de São Luis, em 1640, houve embarcações que passaram a fazer escala no Caribe antes de regressarem aos Países Baixos. Mas, antes entrarmos nessa questão, retomemos as conexões que a WIC podiam fazer frente às coroas ibéricas. Numa descrição anônima sobre a região do Rio da Prata, feita por alguém a bordo do navio *De Windhond*, de 1628, consta:

“O Brasil venderia a eles [comerciantes locais] suas manufaturas [...], que são muito procurados pelos habitantes do Rio da Prata e de todo o Mar do Sul; [...] Angola venderia a eles uma quantidade notável de escravos [...] porque é fato conhecido que os portugueses mandaram e venderam todos os anos de Luanda entre seis e sete mil negros, que de lá são mandados ao interior e vendidos de uma mão à outra, até chegarem às minas. Em troca deles os mercadores de Angola receberam trigo, milho e também prata e ouro”.⁴⁰³

Pelo relato acima, cinco anos antes do relatório do conselheiro político, a WIC estava ciente das conexões entre Angola e o Rio da Prata. Sabiam também que os

⁴⁰² Carta de Walbeek ao Conselho dos XIX, Op. Cit, p. 126.

⁴⁰³ Consideracoes a respeito do Rio da Prata. In: Johannes e Laet [1637]. Roteiro de um Brasil desconhecido: Descrição da costa do Brasil. Capa Editorial, 2007, p. 304. Segundo o lingüista holandês B. N. Teensma “ pelas características litográficas e lingüísticas do texto holandês é provável que seja de autoria de Willem Joster Glimmer.

espanhóis preferiam descarregar os seus metais de Potosi pelo Norte, por terra até Cartagena e, daí em diante, por mar até a Europa. Nesse sentido, o avanço holandês em direção ao norte (Rio Grande, Ceará e Maranhão) viria a preencher essa lacuna. A preocupação das coroas ibéricas com as capitânicas ao norte de Pernambuco ficou evidente quando, numa Carta Régia destinada ao Conselho da Fazenda em 1634, Filipe III chamou a atenção para a necessidade em se proteger o Rio Grande do Norte, Maranhão e Grão-Pará. Havendo aprestado algumas embarcações em socorro de Pernambuco, considerou em suas ordens o seguinte:

“E porque o Rio Grande há mister com que poder fazer opposição ao enemigo para que não entre a terra adentro e nella lhe senhoria em que fica o Rio Grande do Seare [Ceará] e D’Aly ao Maçanhão [Maranhão] e Gráo Pará que são praças muy importantes. E de que podem tirar os enemigos grande proveito pelas madeiras que aly há para fabricar navios e terá aly os milhores portos do Brasil que seria do dano que se deixa hir se dessem por essas praças [...]”⁴⁰⁴

Pelo visto os socorros vieram um pouco tarde, uma vez que os holandeses, já no final do ano de 1634, estendiam as suas tropas à Paraíba e ao Rio Grande. A conquista do Ceará e do Maranhão esperaria mais alguns anos. O importante é salientar que, tanto os holandeses quanto as coroas ibéricas estavam cientes de suas fragilidades militares⁴⁰⁵ e da importância geo-estratégica das capitânicas ao norte de Pernambuco. A consolidação da conquista de Pernambuco era já meio caminho para a conquista da porção norte do Brasil. Mesmo depois da saída dos holandeses do Brasil, em 1654, navios holandeses freqüentavam o litoral do Rio Grande do Norte. Em 1662, um parecer do Conselho Ultramarino dava notícias do contrabando de pau-brasil no litoral potiguar feito pelos holandeses. O dito parecer registrava que os holandeses “vinhão carregar pau Brasil, que naquelle sitio avia feito e deixado hú hollandéz, antes que à terra se rendesse aos nossos

⁴⁰⁴ LAPEH. Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_015, Cx.2, D.127. “Carta Régia (minuta de capítulo) do rei [D. Filipe III] ao Conselho da Fazenda, ordenando o envio de quatro esquadras das duas coroas com homens, armas e munições, para socorrer a Capitania de Pernambuco, impedindo que o inimigo se espalhe pelas Capitânicas do Rio Grande do Norte, Maranhão e Grão Pará”.

⁴⁰⁵ Idem. Segundo o mesmo documento: “[...] a experiência tem mostrado que muita parte dos maus sucessos que há havido no Brasil he por falta de cabeças que governem a guerra [...]”

[...]”.⁴⁰⁶ Em 1662, a costa do Rio Grande do Norte ainda era muito desabitada, o que favorecia o contrabando.

Por outro lado, já que os holandeses não conseguiram conquistar a região do Prata, valeria a pena investir mais se aproximar mais do Caribe. Um grande incentivo seria, sem dúvida, a proximidade da frota da prata. Outra observação: tanto o relato de um anônimo sobre a região do Prata como o relatório do conselheiro político convergem numa coisa: no “desvio do comércio de Angola”.⁴⁰⁷

A captura da frota da prata na costa de Cuba, em 1628, representou um grande golpe contra a Espanha, uma vez que os banqueiros genoveses passaram a investir menos no negócio das minas. Assim, a casa de Madrid passou a compensar a falta de recursos com o aumento dos impostos. Esse subterfúgio de Castela desagradou, sobretudo, aos catalães e aos portugueses.⁴⁰⁸

Antes mesmo desse episódio, em 1624, a WIC havia enviado uma expedição de reconhecimento ao Caribe, com uma força superior a 1000 homens. Logo em seguida, atacaram a Bahia.⁴⁰⁹ Seis anos depois desta expedição ao caribe, algumas embarcações que dela fizeram parte haveriam de estar em Pernambuco. As descrições que a WIC tinha desde o Rio da Prata ao extremo norte do Maranhão municivavam-lhes de um conhecimento relevante para se chegar ao Caribe. Do ponto de vista da navegação em si, sair de Pernambuco rumo ao Caribe pode ser uma aventura, dependendo da época em que se navegue. Segundo relatórios de navegação, em certos meses do ano, os ventos Nordeste empurram as águas para o sul, dificultando a navegação em direção ao norte.

As viagens de navios holandeses para as Índias Ocidentais, partindo de Pernambuco, começaram ainda na época dos “tempos difíceis”. Em abril de 1632, alguns navios partiram em direção ao Caribe, num dos quais se encontrava o soldado Ambrósio Richoffer, que registrou o percurso das embarcações pelas ilhas de Barbados, Santa

⁴⁰⁶ LAPEH. Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_018, Cx.1, D.6. Parecer do [conselheiro do Conselho Ultramarino] Feliciano Dourado, sobre uma devassa acerca do cntrabando de pau-brasil feito pelos holandeses no poto de João Lostao, no Rio Grande do Norte.

⁴⁰⁷ Relatório do... , op. cit, p. 126.

⁴⁰⁸ BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno (1492-1800). – Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 236. Paradoxalmente, essa vitória holandesa na captura da prata espanhola, segundo o autor, complicava a situação da Companhia das Índias Ocidentais porque “com o poder espanhol enfraquecido no Atlântico, parte se sua *raison d’être* deixou de existir – pelo menos aos olhos daqueles excluídos de seus privilégios”.

⁴⁰⁹ Ibidem, Idem, p. 235.

Lúcia, Martinica, São Domingos, São Martinho, Tortugas, Bonaire e Cuba. Junto aos 10 navios mencionados pelo cronista, haviam mais 4 navios carregados de açúcar de Pernambuco. Estes, contudo, não fizeram escala no Caribe.⁴¹⁰ Nessa escala, os holandeses carregaram suas embarcações com sal antes de voltarem aos Países Baixos. Algumas poucas viagens de navios saídos de Pernambuco em direção às Índias Ocidentais foram registradas pela documentação. Em agosto de 1635, os navios De Swaem, Erasmus, Mercurius e Ernestus receberam a missão de carregar sal e madeira em Curaçau.⁴¹¹ Em setembro (dia 23), o navio Alkmaer, cuja carga não foi especificada, também partiu rumo ao Caribe.⁴¹² Finalmente, poucos dias depois, o Westfriesland, acompanhado de uma chalupa, foi incumbido de completar a sua carga nas Índias Ocidentais.⁴¹³

Em linhas gerais, para além de uma concepção estatista de administração, na qual se destaca apenas os órgãos da administração em si, temos que o papel das embarcações na promoção do pequeno comércio figura como um elemento da política administrativa tão importante como a instituição de um Conselho Político. Assim, a distribuição dessas embarcações, seja nas operações militares de reconhecimento, seja no cotidiano dos *kleine profijten* entrava com a mesma relevância da organização burocrática em si na concepção de administração do período.

⁴¹⁰ RICHSHOFFER, Ambrosio. Diário de um soldado (1629-1632). – Recife: CEPE, 2004.

⁴¹¹ IAHGP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 13/08/1635.

⁴¹² IAHGP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 23/09/1635.

⁴¹³ IAHGP. Coleção Jose Higyno. Dagelijckse Notulen. 30/09/1635.

Capítulo III

O problema do abastecimento

1. A escassez de víveres

Ao longo da resistência e Restauração de Pernambuco, o abastecimento das tropas era dependente, grande modo, da farinha de mandioca. Sobre o suprimento de tropas, Evaldo Cabral de Mello chegou a considerar que

“neste setor fundamental de uma economia de *ancien régime*, que é o dos cereais, o reino está de todo despreparado para satisfazer as exigências da expansão ultramarina, em geral, e da colonização do Brasil, em particular”.⁴¹⁴

Na falta de um abastecimento regular de trigo, vingou, para o português no Brasil a farinha de mandioca.

Enquanto Nassau e o Alto Conselho se esforçavam para produzir farinha a uma nível máximo em todas as freguesias, Portugal enviava para os luso-brasileiros envolvidos na guerra um abastecimento de 10900 alqueires de “farinha da terra”, 240 alqueires de sal, 113 queijos flamengos e 22 pipas de vinha da Ilha da Madeira.⁴¹⁵

Uma das principais preocupações de Nassau e do Alto Conselho ao assumir o governo do Brasil holandês foi o incremento da produção de farinha de mandioca. Isso era compreensível, visto que o efetivo neerlandês girava em torno de 5.000 soldados, pouco mais ou menos.⁴¹⁶ Evidentemente, aos olhos dos holandeses, a farinha de

⁴¹⁴ MELLO, Op. Cit, p. 191. O autor considera que a mudança da dieta do português em lugares de clima tropical era “menos um resultado de uma capacidade especial de amoldação do que da impossibilidade de obter um suprimento regular e abundante de trigo e outros víveres de origem européia”.

⁴¹⁵ LAPEH. Projeto Resgate. Carta ao rei sobre o comércio e cobrança de direitos do sal no porto da Bahia e a invasão dos holandeses à costa brasileira. [1640].

⁴¹⁶ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 28/01/1637. Espalhados por diversos pontos da conquista, a distribuição era a seguinte: 541 soldados nas guarnições do Recife; 231 na região dos Afogados; 81 homens em Muribeca; 91 em São Lourenço; 257 no Cabo de Santo Agostinho; 289 em Itamaracá; 665 na Paraíba; 137 no Rio Grande; Esse número, era elástico, tendo-se aí o *Groot leger* (grande exército), que elevava o efetivo para mais 2894 homens. Finalmente, soma-se o efetivo de índios

mandioca também tinha uma importância relevante no abastecimento das tropas, visto que abastecimento da Europa era, via de regra, insuficiente.

Ainda nos primeiros anos da conquista, a WIC, a partir principalmente de campanhas militares, tomou conhecimento dos locais em que a mandioca era plantada. Em meados de 1633, o Conselho Político enviou aos Países Baixos um relatório no qual discriminava os locais das *rossas*. Assim, tomou-se conhecimento da presença dessa roças nas freguesias de Serinhaém, nas proximidades do São Francisco, e em Porto Calvo. No relatório, consideram, em linhas gerais que do “rio São Francisco até Porto Calvo, oferecem [as localidades] abundância de gado, tabaco, farinha e algodão”. Isso para se referir a parte sul da capitania de Pernambuco. Em direção à Paraíba, temos que as localidades não eram “mais desprovidas de farinha e gado”.⁴¹⁷ Observaram bem os batavos que “a farinha, proveniente da raiz mandioca, serve-lhe de pão, a aos naturais, tanto portugueses como brasileiros, preferem-na ao nosso trigo”.⁴¹⁸ Certamente, foram essas localidades que forneceram farinha para as tropas que se aventuraram nas campanhas de conquista da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará.⁴¹⁹

Apesar de elogiarem, ainda segundo o relatório do Conselho Político, a riqueza alimentar do Brasil, os holandeses não deixaram de registrar que “a condição de perfeição do Brasil nada deixa a desejar, senão trigo, vinho e azeite”. Contudo, os mesmos acharam o trigo, no Brasil, “supérfluo”, devido à possibilidade de se produzir farinha de mandioca.⁴²⁰ Em outra carta não deixaram de considerar a oportunidade de se diversificar

armados (600), de marinheiros com possibilidades de combater (1000) e do pessoal do trem de artilharia (6000). Fica de fora, nessa contagem, o *vliegende leger* (exército volante) com mais 604 soldados.

⁴¹⁷ Relatório do Conselho Político aos Estados Gerais. 11/07/1633. In: Documentos Holandeses, op. Cit, pp.118-120.

⁴¹⁸ Idem, p. 122.

⁴¹⁹ Evaldo Cabral de Mello chamou a atenção, em específico, para a campanha do Maranhão, em 1614, que contou com bem menos de 3000 alqueires para uma tropa de 800 homens. Segundo ele: “Apesar dos esforços do Governador [Gaspar de Souza], despachando oficiais da coroa pelas Freguesias de Pernambuco para recolher farinha, os resultados ficaram certamente muito aquém dos 3.000 alqueires prometidos [...]” Op cit, p. 192.

⁴²⁰ Ibidem. Idem. Sobre a possibilidade da cultura do trigo no Brasil, observaram que “não deu ainda resultados satisfatórios nas vizinhanças da costa do mar; entretanto, como o Peru, que está situado sob o mesmo grau, produz trigo em abundância, não há dúvida de que, se se quiser cuidar disso à serio (porque os portugueses, só tendo em vista os lucros extraordinários da cana de açúcar, não se ocupam senão dessa cultura), a terra não deixara, também a este respeito, de dar prova de sua fecundidade.

a agricultura. Para tal, certa vez, a Ilha de Fernando de Noronha seria um lugar ideal “para cultivar a terra [...] com todas as espécies de frutos e plantas”.⁴²¹

Do lado luso-brasileiro, Francisco de Brito Freire se referiu à falta de farinha no Arraial do Bom Jesus da seguinte maneira: “dias houve que em que se deu de ração a cada soldado uma só espiga de milho grosso”. Isso se deu justamente pela carência de farinha de mandioca, “ordinário pão da terra, desperdiçada e despendida”. Nessa fase da guerra, o preço da farinha aumentou vertiginosamente, de maneira que antes da refrega, comprava-se um alqueire por um preço bem mais barato do que quando começou. O cronista deixou claro o processo de fabricação da farinha e a sua possibilidade de se conservar, quando seca, até seis meses. Finalmente, o lugar dessa provisão entre as tropas era o melhor depois do trigo.⁴²²

É possível que nas imediações das instâncias do Arraial Velho do Bom Jesus não se encontrasse muitas provisões para abastecer as tropas de resistência luso-brasileiras. Duarte de Albuquerque Coelho comentou a insatisfação de muitos, quando da decisão em se construir a fortificação, pelo fato de se tratar de um local faltando “todo o necessário para poder sustentar-se”.⁴²³ As considerações desses dois cronistas sugerem uma carestia de farinha para se sustentar uma guerra de grandes proporções. Mesmo assim, no correr da “guerra velha”, os holandeses conseguiam se apoderar, mediante saque, de provisões nas vilas em que chegavam. Manuel Calado, ao descrever a entrada dos holandeses em Porto Calvo, na ocasião da retirada do exército do Conde de Bagnuolo, observou que “acharam muitas pipas de vinho e azeite e muita farinha”.⁴²⁴

As tropas neerlandesas, antes da chegada de Maurício de Nassau e do Alto Conselho, contavam com o fornecimento de víveres também por parte dos *vrijluiden*

⁴²¹ Relatório de M. Van Ceulen e Johan Gyselingh aos Diretores da Companhia. 11/03/1634. Op. Cit. p. 151.

⁴²² FREIRE, Francisco de Brito. Nova Lusitania: História da Guerra Brasílica. – ed. ataul. – São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001, p. 129. Vale destacar a descrição pormenorizada que o autor faz do processo de produção da farinha de mandioca. “Esta farinha, que chamam comumente de pau, se faz de uma raiz com nabo, cujo nome é mandioca. A mandioca divide-se em perluxas e diversas espécies de outras plantas, com a mesma propriedade. Cresce de pequena estaca, ao igual das ervas que mais se levantam da terra, sazonalmente em menos de um ano. O sumo é mortalmente venenoso. O amego lavado e espremido se cose no forno em vasos largos, desfeito como o cuzcuz da Europa. Desta sorte lavram esta farinha que, sustentando geralmente todo o Estado do Brasil, obram os índios de três castas: a que chamam uitinga, uieçacoatinga e uiatá”.

⁴²³ COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da Guerra do Brasil. – São Paulo: Beca, 2003, p. 47.

⁴²⁴ CALADO, Manoel. O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade. – Recife: CEPE, 2004, p. 57.

quando se fizesse necessário. Em janeiro de 1636, quando a WIC empreendia campanha extenuantes no sul da capitania de Pernambuco, decidiu o Conselho Político exigir dos comerciantes livres os víveres necessários para as tropas, “levando em conta a escassez de nossos armazéns”.⁴²⁵ Dos víveres que foram enviados para Barra Grande, local dos conflitos, 200 tonéis eram de farinha. Os outros eram: 2 tonéis de manteiga; 20 tonéis de carne; 9 tonéis de toucinho; 100 tonéis de cevada; 9 tonéis de ervilha e 15 tonéis de feijão.⁴²⁶ Notemos que a quantidade de farinha era 10 vezes superior a de carne, proteína importante ao dia-a-dia da guerra. A importância dada pelos batavos a essa “munição de boca” era tanta que, certa vez, por não dispor de meios para acondicioná-la, compraram 100 sacas de um comerciante.⁴²⁷

De qualquer forma, a dieta das tropas holandesas contava, e muito, com provisões da terra, principalmente peixes. Aliás, essa complementação era sempre bem vinda face a pouca oportunidade que a monocultura dera a diversificação da agricultura. Em Itamaracá, pelo menos, os holandeses começaram a diversificar a produção de gêneros ainda antes da vinda de Nassau. Alagoas, por sua vez, era um bom manancial de peixes. Gilberto Freyre, ao se referir à dieta de pescadores de Pernambuco, observou que “é a gente mais pobre que fica com esses peixes mais bonitos para o seu almoço e para a sua ceia com farinha de mandioca e molho de pimenta”.⁴²⁸ Contudo, havia possibilidades de destruições de culturas em razão das cheias, em que plantações que ficavam às margens dos cursos d’água do Nordeste ficavam arrasadas.⁴²⁹

Para os soldados e marinheiros, as dificuldades alimentares no Nordeste podiam contrastar, em muito, com o que lhes era oferecido a bordo. Simon Schama, acerca desse importante pormenor, escreveu que “em 1636, o almirantado de Amsterdam determinou que todo homem a bordo recebesse semanalmente 250 gramas de queijo, 250 de manteiga e 2,5 quilo de pão, cabendo aos oficiais rações duplas”. Segundo ele, as tripulações

⁴²⁵ IAHGP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 17/01/1636.

⁴²⁶ *Idem*.

⁴²⁷ IAHGP. Coleção Jose Higino. *Dagelijckse Notulen*. 13/02/1636.

⁴²⁸ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. – São Paulo: Global, 2004, p. 69.

⁴²⁹ *Idem*. Sobre isso, observou Freyre que “Nem sempre tem sido idílicas as relações entre a gente e a água desta sub-região do Nordeste onde faltar para as necessidades maiores do homem, a água não falta nunca (porque os rios verdadeiramente da mata nunca secam de todo nem os olhos d’água ficam estorricados), mas onde `as vezes transborda desadorada e terrível. As grandes cheias deixam sem mocambo centenas de gente pobre. [...] A água de repente se torna o maior inimigo do homem, dos bichos, das plantas”. p, 70.

gozavam de uma boa dieta em alto mar.⁴³⁰ Na viagem para o Brasil, relatou o soldado Ambrósio Richshoffer que, antes de embarcar com os seus companheiros de viagem: “demos várias salvas e fomos novamente conduzidos para os transportes, depois de nos havermos regalado com pão, queijo, manteiga, arenques frescos e cerveja, do que mais tarde sentimos grande falta”.⁴³¹ Já embarcados, o cronista nos informou acerca da distribuição de víveres por pessoa:

“cada tripulante recebia 4,5 libras de biscoito, 0,5 libra de manteiga e um pouco de vinagre. [...] Tínhamos por semana dois dias de carne e um de toucinho para o jantar, junto com um prato redondo de favas, 0,5 libras para cada um; isto era aos Domingos, Terças e Quintas-Feiras. Nos demais dias davam-nos um prato de aveia mondada, ou cevada, ou ervilhas, e algumas vezes bacalhau, porém de tudo tão pouco que dois homens com bom apetite teriam devorado as rações dos oito”.⁴³²

Essa descrição, muita embora bastante parcial, contradiz a anterior do Simom Schama, que ressaltou a boa dieta em alto mar dos marinheiros que serviam aos Países Baixos. O fato é que normalmente a alimentação transatlântica poderia ser complementada pela pesca durante a viagem. Na frota que invadiu Pernambuco, durante a travessia atlântica, os holandeses aprisionaram uma fragata espanhola que vinha de Angola e trazia consigo uma carga de farinha, ainda segundo Richshoffer.⁴³³ Finalmente, ao conquistarem o Recife, descreveu este último que as únicas mercadorias que encontram deixadas pelos luso-brasileiros foram “apenas de pouco mais ou menos cem

⁴³⁰ SCHAMA, Simon. O desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 179. Onde se lê: “Talvez o exemplo mais confiável do que os holandeses entendiam por ‘suficiência decente’ – uma alimentação que evitasse os perigosos extremos da cozinha gorda e magra – fosse o da cozinha dos navios. O passadio naval seguia rigorosamente as noções oficiais da norma alimentar, pois os navios holandeses eram considerados pequenas repúblicas [...] Assim como se orgulhava de seus navios impecavelmente, a Marinha holandesa também se empenhava em oferecer uma alimentação que superasse o passadio miserável a que a maioria dos marujos estava condenada, sobretudo em viagens longas. [...] Como os holandeses nunca recorreram ao recrutamento compulsório, provavelmente a dieta generosa constituía forma de atrair tripulantes entre populações marítimas estrangeiras e nativas”.

⁴³¹ RICHSHOFFER, Ambrósio. O Diário de um Soldado. – Recife: CEPE, 2004, p. 9.

⁴³² Idem, p. 14. Para agravar a situação, os tripulantes recebiam diariamente “uma medida de água, a maior parte das vezes fétida, e cada tripulante recebia tres grandes queijos flamengos para toda a viagem”.

⁴³³ Richshoffer, op. cit. p. 57. Possivelmente, tratava-se de farinha de trigo e não de mandioca.

caixas de açúcar, um número considerável de pipas, que são tonéis, com vinho de Espanha”. No entanto, nenhum armazenamento de farinha de mandioca.⁴³⁴ O primeiro carregamento de trigo que os soldados da WIC receberam após a invasão (dez meses depois) foi trazido ao Recife pela embarcação *Zuikerbrood*, trazendo consigo também biscoito.⁴³⁵

Uma vez em terra, a situação seria bem diferente. Disputando o mesmo espaço, holandeses e luso-brasileiros haveriam de encontrar melhor saída para o abastecimento de seus efetivos. De início, levavam vantagens os luso-brasileiros, que contavam com a ajuda de vivandeiros que plantavam roças nas imediações do Arraial Velho do Bom Jesus. A ajuda alimentar vinda da Europa era mais difícil. Mais fácil era o envio de armas e pólvoras. Em abril de 1630, ainda no início da presença holandesa em Pernambuco, um decreto do Governador Geral do Brasil logrou enviar “300 arcabuzes e manufatura de 40 quintais de pólvora que é o que está resoluto vá nas duas caravelas que a conforme ao que tudo isto importar se poder consultar a Vossa majestade fosse servido mandar dar o direito necessário”.⁴³⁶

O abastecimento da resistência luso-brasileira teria mesmo que vir do próprio Brasil. Num outro decreto de 1630, o governador do Brasil recomendava, a título de antecipação, a qualquer armada que fosse em socorro de Pernambuco que:

“em razão de se mandarem a Pernambuco, e as mais capitânicas que se tivesse por necessário as ordens que cumprirem para se sementearem nelas todos os mantimentos que da terra na maior quantidade puder ser [...]” E prossegue, em específico sobre o abastecimento de farinha: “... que o pressuposto da prevenção que é necessária para a armada que chegue aquela costa possa está prevenidos; a Martin de Sá capitão-mor do Rio de Janeiro, se deve particularmente escrever, procure com os mestres daquela capitania, levem a maior quantidade de farinha, a que chamam mandioca e se vão armazenar, para que com o aviso que se lhe mandar, o possa mandar embarcar da costa os pagamentos que se lhe ordenar ; a

⁴³⁴ Idem, p. 73.

⁴³⁵ Idem, p. 96.

⁴³⁶ LAPEH. UFPE. (AHU. Codice 476. fl. 89v). Sobre o decreto do governador acerca do Socorro que se há de mandar ao Brasil, pelo aviso que se teve de estarem 55 vilas de inimigos em Pernambuco.

mesma prevenção se deve mandar as mais capitanias do Brasil, e ainda conforme onde a abundância de mandioca.”⁴³⁷

Este decreto, ainda bem intencionado, recomendava que as capitanias da Paraíba e Itamaracá, que ainda não haviam caído em poder dos holandeses, abastecessem o Arraial Velho do bom Jesus de farinha de mandioca. Parece que só Itamaracá, como bem observou Evaldo Cabral de Mello, conseguiu esse feito.⁴³⁸ Mesmo assim, a penúria era grande para ambos os lados da contenda, com uma pequena “vantagem” para os luso-brasileiros que, conhecedores da terra, conseguiam buscar farinha “até os limites da fronteira colonizadora”, completa Cabral de Mello.⁴³⁹

Da mesma forma que os holandeses souberam que no Arraial do Bom Jesus “o inimigo [luso-brasileiros], devido à falta de alimento, está disposto a negociar”⁴⁴⁰, também souberam que “aportou, vindo da Paraíba, por causa da falta de mantimentos o cruzador *‘De Meerminne’*”.⁴⁴¹ Parte da tropa luso-brasileira que fugiu em direção ao Cabo de santo Agostinho ficava numa situação de penúria, visto que não dispunham “de alimentos para mais do que 14 dias, e que eles estão comendo muita carne de cavalo, que quase está se acabando, e dizem que Luis barbalho Bezerra, que ali está no comando, não quer outra coisa a não ser fugir com um pequeno grupo do Cabo”.⁴⁴² A essa altura da guerra, meados de 1635, a diferença entre os dois lados era que os luso-brasileiros estavam prestes a se evadirem de Pernambuco e que o desafio de abastecer as tropas com gêneros locais cabia aos invasores.

Retomando a situação das tropas luso-brasileiras situadas no Arraial, temos que a falta do poder de combate devido à escassez de víveres desafia um pouco a assertiva de Jerônimo de Albuquerque de que na guerra brasileira os homens se contentavam com “um

⁴³⁷ LAPEH. UFPE. (AHU, Cod. 476. fls. 126/127. 24/05/1630) Sobre se mandar ordem ao Brasil para se provirem os mantimentos que antecipado para quando for armada que ha de ir de Socorro a Pernambuco.

⁴³⁸ MELLO, Op. cit. p. 194. “Mas da capitania de Itamaracá e de algumas freguesias de Pernambuco chegava alguma ajuda: sobretudo em farinha e peixe seco. O autor também avaliou os racionamentos de Matias de Albuquerque obrigara aos sitiados no Arraial, uma vez que “a escassez atingiu de forma praticamente aguda a farinha de mandioca, devido ao abandono das roças pelos moradores que acorriam para a defesa da capitania, tendo-se chegado a estreiteza de dar aos soldados a ração de uma única espiga de milho”.

⁴³⁹ Idem, p. 195.

⁴⁴⁰ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 07/06/1635.

⁴⁴¹ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 08/06/1635.

⁴⁴² IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 13/06/1635.

punhado de farinha e um pedaço de cobra”. Pelo contrário, muito embora o *endurcissement* de um combatente luso-brasileiro seja maior que a do europeu nos trópicos, isso não significa superestimar a resistência do primeiro. Provavelmente a assertiva de Jerônimo de Albuquerque era uma hipérbole em defesa de sua classe.⁴⁴³

Certamente, ao contrário dos desvalidos do Arraial Velho do Bom Jesus, a situação alimentar da WIC não descia ao nível da quase total carência alimentar, pois podiam abastecer, para a campanha do sul da capitania de Pernambuco, os navios *De Meerminne* (com 60 homens para o tempo de seis meses) e o barco Nossa Senhora do Ó (com 38 homens para o período de 5 meses).⁴⁴⁴ No entanto, muitas vezes, não sabemos os detalhes desse abastecimento, e é bem possível que a ração recebida pelos soldados da companhia não satisfizesse a tropa. Pelo menos nas crônicas de Ambrósio Richshoffer, houve casos de deserção por parte do exército neerlandês, já que “as mais das vezes as rações de pão ou provisões distribuídas para oito dias mal chegam para dois, sendo até devorados cães, gatos e ratos”. O mesmo complementa o sofrimento das tropas dizendo que “assim achamo-nos na alternativa de ou expulsarmos o inimigo da sua vantajosa posição ou morreremos de fome”.⁴⁴⁵ Esta breve consideração destoa da fartura alimentar nos navios holandeses, apontada por Simom Schama.

Uma vez em terra, os holandeses sentiram necessidade de procurar com que alimentar os seus soldados com recursos da própria terra em que queriam se instalar. O demorar da “guerra volante” (de emboscadas) empreendida por Matias de Albuquerque colocava as tropas da Companhia, cada vez mais, em situações de problemas internos. Por isso se entende a alcunha de *anos terribilis* que se emprestou aos primeiros anos dos holandeses no Brasil. Não foi à toa que os batavos deram o nome de *Desafio ao diabo* (*Trots den duivel*) ao Forte das Cinco Pontas localizado na Ilha de Antonio Vaz.⁴⁴⁶

A variedade dos víveres enviados ao Brasil pela WIC era inversamente proporcional à quantidade deles. Nem todos os carregamentos eram satisfatórios, como avaliou Hermann Waetjen, de forma que a companhia procurava “suprir as faltas de um

⁴⁴³ SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: História da vida privada na América portuguesa – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 46.

⁴⁴⁴ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 30/06/1635.

⁴⁴⁵ Richshoffer, op. cit. p. 88.

⁴⁴⁶ Idem, p. 92.

carregamento com as mercadorias do seguinte”. Via de regra, quando se enviava mantimentos, a variedade contava com “carne salgada, toucinho, pão, legumes, bacalhau manteiga, queijo, sal, azeite, vinho, cerveja, vinagre e óleo de baleia”.⁴⁴⁷ Hermann Waetjen também avaliou o preço médio de algumas mercadorias no Brasil, considerando-os em “tempos normais”, possivelmente para o período nassoviano.⁴⁴⁸ Segue o quadro:

<i>Artigos</i>	<i>Em florins</i>
1 pão	0.20
1 libra de carne	0.30
1 libra de toucinho	0,40
1 libra de queijo	0,40
1 libra de manteiga holl	1. –
1 quarta de feijão	0,15
1 quarta de ervilhas	0,15
1 quarta de cevadilha	0,25
1 libra de farinha de trigo	0,25
1 alqueire de farinha	1,50
1 libra de farinha de centeio	0,15
1 libra de presunto	0,40
1 libra peixe-salpreso	0,20
1 libra de bacalhau	0,15
1 quartinho de azeite	1,50
1 quartilho de vinho espanhol	1,50
1 quartilho de vinho francês	1. –
1 quartilho de conhaque	1,75
1 quartilho de cerveja da Zelândia	0,50
1 quartilho de cerveja de Delft	0,75

⁴⁴⁷ WAETJEN, op. cit. p. 478. Sobre o preço de alguns produtos, infere Waetjen: “ Quando porém os navio tardavam, as colheitas eram más, o inimigo invadia o território da colônia ou a falta de numerário de tornava sensível, então os preços dos viveres subiam rapidamente como se impelidos por uma potente mola. Especialmnte os da manteiga, do queijo e do vinho. Estes três artigos eram os que sofriam mais fortes oscilações no mercado de Recife e eram por isso objeto de especulação preferido pelos comerciantes livres e judeus”.

⁴⁴⁸ Certamente esses preços foram avaliados para o período nassoviano, quando, segundo o autor, a partir de 1640, trazia-se bacalhau para ser vendido no Brasil.

1 quartilho de cerveja de Rotterdam 0,55

Fonte: WAETJEN, Hermann. O Domínio Colonial Holandês no Brasil. [1938], p. 482.

Caloricamente, a ração média de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais era de aproximadamente 3.400 calorias, quantidade essa satisfatória para trabalhos que exigiam esforço. Isso foi observado por Evaldo C. de Mello num estudo de Michel Morineau. Contudo, contra essa constatação, Mello observou bem que

“embora se possam encarar as conclusões do Sr. Morineu como uma aproximação útil ao problema, caberia assinalar que não se baseiam numa análise das condições reais do abastecimento das tropas neerlandesas no Brasil, supondo condições normais que foram antes a exceção do que a regra”.⁴⁴⁹

Em se tratando do regime alimentar na Holanda, Simom Schama considerou o queijo, por exemplo, como pertencendo ao grupo de alimentos “de qualidades morais generalizantes”, uma vez que, ao ser prazerosamente degustado por todos, isso por si só “anulava as diferenças sociais na comunidade nacional”.⁴⁵⁰ Para o propósito da guerra, a comunhão pelo queijo traria, sobretudo, o *espírito de corpo* que uma difícil empreitada exigia. Pelo menos antes de embarcar para o Brasil, como foi citado por Ambrósio Richshoffer, a ceia de queijo poderia dar a falsa impressão de fartura que os soldados poderiam encontrar no Novo Mundo. Já o açúcar, na qualidade de “alimento pagão”, poderia afastar o homem da retidão moral.

É evidente que, numa situação de guerra, a preocupação imediata com a sobrevivência torna-se refratária às considerações de ordem moral, de modo que a

⁴⁴⁹ MELLO, op. cit. p. 185. O autor constatou a pouca resistência do soldado do soldado vindo do Reino a Pernambuco e notou a sua pouca resistência orgânica ao clima. De forma contrária, os soldados do norte da Europa eram mais resistentes que os portugueses, agüentando mais o cansaço das campanhas.

⁴⁵⁰ SCHAMA, op. cit. p. 168. O contrário também é verdadeiro. Algumas comidas eram mal vistas, principalmente pela religião calvinista. Observou Schama: “Especiarias exóticas, em especial as das Índias Orientais, como canela e macis, com sua fragrância inebriante e sua origem paga (ao contrario das raízes e legumes nacionais), podiam afastar os homens da culinária caseira e da moralidade comum. [...] Mas o grande inimigo, agente incansável de Satanás, era o açúcar. Entrando na República em quantidades adequadas para reduzir suficientemente o fator custo e chegar às mesas das camadas medias, o açúcar brasileiro alimentava o apetite dos holandeses por doces – apetite então já sedimentado.”

Companhia das Índias Ocidentais, no Brasil, tentava diversificar ao máximo e, na medida do possível, a dieta.

Em 1635, já é possível saber que existiam diversas ‘padarias’ (*backerij*) espalhadas pela conquista. Isto porque, de uma só vez, chegaram alguns assistentes de padeiros para exercerem os seus ofícios em Pernambuco, na Paraíba e Itamaracá. O salário de um assistente de padeiro era de 13 ou 14 florins por mês. O “padeiro-chefe” chegava a ganhar 17.⁴⁵¹ Para se ter uma idéia, um soldado recebia 8 florins/mês. Provavelmente, a maior parte dos pães distribuídos na *conquesten* eram de trigo, ainda por volta de 1635. Um navio que partia do Recife em direção aos Países Baixos, foi aprovisionado com nada menos que 1000 arrobas de pão. É bem possível que esse pão fosse de farinha de trigo e não de mandioca, visto que ainda estava no tempo da “guerra velha” e não haveria tempo de se produzir uma quantidade grande de farinha de mandioca para se fazer um milhar de arrobas de pão. Soma-se o fato de que a mandioca tem ciclo de um ano. Se houvessem plantado a mandioca em 1634, talvez não colhessem tanto, dado que boa parte dos soldados estava e operações militares contra o Arraial do Bom Jesus e nos portos do litoral sul de Pernambuco, como ainda o estavam em maio de 1635, quando desembarcava o sobredito navio.⁴⁵²

Nos cinco primeiros anos da presença holandesa no Brasil, a complementação dos víveres que vinham dos Países Baixos era feita com a pilhagem e a caça. No ano de 1635, o fornecimento de viveres vindos da Europa se deu em nove ocasiões. Desse grupo de embarcações, a única que discrimina a sua carga é o navio Walcheren, com farinha (de trigo) e outros.⁴⁵³ Este número, se comparado ao aprovisionamento do ano de 1630 (primeiro ano da ocupação) é bem inferior. Em 1630, foram 35 abastecimentos de provisões e víveres de navios que entraram no porto do Recife.⁴⁵⁴ (ver anexo I). Podemos entender o maior aprovisionamento para o ano de 1630 pelo maior número de soldados que foram enviados ao Brasil, se comparado a 1635. Por outro lado, é possível que neste último ano, com o arrefecimento da guerrilha, tenha possibilitado o acesso da WIC às fontes locais. Esse foi o caso do iate *De Goutvinck* que, em agosto de 1635,

⁴⁵¹ IAHGP. Coleção Jose Higino. Dagelijckse Notulen. 11/05/1635.

⁴⁵² Idem.

⁴⁵³ Fonte: Dagelijckse Notulen do ano de 1635.

⁴⁵⁴ Fonte: Richshoffer, op. cit.

trouxe do Cabo de Santo Agostinho uma carga de 800 alqueires de farinha obtida mediante pilhagem.⁴⁵⁵

A expansão da conquista levava inevitavelmente à necessidade de se aumentar o abastecimento da tropa. Para se ter uma idéia, o comissário de bens Crispijnsz ficou de abastecer o iate *De leeuwerick* para uma viagem de três meses e com uma tripulação de 21 homens. Mais difícil ainda era prover o Forte Ceulen (Rio grande do Norte) com mantimentos para 300 homens por três meses.⁴⁵⁶ Em agosto de 1635, foram feitos pedidos de ervilha, feijão e cevada para 100 homens que estavam acampados em Barra Grande (sul de Pernambuco).⁴⁵⁷

Uma relação a ser feita é a que diz respeito ao crescimento do pequeno comércio e o abastecimento de víveres vindos dos Países Baixos. À medida que mais bens de comércio eram enviados para o Brasil, menos espaço sobriaria nos navios para os víveres e provisões.

O arrefecimento da guerrilha no sul de Pernambuco diminuía, pelo menos por hora, o ritmo de campanhas naquela área. Mas certamente outras frentes de combate haveriam de ser abertas. Em setembro de 1635, o Conselho Político dispôs o seu “plano de ocupação” para diversas partes da conquista. Nesse plano, a distribuição das tropas era a seguinte: Rio Grande do Norte (200 homens), Maranguape (150), Paraíba (700), Itamaracá (400), Recife e fortificações em torno (700), Cabo de Santo Agostinho (250), Barra Grande (200), Porto Calvo (200). Para o Rio São Francisco e Peripueira, mais ao sul, as projeções seriam de 400 soldados no primeiro e 200 no segundo ponto. Isso perfazia um total de 3500 homens em fortificações.⁴⁵⁸

Um exemplo da dinâmica do abastecimento e suas exigências: num dos relatórios dos quais se serviu a WIC para se conhecer mais o Brasil, a recomendação era que, após a conquista, seria necessário “deixar uma guarnição adequada na fortaleza, fortificá-la contra as violências, abastecê-la de todo o necessário”. Neste relato, fornecido por indígenas levados à Holanda, aparecem “recomendações” de como se conquistar o Rio Grande e estabelecer contato com as tribos das proximidades. Para tal, os navios

⁴⁵⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 06/08/1635.

⁴⁵⁶ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 24/05/1635.

⁴⁵⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 13/08/1635.

⁴⁵⁸ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 17/09/1635.

deveriam estar carregados, além dos víveres, de mercadorias de troca (*cargasoen*) para o trato com os tapuias e *brasilianen*. Sobre os recursos locais, os informantes ainda opinaram para que a WIC não duvidasse de que “eles [os indígenas locais] contenham boa quantidade de farinha, ervilhas, feijão e outras virtualhas dos selvagens para mandar a Pernambuco”.⁴⁵⁹

De fato, quanto mais distante do Recife ficasse qualquer conquista holandesa, melhor pensado deveria ser o aprovisionamento, uma vez que a navegação nem sempre era favorável em determinadas épocas do ano. Para o rio Grande do Norte, por exemplo, devia-se evitar a navegação nos meses de setembro-outubro-novembro, ocasião em que a monção de verão (que trás o vento do nordeste) empurra as águas para o sul.⁴⁶⁰ Diante desse quadro, qual seria a estratégia de aprovisionamento da WIC nos anos seguintes?

Retomando ao tema da produção de farinha de mandioca, temos que os holandeses, desde os relatos de Adrien Verdonck, ou até antes, haviam tomado conhecimento das áreas de cultivo. Assim, foi reportado sobre a região do São Francisco, que as pessoas “fazem também ali bastante farinha”. Nessa área, muito embora a produção de açúcar seja inexpressiva (se comparada aos engenhos da Várzea ou da região do rio Una e do rio Serinhaém), a mandioca dividia o solo com o fumo.⁴⁶¹ Já em Alagoas, nos informes do cronista, produziam e plantavam “a maior parte da farinha que vem para Pernambuco”. Além da farinha, também produziam bastante fumo e comercializavam muito pescado seco e outros gêneros alimentícios.⁴⁶² Da mesma forma, Porto Calvo e a região do Rio Una tinham, além de muito gado, “bastante farinha”. Esta última, com a peculiaridade de se produzir milho.⁴⁶³ Serinhaém e Ipojuca, além de muitos cereais e

⁴⁵⁹ “Descrição da costa do noroeste do Brasil entre Pernambuco e rio Camocipe, do Relatório dos brasileiros seguintes: Gaspar Paraupaba do Ceará, de idade de 60 anos; Andrés Francisco do Ceará, da idade de 50 anos; Antônio Paraupaba de Tubussuram, que fica na distancia de 2 dias no interior da Paraíba, da idade de 30 anos; Pedro Poti, da idade de 20 anos” [1629]. In: DE LAET, Johannes. Roteiro de um Brasil desconhecido: descrição das costas do Brasil [1637]. KAPA Editorial, 2007. O relatório data do ano d 1629.

⁴⁶⁰ Correntes e ventos na costa do Brasil e entre Angola. In: DE LAET, op, cit, p. 110.

⁴⁶¹ Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. – Recife: MEC/IPHAN, 1980, p. 35.

⁴⁶² Idem, p. 36.

⁴⁶³ Idem, p. 36/37.

pau-brasil, também pareciam ser bons fornecedores de farinha.⁴⁶⁴ No litoral sul de Pernambuco, no tocante a produção de gêneros, o Cabo de Santo Agostinho parece ser a exceção, uma vez que

“quanto a cereais, farinha, fumo, gado e peixe quase nada vem dali porquanto os habitantes apenas plantam, fabricam, criam e pescam o necessário ao seu consumo, dedicando-se principalmente à cultura da cana”.⁴⁶⁵

A região da Várzea do Capibaribe, apesar de produzir “muita farinha, que ordinariamente é a melhor da terra”, destinava a mesma para o consumo de seus moradores.⁴⁶⁶ A oeste do Recife, no interior, a região de São Lourenço, denominada por Verdonck como “mata do Brasil”, produzia, além de fumo, feijão e milho, uma “boa quantidade de farinha”. Ao norte do Recife, as localidades de Goiana, Araripe e Igarassu, passam despercebidas quanto a cultura da mandioca. Por fim, a Paraíba apresentava uma cultura de mandioca inexpressiva, “de pouca consideração”.⁴⁶⁷ Três anos depois, o conselheiro político Joannes van Walbeeck, também ressaltava a produção de farinha de mandioca, principalmente ao sul do Recife (freguesias de São Francisco, Porto Calvo, Alagoas, etc). Sobre a agricultura de subsistência, especificou que “a farinha feita das raízes da mandioca serve-lhes [aos portugueses e luso-brasileiros] de pão , e é mais agradável aos portugueses e brasilianos do que o nosso trigo”.⁴⁶⁸

Os holandeses encontraram no Brasil portugueses mais afeitos e adaptados à dieta da farinha de mandioca, resultado de quase cem anos de convivência com os nativos. Restava aos soldados europeus a serviço da WIC se adaptarem a um novo regime. Certamente, a primeira leva de soldados que veio em 1630 e que retornou aos Países Baixos em fins de 1632 ainda não contou com a farinha de mandioca no seu dia-a-dia. Os mais adaptados à dieta brasileira e à guerrilha eram mesmo os soldados luso-brasileiros, sobre os quais destacou Evaldo Cabral de Mello que

⁴⁶⁴ Idem, p. 37/38.

⁴⁶⁵ Idem, p. 38.

⁴⁶⁶ Idem, p. 39.

⁴⁶⁷ Idem, p.44.

⁴⁶⁸ Relatório de Joannes van Walbeeck. In: DE LAET, op. Cit. p. 159.

“não exageraria quem imputasse a agilidade dos soldados da terra, tão admirada pelas autoridades neerlandesas, não apenas às características físicas da população luso-brasileira, também por ela descrita como pequena e seca de corpo, mas também ao gosto da roupa leve e sumária”.⁴⁶⁹

Do lado holandês, podemos dizer que em quase todas as campanhas empreendidas até 1635, era com o escasso trigo e outros cereais dos Países Baixos que teriam de contar os soldados da WIC.

Certamente, quase todos estes pontos da capitania de Pernambuco situados acima forneciam farinha aos sitiados no Arraial Velho do Bom Jesus no início da guerrilha. Todavia, não dispomos de dados da produção de mandioca por localidade. É de se supor que ela tenha sido baixa, mesmo levando-se em consideração as localidades que remetiam farinha para o Recife. Lembremos que a população de Olinda foi para o Arraial se juntar à resistência, aumentando assim a necessidade de víveres. A guerra de resistência pôs fim à regularidade da produção de farinha tanto dos locais próximos ao Arraial, como do sul da Capitania de Pernambuco. Com alguma possibilidade, deve ter sido retomada após a queda do Arraial em Goiana, Itamaracá e na Paraíba.

A emergência dos *kleine profijt* nos anos 1635 e 1636, que trouxe consigo um maior dinamismo do comércio interno, também possibilitou a que se pensasse no próximo passo para a produção dos víveres, que passava principalmente pelo incremento da produção de farinha de mandioca. Pelo menos até a chegada de Maurício de Nassau e do *Hooge Raden* (Alto Conselho), no período acima citado, havia tempo de plantar as primeiras roças. Com o retorno de muitos moradores para suas casas, ressurgia não só a possibilidade de se plantar e colher o açúcar, mas de, aos olhos da Companhia, direcionar a plantação de mandioca para uma escala certamente maior do que se fazia antes da invasão. Antes deste, não apenas Pernambuco, mas também a Bahia consumia gêneros alimentícios da Capitania de São Paulo, sobre o que escreveu John Monteiro. A dificuldade de abastecimento de gêneros mesmo antes da invasão holandesa se devia, sobretudo, ao aumento *pari passu* da população branca e livre com o conseqüente

⁴⁶⁹ MELLO, op. cit. p. 187.

aumento da produção açucareira em fins do século XVI e início do XVII. Existia então, como bem estudou John Monteiro, um “circuito comercial intercapitanias”. A ocupação holandesa viria a tolher este abastecimento e, em contrapartida, tentar suprir a falta daqueles gêneros.⁴⁷⁰ Como veremos adiante, dentro da finalidade da Companhia das Índias Ocidentais no Atlântico, o problema do abastecimento de gêneros em geral, e da produção de farinha, em particular, era um problema interno e externo à *conquesten* holandesa.

2. Uma herança problemática: A produção da farinha de mandioca no governo nassoviano

Num relatório enviado do Brasil aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, Mauricio de Nassau e o Alto Conselho, entre outros assuntos, informavam sobre o que consumiam os portugueses. Nessa avaliação:

“Não há profusão nos seus alimentos, pois podem sustentar-se muito bem com um pouco de farinha e um peixinho seco, conquanto tenham galinhas, perus, porcos, carneiros e outros animais, de que também usam de mistura com aqueles mantimentos [...] Tem belíssimas frutas, como laranjas, limões, melões, melancias, abóboras, pacovas, bananas, ananazes, batatas, maracujá-açu, maracujá-mirim, araticum-apê e o belo e mais delicioso dos frutos, a mangaba e ainda vários legumes, milho, arroz e outros mais, de que fazem diversidade de confeitados. Estes são muito sãos, e deles comem em quantidade”.⁴⁷¹

Esse relato se deu um ano após a chegada de Nassau e os seus conselheiros. Afóra a farinha e o peixe seco, a variedade alimentar existia incorporando-se à cultura local os

⁴⁷⁰ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 100. Sobre a expansão bandeirante no Planalto Paulista e a economia açucareira observou o autor: “Com o advento do século XVII, estes movimentos vieram ao encontro de dois impulsos externos. Primeiro, o rápido crescimento da economia açucareira a partir de 1580, sobretudo nas capitanias de Pernambuco, Bahia e, em escala menos, Rio de Janeiro, fez surgir nas zonas secundárias oportunidades para criadores de gado e produtores de gêneros de abastecimento”.

⁴⁷¹ Breve Discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de Janeiro de 1638. In: MELLO, op. Cit, p. 109.

gêneros holandeses. Dois anos depois, foi o Alto Conselheiro Adrien van der Dussen que, no seu relatório, dedicou à mandioca um tópico à parte. Dussen ressaltou, em comparação aos cereais dos Países Baixos, a mandioca, dado que no Brasil deve-se apenas “lançar à terra as sementes para colher as sementes: lá se planta o que não se aproveita do arbusto, sem que nada se perca da raiz ou do que serve para alimento”.⁴⁷²

Como se observou anteriormente, o abastecimento de víveres vindo dos Países Baixos era, quase sempre, insuficiente aos soldados da WIC no Brasil. No ano que antecedeu à vinda de Nassau, 1636, aproximadamente 18 embarcações trouxeram víveres, mas trouxeram também mais soldados, munições e mercadorias para serem vendidas aos *vrijluiden*. No final das contas, era constante a falta de alimentos para as tropas. Soma-se o fato de que, nos anos de 1635 e 36, o envio de mantimentos para as tropas estacionadas no litoral sul da capitania de Pernambuco era cada vez mais necessário. (ver anexo I)

O deslocamento das tropas para o sul da capitania, ao mesmo tempo em que exigia mais provisões para os soldados do *front*, fez com que as freguesias mais próximas ao Recife ficassem um tanto afastadas da guerrilha. Aos poucos, locais como a Várzea e Igarassu, por exemplo, começaram a ser ocupados por luso-brasileiros que aceitaram a dominação batava e retomaram a produção de açúcar. E é no esteio da retomada da produção de açúcar, que Nassau e o Alto Conselho procuraram, nas propriedades daquelas freguesias, o incremento da produção de farinha de mandioca.

Entretanto, antes mesmo da execução desse intuito, a transição entre a “guerra velha” e a nova ordem imposta por Nassau viveu um período de transição em que as propriedades eram retomadas, ou por novos senhores de engenho ou até mesmo por autoridades militares ou civis holandesas. Mas o início da produção sistematizada de farinha não se deu de forma monolítica e sem problemas. Pelo contrário, implicou numa relação tensa entre os administradores e a população local.⁴⁷³

Em 1637, a conquista em Pernambuco foi dividida em quatro jurisdições (*jurisditien*), cada qual contendo uma câmara que a representasse. No primeiro relatório

⁴⁷² Relatório sobre o Estado das Capitânicas conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, op, cit. p. 198.

⁴⁷³ Sobretudo, senhores de engenho.

que procurou dar conta da administração no Brasil holandês já na gestão de Nassau e do Alto Conselho, em 1638, muitos eram os engenhos que ainda não tinham moído. No termo da Câmara da jurisdição do São Francisco, a mais meridional dos territórios conquistados, expôs o relatório que muitos dos 15 engenhos que existem nos seus limites não iriam moer dentro de um curto prazo, “porquanto em razão da guerra e de terem por aí passado recentemente os exércitos de um e outro lado, estão sem dúvida muito arruinados”. Em seguida, na jurisdição ou distrito de Serinhaém, apenas 5 engenhos (no total de 18) iriam moer. Na jurisdição de Olinda (que englobava as freguesias de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão, Muribeca, Várzea e São Lourenço), do total de 67 engenhos, apenas 47 moíam. Na jurisdição de Igarassu, do total de 8, um engenho apenas não moía. O território da Capitania de Itamaracá contava com os engenhos das localidades de Goiana, Taquara, Tejucupapo e Araripe, e do total de 20 unidades, 8 não davam safra. Na Paraíba a situação era bem melhor que nas outras partes da conquista, uma vez que lá apenas 2 engenhos não moíam, de um total de 20. Finalmente, no Rio Grande, apenas 1 engenho dava seus frutos. Logo, em termos aproximados, de um total de 147 engenhos, é certo que 89 davam cana até à época do relatório. Isto sem contar os engenhos da jurisdição do São Francisco que ainda iam moer e não foram discriminados.⁴⁷⁴ Mais da metade dos engenhos de toda essa área havia retomado a sua capacidade produtiva. Em termos relativos, os engenhos mais produtivos até então eram os da Capitania de Itamaracá e os da jurisdição de Igarassu. Em termos absolutos, os da freguesia da Várzea (jurisdição de Olinda).

O início da produção sistematizada de farinha de mandioca teve vez dentro de um quadro administrativo mais complexo após a vinda de Nassau e do Alto Conselho. Até 1636, era o Conselho Político que exercia a maior autoridade nas conquistas. A partir de 1637, Nassau e seus ministros implementaram as câmaras de escabinos (*schepenen*) nas diversas jurisdições (*jurisditien*) que especificamos acima. O papel dessas câmaras analisaremos mais adiante. Por enquanto, basta-nos saber que os escabinos ficavam, entre outras funções, com a fiscalização da finta de farinha que cada engenho deveria fornecer.

⁴⁷⁴ Breve discurso sobre o Estado das quatro capitánias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil. In: MELLO, Fontes para a História do Brasil Holandês.

O incremento da produção de farinha se deu no mesmo momento da retomada da produção de açúcar nos engenhos. A “guerra velha” destruiu quase todas as propriedades e seus materiais de produção. O grau de dificuldade em “pacificar” a conquista através das campanhas de expulsão das tropas de resistência luso-brasileira para o sul concorria com a retomada da produção açucareira.

Outro dado é o crescimento demográfico em torno do Recife. Essa informação, que dificilmente pode ser precisada, fica sempre no campo da especulação. Pela altura do ano de 1641, além da população do Recife, que girava em torno de cinco a seis mil pessoas, agrupavam-se próximas várias aldeias de *brasilianen*. Essa concentração populacional deve-se sobretudo ao fato também de que entre Itamaracá e a Várzea do Rio Una se situar a grande maioria dos engenhos moentes. O investimento na retomada da produção açucareira era alto. Para se ter uma noção, num engenho puxado a bois, o investimento chegava a pouco mais de 2000 florins anuais. Os gastos incluíam o salário do feitor (375 florins), o mestre de açúcar (150 florins), o purgador (37 florins e 10 stuivers), o responsável pelo carregamento da produção (225 florins), madeira para carvão (375 florins) e reparações na instalação (750 florins).⁴⁷⁵

Em fins de 1637, a Companhia dispunha de 7000 alqueires de farinha de mandioca para abastecer um efetivo de 2250 soldados e marinheiros.⁴⁷⁶ É bem possível que a conquista de São Jorge da Mina, que ocorreu poucos meses antes e saiu do Recife, tivesse se beneficiado da farinha de mandioca no abastecimento das tropas. Futuramente, a conquista de Angola, em 1641, precisaria de muito mais.

Como foi dito ainda no início deste capítulo, o entendimento da produção de farinha de mandioca no período nassoviano passa pela compreensão da administração local. Mais especificamente, eram os escabinos que, juizes nas diversas *jurisditien* da conquista, deveriam cobrar uma espécie de finta ou contribuição do produto. Assim é que, em abril de 1639, o escabino da jurisdição de Olinda, Gaspar Dias Ferreira, informou a Nassau e ao Alto Conselho a situação dos moradores das freguesias da Várzea, Muribeca, Santo Amaro e Cabo de Santo Agostinho. O fato é que os ditos

⁴⁷⁵ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse Notulen. 26/05/1637. Este cálculo não leva em consideração os bois e os escravos. O cálculo para a produção do engenho em questão era para 25 tarefas de cana-de-acucar, que poderia render 500 arrobas de açúcar.

⁴⁷⁶ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse Notulen. 04/11/1637.

moradores não conseguiram plantar a quantidade exigida e pediram, através de Dias Ferreira, que o Alto Governo abrisse mão de metade da quantidade exigida.⁴⁷⁷ Uma das “desculpas” fornecidas pelos moradores é que não só as roças não vingaram, mas “a velha farinha foi consumida” (*de oude mandioqua geconsumeert*). Certamente, nessas freguesias, a passagem de uma agricultura de subsistência para uma agricultura de maior escala talvez não fosse tarefa fácil. O fato é que, no ano de 1639, segundo os cálculos de Hermann Waetjen, o quilo da farinha custava mais do que o do trigo.

A organização do plantio adquiriu ares de mais organizada em julho de 1639, quando Nassau e o Alto Conselho lançou um edital (*placard*), para que cada senhor de engenho e lavrador, tanto holandeses quanto portugueses, plantassem 500 covas de mandioca por escravo num espaço de 6 meses.⁴⁷⁸

A distribuição de farinha por quotas fixas pelos moradores locais obedecia ao que na Guerra dos Trinta Anos chamava-se “sistema de contribuição” (*kontributionsystem*), ao que se referiu Evaldo Cabral de Mello. No entanto, o mesmo se referiu ao “sistema de contribuição” nos termos da resistência luso-brasileira, em que

“durante a resistência, o provimento do Arraial e seguramente de outras praças-fortes foi confiado a vivandeiros (expressão utilizada por cronistas como frei Manuel Calado e Brito Freyre), um método mais apropriado à existência relativamente sedentária de guarnições do que a um exército em marcha”.⁴⁷⁹

Parece que esta forma de “cota fixa” também valia para os holandeses, sobretudo quando se trata de um exército cuja maioria do efetivo estava confinada em fortificações. Prática de aprovisionamento européia aplicada no Brasil nassoviano.⁴⁸⁰

O preço do alqueire de farinha, por volta de 1642, foi fornecido por Johan Nieuhof, segundo o qual

⁴⁷⁷ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 12/04/1639. Onde se lê: “Welcke alles geconsidereert sijn goet gevonden de bovengesegde freguesias te remitteren, de hefte van de farinha daer opgefinteert waeren”.

⁴⁷⁸ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 22/07/1639.

⁴⁷⁹ CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Olinda Restaurada*, op. cit. p. 193.

⁴⁸⁰ Idem. Paro lado luso-brasileiro, o *kontributionsystem*, segundo o autor, foi adotado sobretudo a partir de 1635, quando o exército estava acampado ao sul da Capitania de Pernambuco.

“o governo dá por mês aos soldados holandeses e nativos meio alqueire (7 litros) de farinha, a cada um. O preço do alqueire, na média, regula quatro florins, ora mais ora menos”.⁴⁸¹

Segundo Watjen, para o período da administração nassoviana, “a farinha não era exportada, pois toda a produção era consumida no país, sem nada restar”.⁴⁸² Seria mesmo difícil a exportação deste gênero, dada a constância e volume das campanhas empreendidas pela WIC em várias partes do Brasil. O autor também assegurou que a remessa de farinha de trigo não cessou, mesmo com a produção de farinha de mandioca, “afim de que a colônia se achasse sempre garantida, no caso de estrago das plantações pelas intempéries ou por força das inundações”.⁴⁸³

Outra peculiaridade do sistema de cobrança por contribuição imposto por Nassau e o Alto Conselho é que a cobrança e fiscalização era tarefa da administração local civil e não por militares. É que o relativo clima de paz que passou a existir a partir de 1637, como fora para os luso-brasileiros nos anos analisados por Cabral de Mello, permitiu uma certa calma da administração superior para implantar um *modus operandi* administrativo que permitisse a fiscalização nas freguesias sem as urgências de uma guerra imediata. Apesar disso, o desconforto rondava as freguesias, de forma que as tropas luso-brasileiras não davam trégua aos holandeses e cruzavam constantemente as fronteiras do Brasil holandês, atingindo diversas jurisdições e destruindo plantações de cana-de-açúcar e roças de mandioca.

Também era possível que militares ajudassem na fiscalização, sobretudo nas freguesias em que ainda não existissem os escabinos. Foi o caso do Coronel Hans Koin que reportou à administração superior que a Freguesia de Serinhaém levantaria 3.200 alqueires de farinha a partir de 175.670 covas de mandioca plantadas.⁴⁸⁴ A notícia era de julho de 1639 e a promessa da farinha era para dentro de um mês.

⁴⁸¹ APUD. Waetjen, op. cit. p. 446.

⁴⁸² Watjen, op. cit. p. 447. O autor também assegurou que a remessa de farinha de trigo não cessou mesmo com a produção de farinha de mandioca.

⁴⁸³ Idem. P. 447.

⁴⁸⁴ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse notulen. 22/07/1639. No qual se lê: “ De Heer colonel Coin, rapporteert mede soo dat volgens de Commissie hem opgeleyt, hij de rossas hadden doen texeren in de fregasie van Serinhain ende onder alle de invonders bevonden te sijn 175670 covas van achtman den ende

As roças de Serinhaém, freguesia situada ao sul da capitania de Pernambuco, certamente seriam bem vindas às tropas da WIC. Já o responsável pela administração da capitania de Itamaracá, Pieter Mortamer, informou que aquela região produzia 20.000 alqueires farinha. No entanto, o mesmo reforçou a necessidade de se tomar parte dessa produção para o sustento dos moradores locais (*de inwoonders met souden behouden om te leven*).⁴⁸⁵ A produção de farinha por alqueire de Itamaracá, mais de cinco vezes maior que a freguesia de Serinhaém, pode nos dar bem a medida de que ao norte de Pernambuco o plantio da mandioca já estava bem consolidado. Talvez isso se devesse ao fato de que esta parte da conquista estivesse menos vulnerável aos ataques luso-brasileiros. Não foi à toa que o pequeno comércio, já visto no capítulo anterior, teve início naquela área, que incorporava a jurisdição de Goiana. Na própria ilha de Itamaracá, já é sabido que o incremento da produção de víveres, incluindo a farinha, já se fazia desde antes da vinda de Nassau e do Alto Conselho. Já as freguesias ao sul de Pernambuco, como é o caso de Serinhaém, ficaram até 1636, e mesmo depois, sujeitas aos ataques das tropas luso-brasileiras vindas da Bahia. Muitos militares a serviço da Companhia andavam nas matas do sul a destruírem e causarem terror à população local, fato este que já foi bem documentado.

A produção de farinha da jurisdição de Olinda também era bem menor do que a da capitania de Itamaracá. Ficava em torno de 2.320 alqueires. Curioso é que a produção da freguesia da Várzea do Capibaribe, apenas 253 alqueires, contra 828 da freguesia de Santo Amaro e 876 de Muribeca. Isto talvez se explique pelo fato de que na Várzea a produção de açúcar tivesse retornado de forma efetiva, uma vez que lá, por essa época, aproximadamente 50 engenhos moíam. Sobravam terras para a mandioca?⁴⁸⁶ Na jurisdição de Olinda, ao contrário da Capitania de Itamaracá, o número de engenhos moentes era na ordem de 12 ou treze unidades (de um total de 20). Logo, sobravam terras para a mandioca.

daer em boven out, welck getaxeert, nae consideratie van iegelijcx gront ende vruchtbaerheijdt als desselfs sullen t samem aen de compagne binnen den tijt van een maent uitleveren 3.200 alquer farinha”.

⁴⁸⁵ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen. 26/07/1639.

⁴⁸⁶ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen. 23/08/1639. Na qual se lê: “ Alsoo de Schepenen van Olinda met haer districten nos lijsten hebben overgelevert hoe veel farinha de volgende freguesias os souden leveren uit de mandioques die boven de 8 maenden out sijnd te weeten: Moribequa (876 alquires); St Amaro (828), de Varges (253 ½), Biberibe (76 ½); Paratibi ende Jagoaribi (285)”.

Até o momento, pudemos observar que o conhecimento das condições de produção de farinha pelas diversas freguesias demandava algum tempo, de forma que houve, conforme condições específicas, diferenças na produção de cada uma. Outro dado importante é que as chuvas poderiam influir no resultado final do fornecimento da quota de mandioca. Enquanto a parte sul da capitania de Pernambuco, zona climática conhecida como Mata Úmida, o índice pluviométrico era alto, ao norte de Pernambuco, a Mata Seca propiciava, pela menor quantidade de chuvas, uma maior produção de farinha. Logo, o clima funcionava como uma importante variável na produção da “munição de boca”.

Parece que a farinha não era suficiente para abastecer os soldados das guarnições. Em novembro de 1639, o Alto Governo recebia notícias dos comandantes dos efetivos das guarnições de Serinhaém, Una, Alagoas, Porto Calvo e até mesmo da Paraíba, que diziam que os moradores não vinham fornecendo farinha (*dat sij geen farinha naer de eijsch ofte nootdruft voor de guarnisoenen van de inwoonders connen becomen*).⁴⁸⁷ Viviam apenas com um pouco de pão de trigo. Assim, as “necessidades das guarnições”, sendo mal atendidas, faziam soçobrar os sonhos da WIC de ocupação do Nordeste.

As guarnições acima esperavam ansiosamente pela chegada de suprimentos dos Países Baixos. Por isso, percebe-se que, muito embora não estejamos nos “tempos difíceis” de Wanderbuch, o problema do abastecimento das tropas continua no Brasil nassoviano. A tentativa de racionalizar a produção de farinha não encontrava o sucesso na prática.

No caso do Nordeste, se havia divergências entre os modelos de colonização português e holandês, como bem observou Sérgio Buarque de Holanda, as dificuldades de abastecimento local laçaram com igual força a coroa portuguesa e a Companhia das Índias Ocidentais.⁴⁸⁸ Se havia plano de abastecimento da WIC para a ocupação do Nordeste, o mesmo não incluía o abastecimento sistemático das tropas com a farinha

⁴⁸⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen. 08/11/1639. Quem enviou as cartas se referindo às dificuldades do abastecimento de farinha nas diversas guarnições foram o Coronel Coin (Serinhaém), o Capitão Preston (Una), Major Piccart (Paraíba), Capitão Preston (São Lourenço), Major Mansfeld (Alagoas) e o Diretor Bas (Porto Calvo).

⁴⁸⁸ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “o sucesso de um tipo de colonização como o dos holandeses poderia fundar-se, ao contrário, na organização de um sistema eficiente de defesa para a sociedade dos conquistadores contra princípios tão dissolventes. [...] O que faltava em plasticidade aos holandeses sobrava-lhes, sem dúvida, em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e coesão social”. Ref. Raízes do Brasil, p. 62.

local. Foi só com o correr da presença no Brasil que o Conselho Político e, posteriormente, Nassau adotaram um “plano emergencial” de abastecimento. Dessa forma, portugueses e holandeses se assemelhavam pelo fato de agirem segundo as necessidades do momento. Assim sendo, portugueses e neerlandeses se assemelhavam no pragmatismo. Nassau não transpôs o problema do abastecimento, herança de seus antecessores.

A falta de víveres para as tropas limitava a expansão neerlandesa no Nordeste como veremos no exemplo a seguir. Em maio de 1635, o Conselho Político justificava a dificuldade em se enviar um maior efetivo para operações no litoral da Bahia da seguinte forma:

“O fato de não podermos mandar mais soldados imediatamente está relacionado, de um lado, com a grande falta de provisões que nós temos neste país e, por outro, porque os marinheiros dos navios que se encontram em Barra Grande estão sendo utilizados na ocupação de Porto Calvo em campanhas terrestres”.⁴⁸⁹

Numa outra ocasião, em setembro de 1635, o Conselho Político festejava a expulsão das tropas luso-brasileiras do Rio Grande do Norte até São Gonçalo. Mas lamentava a presença das tropas comandadas por Matias de Albuquerque e o Conde de Bagnuolo ao norte de Alagoas. Para derrotá-las, pensavam os conselheiros políticos e os oficiais militares que deveria se fazer uma grande ofensiva que contasse com embarcações bem abastecidas. Após várias conjecturas e reuniões, concluíram os administradores o que se segue:

“Nós compartilhamos da opinião de que uma embarcação bem abastecida é difícil de se arranjar, principalmente porque lugares como a Paraíba e o Cabo de Santo Agostinho devem ser abastecidos urgentemente com víveres e outros bens [...]”.⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen. 29/05/1635.

⁴⁹⁰ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen. 13/09/1635.

Na mesma ata do governo holandês mencionada logo acima, o Conselho Político deixava exposto a herança do mau abastecimento que legariam a Nassau na seguinte passagem:

“[...] se levou em consideração que o exército deverá ser abastecido continuamente de farinha e animais, assim como outros lugares que quase não têm mais nada. Para realizar esta operação quase não teríamos mais dinheiro em caixa e os portugueses não querem vender a crédito porque muitos já estão lhes devendo. Levando em conta alguns assuntos, torna-se claro porque o conselho terminou a reunião neste ponto e que os outros pontos serão discutidos na próxima reunião depois que tenhamos discutido sobre este problema”.⁴⁹¹

Estes exemplos citados acima nos mostram bem as limitações da expansão territorial batava em função da dificuldade de aprovisionamento. Da mesma forma, algumas décadas antes, os portugueses sentiram nas suas campanhas de conquista da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Maranhão.

A importância dada à farinha de mandioca por Nassau encontra mais um precedente na administração que o antecederia nas proposições do conselheiro Jacob Stachouwer. Apresenta-nos uma *notulen*:

“O Senhor Stachouwer propõe, tendo em vista que nós não temos condições de comprar bastante farinha por causa da escassez de meios líquidos e tendo em vista que a farinha de trigo que chegou aqui em abundância não é tão nutritiva como a farinha de mandioca, se não é aconselhável fazer uma troca da farinha de trigo pela farinha de mandioca com os portugueses [...] o mesmo foi aprovado sob a condição de que no mínimo a troca seja feita pela mesma quantidade de farinha de mandioca que temos em farinha de trigo, isto em benefício da Companhia”.⁴⁹²

Em 1640, o medo do mau abastecimento das tropas holandesas chegava num momento em que o iate *Siara* trazia ao Recife a informação de que os espanhóis

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² Idem, 08/04/1636.

preparavam uma armada para atacar o Recife.⁴⁹³ Nas recomendações que foram dadas aos comandantes de diversas guarnições, um delas era de que deveriam, através de seus aprovisionadores, juntar toda a farinha disponível para a possível utilização em campanhas. Assim fez os Comissários de Bens Hondius e Alber Gerritz com a farinha do Cabo de Santo Agostinho. Era necessário se ter provisões para os 12 navios que serviam na ocasião no Brasil.⁴⁹⁴

Apesar das reclamações dos chefes das diversas guarnições, em novembro de 1639 na Paraíba, os escabinos mandavam dizer que poderia se esperar muito da contribuição da capitania, porém não informando a quantidade de farinha a ser produzida.⁴⁹⁵ O aviso vinha em boa hora para as *guarnisioen* (guarnições) que estavam estacionadas lá. Um mês depois, o conselheiro Daniel Alberti informava que se esperasse, num curto prazo, a quantia de trezentos alqueires de farinha. A população local, na falta do produto, se sustentava com milho e bananas.⁴⁹⁶

De uma forma geral, pouco se sabe acerca da adaptação dos soldados da Companhia das Índias Ocidentais à farinha de mandioca. É possível, contudo, que nem todos os soldados se afeiçoassem à raiz. Pelo menos na crônica de Pierre Moreau, a farinha de mandioca “causa aos europeus, quando se alimentam sempre dela, o mesmo efeito: ataca e ofende o estômago e, com o correr do tempo, corrompe o sangue, muda a cor e debilita os nervos”.⁴⁹⁷ Talvez possamos ver com reservas as considerações de Moreau, uma vez que suas crônicas se referiam à fase final da ocupação holandesa no Brasil, numa fase de grande desestruturação da produção de víveres. Soma-se o fato de que é possível que os víveres que viessem dos Países Baixos estivessem estragados, provocando problemas de saúde aos soldados que os consumissem. Esse exemplo já vimos nos primeiros anos da ocupação, sobre os quais nos referimos anteriormente. Mas Pierre Moreau nos dá uma outra pista, que é a de que o Recife e a Cidade Maurícia

⁴⁹³ IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 13/11/1639.

⁴⁹⁴ Idem, eram os navios De Witte Leeu, Tertoolen, d'Eendragt, de haes, Westwouderkerk, De Prins, Prins Hendrick, de Hoope, de Saeijer, de Stockvis e Soutkas.

⁴⁹⁵ IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 21/11/1639. Onde se lê: “De schepen van Paraiba van wegen de gemeente der selver Capitanie remonstreren dat haer landen soo veel farinha met connen uitgeven als tot behouff van guarnisioen ende haere families van noode hebben...”

⁴⁹⁶ IAHGP. Coleção José Higyno. *Dagelijckse notulen*. 21/12/1639.

⁴⁹⁷ MOREAU, Pierre. *História das ultimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias (Roulox Baro)*. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 46.

(edificada na Ilha de Antônio Vaz a mando de Nassau) se abasteciam às largas dos víveres provenientes da interlândia em seu entorno. Pelo menos isso ficou claro no caso da falta de “frutas e refrescos” que os moradores do Recife sofreram nos últimos anos da ocupação holandesa, porque “privados de todos os socorros dos campos”.⁴⁹⁸

A tentativa de se aumentar a produção de farinha imposta por Nassau, nunca atingiu um nível satisfatório. José Antônio Gonsalves de Mello descreveu bem este desconforto ao tratar da constante insuficiência na sua distribuição. Nas fortificações, a situação da carência de víveres chegava a tal ponto que Nassau afirmou: “ai os ratos morrem de fome nos armazéns”.⁴⁹⁹ O autor de *Tempo dos Flamengos* tratou a política de produção direcionada de farinha de mandioca implementada por Nassau como um sinal de preocupação dele em relação à monocultura. Dessa forma,

“apesar, porém, de todas as dificuldades, de todos os vexames suportados pelos moradores e da insuficiência das colheitas, Nassau persistiu na sua política de incrementar a produção de farinha, combatendo, como podia, os efeitos da monocultura”.⁵⁰⁰

Para Gonsalves de Mello, havia mesmo “um programa” de Mauricio de Nassau para combater a monocultura, tendo como principais opositores os senhores de engenho.⁵⁰¹ A atividade açucareira, com toda a sua complexidade, exauria a mão-de-obra escrava. No final das contas, não dava tempo aos escravos de trabalharem na plantação e corte da cana e, na entresafra, produzir a finta de 500 covas exigidas pela administração superior.⁵⁰² Vale salientar que os lavradores ficavam com a obrigação de fornecer 1000 alqueires de farinha.

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Brieven em Papieren uit Brasilie. 1640. onde se lê: “in fortien sonder vïvres, daer de ratten in de magasijnen van honger sterven”.

⁵⁰⁰ MELLO, op. cit. p. 152.

⁵⁰¹ Idem, p. 153.

⁵⁰² Segundo Mello, “já ficou referido que, em 1637, os Vereadores da Câmara de Olinda previram uma fome geral, porque os moradores haviam alugado os seus negros para a plantação de canaviais. Em 1639 os senhores de engenho e lavradores alegaram que não poderiam plantar, ao todo, 500 covas de mandioca por escravo nos meses de janeiro e agosto, porque em agosto e setembro os negros estavam ocupados com o corte da cana, o seu transporte, a moagem etc.”

Outro aspecto a ser considerado seria, talvez, a insuficiência de mão-de-obra escrava para o cultivo da mandioca. Para os anos de 1638, 39 e 40, o número de escravos vendidos em Pernambuco era de, respectivamente, 1.711, 1.802 e 1.188. Parece muito, mas parece também que este número de escravos para o período em questão não satisfazia ainda à demanda para a produção total dos engenhos da conquista. Para ser ter uma idéia, a população escrava em Pernambuco antes da chegada dos holandeses era de aproximadamente 5.000 almas. No auge da importação de escravos para Pernambuco, os holandeses puderam contar com pouco mais de 5. 500 deles, no ano de 1644.⁵⁰³

Na tensão do cotidiano, as notícias que vinham de fora da conquista poderiam interferir no deslocamento de um determinado efetivo de uma para outra região. Consequentemente, o local que “abrigava” a tropa, pela proximidade, deveria fornecer a farinha necessária. Em início de 1640, a WIC teve “muitas informações de que os inimigos estavam armados com 56 velas e havia se alojado em Alagoas vindos da Bahia”. Dentre essas embarcações, havia 33 navios de guerra (*oorlogschepen*). Como mesmo informou a *brieven*, tal esquadra “estava destinada a permanecer naquela costa com o fim único de fazer guerra”. Diante desse quadro, instalou-se o medo e as medidas para o abastecimento foram tomadas. Desde janeiro, as tropas do major Mansveldt estiveram em Alagoas, retirando-se logo em seguida para Porto Calvo, onde os moradores foram intimados a fornecerem mais farinha. Parece que aí as tropas de Mansveldt receberam muita farinha (*heeft ons seer veel farinha uitgelevert*). Estas situações exigiam bastante do abastecimento das tropas. Especificamente, nessa mesma época, soube-se no Recife que Filipe Camarão e Capitão Barbalho haviam cruzado o Rio São Francisco com um efetivo de 1.500 homens, indo se estabelecer em Alagoas. Diante desse quadro, o Major Cornelis van der Brande escrevia ao Alto Conselho no Recife, pedindo medidas com relação ao aprovisionamento. Van der Brande estava no limite da conquista, no Forte Maurício.⁵⁰⁴

Essas notícias mobilizavam todas as fortificações holandesas. Por extensão, os moradores ficavam de sobreavisos. Diante desse quadro de medo e tensão, não fica difícil

⁵⁰³ WAETJEN, op. cit. p. 487. Sobre o numero de escravos encontrados pelos holandeses em Pernambuco quando da invasão em 1630, considerou Hermann Waetjen: “muito longe estavam de satisfazer às carências de trabalhadores escravos para o serviço agrícola na colônia”.

⁵⁰⁴ IAHGP. Coleção José Higino. Briven en Paieren uit Brasilien. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX.

imaginar que o incremento da produção de farinha por Nassau tivesse se dado mais pela necessidade de abastecimento imediato das tropas do que mesmo pela preocupação do príncipe em acabar com os malefícios da monocultura. Homem de Guerra, prático nas estratégias, Nassau saberia bem procurar alternativas para encontrar recursos locais de abastecimento. Antes mesmo de vir ao Brasil, ele estava bem informado do hábito da plantação de farinha pelos moradores.

A falta de farinha atingia sobretudo a população civil mais pobre. Dois anos após as publicações dos editais para a produção de farinha, o Alto Governo informava que “não se podia mais obter farinha e carne da terra” e que “a farinha disponível chegava agora ao fim”.⁵⁰⁵ Na substituição da farinha, alimentavam-se de milho.

Por vezes, a Companhia contava com algum apresamento. Em 24 de abril de 1640, o navio holandês *Alckmaer* chegou ao Recife trazendo uma caravela que cruzava o litoral da Bahia com uma boa carga de víveres. A embarcação havia saído de Lisboa no dia 5 de fevereiro transportava trigo, óleo, bacalhau e outros produtos. O apresamento foi comemorado por Nassau e o Alto Conselho, principalmente quanto ao bacalhau, dada a “necessidade de carne em diversas partes, as quais serão supridos por mais 4 ou 5 semanas”.⁵⁰⁶

As campanhas militares empreendidas além do rio São Francisco causavam diversos males a população civil. Em meados de 1640, Nassau expediu uma *structie* ao Coronel Hans van Koin que comandou uma expedição ao norte da Bahia (*noord quartier van Bahia*) e, uma de suas ordens era a destruição de plantações de mandioca que encontrassem pela frente. Isso ficou bem especificado no artigo 9 da Instrução.⁵⁰⁷ Por

⁵⁰⁵ Idem. Onde se lê: “de farinha en vlees is niet langer uit lant te becomen, men moet de armen inwoonderen die maer twee aff 3 koeyen hebben om van de melck met haer kinderen t eleven deselve affpersen, jae met gewelt nemen ende noch sijnder soo qualijck meer te krigen. De farinha is nu ook gans te eynde [...]”

⁵⁰⁶ IAHP. Coleção José Higino. Briven en Paieren uit Brasilien. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 7 de Maio de 1640. Onde se lê: “De bekomene bacaljau slaecht ons seer wel in dese in dese schaersheyt van beesten, om dat wij het gebreck van vlees in verscheyden plaetsen binnen t’lands daermede voor 4 aff 5 weecken suppleeren, doende aen yder 3 tt visch tot 5 stuyvers tt ter weecke tot rantsoen uitgeven”.

⁵⁰⁷ IAHP. Coleção José Higino. Briven en Paieren uit Brasilien. “Instructie van wegen sujn Excie voor den Ed. Gestrengen Hans van Koin Colonel gaende als hooft ende generael commando hebbende over de troupen ende de scheepen die men voornemmers is aen Rio Reael oft daer ontrent op des viants boden, dese naest maenden te doen begienen ende onderhouden” Recife, 23 de maio de 1640.

vezes, a remessa de víveres era prejudicada pelo fato da mercadoria se estragar. Certa vez, o navio do *vrijluiden* Abrahan Geurtsen, perdeu mais da metade de sua carga.

A insuficiência do abastecimento de farinha de mandioca pode ser percebida pela falta da farinha de trigo. Em meados de 1641, Nassau e o Alto Conselho confirmou claramente que “o trigo é o mais necessário de todos os mantimentos e é o que agente mais espera que se traga”.⁵⁰⁸ A expectativa do “pessoal de guerra” (*krijsvolck*) pode indicar mesmo a preferência que os soldados da WIC tinham pelo trigo em detrimento da farinha de mandioca. Isso reforça a opinião exposta acima por Pierre Moreau, da inadaptabilidade dos soldados da Companhia à raiz da terra.

As dificuldades alimentares do “pessoal de guerra”, contraditoriamente, geravam algum dividendo para a própria Companhia, uma vez que na falta de comida, “gastavam os seus *penningen* nos armazéns” da Companhia.⁵⁰⁹ A dieta era complementada pelo estoque de peixe enviado dos Países Baixos que remanesciam nos armazéns da WIC. A carne de boi atingia um alto preço em razão da carência de animais. Muitos deles estavam sendo utilizados em atividades nos engenhos (moagem e carro de boi).⁵¹⁰

Em Angola, as tropas holandesas sitiadas em Luanda compravam mantimentos dos portugueses que ocupavam o interior ao longo do rio Kuanza e nas regiões Massangano e Cambambe. Também lá, como bem observou Alberto da Costa e Silva, quando ambas as partes não estavam em conflito, faziam comércio entre si. Dessa forma, os holandeses compravam aos portugueses principalmente manteiga, queijo e azeite.⁵¹¹ Na África centro-ocidental, as brigas intertribais influenciavam bastante o abastecimento dos soldados da WIC. Enquanto em Pernambuco fornecimento de farinha enquanto gênero de primeira necessidade era prejudicado pela insuficiência do solo e destruição das roças por campanhistas luso-brasileiros, nas proximidades de Angola, os portugueses

⁵⁰⁸ IAHPG. Coleção José Higino. Brieven en papieren uit Brasilie. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 1641. Onde se lê: “ Het meel is het noodigste van alle vivres, dat best kan verwaert worden, ende aen den man gebracht worden”.

⁵⁰⁹ Idem, “ ..., dan hare penningen in de magazijnen te besteeden. Met de stockvis die bij Uwe Ed e. gesonden wort...”

⁵¹⁰ Idem.

⁵¹¹ SILVA, Alberto da Costa. A manilha e o libambo: a Africa e a escravidão (1500-1700). – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 466.

construíram um arraial na foz do Rio Gango (por volta de 1643) com o fim de destruir as terras que os congueses cultivavam para abastecer os holandeses.⁵¹²

Tudo leva a crer que, na África, a destruição sistemática de roças como tática de guerra de ambos os lados era mais prejudicial aos holandeses que mesmo aos portugueses, de forma que é bem possível que a WIC houvesse recorrido aos víveres do Brasil. No entanto, a carestia alimentar teve mais uma “solução local”, de forma que os holandeses sentiram-se obrigados a negociar com os portugueses um comércio sem hostilidades. Finalmente, para Alberto da Costa e Silva, “teriam sido, aliás, as necessidades de abastecimento – em torno de Luanda, a terra era sáfara e pouco produzia – o que moveu os flamengos a negociar o documento”.⁵¹³

A farinha de mandioca poderia alimentar os escravos nas viagens de volta ao Brasil. Nessa perspectiva, o aumento do tráfico de escravos a partir da conquista de São Jorge da Mina pela WIC poderia ter demandado uma quantidade cada vez maior de farinha. A troca deste produto por escravos pode ter sido, o que não foi regra, efetuada a partir da segunda década do século XVII em Angola pelos portugueses.⁵¹⁴

Sobre os números do comércio de escravos, tem-se como valor estimado a quantidade de pouco mais de 23 mil “peças de negros” (*stucks negros*) entre os anos de 1636 e 1645. O auge da importação de escravos se deu no ano de 1644 (5.565), coincidentemente o último ano da presença de Nassau no Brasil.⁵¹⁵ Mas o local de onde provinham os escravos vindos para o Brasil não eram os mesmos. Mesmo após a conquista de Luanda, em 1641, muitos escravos provinham dos portos mais ao norte, da Costa da Guiné, Mina, dos portos de Calabar, do Cabo Lopez e de Ardras. Antes da conquista de Angola, em 1641, e mesmo bem antes de se dedicarem ao tráfico negreiro, conheciam bem os portos ao sul do Cabo Lopez para adquirir sobretudo marfim. Mesmo estabelecidos na Mina e em Axim, a WIC procurava controlar, como destacou Alberto da Costa e Silva, “os escoadouros do ouro”. O mesmo também observou que, mesmo em El

⁵¹² Idem, p. 469.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ Idem, p.864.

⁵¹⁵ WAETJEN, op. cit., p. 487. A tabela de escravos vendidos no leilão do Recife e apresentada por Hermann Waetjen é fruto de informações colhidas no “Anuário Historico Hanseático de 1913”.

Mina, os holandeses iam pegar escravos sobretudo na Senegâmbia para não esbarrarem nos territórios dominados pelo manicongo.⁵¹⁶

Tabela II

Números do tráfico de escravos para o Recife

Navio	Chegada	Escravos (peça)	Procedência	Mortos
De Camel				27
Charitas	29/04/1640	325	Mina e Ardras	
Die Swarter	08/09/1640	369	Cabo Lopez e	90
Aercob			Calabar	
St. Joan Batista	08/09/1640		Cabo Lopez e	90
			Calabar	
Leeuwine	08/03/1641	265	Ardras e Calabar	51
De Swarten Arent	30/06/1641	263	Mina e Calabar	60
Thuis	21/10/1641	89	Angola	13
Nassau	07/02/1642	391	Costa da Guiné	60
Matanca	11/03/1642	349	Costa da Guiné	70
-	04/1642	367	Angola e “bosques da Guiné” (t’bosch van Guinaea)	43
Leyden	08/08/1642	65	São Tomé e Costa da Guiné	14
Mauritius	11/1642	312	Luanda	-
Prince				
Gheelde Rhec	05/01/1643	147	“bosque da Guiné”	-
Nassau	26/08/1642	-	Guiné e São Tomé	-
‘T Wapen van Mademblick	17/01/1643	-	Guiné	-
Nassau		232	Guiné	-
Het Wapen van Doordrecht	26/01/1643	146	Angola	-

⁵¹⁶ COSTA E SILVA, op. cit. , p. 664.

De Camel	12/02/1643	345	Guiné	75
De Beigvis	12/05/1643	350	Luanda	“boa parte da carga morreu”
Den Swarten Arent			Guiné	-
Bejvis			Angola	-
Brack	28/05/1643			-
Walckeren	20/10/1643	595	Angola	-

Entre março de 1641 e novembro de 1642, foram registrados pelo menos seis carregamentos de escravos provenientes daquelas partes. Em pouco mais de dois casos, a carga humana veio de Angola.⁵¹⁷ No ano de 1643, a frequência era maior dos navios provenientes de Angola. Um deles, o conhecido *Walckeren*, trouxe ao Recife nada menos que 595 escravos.⁵¹⁸ Vale acrescentar que até a data do leilão, na Rua dos Judeus, a alimentação dos escravos ficava a cargo da Companhia. Muitas vezes, os escravos ficavam até uma semana sob responsabilidade da WIC.

A viagem entre Angola e Recife durava aproximadamente 35 dias, já a de El Mina e Recife demorava mais um pouco. Era necessário prover os escravos durante, pelo menos, mais de 30 dias. Dada a situação de penúria porque passavam os soldados da WIC no Brasil, não é de se surpreender que os editais para plantação de mandioca exigidos por Nassau e o Alto Conselho a partir de 1639 fossem para os escravos do tráfico. Soma-se o fato de que, dependendo de onde viessem no interior da África, é bem possível que alguns escravos não tenham se adaptado à dieta da farinha de mandioca nas viagens e no Brasil.⁵¹⁹

Em se tratando da troca de produtos, por escravos, no caso dos holandeses, vários produtos comprados em Gênova a baixíssimo custo eram levados para os portos do tráfico.⁵²⁰

Votando ao abastecimento de farinha de mandioca, temos que as poucas milhares de covas que poderiam ser produzidas pelas freguesias de Pernambuco e Paraíba fossem

⁵¹⁷ IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 1641 (8 de março, 30 de junho, 21 de novembro) e 1642 (7 de fevereiro, 11 de março, abril, 08 de agosto e novembro).

⁵¹⁸ IAHGP. Coleção José Higino. *Dagelijckse Notulen*. 20/10/1643.

⁵¹⁹ COSTA E SILVA, op. cit. p. 870.

⁵²⁰ WAETJEN, op.cit., p. 486. Outros produtos eram trocados por escravos nos portos africanos tais quais: a cachaça, o fumo, búzios do litoral baiano, pólvora, etc. Ver. Costa e Silva, op. Cit. , p. 865.

insuficientes para abastecer os escravos na viagem atlântica, numa média de pouco mais de mil peças ao ano. Não bastava a Nassau conquistar o principal ponto de desembarque de escravos para as Américas. Em princípio, a estratégia militar que levou, logo após a aclamação de D. João IV ao trono, os holandeses a se apoderarem de Luanda foi um sucesso. Luis Filipe de Alencastro descreve bem as estratégias da WIC até chegar a conquista de Luanda, em 1641. Segundo ele,

“constatando que Pinda e Mina não davam conta do fornecimento de escravos a Pernambuco, o *Statthouter* (Nassau) deixa a Bahia de lado e lança seus navios sobre o pólo econômico complementar à Nova Holanda. Sobre o maior mercado atlântico de cativos: Angola”.⁵²¹

A tomada de Angola veio num bom momento não apenas do ponto de vista do abastecimento dos engenhos de Pernambuco pela WIC, mas também pelo fato de os escravos daquela região estarem mais acostumados à dieta da farinha de mandioca na viagem transatlântica do que aqueles dos portos da Guiné, mais ao norte de Luanda, como já foi dito.

O tempo que os navios europeus ficavam nos portos africanos até completarem a carga de escravos requeria da WIC a manutenção de víveres para a tripulação, agravando assim o abastecimento das tropas.⁵²² Como um exemplo, temos o navio Nassau, que veio de São Tomé e da Costa da Guiné em agosto de 1642 e novamente da Guiné em janeiro de 1643.⁵²³

No entanto, o cotidiano da ocupação de Angola e adjacências revelou as suas armadilhas. Da mesma forma que a WIC não conquistou de pronto o interior de Pernambuco, em Angola, a interlândia permanecia sob o controle dos portugueses. Nas freguesias de Igarassu, Serinhaém e na Várzea do Capibaribe é possível que alguns

⁵²¹ ALENCASTRO, op. Cit. p. 213.

⁵²² Segundo Alberto da Costa e Silva: “Era comum que um navio chegasse a um porto e nao encontrasse senão alguns poucos escravos disponiveis. Tinha com frequência de esperar semanas ancorado, para por a bordo uma ou duas dezenas, muitas vezes a adquirir as peças por unidade, dia a dia. Em geral, velejava de ancoradouro em ancoradouro, ao longo do litoral, a comerciar em cada um deles, nisto podendo ganhar meio ano, antes de completar a carga”. P. 867-868.

⁵²³ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 26/08/1642 e 26/01/1643.

senhores de engenho e lavradores sonegassem ou fizessem “corpo mole” à finta de farinha que deveriam dar todos os anos.

Contudo, em algumas situações, poderia haver ‘cooperação’ entre produtores de açúcar (senhores de engenho e lavradores) e a WIC. Em dezembro de 1643, pouco tempo antes do retorno de Maurício de Nassau aos Países Baixos, houve uma série de reclamações dos senhores de engenho e lavradores das freguesias da Várzea do Capibaribe em relação à baixa produtividade de açúcar pela perda de escravos doentes de bexiga (*De sterste uit de Bexigas ofte kinderpoeken, die de negros in soo grooter quantitijt weggenomen heeft [...] .* Em vista disso, a companhia forneceria escravos aos plantadores em troca de farinha de mandioca (*welcke labradores de compagnie negros sal mogen geven om daervoor met farinha betaelt te worden*).

A troca de escravos por farinha foi estendida a outras freguesias. Para resolver o caso, Nassau e o Alto Conselho deviam enviar duas pessoas a todas as freguesias para escolher os lavradores com maiores perdas de cativos.⁵²⁴ Parece que, dessa forma, Nassau poderia obter farinha para o abastecimento de suas tropas.

No auge de sua extensão territorial, o Brasil holandês, não apenas o Brasil, mas também Luanda, uma outra importante conquista de Nassau, sofria de abastecimento de viveres. No Brasil, Nassau achou por bem fazer de Alagoas uma espécie de ‘celeiro’ da conquista batava em março de 1642.⁵²⁵

Se havia falta de farinha de trigo para o abastecimento dos soldados da WIC no Brasil, sobretudo no período nassoviano (1637-1644), isto deve a uma série de fatores. Na Europa, a Guerra dos Trinta Anos diminuía a produção em muitos territórios. As próprias disputas no seio da Companhia das Índias Ocidentais, cuja crise financeira já se esboçava ao longo da década de 30, tornavam os abastecimentos de trigo para o efetivo do Brasil cada vez mais escasso. Paradoxalmente, os mercadores holandeses foram os maiores fornecedores de trigo da Europa Ocidental já desde o fim da Idade Média. Primeiro, mercadores da Liga Hanseática, depois, mercadores sobretudo de Amsterdam (isso já no século XVII), passaram a centralizar o comércio de grãos em geral a fixar o seu preço. É certo então que, como afirmou Jean Louis Flandrin, os trigos do Báltico

⁵²⁴ IAHGP. Coleção José Higino. Brieven en Papieren uit Brasilien. Dez/1643.

⁵²⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo 2, p. 103.

trazido pelos holandeses “permitiram alimentar populações urbanas cada vez mais numerosas na Europa Ocidental, e não apenas em tempos de crise”.⁵²⁶

No Brasil, a possibilidade em se produzir a farinha de mandioca em larga escala também guardava as suas limitações. A montagem do sistema colonial baseado na mão-de-obra escrava veio a incrementar o uso da terra na subsistência das populações escravas. Antes da instalação desse sistema, a produção de mandioca levada a cabo pelos tupi no litoral não era intensa e não disputava terras com a cana-de-açúcar. Waren Dean fez uma precisa observação sobre este pormenor importante ao dizer que “os tupis não submetiam seus vizinhos a escravidão e tributo, o que poderia ter estimulado o uso mais intensivo da terra”.⁵²⁷ Outra observação precisa desse mesmo autor acerca da “produção” de mandioca pré-monocultura da cana diz:

“Os tupis conseguiam produzir excedentes e estocá-los. O método mais fácil era simplesmente deixar de colher as raízes de mandioca que amadureciam. Os estoques assim preservados ficavam mais a salvo de saqueadores e pragas, embora começassem a perder palatabilidades e qualidades nutritivas após alguns meses. Na verdade, os solos podem ter sido avaliados em parte segundo a capacidade de armazenar mandioca. [...] É evidente que suas reservas de alimentos eram enormes: proviam facilmente grandes frotas espanholas e portuguesas em trânsito com os gêneros alimentícios para a viagem de volta.”⁵²⁸

Após a montagem da estrutura canavieira no Nordeste, ficou certo de que o abastecimento do Brasil não poderia contar com o reino. Crises sucessivas no abastecimento do reino e espalhamento da cultura da cana-de-açúcar nas ilhas atlânticas e no Brasil, deixaram pouco espaço para a diversificação da produção agrícola. Ainda no início da ocupação holandesa, destaca Evaldo Cabral de Mello, “a ajuda enviada pela coroa era toda em homens, armas e munições, raramente em víveres”.⁵²⁹ Uma vez no

⁵²⁶ FLANDRIN, Jean-Louis. *História da Alimentação*. – São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 537.

⁵²⁷ DEAN, Warren. *A Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 49.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ MELLO, op. cit., p. 195.

Brasil, a WIC passou a seguir o exemplo dos brasílicos no consumo da farinha de mandioca.

Evaldo Cabral de Mello ressaltou bem a fracassada política para a obtenção de farinha de mandioca levada a cabo por Nassau mediante o pagamento de uma quota. Em alguns casos, frisou o mesmo, o produto era obtido através da violência. Tal atitude por parte do governo holandês teria provocado muita insatisfação da população local, que passou a sabotar a política de quotas da WIC.⁵³⁰ Contrariando a perspectiva de Hermann Waetjen, segundo a qual “farinha não era exportada, pois toda a produção era consumida no país, sem nada restar”⁵³¹, Evaldo C. de Mello, baseado em Frei Manuel Calado, reforçou o abastecimento de farinha para os soldados de Angola, São Jorge da Mina e São Tomé.⁵³² Contudo, é bem possível que a produção de farinha de mandioca no governo nassoviano não atingisse quantidade necessária para tal. Finalmente, Evaldo Cabral de Mello resume a problemática da política de abastecimento do governo Nassoviano da seguinte maneira:

“A política nassoviana de abastecimento visou assim primordialmente a atender às necessidades do exército e da burocracia holandeses em particular, e dos consumidores urbanos, em geral, juntando-se à longa lista dos ressentimentos da gente da terra, na medida mesmo em que o Brasil holandês, interesses urbanos e interesses rurais coincidiam grosso modo com conquistadores e conquistados”.⁵³³

No Brasil nassoviano, a demanda pela farinha não permitia os estoques de farinha dos períodos pré e proto-coloniais. Nassau propôs a colonização de Alagoas através do retorno de portugueses fugidos para a Bahia em 1640. Em opinião contrária, o Conselho dos XIX preferiu que a região fosse colonizada apenas por neerlandeses e outros de nações protestantes.

Quem relatou esta relação África Ocidental – Brasil holandês no que concerne ao abastecimento de víveres foi Gaspar Barléus, observando que

⁵³⁰ Idem, p. 205. O autor considera que “não foram só os lavradores de mandioca a sabotarem a política governamental, que criou a insatisfação em todo o meio rural, sendo mencionada por Calado entre as causas do movimento restaurador de 1645”.

⁵³¹ WAETJEN, Hermann. Op. cit., p. 447.

⁵³² MELLO, op. cit., p. 204.

⁵³³ Idem, p. 206.

“por esta ocasião, extrema necessidade de mantimento oprimia Luanda, assim como o Brasil. Não se acreditava houvesse outro remédio para tal carestia senão a diligente cultura das terras em Alagoas”.⁵³⁴

O historiador laudatório de Maurício de Nassau observou bem que “declaravam os portugueses que outrora nem o Brasil os havia provido de vitualhas, sendo preciso pedi-las a Portugal ou aos ribeirinhos do São Francisco”.⁵³⁵ Numa *generale missive* analisada por Gonsalves de Mello, consta que:

“S. Excia. [Nassau], tendo refletido nessa questão e inquieto com a demora na remessa de socorros e temendo que agora e no futuro todo este Estado possa estar ameaçado, pois que, não obstante os editais publicados acerca da plantação de mandioca, a farinha continua por um alto preço, propôs em nossa reunião de 28 de julho o povoamento das Alagoas, sustentando ser este o único remédio para evitar a fome neste país, pois que os portugueses informaram que, antigamente, enquanto as Alagoas estiveram despovoadas, sendo necessário que os viveres viessem de Portugal, do Rio de Janeiro e de outros lugares longínquos”.⁵³⁶

Pelo exposto acima, percebemos que a necessidade de aumentar a produção de mandioca através da ocupação efetiva de Alagoas foi um problema percebido pelos portugueses desde o início da colonização no século XVI. Mais uma vez, a necessidade de ocupação dessa parte da conquista mostrou, pela falta de viveres (sobretudo a farinha de mandioca) o fracasso da política de abastecimento implementada por Nassau.

A necessidade de farinha esbarrou na pouca oportunidade que a agricultura poderia dar aos emigrados dos Países Baixos bem como aos portugueses, em sua maior parte já envolvidos com os engenhos moentes. Sobre isso, enfatizou Hendrick de Moucheron, num relatório acerca da situação de Alagoas em 1643:

⁵³⁴ Tradução de José Antônio Gonsalves de Mello. (Ref. Fontes para a História do Brasil holandês, p. 113)

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ Idem, p. 117.

“os neerlandeses e os súditos de outras nações, que se passaram para o Brasil a fim de estabelecer aqui a sua residência, são ordinariamente pessoas de poucas posses, e as mais das vezes o seu fito é vender alguma mercadoria, estabelecer taverna ou exercer algum ofício, e poucos são os que se ocupam com engenhos, com a criação de animais, com a plantação de cana ou a cultura das terras. Do pequeno número que a isso se tem dedicado, quase que nenhum há que tenha tirado proveito, não só por falta de conhecimento do trabalho que empreendem, como principalmente porque, sendo no Brasil as mercadorias européias muito caras, a agricultura não pode dar os frutos que lhes premitam manter-se devidamente, conforme a condição que tinham em sua pátria”.⁵³⁷

Hendrick de Moucheron foi indicado por Nassau e pelo Alto Conselho para administrar a região de Alagoas, Porto Calvo e São Miguel bem como para estudar as perspectivas em se recolonizar a região. O estudo de Moucheron conclui relatando que:

“ Dantes era tão grande a abundância de farinha que, muitas vezes, o alqueire se vendia aí por um schelling, porquanto produziam mensalmente oito mil alqueires, de sorte que havia uma grande navegação para a exportação de viveres para o Recife”.⁵³⁸

O problema do abastecimento de farinha já se revelou deficitário desde o seu início. Num relatório feito pelo Alto Conselheiro Adrien van Bullestrate verificou-se a seguinte situação na freguesia do Cabo de Santo Agostinho:

“Fiz vir a minha presença os fintadores da freguesia, a saber, Albert Garritsz Wedda, Filipe Paes e Luis de Paiva, os quais declaravam que todas as semanas fintavam 34 alqueires [de farinha], que entregavam ao comissário. Feita a conta, verificou-se que os soldados da guarnição não presisavam senão de 24 alquires. Ouvido a respeito, o comissário esclareceu que ele ainda não tinha recebido toda

⁵³⁷ Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeek e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por sua Excia. e pelos nobres membros do Alto Conselho. In: MELLO, op. cit., p. 133.

⁵³⁸ Idem, p. 135.

a finta e que quando recebia mais do que precisava, vendia em proveito da Companhia”.⁵³⁹

Longe do Recife, as relações entre funcionários da WIC e fintadores eram conflituosas. Ao mesmo tempo, muitos moradores que não produziram farinha de mandioca na mesma freguesia do Cabo se justificavam perante a WIC com a desculpa de “fortes chuvas caídas nos meses de inverno e também a grande estiagem”, que terminaram por estragar os roçados.

Podemos ver que a boa ideia de Nassau em se produzir mais farinha, ideia essa tão reverenciada por Barléus, não funcionava na prática. Em Ipojuca, a produção semanal ficava em torno de 12 alqueires, segundo o mesmo relatório. As notas do conselheiro Bullestrate também se referiram a farinha que foi encontrada em mal estado de conservação no Forte Mauricio (margem do São Francisco). A providência que seria tomada a esse respeito foi de trazer víveres dos armazéns do Recife. Enfim, muito embora o sobretido relatório de viagem de Adrien van Bullestrate trata-se de diversos assuntos, a preocupação em fiscalizar o fornecimento de farinha para as guarnições era uma constante. Essa cobrança recaía sobretudo nos ombros dos escabinos. Essa questão será tratada no capítulo seguinte.

As urgências das operações militares requeriam farinha em quantidades que nem sempre poderiam ser levantadas. Em meados de 1640, Nassau dava conta ao Conselho dos XIX acerca da necessidade de farinha para os navios que por hora cruzavam a costa, além de alertar para o fato de que a farinha se estragava (no caso dos soldados que marchavam em terra), ao menor sinal de humidade (de shepen op de cust cruydende, ofte op tochten gaende gaende moeten broot hebben, de soldaten te landwaert in marchierende, om dat de minste natticheijjt de farinha bederft ...) ⁵⁴⁰ Percebe-se que o problema não dizia respeito apenas a obtenção de farinha mas, sobretudo, a conservação da mesma. A mandioca podia se estragar tanto nas campanhas militares nos “tempos de chuva” (*regen tijten*) como nos armazéns. Para se ter uma ideia, numa expedição

⁵³⁹ Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 [sic] de dezembro de 1641 até 24 de janeiro do ano seguinte de 1642. In: MELLO, op. cit., 148.

⁵⁴⁰ IAHGP. Coleção José Higino. Brieven em papieren uit brasilie. Carta de Nassau e do Alto Conselho ao Conselho dos XIX. 07/05/1640.

empreendida por Nassau em direção ao Rio Real, havia necessidade de víveres para alimentar aproximadamente 2400 militares (entre marinheiros e soldados).⁵⁴¹

Se a contribuição de farinha era fiscalizada pelos escabinos, a compra de alguns produtos para a WIC de livres comerciantes fazia parte de uma das atribuições do Conselho Político. Em fins de 1640, este conselho adquiriu de alguns ‘vrijluidens’ uma boa quantidade de farinha de trigo trazida dos Países Baixos. Além da função judicante, o Conselho Político continuava desempenhando a função de aprovisionador, de agentes da WIC para o aprovisionamento.⁵⁴² Na fase que antecede a criação do Conselho de Justiça, o conselho Político estava em diversos ramos da administração da WIC. Poderíamos chamar esse arranjo político-administrativo da WIC no Brasil como ‘carente de organização’? Concentração de mais de uma função num mesmo órgão administrativo seria o mesmo que indefinição das funções administrativas? Em vez de respondermos apressadamente a essas questões, temos que apelar para o fato de que a própria WIC não tinha um plano estrito e definitivo para a administração do Brasil. Pelo contrário, no caso do Conselho Político, foi a realidade do cotidiano da conquista que foi mudando a forma de atuação deste órgão da administração superior.

⁵⁴¹ Idem. 05/1640.

⁵⁴² Idem.

Capítulo IV

O poder local

1. Os escabinos

Uma das medidas administrativas adotadas por Maurício de Nassau foi a implantação, em grande parte da conquista, das câmaras dos escabinos (*shepenen*). Essa instituição respondia pelo poder local em diversas jurisdições dentro e fora da capitania de Pernambuco.

O objetivo deste capítulo será entender, na medida do possível, o funcionamento desta estrutura administrativa desde a sua implantação em 1637 até 1644, véspera do movimento da Restauração Pernambucana. Antes de mais nada, seria bom ressaltar que a instituição do escabinato, enquanto representativa do poder local nos Países Baixos, deriva de uma tradição do poder local que não foi instituído repentinamente na Idade Moderna. Pelo contrário, os juizes escabinos eram representantes do poder local com bases sobretudo numa herança medieval.

Antes de mais nada, devemos admitir que as informações sobre os escabinos são bastante esparsas e, em alguns casos, repetitivas. No entanto, mesmo na dificuldade da busca de detalhes de seu funcionamento cotidiano, além do que foi observado pelos trabalhos de José Antônio Gonsalves de Mello, pensamos ser necessário pensar a instituição do escabinato no Brasil Holandês como a força e a freqüenza da administração nassoviana. Também é difícil acompanhar, nas localidades aonde se formaram as câmaras dos escabinos, a interferência de outras esferas da administração da WIC, como o Alto Conselho e o Conselho Político.

Limitando o nosso espaço de análise, temos que a instituição dos escabinos no Brasil holandês se sobrepôs ao poder local representado antes pelas câmaras.⁵⁴³ Na capitania de Pernambuco, ao tempo da invasão em 1630, era a câmara de Olinda a que

⁵⁴³ Segundo Charles Boxer, sobre os escabinos: “ficavam abaixo na escala administrativa os conselhos regionais ou municipais, criados em 1637, em substituição às câmaras portuguesas”. Ref. BOXER, op. cit., p.182. Hermann Waetjen também fazia a mesma comparação, ressaltando a superioridade das câmaras neerlandesas em relação às portuguesas. Ref. WAETJEN, op. cit., p. 201.

mais influía nas jurisdições locais. Logo, deu-se a existência das câmaras de escabinos em locais de tradição camarária baseada no mundo português. Mais que isso. Os escabinos⁵⁴⁴ administraram toda uma população civil afeita ao *modus faciendi* da política administrativa ibérica.

Para nosso estudo, a comparação entre o escabinato e o poder local no império português é inevitável, ainda que o foco deste capítulo seja contar a história daquela instituição no Brasil holandês.

A invasão holandesa encontrou um Portugal submetido à casa dos Áustrias. Em termos de instauração de um modelo administrativo, devemos admitir que os holandeses encontraram um mundo de tradições ibéricas, em que os poderes locais eram representados pelas câmaras municipais. Ao tratar desse traço ibérico no início da Idade Moderna, Stuart Schwartz e James Lockhart ressaltaram o fato de que

“A cidade ibérica, com seus direitos e privilégios tradicionais, suas funções político-simbólicas e seu amplo domínio sobre os recursos sociais e econômicos dos habitantes da região, era um teatro de ações de toda a sociedade, e não apenas metade de uma dicotomia urbano-rural como pode ter acontecido com mais freqüência no norte da Europa”.⁵⁴⁵

Para esses autores, a “cidade ibérica” regia, através de seus vereadores das câmaras municipais, as atividades econômicas de seu entorno. Assim, por mais que a fonte de riqueza local estivesse assentada no campo (na atividade canavieira), os detentores desta riqueza tinham uma “base urbana”, ou uma referência urbana. Podemos admitir esta situação para o poder local na capitania de Pernambuco dos séculos XVI e XVII que, assentados sobretudo na produção açucareira dos engenhos do interior, tinham os seus interesses representados pela câmara de Olinda, principal nicho do poder local. As declarações apresentadas acima acerca da quebra da dicotomia rural-urbano na função da cidade no mundo ibérico vêm em consonância com o que considerou Sérgio Buarque de Holanda, segundo o qual os neerlandeses eram uma.

⁵⁴⁴ Ao longo deste capítulo usaremos as palavras *escabinos* e *escabinato*, sendo os primeiros aqueles que exerciam o cargo e, o último, o próprio cargo, a instituição.

⁵⁴⁵ A América Latina na época colonial / James Lockhart e Stuart B. Schwartz. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 22.

“população cosmopolita, instável, de caráter predominantemente urbano [...] estimulando, assim, de modo prematuro, a divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate, divisão que encheria, mais tarde, quase toda a história pernambucana”.⁵⁴⁶

Ainda na perspectiva de Schwartz e Lockhart, temos a seguinte descrição genérica do poder local ibérico:

“No nível local ou provincial, o órgão principal, o Conselho Municipal, era também colegiado; era ainda mais isolado que os outros, porque, embora as nomeações precisassem da sanção real, eram, em última instância, geradas localmente. Os membros do conselho eram cidadãos importantes e não funcionários treinados, e os conselhos, que representavam interesses locais, não pertenciam, em essência, ao governo real”.⁵⁴⁷

Finalmente, tanto Schwartz como Lockhart percebem o governo ibérico moderno com fragmentado, muito embora “uma faceta essencial da sociedade”. Para eles, “a ideologia de um estado ativista já surgira, mas não seria nada mais do que palavras até que acontecimentos posteriores, a partir do século XVIII, começassem a lhe dar mais substância”.⁵⁴⁸

Nos países ibéricos, a política local respaldava os interesses comerciais locais. No caso de Pernambuco, era o comércio do açúcar. No nascente capitalismo mercantil, a atividade açucareira ligava Pernambuco aos maiores portos de comércio da Europa ocidental, tal qual ficou salientado no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, ainda que o poder local, através da câmara de Olinda, tivesse uma expressão provinciana, os

⁵⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 63. O autor complementa a idéia argumentando que “Esse processo urbano era ocorrência nova na vida brasileira, e ocorrência que ajuda a melhor distinguir, um do outro, os processos colonizadores de “flamengos” e portugueses. Ao passo que em todo o resto do Brasil as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais, a metrópole pernambucana “vivia por si”.

⁵⁴⁷ Idem, p. 30.

⁵⁴⁸ Idem, p. 32.

interesses de seus representantes ecoavam para os quatro cantos do espaço Atlântico. Para o comércio do açúcar, concorreram capitais genoveses, sefarditas dos Países Baixos e, não raro, sevilhanos com representações em Lisboa e Porto. Pernambuco era uma parte desta cadeia.⁵⁴⁹

No clássico estudo *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, a administração moderna do estado português baseava-se sobretudo no patrimonialismo burocrático. Contudo, ele chama a atenção para o sentido moderno de burocracia. Esta então, não seria a que se entende atualmente, “como aparelho racional, mas da apropriação do cargo – o cargo carregado do poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria de competência [...]”.⁵⁵⁰ Raymundo Faoro encerra a sua visão do Estado moderno português qualificando-o da seguinte maneira: “... não é uma pirâmide autoritária, mas um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia dos subordinados”. Essa visão geral do modo de governar português apresentada por Faoro baseia-se na perspectiva clássica de Max Weber, notadamente do seu livro *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e Sociedade). Através sobretudo da classificação dos “modelos de administração” propostos por Max Weber, Raymundo Faoro qualificou a “dominação legítima” no Antigo Regime lusitano como a baseada no carisma.⁵⁵¹

Na capitania de Pernambuco, é bem provável que existisse mais o carisma da “nobreza da terra”, espécie de elite local que plantava açúcar e ocupava os postos de vereadores na câmara de Olinda. A relação da capitania de Pernambuco, através de seu

⁵⁴⁹ Sobre a atividade comercial na Península Ibérica moderna, afirmaram Schartz e Lockhart: “Antigamente era comum encontrar afirmações de que os ibéricos evitavam ligações com os negócios e eram, no fundo, anticomerciais. Embora seja verdade que os italianos, e em especial os genoveses, tenham desempenhado papel importante no desenvolvimento do comércio de longa distância no mundo ibérico, os habitantes da Península tinham seus próprios mercados e suas próprias tradições comerciais. Os genoveses e europeus do Norte forneciam bens manufaturados à Península em troca de produtos agrícolas de Castela, sal e peixe de Portugal e certa quantidade de artigos de luxo vindos de toda a Península. Mas havia ibéricos que competiam ou, às vezes, cooperavam com eles: castelhanos de Burgos e de Medina del Campo (cidade totalmente comercial, com uma feira famosa) que participavam do comércio exportador de lã, mercadores e investidores portugueses em vinho e açúcar, que se concentravam em Lisboa e no Porto e, naturalmente, as grandes famílias catalãs de Barcelona”. (Idem, p. 35)

⁵⁵⁰ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. – São Paulo: Globo, 2001, p. 102.

⁵⁵¹ Em nota, esclarece Raymundo Faoro: “Distingue o sociólogo alemão [Max Weber], em contribuição original à ciência política, três tipos puros de dominação legítima: a racional, a tradicional e a carismática. A autoridade repousa sobre a entrega emocional, extraquotidiana, à santidade, heroísmo ou exemplaridade de uma pessoa e das disposições por ela criadas ou reveladas [...] Op, cit., p. 845.

poder local, com a coroa portuguesa oscilou entre a obediência e o auto-governo. Mais obediência do que autonomia. As vilas fundadas no Brasil vieram, ainda na perspectiva de Raymundo Faoro, antes do povoamento.⁵⁵² Impõe-se uma ordem jurídico-política antes mesmo de se povoar. Finalmente, a visão deste autor acerca do poder local pode ser resumida na seguinte passagem:

“Uma visão moderna do instituto poderia desorientar o historiador, acaso seduzido com o *self-government* saxônio: o município não criava nenhum sistema representativo, nem visava à autonomia que depois adquiriu, abusivamente aos olhos da coroa. A base urbana era o desmentido à entrega do poder aos latifundiários, base mais tarde alargada em movimento oposto às suas inspirações originais.”⁵⁵³

A perspectiva de Raymundo Faoro acerca do poder local no Brasil, muito embora desencantada de uma perspectiva contemporânea de representatividade, entendia o poder central, metropolitano, dentro de uma visão centralizadora. Assim,

“o município, como as capitâneas e o governo-geral, obedecia, no molde de outorga de poder público, ao quadro da monarquia centralizada do século XVI, gerida pelo estamento, cada vez mais burocrático”.⁵⁵⁴

De maneira contrária ao que pensava Raymundo Faoro, outros estudos mais atuais vieram a contribuir para uma perspectiva diferente acerca da centralização do poder no Antigo Regime. Dentre eles, destacam-se os de Antônio Manuel Hespanha, para o qual os poderes do rei eram bastante limitados na formação do Estado Moderno. Essa limitação dos poderes do monarca no Antigo Regime, encontrou eco também nos trabalhos de Emmanuel Le Roy Ladurie e Xavier Pujol.⁵⁵⁵ Para Antônio Manuel Hespanha, existiu um

⁵⁵² Segundo o autor: “Os primeiros municípios criados no Brasil, com o nome de vilas – São Vicente e Piratininga, de onde saíram São Paulo e Santos – precederam ao povoamento. A organização jurídica modelou o estabelecimento social e a ordem econômica.” Op. cit. p. 171.

⁵⁵³ Ibidem.

⁵⁵⁴ Idem, p. 172.

⁵⁵⁵ Ver: LE ROY LADURIE, Emmanuel. O Estado Monárquico. França (1460-1610). – São Paulo: Companhia das Letras, 1994; PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII. In: Penélope: Fazer e desfazer história, n. 6, Lisboa, 1991.

equivoco, por parte de historiadores pós Revolução Francesa ao analisarem as instituições no Antigo Regime. Essa idéia pode ser resumida na proposição de que, no domínio da história institucional, alguns historiadores impuseram “acriticamente ao passado as categorias, as classificações e os paradigmas do presente”.⁵⁵⁶ Nesse sentido, projetou-se para os séculos que antecederam ao Iluminismo uma visão de poder na qual o poder político se opõe aos interesses particulares. Para António Manuel Hespanha,

“na verdade, a teoria social e jurídica da Idade Média e da Época Moderna, embora distinga o interesse dos particulares do interesse geral, considera-os como componentes harmônicos duma unidade mais vasta, o bem comum. Em termos tais que o fim do poder não seria a prossecução dum interesse diferente do dos particulares, eventualmente à custa dum certo sacrifício do interesse destes últimos, mas a salvaguarda da natural harmonia desses interesses, quer entre si, quer com o interesse superior da comunidade”.⁵⁵⁷

Por fim, António Manuel Hespanha destaca que, entre as “deformações” que o “paradigma estadualista” imprimiu a história institucional do Antigo Regime foi a noção de separação (*trennungsdenken*) entre os direitos público e privado.⁵⁵⁸ Em resumo, baseado na perspectiva do teórico alemão Otto Brunner, conclui Hespanha acerca do poder no período em questão:

⁵⁵⁶ HESPANHA, António Manuel. Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d, p. 25. O autor afirma que a perspectiva de “Estado” contemporânea (o “paradigma estadualista”) foi empregada ao Antigo Regime. Segundo ele: “uma manifestação desta tendência é constituída pelo uso, na historiografia sobre a sociedade e o poder político pré-revolucionários do “paradigma estadualista” e das conseqüentes contraposições entre “Estado” e “sociedade civil”, “interesse público (direito público)”/“interesse primeiro (direito privado)”. Para ele, esta distinção entre Estado/sociedade civil, só passou a predominar no fim do Antigo Regime, “ embora se possam encontrar manifestações incipientes destas distinções na literatura política e jurídica anterior [...]”. Op. cit., pp. 26-27.

⁵⁵⁷ Ibidem, p. 29.

⁵⁵⁸ Concepção desenvolvida por Otto Brunner, da qual faz uso o autor. Segundo Hespanha: “coube a O. Brunner um papel central na crítica do “paradigma estadualista” na historiografia política e institucional do Antigo Regime europeu. A sua obra central é expressamente dirigida contra a “idéia de separação” (*trennungsdenken*) que, a seu ver, reduzira e distorcera as perspectivas históricas sobre o sistema de poder anterior ao iluminismo e à revolução. Brunner propõe, assim, um reencontro entre a história jurídico-constitucional e a historia social que restaure o carácter global e indiferenciado dos mecanismos do poder no período pré-estatal e que deixe de novo aparecer o carácter “plural” da constituição política da época”. P. 32.

“caráter globalizante dos mecanismos de poder ou, utilizando uma forma mais tradicional, confusão entre autoridade e propriedade, pluralismo político e, conseqüentemente, indistinção entre “Estado” e “sociedade civil” são, deste modo, os traços estruturais do sistema político e institucional pré-revolucionário [...]”⁵⁵⁹

Entre a perspectiva de Raymundo Faoro e António Manuel Hespanha sobre o poder monárquico, temos que este último entende a idéia de soberania como uma “hierarquização dos vários centros do poder, para uma “preeminência” ou “superioridade” de um deles sobre os outros, mas não para uma idéia duma posse exclusiva e ilimitada do poder político pela entidade soberana”.

É esta última perspectiva, utilizada por António Manuel Hespanha, que adotaremos para a nossa perspectiva do poder institucional no Antigo Regime para tratarmos das câmaras dos escabinos no Brasil holandês.

A referência que fazemos ao poder local no mundo português se deve ao fato de que é a estrutura camarária deste mesmo universo que nos serve de parâmetro de comparação com o escabinato. Não podemos, todavia, esquecermos que tratamos única e exclusivamente de entender o escabinato no Brasil e sob a tutela da Companhia das Índias Ocidentais. Certamente, no Brasil, dada a especificidade das circunstâncias, a história da instituição do escabinato obedeceu a móveis distintos dos que vigiam nos Países Baixos. Isso se deveu sobretudo ao fato de que, no Brasil, a necessidade de interagir com o poder local pré-existente (que se constituía de luso-brasileiros com representação na câmara) falou alto na implantação dessa instituição.

Apesar de compartimentarmos um pequeno estudo sobre os escabinos no Brasil holandês em um capítulo, pensamos que o entendimento dessa instituição perpassa vários aspectos do cotidiano da conquista, que requer discussões de caráter socioeconômicos da mesma. Afinal de contas, tratamos de um período em que a esfera econômica engloba a esfera do poder, haja vista a indistinção dos espaços de poder acima mencionada. Interessa-nos, então, falar do escabinato em relação ao cotidiano da conquista.

⁵⁵⁹ Idem, p. 36.

Antes mesmo de enveredarmos no tema em tela, devemos entender como os administradores da WIC passaram interpretar a administração local desde antes da instalação dos escabinos. Que noção de espaço administrativo os holandeses adquiriram no Brasil e como passaram a trabalhar esses espaços?

A partir das fontes primárias, desde o início da conquista, fica claro que os holandeses utilizavam os termos *Capitania* e *jurisdição* (*jurisditie*). O conhecimento desses espaços jurídico-administrativos, mais pormenorizadamente, só viria com o tempo. Na medida em que iam conhecendo o território (no sentido geográfico), os conselheiros políticos, principais responsáveis pela administração pré-nassoviana, iam desvelando o que desde cedo ouviam acerca da capitania e das jurisdições de Pernambuco e adjacências. Como nas operações militares, as autoridades civis, em algumas delas, estavam presentes, os mesmos aproveitavam os momentos de trégua para colher informações acerca do cotidiano dos engenhos, da produção deles, dos proprietários que participavam do poder local. Os senhores de engenho tinham, como já é bem conhecido, assento no senado da câmara de Olinda, cuja jurisdição se estendia até a região do Cabo de Santo Agostinho.

Nos primeiros três anos, é bem verdade que a constante guerrilha houvesse limitado a administração neerlandesa à apenas se defender dos ataques luso-brasileiros e de criar um sistema de fortificação capaz de, pelo menos, assegurar o Recife e seus arredores. Portanto, pouco tempo deveria lhes sobrar para a administração civil. Foi preciso arrefecer a guerrilha para que se criasse um cotidiano em que as relações sociais se restabelecessem para que a administração local passasse a ser possível.

A primeira noção territorial que os holandeses tiveram no Brasil tinha um caráter mais geográfico para atender a fins militares. Foi através da construção de fortificações que, num primeiro momento, os agentes administrativos passaram a compreender o espaço. Assim é que, em maio de 1631, o governador Coronel Wanderburch enviou aos Estados Gerais da Holanda “o desenho da Ilha de Tamarica (Itamaracá), feito a olho [...]”.⁵⁶⁰ A construção de um sistema de fortificação no Recife levou a que, sobretudo, se conhecesse em detalhes os limites deste território. Nesta mesma missiva citada acima, o

⁵⁶⁰ “Fragmento ou post-scriptum achado com uma carta do governador D. Van Weerdenburch, em Antônio Vaz, aos Estados Gerais, e a ela pertencente”. In. Documentos Holandeses, p. 70.

governador prometeu enviar aos diretores da WIC “uma carta de nossa fortificação em Antônio Vaz [...], mas da próxima vez enviarei uma também de todas as fortificações [...]”.⁵⁶¹

Mais importante que o Recife, cuja ocupação efetiva só teve vez a partir de 1631, foi o conhecimento do espaço ocupado pela vila de Olinda que preocupou os holandeses. Difícil de ser fortificada, a vila de Olinda, situada em cima de um monte, quase que foi preterida pela Ilha de Itamaracá para ser a sede do Brasil holandês. Nessa disputa, ganhou o Recife. Numa operação militar à Ilha de Itamaracá, que contou com elementos da administração civil, produziu-se uma espécie de relatório misto, no qual se narrou o seguinte:

“[...] depois de trem desembarcado sem acidentes, os delegados do conselho político, os oficiais superiores das tropas e os chefes da marinha procederam a uma inspeção local e, segundo parecer unânime, que deram por escrito, verificaram que diante de uma força como a acima mencionada a cidadela é inexpugnável, visto como se acha numa alta montanha, tão escarpada de todos os lados, que nem um homem, que nada tivesse eu carregar, seria capaz de galga-la, quanto mais com as suas armas. Além disso, em quase toda parte, ao redor, há pântanos, e de tal forma providos de mato, que não é possível abrir caminho através dele [...]”.⁵⁶²

Relatórios como este, para fins eminentemente militares, dotaram posteriormente os administradores civis para o conhecimento do território que pretendiam administrar. Aliás, os limites entre a administração civil e militar são bastante estreitos no Brasil holandês como no Brasil luso-americano. Inserido no século XVII, como já fora dito neste trabalho, o tema faz parte de uma época em que guerra e administração se confundiam. Num primeiro momento, o conhecimento territorial dos civis foi obtido a partir de operações militares.

⁵⁶¹ Ibidem.

⁵⁶² Missiva do Governador D. van Weerdenburgh, em Antônio Vaz, aos Estados Gerais. 31/05/1631. In: Documentos Holandeses, p. 68.

É num relatório enviado aos diretores da WIC pelo conselheiro político Jan Van Walbeeck, datado de julho de 1633, é que percebemos a noção holandesa do território além do senso puramente geográfico. Diz parte deste relatório:

“Para começar pela capitania de Pernambuco (da qual é senhor e proprietário Duarte D’Albuquerque Coelho, irmão de Matias D’Albuquerque, atualmente governador desta capitania, e superintendente e inspetor das capitanias situadas ao norte), esta capitania, de nome e de fato a maior, e ultrapassando de muito todas as outras, tem seu começo no Rio São Francisco, 50 léguas ao sul do Recife de Pernambuco e termina cinco léguas ao norte do Recife no Rio de Garaçu [Igarassu]; neste distrito, contando do sul, as principais freguesias e povoações são: a freguesia ou penedo de São Francisco, as duas Alagoas, Porto Calvo, São Gonçalo, Serinhain [Serianhém]. São Miguel de Pojuca [Ipojuca], Santo Antônio de Cabo [Cabo de Santo Agostinho], Moribeca [Muribeca], Varga de Capiberibe [Várzea do Capibaribe], São Lourenço e Garaçu”.⁵⁶³

Ao longo deste relatório, por sinal bastante extenso, todas estas freguesias são descritas. Nas próprias fontes, os holandeses utilizam literalmente o termo *freguesia*. Três anos antes, num outro relatório oferecido aos holandeses pelo brabantino Adrien Verdonck, o termo ‘freguesia’ não é mencionado. A descrição dos lugares é feita utilizando-se a denominação ‘povoado’. Desta forma, lugares como Una, Serinhaém, Ipojuca, entre outros, são referidos enquanto ‘povoados’ grandes ou pequenos. O termo ‘*jurisdição*’ aparece relacionado à Capitania de Pernambuco, logo, ‘*jurisdição de Pernambuco*’. Nas descrições de Verdonck, valiosas em termos geográficos, as freguesias, definitivamente, não aparecem.⁵⁶⁴

Certamente, as intermitências da guerrilha não davam aos holandeses tempo para o funcionamento da administração local. Assim, o restabelecimento da administração local após a invasão só se daria afetivamente após a expulsão da resistência luso-

⁵⁶³ “Relatório do Conselho Político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de julho de 1633, lido pelos Estados Gerais a 11 de julho de 1633”. Op. cit., p. 117.

⁵⁶⁴ “Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adriaen Verdonck, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Op. cit., pp. 35-46.

brasileira para a Bahia. No entanto, como ficou exemplificado no capítulo II, o restabelecimento do pequeno comércio nos anos de 1635-36, já sinalizava para o rearranjo territorial. A situação política se resolvia a partir de uma situação econômica, em que foram importantes os “pequenos proveitos”.

Até 1633-34, as referências às localidades se traduziam nos engenhos, povoados e aldeias de *brasilianen*. O regimento da WIC para a administração da conquista não fazia alusão ao poder local. Nele rezava apenas a instituição de um conselho civil composto pelo Conselho Político e com função judicante.⁵⁶⁵ Mesmo assim, haviam divergências entre as esferas civil e militar. De fato, as competências entre o governo civil e militar eram quase sempre confundidas. Numa observação de José Antônio G. de Mello:

“O Conselho [político] era presidido sucessivamente por cada um dos seus membros, por períodos de trinta dias e tinha autoridade superior em toda a administração. Ao tratar de questões militares ou outras de maior importância poderia convocar o General e o Governador, isto é, os comandantes superiores da Marinha e do Exército”.⁵⁶⁶

Desentendimentos entre o Conselho Político e o Governador Wanderburch acerca da administração superior da conquista fizeram com que viessem ao Recife dois membros do Conselho dos XIX, Matias Van Ceulen e Joham Gijselin. Estes ficaram exercendo, até fins de 1634, o cargo de “Diretores Delegados”. Nos anos de 1635 e 1636, o Conselho Político reassumiu a administração superior nas pessoas de Serveas Carpentier, Willem Schott, Jacob Stachhouwer, Johan Wijntgis e Ippo Eisens, sendo o cargo de Governador exercido por Sigismund von Schkopp. José Antônio Gonsalves de Mello apontou que “é em relação a esse período que ocorreram acusações graves de extorsões, roubos e até mortes por parte dos mesmos”.⁵⁶⁷

Voltando a tratar das jurisdições locais, temos que os holandeses tiveram que entender primeiro como a população estava inserida numa rede de poder que ligava o rei

⁵⁶⁵ Segundo Gonsalves de Mello: “Quando foi decidida a conquista de Pernambuco (1629), o Conselho dos XIX organizou e os Estados Gerais aprovaram um “Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais”, isto é, nas Américas. Nele se determinava que elas seriam administradas por um Conselho (que viria a ser chamado de Conselho Político, isto é, civil) formado por nove membros, naturais das Províncias Unidas ou nelas residentes há mais de sete anos, professando a Religião Reformada e versados “nas matérias de polícia, justiça e comércio ou, pelo menos, em alguma das ditas matérias””. Op. cit. p.9.

⁵⁶⁶ Idem, tomo II, p. 10.

⁵⁶⁷ Idem, p. 12.

ao vereador da câmara. Vale ressaltar que, quando falamos da população local, tratamos de senhores de engenho e pessoas de proeminência na capitania. O sentido de jurisdição que atribuímos aqui entende que o poder político local, representado pelos senhores de engenho, guardava certa autonomia em relação ao poder central.⁵⁶⁸

Examinando as fontes relativas aos anos de 1635-36 podemos ter uma idéia do papel desempenhado pelo Conselho Político em Pernambuco. Administrando a capitania da Paraíba, o conselheiro político Serveas Carpentier, em início de abril de 1635, escreveu uma carta ao comissário Crispijnsz pedindo provisões para as tropas lá instaladas.⁵⁶⁹ Exercia, assim, uma função de aprovisionador militar, sem ser necessariamente um militar. Da mesma forma, o responsável pelo aprovisionamento da Ilha de Itamaracá, o Capitão Jacob Petri, enviava ao Recife algumas pipas de cal.⁵⁷⁰ Ao que parece, essa função podia ser exercida tanto por um civil como por um militar superior. Não havia uma linha que separava exatamente as atividades do cotidiano administrativo. A atividade que diferenciava mais um conselheiro político de um militar superior era a inserção no âmbito da justiça civil, atribuição do Conselho Político. A 11 de abril desse mesmo ano, é sabido que o conselheiro Willem Schott tomava vez nas operações militares do Coronel Artishoffscki.⁵⁷¹

Por vezes, parece que autoridades civis e militares tomavam decisões em conjunto. Numa das operações de cerco ao Arraial Velho do Bom Jesus, o Governador Schkopp, o Coronel Artischoffsck e o conselheiro político Jacob Stachouwer decidiram juntos acerca do deslocamento de tropas da guarnição de Itamaracá para as proximidades do Arraial. Foi uma decisão de emergência e ficou registrado na ata de reunião do Conselho Político que foi feita “oralmente porque o Presidente [Johan] Wijtgis e o fiscal se encontravam junto ao exército”.⁵⁷²

⁵⁶⁸ Cf segundo Hespanha, op. cit. pp. 59-60. “O poder político (a “jurisdição”, na linguagem da época) dos corpos periféricos constituía então uma limitação inultrapassável do poder central, uma vez que, dada a já referida concepção patrimonial do poder político, as facultades (que hoje diríamos públicas) desses corpos eram consideradas como integradas no seu patrimônio, aí figurando como uma casa ou uma quinta, enfim, como direitos adquiridos ou radicados que o rei nunca poderia violar”.

⁵⁶⁹ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse Notulen. 05/04/1635.

⁵⁷⁰ Idem, 06/04/1635.

⁵⁷¹ Idem, 11/04/1635.

⁵⁷² Idem. Quanto ao presidente do Conselho Político, temos que o mesmo, como fica claro na *notulen*, se encontrava em outra área, junto ao grosso do exército móvel da WIC.

A primazia do poder civil sobre o militar fica mesmo evidenciada quando Willem Schott diz para o Governador Van Schkop permanecer em determinado lugar “a espera de outras ordens”. O *gouverneur*, como é referido nas fontes, não tinha, em relação ao colégio dos Conselheiros Políticos, a posição de *primus inter pares*. Certamente o governador Sigismund Von Schkop se conformava com esta situação. Pelo menos mais do que o primeiro governador do Brasil holandês, o Coronel Diedrick Wanderburch. Este, por sua vez, bateu muito de frente com o Conselho Político entre 1630 e 1633.

Da primeira formação administrativa no Brasil holandês, definindo essa relação poder civil/poder militar, observou Hermann Waetjen:

“Querendo a WIC submeter á sua própria administração as novas terras, junatara á expedição de Loncq três comissários: Johan de Bruyne [...], Philips Serooskerken e Horatio Calendrini. Deviam eles,, em nome da Companhia, como ‘Conselheiros Políticos’ – titulo que conservaram daí em diante – assumir a administração das terras conquistadas. Devia também fazer parte desse Conselho (Kollegium) o Coronel waerdenburch, nesse ínterim promovido a governador. Tinha ele assento e voto no Concelho, cabia-lhe exclusivamente a responsabilidade pelos negócios militares, mas em todos os outros assuntos nenhum decisão podia tomar sem a aprovação dos Conselheiros Políticos. Não podia também exercer o cargo de Presidente, o qual era mensalmente alternado entre os Conselheiros”.⁵⁷³

Em resumo, os primeiros elementos da administração holandesa a governar menores porções de território e a tomarem conhecimento das questões locais foram os conselheiros Políticos. Antes da chegada de Mauricio de Nassau e do Alto Conselho, a WIC já dispunha de vários relatórios acerca das diversas localidades e freguesias sob o domínio holandês.⁵⁷⁴

De uma forma geral, nos dois anos que antecedem a instalação dos escabinos (1635-36), as atividades que mais ocupavam os conselheiros políticos eram aquelas referentes a problemas internos de administração de recursos financeiros e provisões da

⁵⁷³ WAETJEN, Hermann. Op. cit. , p.105.

⁵⁷⁴ Ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil holandês. Tomo II. A administração da conquista.

própria companhia. O contato mais direto com as questões legais com a população luso-brasileira ainda se fazia incipiente. Com estamos tratando ainda da fase dos *kleine profijten*, sobre o que nos referimos anteriormente, a exação da justiça e do policiamento por parte daquele conselho ficaria em segundo plano. A consolidação da economia, para compensar as perdas que a WIC havia até então tido com a guerra, exigia uma fiscalização dos bens (*goedenen*) e finanças. Nas obras de reparo do Forte Ernestus, por exemplo, o Conselheiro Willem Schott, que exercia a função de Tesoureiro, foi encarregado de pagar aos trabalhadores Jan Hart e seu sócio, dos quais foram descontados “os alimentos e os materiais que eles usaram”.⁵⁷⁵ Este é um ponto onde guerra e administração não se dissociam.

Pelo que ficou exposto acima, o Conselho Político acumulava funções judicantes, de administração do comércio e polícia, mas sobretudo na fiscalização do comércio que os conselheiros atuaram. Numa ocasião, chegou a reunião, como uma das pautas, uma denúncia de contrabando de víveres que estaria sendo feito pelos navios ancorados no Recife. A consequência dessa denúncia foi a abertura de uma investigação e a promessa de que “aqueles que estão fazendo contrabando de cargas em seus navios serão punidos”.⁵⁷⁶ Os gastos exagerados com a guerra de conquista faziam com que os olhos da administração civil do *Politique Raden* não se decuidassem da fiscalização do aprovisionamento.

Na tentativa de consolidação da economia dos “tempos difíceis”, o acondicionamento das caixas de açúcar em armazéns era fundamental. Foi assim que se pediu autorização ao conselheiro Willem Shott para que fosse “reparada com brevidade”⁵⁷⁷ uma casa em Muribeca para o acondicionamento do produto. Para tal necessitava-se de telhas, “dois carpinteiros, pregos e um pedreiro”. A importância de aprovisionamento de açúcar ao sul do Recife facilitava aos exércitos que por hora percorriam os engenhos abandonados às margens dos rios do litoral sul da capitania de Pernambuco. Muito embora o Recife, resguardado por um seguro sistema de fortificações, fosse o lugar mais propício para o armazenamento de açúcar, era emergencial para a WIC dispor de outros locais. Na construção de uma pequena

⁵⁷⁵ IAHGP, Coleção José Hígino, Dagelijkse Notulen , 15/04/1635.

⁵⁷⁶ Idem, 19/04/1635.

⁵⁷⁷ Idem, 20/04/1635.

fortificação (reduto) próximo ao Arraial do Bom Jesus, quem deu as ordens foram o Coronel Artischofski e o conselheiro Jacob Stachouwer. Para esse fim foram convocados 300 marinheiros.⁵⁷⁸ O Conselho Político, dedicando-se efetivamente ao comércio e a guerra, passava ao largo da perspectiva de poderes locais fora do Recife. Era preciso que a vida no interior se normalizasse principalmente no litoral sul. Ao norte do Recife, como já foi observado no capítulo II, na região que compreende Goiana, Itamaracá e Igarassu, os moradores do interior começavam a retornar para as suas propriedades.

A administração pré-nassoviana, em meio ainda a uma guerra constante, tinha uma preocupação mais imediata do ponto de vista econômico. A pilhagem ainda era, naquelas circunstâncias, uma das formas de se tirar algum proveito da nova conquista. Era um momento em que a administração da WIC estava mais voltada para si própria. Ocupava o espaço luso-brasileiro, mas lidava com a própria sobrevivência, tomando decisão dentro do próprio raio de ação. O contato mais constante com os luso-brasileiros, os “da terra”, nas questões mais simples do cotidiano, só se daria mais a partir da queda do Arraial Velho do Bom Jesus (meados de 1635). O governo nassoviano veio a consolidar a administração local num contexto de retomada da produção de açúcar e do comércio em geral.

A situação dos “pequenos lucros”, exposta no segundo capítulo, não era ainda a da recomposição dos poderes locais nos moldes das câmaras de escabinos. No entanto, em algumas localidades, as condições para o exercício do poder local estavam em progresso. Assim, ao falar dos *kleine porfijten*, estamos indo além da questão comercial e considerando as primeiras “aliança” entre os holandeses e os luso-brasileiros. E foram alguns elementos desse “primeiro contato” que vieram a ocupar, tanto como eleitores quanto como escabinos, as estruturas do poder local. Isso será visto adiante. Por enquanto, vamos tratar apenas do poder local na ótica dos holandeses antes da implantação do escabinato por Nassau.

As instâncias administrativas da WIC no Brasil foram descritas por José Antônio Gonsalves de Mello em termos gerais, servindo-nos até o presente de referência para quem queira trabalhar a questão político-administrativa no Brasil holandês. O Conselho

⁵⁷⁸ Idem, 22/04/1635.

Político foi o órgão pensado para administrar questões relativas ao poder policial, justiça e comércio.⁵⁷⁹ Em princípio, o que a WIC imaginava para a administração do Brasil era a redução do controle de vários espaços a um único órgão: o Conselho Político. Essa posição “centralista”, que teve como base o Recife, ignorou as injunções locais. A economia açucareira, espalhada por diversas freguesias, não poderia prescindir de situações locais de natureza geográfica, política ou social.

Os primeiros relatórios remetidos aos Países Baixos procuraram entender essas particularidades. Num relatório acerca da capitania da Paraíba aos Estados Gerais, o conselheiro Serveas Carpentier compara a Vila de Filipéia (que deu origem à atual João Pessoa) à cidade de Geertruidenberg na Holanda e deixando bem claro que ali residia “o Tribunal de Justiça e juntamente o clero e os burgueses”.⁵⁸⁰ Das impressões que os holandeses tiveram ao descrever a capitania da Paraíba, nos interessa saber que identificaram, no espaço da vila, os elementos da justiça e do comércio. Assim, remetiam informações aos seus correlatos nos Países Baixos, muito embora as municipalidades funcionassem de forma pouco diversa aqui.

Politicamente, as municipalidades nos Países Baixos gozavam de maior autonomia que no império português. Ainda que a recente historiografia, sobretudo brasileira, venha contestando a situação de total subordinação das câmaras no mundo português ao poder central, elas ainda guardavam um quê de sujeição ao poder do monarca. Nos Países Baixos, ao contrário, as formações municipais guardavam uma considerável autonomia frente ao poder dos Estados Gerais dos Países Baixos. Na verdade, todos os municípios possuíam representações nesses Estados. Na formação da Companhia das Índias Ocidentais, o município que mais contribuiu para sua subscrição de capital inicial foi o de Amsterdam. E é a essa municipalidade que podemos tomar como parâmetro ao tratarmos dos holandeses no Brasil. Contudo, desde já, vale antecipar que não pretendemos fazer nesse trabalho uma tese de comparação extensiva entre a maior ou menor autonomia das municipalidades nos mundos português e holandês. O próprio poder centralizador da Companhia das Índias Ocidentais por si só já afastaria a possibilidades de um *self government* no escabinato. Assim, a instauração por Nassau de

⁵⁷⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomo II, p. 9.

⁵⁸⁰ Idem, p.42.

um poder local que combinava elementos neerlandeses e luso-brasileiros poderia dar uma falsa idéia de autonomia para as administrações locais no Brasil holandês. Nesse sentido, ainda está em voga a perspectiva de Mário Neme ao contestar a tese de José Antônio Gonsalves de Mello, segundo o qual o escabinato representou uma fase “democrática” no “tempo dos flamengos”.⁵⁸¹ Ao descrever parte do funcionamento dessa instituição, Mário Neme observou:

“Como ocorria no caso do Conselho Político, também os membros dos colégios de escabinos tinham de julgar as causas segundo o bom entendimento de cada um, e é por isso que dizemos que talvez em nenhuma parte do mundo ocidental de então a garantia de direito dependeu tanto da personalidade dos juízes quanto no Brasil holandês”.⁵⁸²

Nos relatórios administrativos observados por Johannes de Laet, ele mesmo sendo um dos diretores da WIC, encontramos a influência de algumas pessoas que ocupavam cargos nas municipalidades mais importantes dos Países Baixos. De fato, as câmaras mais importantes dos Países Baixos estavam representadas na administração da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil através de suas câmaras de comércio. Assim, como poderia existir uma autonomia administrativa no Brasil de poderes locais subordinados a outros poderes locais? Johan de Laet nomeou com clareza alguns diretores da WIC até o ano de 1636 e que atuaram como escabinos nos Países Baixos. São eles: Jan Gijsbertsz de Vries (escabino de Amsterdam), Albert Coenraets Burgh (escabino de Amsterdam), Willem van Moerberghen (escabino de Leiden), o próprio de Laet (escabino por Leide), Simon van der Does (escabino por Amsterdam), Warner Ernst van Bassen (escabino por Amsterdam). Pelas demais câmaras, Zelândia, Rotterdam e Mosa e Holanda Setentrional, não encontramos escabinos como tendo sido diretores da WIC até 1636. É possível que os escabinos neerlandeses do Brasil nunca tivessem desempenhado esta função nos seus locais de origem.⁵⁸³

Diferentemente da Capitania de Pernambuco, em que as freguesias são especificadas nos relatórios enviados aos Países Baixos, na Paraíba, não se fez esse tipo

⁵⁸¹ NEME, Mário. *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1971, p. 219.

⁵⁸² *Idem*, p. 221.

⁵⁸³ DE LAET, Johan. *Jaerlijck Verhael ...* p. 33.

de descrição das localidades. Acerca do controle do comércio de açúcar, o relatório acima se referiu enfaticamente ao caminho percorrido por esse produto para ser exportado da seguinte maneira:

“O açúcar estando fabricado e encaixado é conduzido para certos passos ou armazéns situados à margem do rio Paraíba, para poder ser facilmente embarcado; há presentemente dois deles, um pertencente a Paulo de Almeida do lado norte do rio e o outro, que é o principal, a Manuel de Almeida. Esses passos têm seus privilégios, ninguém podendo ter outro perto dele. Cada caixa que é trazida ali, paga por todo tempo que permanecer um schelling, se a marcarem, mais um e se quiserem pesar mais dois; o senhor do passo é mestre de balança juramentado. Todo o açúcar que é levado ali toma o competente registro num livro, assim como quando sai de lá. Alguém que leve lá algum açúcar, recebe um recibo do senhor do passo o qual ele representa juntamente com uma amostra aos que o quiserem comprar, e, tendo-o vendido, entrega a nota ao contador que retira por meio dela o seu açúcar”.⁵⁸⁴

Essa passagem nos revela, do lado do Conselheiro Político Serveas Carpentier, o registro não apenas do “caminho” que percorria a produção açucareira na Capitania da Paraíba, mas dos privilégios do passos e seus detentores. Os holandeses tomavam ciência, assim, do *status quo ante* da produção e escoamento do açúcar local. A questão dos privilégios dos paços envolvia questões jurídicas locais. Qualquer passo na administração holandesa no sentido de “desconsiderar” privilégios de elementos portugueses anteriores à invasão, poderia causar problemas na condução do governo local.

Na medida em que iam conquistando espaço, a WIC colocava guarnições em diversas freguesias. Assim é que alguns conselheiros administravam cada qual um espaço distinto. Em novembro de 1635, os conselheiros Willem Schott e Ippo Eisens “pediram ao Conselho permissão para partir, a saber, o senhor Schott em direção ao Cabo, e o senhor Eisens para a ilha de Itamaracá, a fim de colocar tudo em ordem nos lugares onde eles governavam”.⁵⁸⁵ Os conselheiros políticos, civis, assumiam os

⁵⁸⁴ Idem, p. 50.

⁵⁸⁵ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijkse Notulen. 19/11/1635.

poderes locais em função sobretudo da administração militar (víveres, roupas, soldos) e da interação entre neerlandeses e a população local (visto no capítulo II). Os *kleine profijten* surgiram num contexto de administração civil baseada, em parte, em ocupações militares.

Coincidentemente, as divisões territoriais adotadas pelos neerlandeses correspondiam às freguesias antes existentes, no caso da capitania de Pernambuco. No Brasil holandês, as freguesias não foram extintas, apenas mudaram de donos. No entanto, perspectiva espacial que os neerlandeses empregaram às freguesias não se deu no plano de circunscrições religiosas. Pelo contrário, a WIC olhou as freguesias como limites territoriais laicos. Essa inversão na perspectiva do espaço territorial luso-americano por parte dos neerlandeses reforça a idéia proposita por Antônio Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva acerca do espaço como “uma realidade construída e não uma extensão bruta e objetiva”.⁵⁸⁶ Se houve impacto nas freguesias após a ocupação holandesa, ele deve ter se dado mais na noção religiosa que esses espaços suscitavam na população local, uma vez que a WIC governava um espaço anteriormente inserido na lógica territorial do Antigo Regime português. No entanto, a freguesia à maneira holandesa não impediu as relações comerciais entre os produtores de açúcar e a WIC. A administração neerlandesa impôs à territorialidade luso-brasileira uma territorialidade econômica, baseada fundamentalmente nas relações entre a Companhia e a produção açucareira da interlândia. E a isso se adaptaram bem vários senhores de engenho. Observemos, finalmente, que os holandeses não alteraram as estruturas econômicas de Pernambuco, baseadas na monocultura e na escravidão, daí a relativa facilidade com que alguns senhores de engenho se adaptaram à administração da WIC.

Por outro lado, fica bem claro, através de uma ata de setembro de 1635, que a preocupação maior de civis e militares na ocupação do território até então conquistado era mesmo o litoral. Nessa época, o grosso das tropas estava destinado a se posicionar no Rio Grande (200 homens), Maranguape (150), Paraíba (700), Itamaracá (400), Recife e fortificações em torno (700), Cabo de Santo Agostinho (250), Porto Calvo (200), Rio São

⁵⁸⁶ SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, Antônio Manuel. O quadro espacial. In: História de Portugal, op. cit., p. 45.

Francisco (400), Peripueira (200).⁵⁸⁷ Essa preocupação com o litoral era bastante plausível para a época, uma vez que a concepção de superioridade militar e defesa dos territórios conquistados se dava eminentemente em termos marítimos.⁵⁸⁸

Pouco a pouco, ao interiorizarem a conquista, a WIC foi se firmando nas vilas do interior como Goiana e Igarassu. Nessas freguesias, pode-se dizer que também vigorava a defesa por via naval, só que agora com barcos menores que permitissem a navegação fluvial. Isso já foi ressaltado no segundo capítulo, entretanto em termos sobretudo comerciais. Na medida em que um sistema de navegação fluvial se consolidava nas freguesias da interlândia, cresciam as possibilidades de policiamento e fiscalização da administração local já na fase de implantação do sistema de escabinato. Ao iniciar o seu governo com a implantação das diversas câmaras de escabinos, Mauricio de Nassau e o seu Alto Conselho já podiam contar com a ligação eficaz via fluvial entre o Recife e as freguesias do interior. Por volta de 1637-38, até às vésperas da Restauração pernambucana (1645), este sistema de comunicação fluvial estava tão consolidado, que as viagens inter freguesias já quase não aparecem mencionadas nas fontes coêvas de tão constantes que eram. Esta foi uma conquista dos anos 1635-1636. Logo, a implantação do escabinato surge também no rastro da consolidação de um sistema de navegação fluvial que descortinou privilégios locais de moradores que detinham direitos de navegação sobre determinados passos.

Sobre a transição do modelo político-administrativo luso-brasileiro para o neerlandês poderíamos admitir uma grande mudança? Pelo menos nas questões comerciais, o que vigorava eram os preceitos do direito romano (*gemeene ordre*).⁵⁸⁹ Nessa questão, a transição não deve ter sido difícil, uma vez que o direito comum (*gemeene*) era uma herança também compartilhada por Portugal. Essa perspectiva foi

⁵⁸⁷ Idem, 17/09/1635.

⁵⁸⁸ Ver Olinda Restaurada, op. cit., p. 21. Muito embora Evaldo C. de Mello tenha considerado que a defesa dos impérios espanhol e português no início em fins do século XVI e início do XVII era tida em termos “exclusivamente navais”, o mesmo poderia se dar para os Países Baixos. A ocupação do litoral por tropas em diversas guarnições dava grandes possibilidades de cabotagens e empreitadas por partes dos navios de guerra e mercantes da WIC ou a serviço da mesma. Na conquista do Nordeste pelos holandeses, estratégias terrestres e marítimas se combinavam. Não é à toa que a superioridade naval neerlandesa afetou sobremaneira as coroas ibéricas nesse período. O autor considera a importância da defesa naval no caso de Portugal e Países Baixos quando afirma que “para espanhóis e portugueses, como mais tarde para holandeses, ingleses e franceses, o poder naval parecia dotado da mesma eficácia final que se atribuía ao bombardeio aéreo estratégico durante a Segunda Guerra Mundial e mesmo depois”.

⁵⁸⁹ MELLO, idem, p. 10.

veementemente defendida, entre outros, por Raymundo Faoro. Na formação do Estado português o direito romano sobreviveu à Idade Média e à superposição do direito visigodo.⁵⁹⁰ Vale lembrar, como foi ressaltado no início deste estudo, que comerciantes de Portugal e dos Países Baixos realizavam entre si atividades comerciais deste a Idade Média. Certamente, houve uma espécie de “língua comum” nas relações comerciais de longo curso entre as duas partes. Entre os séculos XI e XIII, apesar da exígua burguesia portuguesa desse período, a litoral centro-norte de Portugal era bem conhecido por normandos e flamengos. Data dessa época o início do comércio de longa distância entre Portugal e o norte europeu.⁵⁹¹ Já mais tarde, no século XV, a atividade da pesca do arenque em grande escala pelos Países Baixos irá colocar Portugal no circuito neerlandês do *moeder negocie* (comércio mãe) do mares Báltico e do Norte. É que o sal utilizado pelos holandeses para conservar o arenque vinha em larga escala de Setúbal (sul de Lisboa). A presença neerlandesa na atividade pesqueira foi identificada por Immanuel Wallerstein já por volta de 1400, momento em que “a eficiência produtiva holandesa consumou-se primeiramente sob a forma historicamente mais antiga da produção de alimentos, neste caso a captura de peixes [...]”.⁵⁹²

Ao iniciarem as primeiras trocas comerciais após a invasão de 1630, os luso-brasileiros só haveriam de se adaptar ao sistema monetário da Holanda. Contudo, temos que grande parte dos pagamentos, inclusive de soldos, eram feitos em mercadorias.

⁵⁹⁰ Segundo o autor: “As colunas fundamentais, sobre as quais assentaria o Estado português, estavam presentes, plenamente elaboradas, no direito romano. O príncipe, com a qualidade de senhor do Estado, proprietário eminente ou virtual sobre todas as pessoas e bens, define-se, como ideia dominante, na monarquia romana. O rei, supremo comandante militar, cuja autoridade se prolonga na administração e na justiça, encontra reconhecimento no período clássico da história imperial”. Ref. FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. – São Paulo: Globo, 2001, p. 27.

⁵⁹¹ Na perspectiva do historiador Oliveira Marques” “ Não sobreviveram grandes vestígios de comércio externo, embora as costas e os portos de Portugal fossem bem conhecidos de normandos e cruzados, que regularmente faziam escalas por eles, com fins múltiplos, desde o século IX até meados do século XIII. Podem datar-se, porém, de 1194, os começos de um comércio a longa distância, data em que um navio flamengo carregado de mercadoria naufragou em costas portuguesas”. Ref. História de Portugal. Palas Editores, Lisboa, s/d, p.104.

⁵⁹² WALLERSTEIN, Immanuel. O Sistema mundial moderno. – Edições Afrontamento: Porto, 1974, p.47.

2. Aspectos e conflitos nos poderes locais

A implantação das diversas câmaras de escabinos se deu em maior número na Capitania de Pernambuco. A título de comparação, na Capitania da Paraíba só existia um conselho de escabinos. A imediata resposta para essa questão pode nos remeter a uma afirmação bastante simplista, segundo a qual foi apenas em Pernambuco que a presença neerlandesa se deu de forma mais intensa. Contudo, uma questão puxa a outra. Não se devia essa presença “mais intensa” da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco a uma conseqüência do fato de que aqui estava concentrada a grande maioria dos engenhos produtivos do Nordeste, para não dizer do Brasil? De fato, essa explicação pode nos levar a consideração de fatores econômicos como determinantes de situações políticas. No entanto, não há como descartar essa versão, sobretudo pelo fato de que os primeiros relatórios da WIC acerca do Nordeste discriminam muito bem a quantidade de freguesias e, em seguida, a quantidade de engenhos por freguesia.

Resumindo o que foi a experiência do escabinato, Mário Neme considerou que

“no caso do Brasil holandês, em virtude das funções centralizadoras em que investira a junta de governo de Recife, as câmaras de escabinos muito pouco tinham que fazer, na verdade, em matéria de administração local”.⁵⁹³

Ainda que pertinente e interessante esta visão de Mário Neme acerca das atividades dos escabinos no Brasil holandês, ela pode nos apresentar uma situação de “vazio institucional”, segundo a qual a administração local seria dispensável. Este argumento pode esconder a complexidade da administração das freguesias e a importância que cada uma delas, quando representada por elementos luso-brasileiros e neerlandeses, poderia ter no “controle” que o centro administrativo (o Recife) exercia sobretudo em Pernambuco.

⁵⁹³ Idem.

A invasão holandesa, ao mesmo tempo em que desorganizou a produção açucareira, desorganizou também a vida local. Dessa forma, tanto os senhores de engenho como moradores mais simples (chamados vivandeiros pelos cronistas) foram atingidos por tal desorganização. Nas fontes luso-brasileiras e neerlandesas aparecem apenas alguns nomes de moradores, geralmente senhores de engenho. Pouco antes da invasão, os que não eram militares, tanto no Recife como fora dele, eram tratados genericamente como “moradores” pelas crônicas de Duarte de Albuquerque Coelho. Para o mesmo, fora os militares, “somente havia os moradores que, por não serem soldados, nos apertos tratam somente de salvar suas mulheres, filhos e fazendas”.⁵⁹⁴ Nessa narrativa, a referência ao espaço político local aparece na seguinte passagem:

Por meio de bandos, publicou em todas as freguesias de fora [de Olinda] que, livre e seguramente, podiam vir todos que se achassem prisioneiros por crimes ou dividas, e segundo procedessem na defesa, se perdoaria aos que não tivessem parte, conforme as ordens reais que tinha”.⁵⁹⁵

A iminência da invasão nos mostra a tomada de decisões de Matias de Albuquerque sobre as localidades a fim de se engrossar as fileiras da defesa. Contudo, a principal vila a qual se refere o cronista é mesmo a de Olinda, da qual não poderiam sair os moradores com suas “mulheres, filhos e fazendas”. Esta foi uma estratégia de Matias de Albuquerque para conter os moradores da vila na defesa da terra. No Recife, povoação mais próxima de Olinda, mais ainda assim sob a jurisdição da mesma, moravam aproximadamente 150 pessoas.⁵⁹⁶

Aos poucos, Duarte de Albuquerque Coelho deixa aparecer as localidades fora de Olinda, notadamente ao Norte. Assim, foram nomeados os responsáveis pela defesa dos “distritos” de Paratibi (Paratibe), São Lourenço e Igarassu. Eram eles, respectivamente, Paulo Leitão, Henrique Alonso Pereira e Pedro da Rocha Leitão. O litoral norte, especificamente no Forte de Pau Amarelo, estava guardado por um militar que serviu no Rio Grande do Norte, o capitão André Pereira Temudo. Dos três citados acima, o nome

⁵⁹⁴ COELHO, Duarte de Albuquerque, p. 24.

⁵⁹⁵ Idem.

⁵⁹⁶ Idem, p. 25.

de Pedro da Rocha Leitão, provavelmente morador na jurisdição de Igarassu, aparece numa relação da produção açucareira de engenhos das capitanias de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba. Produtor de açúcar, Rocha Leitão tirou, no ano de 1623, mais de duas mil arrobas de açúcar branco e mascavado e 674 de açúcar retame.⁵⁹⁷ Ele não estava entre os que mais produziam açúcar em Pernambuco. Os que mais produziam, chegavam a 7, 8, 9, 10 e até 11 mil arrobas de açúcar branco e mascavado.⁵⁹⁸ Nas localidades da Várzea, Muribeca e Santo Amaro mais moradores (senhores de engenho civis) defendiam as suas localidades. Eram eles, por ordem, Francisco Monteiro Bezerra, Miguel de Abreu Soares e Manuel da Costa Calheiros.⁵⁹⁹ O primeiro, Francisco Bezerra, produzia em 1623-24, quase 6 mil arrobas de açúcar no ano.⁶⁰⁰ De uma forma geral, as localidades aparecem primeiro nas crônicas nas Memórias Diárias da Guerra Brasílica num contexto de defesa por seus moradores civis. Talvez sejam a estes ‘moradores’ ou ‘*inwoonders*’ que se refiram as fontes neerlandesas. Ou seja, morador como sinônimo de produtores de açúcar.

A instalação do escabinato não foi algo tão simples de ser feito. Pelo contrário, exigiu toda uma estratégia para que os poderes locais passassem a funcionar em consonância com os interesses dos ‘poderes do centro’ (Nassau e o Alto Conselho). Numa *notulen* de junho de 1637, o governo holandês deixou bem claro que os futuros escabinos luso-brasileiros deveriam conhecer bem os costumes e leis portuguesas (*de wetten ende costumen van Portugal*).⁶⁰¹ Essa condição, por si só, mostra como os holandeses não poderiam prescindir das leis anteriores. Nesse sentido, as câmaras dos escabinos não representaram necessariamente uma ruptura com a situação anterior. Para os luso-brasileiros, não deveria ser extinto o direiro português. Para os neerlandeses, fazia-se

⁵⁹⁷ “ Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba – ano de 1623” In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Vol. 1. pp. 28-32.

⁵⁹⁸ Segundo a “lista...”, os maiores produtores de açúcar (em arrobas) das Capitanias da Paraíba, Ilha de Itamaracá e Pernambuco eram seguintes: Manuel Saraiva de Mendonça (11.620), Jerônimo Couto (10.317), Jerônimo Paes (9.520), Pedro da Cunha de Andrade (9.035), Gregório de Barros Pereira (9.021) e Antônio D’olanda (9.000). A média produz em torno de 4 a 5 mil arrobas ao ano.

⁵⁹⁹ COELHO, op. cit., p. 26.

⁶⁰⁰ “lista...”

⁶⁰¹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 27/06/1637.

necessário conhecer as leis portuguesas para saber lidar com situações que envolvessem os costumes “do tempo do rei”.⁶⁰²

Na função judicante, os escabinos, tanto neerlandeses como luso-brasileiros, deveriam incorporar dois mundos jurídicos: o neerlandês e o Ibérico. Isto pelo menos em teoria. Assim, ao contrário da perspectiva ‘esvaziada’ do poder do escabinato proposta por Mário Neme, pensamos que os escabinos neerlandeses estavam à espera de um mundo complexo, em que as freguesias dispunham de suas peculiaridades geográficas e de grupos de poder. A partir de 1637, ano em que se formaram as primeiras câmaras de escabinos no Brasil holandês, escabinos como Wilhelm Doncker e Jacques Hack já tinham o conhecimento, senão pleno, quase que total de como funcionavam algumas localidades em Pernambuco e na Paraíba. Soma-se o fato de que alguns deles, em contato com elementos do Conselho Político tenham, antes da administração nassoviana, tomado conhecimento das dificuldades em se administrar qualquer parte do Nordeste até então conquistada.

Coube ao Conselho Político procurar, em cada território onde se constituiria uma câmara de escabinos, os moradores mais probos e habilitados em matéria de lei (no caso dos luso-brasileiros). Este foi o primeiro passo na escolha dos ‘oficiais cíveis’ (*civille officianten*). Os moradores selecionados nas esferas locais seriam em numero de 20 ou 30 e seriam eleitores que estariam habilitados a selecionar os escabinos portugueses. A escolha dos escabinos não seria, pois, fruto de um sufrágio direto. Nem poderia, visto que, mesmo nos Países Baixos, onde o sistema de representatividade sugeria um maior grau de “democracia” (se comparado ao Antigo Regime ibérico), as tomadas de decisões, inclusive ao nível dos Estados Gerais, davam-se mais num nível de convencimento do que mesmo por voto direto. Este tipo de sufrágio só faz sentido num mundo pós Mostequieu, a partir do qual haveria uma ‘quebra’ da sociedade estamental. Na Holanda setecentista, mesmo existindo um capitalismo financeiro em curso, a ruptura de uma sociedade medieval com seus sistemas de representatividades ainda sobreviviam. Escolhidos os eleitores, feitas as indicações para os escabinos locais, uma lista de nomes deveria se enviada para que Nassau nomeasse quais escabinos finalmente representariam

⁶⁰² É bastante comum, nas fontes em holandês, a referência à situações que ocorreram antes de 1630 (ano da invasão holandesa) como sendo situações que se passaram “no tempo do rei” (*tijt van de king*).

as suas respectivas localidades.⁶⁰³ Vale ressaltar que a própria palavra em neerlandês da época (oficiais civis) guarda uma semelhança direta com o correlato em português (oficial da câmara). As câmaras deveriam ser renovadas anualmente, seguindo o mesmo processo eletivo.

Antes de passarmos às primeiras listas de escabinos, devemos fazer algumas observações com relação ao Conselho Político na implantação do escabinato. De grande influência na administração da conquista antes da vinda de Nassau, este Conselho dispunha de informações importantes e das quais Nassau se serviria quando de seu governo. Servaes Carpentier pode servir de exemplo para esta questão, uma vez que serviu no Brasil na qualidade de conselheiro político, administrando a Paraíba em 1635 e 36. Havendo ele desempenhado funções administrativas e judicantes no Brasil, Carpentier apresentou minucioso relatório aos diretores da WIC em 1635, fornecendo detalhes do funcionamento daquela capitania. De sua experiência administrativa se valeu Maurício de Nassau ao lhe incorporar na função de assessor do Alto Conselho. Servaes Carpentier era homem bem relacionado na conquista, tendo como cunhado um Alto Conselheiro conhecido como Hendrick Hamel, que fora também comerciante no Brasil holandês.⁶⁰⁴ Uma outra figura importante, Elias Herckmans, que chegou a Pernambuco em dezembro de 1635, participou ativamente da administração da Paraíba e do Rio Grande nos anos seguintes. Herckmans foi responsável por instruir os escabinos neerlandeses e portugueses no direito civil e criminal vigente nos Países Baixos.⁶⁰⁵ Na sua **Descrição geral da capitania da Paraíba**, datada de 1639, Elias Herckmans descreveu bem como se dava a administração desta capitania antes da invasão holandesa. De certo, nomes de portugueses que foram indicados para escabinos já eram de conhecimento do Conselho Político nos anos de 1635 e 36.

No início de julho de 1637, foram escolhidos os eleitores dos escabinos da Paraíba. Uma lista com 15 nomes foi enviada desta capitania ao Recife pelo Conselheiro Elias Herckmans. A lista dos eleitores era a seguinte:

⁶⁰³ IAHGP, idem. Onde se lê: “ te weten dat den polituien Raet sal verkiesinge doen van 20 a 30 van de qualificeerte van de Capitanie die electors sullen sijn soo lange sijn leven ende electie doen van ‘civille officianten”.

⁶⁰⁴ Informação fornecida por José Antônio Gonsalves de Mello. Ver. MELLO, Fontes para a história do Brasil holandês, tomo II, p. 51, nota 51.

⁶⁰⁵ Idem, pp. 56-54.

1. Jorge Homem Pinto
2. Francisco Camelo de Valcácer
3. Francisco D'orado
4. Henks Fransen
5. Eduard Hunnickhoven
6. Gaspar Fernandes Dourado
7. Jacque van der Neevens
8. Bento de Reguo Bezerra
9. Jan van Pool
10. Samuel Gerards
11. Manuel D'Azevedo
12. Manuel Dalmeida
13. Isaak de Rasiere
14. Pieter van Wijden
15. Cornelis Jucisens

Dos nomes acima, foram eleitos escabinos:

1. Jorge Homem Pinto
2. Isaak de Rasiere
3. Manuel Dalmeida
4. Jan van Pool
5. Gaspar Fenandes Dourado

Vale ressaltar que o processo de eleição de escabinos na Paraíba foi mediado pelo conselheiro Elias Haerckmans. Este, por sua vez, conhecia bastante os moradores daquela região, pois foi o primeiro a administrá-la após sua conquista pelos holandeses em fins de 1634. A pressa em se fazer a eleição na Paraíba se justifica talvez pelo fato de ser o segundo mais importante porto do Brasil holandês. Essa posição a Paraíba já havia conquistado no período dos 'pequenos lucros' dos anos 1635-36. Após a queda do Arraial

Velho do Bom Jesus (meados de 1635) a Paraíba viveu um clima de recuperação do comércio, ainda que em pequena escala. Não só a Paraíba, mas também Goiana e Itamaracá forneceram, como foi visto no capítulo II, os primeiros proveitos para a WIC. Dentre os eleitos, vale destacar que Isaak de Rasiere já figurava como um conhecido nosso da fase pré-nassoviana. O mesmo, na fase dos *kleine profijten*, atuava como cidadão-livre e havia emprestado grande soma de dinheiro à WIC no Brasil. É provável que, já por volta de 1635, ele já fizesse comércio na capitania da Paraíba. Parte de seu capital pode ter ajudado alguns engenhos da Paraíba a retomarem a sua produção. Afora estas especulações, o certo é que ele gozava de prestígio, pelo menos para a WIC, na Paraíba. Era importante para a administração de Nassau e do Alto conselho ter como escabino, entre outros, pessoas de sua confiança nas esferas locais. Rasiere tornou-se senhor de engenho na Paraíba.

Outro nome da lista de ‘eleitores’, Jorge Homem Pinto, também assumiu a propriedade de um engenho na localidade. Outro senhor de engenho e eleitor na Paraíba era Francisco Camelo de Valcacer. Nem Jorge Homem Pinto, nem Francisco Camelo de Valcacer seguiram Matias de Albuquerque na sua defesa no Arraial Velho do Bom Jesus. Coincidentemente, são esses dois nomes que encabeçam a lista de eleitores da Paraíba. Manuel D’Almeida, por seu turno, detinha, antes da invasão, o privilégio de um importante passo no rio Paraíba por onde atravessava a produção de açúcar. Como já foi mencionado anteriormente, segundo o relatório de Serveas Carpentier, “esses passos tem seus privilégios, ninguém podendo ter outro perto deles”.⁶⁰⁶ Por fim, Jorge Homem Pinto e Manuel D’Almeida estiveram entre os primeiros escabinos eleitos da capitania da Paraíba.

Alguns dos antigos proprietários abandonaram os seus engenhos e fugiram com Albuquerque para a Bahia. Foi o caso de Jorge Lopes Brandão, Luis Brandão e Manuel Pires Correia. Nem todos os senhores de engenho da Paraíba que permaneceram entraram para lista de primeiros leitores. Assim, Antônio Valadares, Duarte Gomes da Silveira, Antônio Pinto de Mendonça, João Araújo de Freitas, Fernando Álvares Romão e João de Souto, que, ao que parecem, permaneceram na Capitania, não lograram espaço entre os eleitores na primeira lista preparada por Elias Herckmans. Jan van Poel (ou Jan van Ool)

⁶⁰⁶ MELLO, op. cit., p. 50.

tornou-se proprietário de dois engenhos (o Espírito Santo e o Santo Antônio). Essa inversão, ou seja, holandeses se tornando senhores-de-engenho nos revela, num contexto de exercício de um poder local, que a instituição do escabinato, pelo menos neste aspecto, não diferia da câmara no mundo português. Houve, em alguns casos, uma espécie de “continuísmo” na relação ocupação de cargo no poder local/representante de uma aristocracia agrária.

Diante do exposto, qual seria a lógica de formação de uma lista de eleitores luso-brasileiros para representar o seu grupo? Pelo menos o argumento simplista de que ser proprietário de um engenho era garantia de ser eleitor ou escabino não se verificou, uma vez que alguns deles que permaneceram na capitania não tiveram espaço nessa conformação de poder.

Um outro critério pode ter sido o conhecimento das leis e costumes portugueses. Nesse quesito, Mário Neme, ao comparar o conhecimento jurídico dos escabinos holandeses com portugueses, afirma que estes últimos dominavam melhor o seu sistema de leis. Para ele:

“É de se presumir que estes juizes dos pequenos núcleos portugueses, arcando pessoalmente com toda a responsabilidade dos julgamentos, cuidassem de conhecer melhor as leis, de estudar com maior atenção os casos e de orientar-se, nas suas decisões, tanto pelas regras jurídicas quanto pelas normas morais e éticas que regiam o corpo social”.⁶⁰⁷

Do lado dos escabinos holandeses, Mério Neme apontou a incapacidade dos mesmos, dada a inabilidade jurídica de muitos deles. Por outro lado, a falta de habilidade jurídica poderia ser compensada pela habilidade comercial, de maneira que estes escabinos holandeses atuassem bem na esfera da fiscalização da produção local de açúcar. Pelo menos na escolha dos eleitores para a câmara de Porto Calvo, o Conselho Político foi avisado de que as pessoas mais conhecidas (*personen best bekend*) da WIC naquela localidade eram Rodrigo de Barros Pimentel, Miguel Camelo de Queiroga, Diogo Gonsalves da Costa, Miguel Gonsalves Mazagão e Miguel Barbosa.⁶⁰⁸ Não foi

⁶⁰⁷ NEME, op. cit., p. 221.

⁶⁰⁸ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 12/05/1638.

por acaso que Miguel Queiroga e Miguel Mazagão serviram por mais de uma ocasião em Porto Calvo.

A primeira lista de eleitores do “distrito da cidade de Olinda e Recife”, preparada pelo Alto Conselheiro Shilt, já era bem maior que a da Paraíba. São eles:

1. Jacob Stachouer
2. Gaspar da Silva
3. Nicolas de Rider
4. Pedro da Cunha Dourado
5. Willen Doncker
6. Pedro Lopes de Vera
7. Elbers Chrisping
8. João Carneiro de Maris
9. Jaque Hack
10. Theodosius Lempreur
11. Fernando Vale
12. Jan Schaep
13. Antônio de Belchiors
14. Matheus Bec
15. Arnau DOlanda
16. Cheristoffel Airschettel
17. Bernardim de Carvalho
18. Bartholomeus van Ceulen
19. Gaspar Dias Ferreira
20. Jos van de Boogart
21. Francisco de Brito
22. Michiel Hendrickx
23. Luiz Braz Bezerra

Essa lista provocou desagrado em alguns eleitores, que apontaram a origem judaica de Pedro Lopes de Vera (*omdat van joodsche geslachte waren*), Fernando Vale e Gaspar Dias Ferreira. Este último, por sua vez, afirmou que os seus antecedentes “eram

cristãos velhos” (*oude kristenen waren*) e que “era tão nobre quanto os outros que ali estavam presentes (*ende van soo noble geslaerchte des yemant die daer present waren*)⁶⁰⁹

De todos aqueles nomes indicados para votar e serem votados, chegou-se a uma lista menor de 14 nomes:

1. Jacob Stachouer
2. Willen Doncker
3. Jaques Hack
4. Michiel Hendrickx
5. Christoffel Airschettel
6. Elbert Chrispynsen
7. Francisco de Brito Pereira
8. João Carneiro Mariz
9. Jan van den Boogart
10. Antônio da Silva
11. Gaspar Dias Ferreira
12. Paulo D’Araújo
13. Arnau D’Olanda
14. Francisco Dandrade

Dessa lista de eleitores, Francisco de Brito era proprietário de um engenho na Várzea, Gaspar Dias Ferreira havia comprado à WIC os engenhos Santa Maria e Santo André na freguesia de Muribeca.⁶¹⁰ João Carneiro Mariz comprou da WIC o engenho Sibiró de Cima, na Freguesia de Ipojuca e se tornava um novo senhor-de-engenho.⁶¹¹ Pelo menos numa lista de proprietários de engenhos das capitâneas da Paraíba, Pernambuco e Itamaracá, datada de 1623, o seu nome não aparece.⁶¹² Arnau de Holanda era proprietário do engenho São João, na freguesia de São Lourenço. O mais antigo proprietário de engenho dos até então elencados parece ter sido Antônio da Silva, dono do engenho São Braz na freguesia do Cabo de Santo Agostinho. O seu nome consta na

⁶⁰⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 07/08/1637.

⁶¹⁰ MELLO, op. cit., p.86.

⁶¹¹ Idem, p. 83.

⁶¹² “Açúcares que fizeram os engenhos de Pernambuco, Ilha de Itamaracá e Paraíba – ano de 1623”. In: MELLO, op. cit., p.28.

lista de proprietários de 1623. Dos neerlandeses, Jacques Hack havia adquirido um engenho na freguesia da Várzea.⁶¹³

Sobre a composição das listas de eleitores nas diversas localidades, temos que as sua composição poderia variar. Em meados de 1639, as câmaras de Olinda e da Paraíba encontravam-se vacantes. Para Olinda, ingressaram como novos eleitores Jacob Alrichs, Hans van der Goes e Gillis Kroll. Para a Paraíba, foram escolhidos Pieter Coets e Jaspas van Sulphen.⁶¹⁴

Realizadas as listas de eleitores e escabinos para as câmaras da Paraíba e Olinda, no segundo ano de vigência do escabinato, alguns nomes começavam a representar perigo à administração nassoviana. Do lado luso-brasileiro, enquanto o nome João Fernandes Vieira, futuro escabino da câmara de Maurícia, adquiria visibilidade e respeito por parte dos holandeses, outros amigos seus caíam em desconfiança.⁶¹⁵ Foi o caso dos senhores de engenho e também eleitores João Carneiro de Mariz e Arnau de Holanda, em Pernambuco e Duarte Gomes da Silveira e João do Souto na Paraíba. Esse grupo foi preso em 2 de agosto de 1638 sob acusação de se corresponder e dar acolhidas aos campanhistas luso-brasileiros. Segundo conclusão de José Antônio Gonsalves de Mello, em relação a este episódio,

“foram apreendidos todos os papéis dos acusados e estabelecida uma comissão de inquérito. Depois de longa demora, nada se apurou contra eles. Entretanto, morreu na prisão Pedro da Cunha de Andrade, um dos mais prestigiados entre os acusados”.⁶¹⁶

Talvez esse fato explique a não escolha de um nome como Arnau de Holanda, tradicional senhor de engenho em Pernambuco, para compor o seleto grupo de escabinos

⁶¹³ MELLO, op. cit., p.87.

⁶¹⁴ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 10/06/39.

⁶¹⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco, op. cit., p. 50. Segundo o autor: “Em 12 de agosto, ainda em 1638, Vieira arrematou, em seu próprio nome, por 26.000 florins, o contrato anual da “pensão”, sobre os açúcares dos engenhos de Pernambuco. Por esta mesma época (entre 1 de agosto e 6 de outubro de 1638), Vieira adquiriu a crédito, em leilão, “para o Senhor Jacob Stachouwer”, um partido de canas que pertencera a Luís Barbalho Bezerra, por 28.500 florins”.

⁶¹⁶ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco, op. cit., pp. 50-51.

de Olinda nos anos de 1638-39.⁶¹⁷ O panegírico Gaspar Barléus registrou esse episódio da “conjura de portugueses acreditada, mas não provada” ao mesmo tempo em que celebrava a cessão, por parte de Nassau, brasões de selo às câmaras provinciais para a autenticação de atos públicos. Também deixou claro que, sobre a suposta conjura, “esses acontecimentos afrontavam o nosso império, sem consentir que se considerasse inteiramente feliz”.⁶¹⁸ Fica claro que Gaspar Barléus, no intuito de não enxergar a gravidade da situação que envolvia eleitores e escabinos portugueses, não relacionou os nomes aos cargos. Por último, pode ter concorrido para a “liberação” dos pró-homens acima o fato de que o ano de 1638 dava boas perspectivas na safra de açúcar “em razão das chuvas moderadas e tempestivas, que dava aos agricultores esperança de 18.000 caixas”.⁶¹⁹ No caso de Duarte Gomes da Silveira, não foi esquecido, por parte de Nassau e do Alto Conselho, do “auxílio por ele prestado na expugnação da Paraíba”.⁶²⁰ Seja como for, o fato é que, desde o início de sua aplicação, o sistema do escabinato se apresentava como algo frágil, dada a permanente tensão entre neerlandeses e luso-brasileiros. Aliás, essa fragilidade da administração holandesa já fora exposta no capítulo anterior. A base social da economia açucareira, a classe dos senhores-de-engenho, representava a incerteza aos olhos dos administradores batavos.

O sistema do escabinato se adaptava, no Brasil, às necessidades e possibilidades do momento. Vejamos dois casos: Em julho de 1639, o Alto Conselheiro Nuno Olpherdi, em viagem à região do São Francisco, aconselhou Nassau a instituir uma câmara de escabinos nesta parte da conquista. Dois anos após a instituição do escabinato, a fronteira sul do Brasil holandês passaria a ganhar um tribunal local. Nuno Olpherdi observou na região diversos inconvenientes naquele distrito, cujos moradores não tinham a quem recorrer em questões civis e criminais senão à gurnição local. A demora em se instalar uma câmara de escabinos nesta região demonstra a deficiência da administração nassoviana em alcançar legalmente todo o território conquistado.⁶²¹ O segundo exemplo

⁶¹⁷ Como se vê nos anexos, Arnau de Holanda só representará a Câmara de Escabinos da Cidade Maurícia bem mais tarde, na gestão de 1643-44.

⁶¹⁸ BARLEUS, op. cit. p. 103.

⁶¹⁹ Idem, p.103.

⁶²⁰ Idem, p.105.

⁶²¹ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 13/07/1639. Na qual se lê: “ De edele heer Nuno Ulpherdi rapporteerende, hoe nodich was in Rio Sto Francisco ook een camera va schepenen geordeneert werde, met conde de saecke van justitie aldaer waerneme”.

da adaptação do escabinato às realidades locais temos em Porto Calvo. Nesse distrito, alguns escabinos holandeses permaneceram até três anos seguidos no cargo (o permitido era de, no máximo, dois anos). Este foi o caso dos escabinos Davids de Vries, Jan Fletcher e Jacob Welthuisen que serviram em Porto Calvo nos anos de 1642, 43 e 44. O argumento da administração superior foi de que aí residiam poucos holandeses para se revezarem na função.⁶²²

Nassau e o Alto Conselho não deviam temer apenas aos luso-brasileiros, mas também aos próprios neerlandeses. Em julho de 1639, chegou ao conhecimento da administração superior, através de informações fornecidas por comerciantes que “muitos escabinos que regressam aos Países Baixos são pessoas que contraíram muitas dívidas”.⁶²³ O cuidado que Nassau e o Alto Conselho, assessorados pelo Conselho Político nas diversas localidades, deveriam ter com relação à proibidade dos portugueses que iriam compor as diversas câmaras de escabinos fez a WIC se esquecer da proibidade de seus próprios agentes. A denúncia é de que esses escabinos indvidados estariam embarcando de volta para os Países Baixos “sem o conhecimento dos capitães dos navios” (*bijten de kennisse van de schippers*). Essa situação acima relatada contradiz as opiniões de Hermann Waetjen ao afirmar que “enquanto João Maurício teve em suas mãos as rédeas do governo, a terra conservou-se geralmente quieta, - pelo menos as capitanias principais foram preservadas de pesadas tempestades”.⁶²⁴ Hermann Waetjen relacionou o “controle” da administração por parte de Nassau com a criação das câmaras de escabinos. A prática mostrou que esse controle não se verificava. Soma-se o fato que a opinião de Waetjen acerca das câmaras portuguesas era bastante negativa, chegando ele a considerá-las como “mal organizadas”.⁶²⁵

Assim, retomando a primeira lista de eleitores de Olinda, foram excluídos Pero Lopes de Vera e Fernando Vale⁶²⁶, considerados ‘inabilitados’ por serem supostamente judaizantes. Essa intolerância religiosa se deu mais em função de uma oposição dos

⁶²² IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 28/06/1642.

⁶²³ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 05/07/1639.

⁶²⁴ WAETJEN, op.cit. p. 201.

⁶²⁵ Idem.

⁶²⁶ José Antônio Gonsalves de Mello referiu-se a este fato e registrou este episódio. Ref. MELLO, Revista do IAHGP/separata do vol. 51. Gente da nação: Judeus residentes no Brasil holandês, 1630-54. Recife, 1979, p. 78.

cristãos-velhos portugueses que não queriam dividir o mesmo espaço de poder como os supostos judaizantes.

Finalmente, no dia 24 de setembro de 1637, foram escolhidos por Nassau e o Alto Conselho para exercerem a função de escabinos de Olinda:

1. Willen Doncker
2. Jaques Hack
3. Francisco de Brito Pereira
4. Gaspar Dias Ferreira
5. João Carneiro Maris

Dos três escabinos portugueses escolhidos, cada um representava uma freguesia diferente, talvez como estratégia de Nassau e do Alto Conselho em não concentrar juizes de uma mesma região ou freguesia. Foi decidido que eles deveriam residir em Olinda, local das audiências. Com isso, a vila de Olinda não ressurgia apenas como um conjunto de edificações, mas também como um *locus juridicus*, papel que sempre teve na capitania de Pernambuco.

Um dado importante dessa eleição em Olinda é de que, pela primeira vez, aparece na documentação a função dos escabinos. Deveriam, sobretudo, administrar a justiça e exercer o poder policial (*justitie ende politie mochten administreren*). Mas a *notulen* datada de 25 de setembro, um dia após a escolha dos escabinos, deixou claro que os mesmos deveriam ser instruídos por um membro do Alto Conselho, um membro do Conselho Político e um Advogado Fiscal sobre os procedimentos legais e de acordo com o direito dos Estados Gerais da Holanda.⁶²⁷

Essa eleição de escabinos em Olinda pode ser um caso emblemático, sobretudo porque nos suscita uma série de questões. Primeiro porque, o cuidado que se teve em detalhar as funções do poder local, coisa que não foi feita para o caso da Paraíba. Mas isso não importa tanto, já que era tão óbvio que não carecia de detalhamento em fontes. O que podemos depreender dessas considerações acima é o interesse que despertava a função nesse ‘distrito’. E isto também por razões óbvias. Olinda e Recife, unidos numa só

⁶²⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 25/09/1637.

área jurisdicional, e geograficamente o ‘centro do poder’ na *conquesten* batava. Isso em si guardava vantagens e desvantagens para os que iam desempenhar as funções de escabinos.

Vale ressaltar que as câmaras dos escabinos traziam uma nova realidade jurídica aos portugueses. A maior diferença entre as câmaras portuguesas e dos escabinos foi descrita por Mário Neme como se segue:

“[...] nas capitâneas portuguesas, nas quais vigoravam as Ordenações do reino, além das devassas a que estavam sujeitos os julgadores e todos os funcionários da justiça, das sentenças dos juizes ordinários das vilas e cidades, em causas de certo valor para cima, autores e réus podiam apelar, primeiro para o ouvidor da capitania (juiz de segunda instância), depois para o ouvidor-geral da Bahia (com função de corregedor), e, finalmente, para tribunais da metrópole. Sob os holandeses, das decisões dos escabinos só cabia recurso, e assim mesmo apenas em certos casos, para o Conselho Político, cujos membros [...] exerciam também funções de administração como funcionários subordinados ao Conselho Supremo [Alto Conselho] e eram, ao mesmo tempo, procuradores dos negócios da Companhia”.⁶²⁸

A vantagem mais visível de um poder local junto a um poder central é a de se estar próximo ao também centro econômico da conquista. Não podemos nos esquecer que o Recife funcionou como uma espécie de ‘cidade armazém’, para onde convergiam os principais produtos negociados na conquista. Assim, armazéns de açúcar e pau-brasil, mercados de escravos e outros produtos, orbitavam em torno de seu porto. Poderia-se dizer de um Recife como uma miniatura de Amsterdam. Ao tempo de Nassau e do Alto Conselho, não tínhamos apenas os pequenos lucros, mas os grandes lucros (*grootte profijten*). O Recife possuía uma população de mais de 3 mil pessoas, a ilha de Antônio Vaz vivia em meio a um violento processo de especulação imobiliária. Enfim, pelo menos nos limites destes dois burgos, o comércio vicejava e era interessante a proximidade com eles. As possibilidades de contato com várias partes do Atlântico poderia despertar em indivíduos como o Jaques Hack e Gaspar Dias Ferreira o desejo de

⁶²⁸ NEME, op. cit., p. 222.

empreitadas mercantis com a África Centro-Occidental e com o Caribe. Não é à toa que foi por essa época que a ilha de Barbados deu início às suas primeiras plantações de cana-de-açúcar a partir de pessoas que estiveram em Pernambuco. Sobre Gaspar Dias Ferreira, afirmou José Antônio Gonsalves de Mello que “era um tipo de aventureiro intelectual, com boa instrução latina e autor de escritos muito interessantes; baseou-se e sua amizade com Nassau a sua ambição de riqueza”.⁶²⁹ Por isso depreendemos a importância, sobretudo para Nassau, da indicação de seu nome para escabino de Olinda.

As possibilidades de progredir comercialmente é um fator que liga uma influência local (ou uma ocupação no poder local do Recife) através de um cargo judicante aos objetivos de expansão econômica.

No caso mencionado acima acerca da desqualificação de Pero Lopes de Vera para a condição de eleitor e escabino de Olinda, ainda que este fosse proprietário de dois engenhos em Serinhaém (engenho Serinhaém e São Braz), isto não lhe garantiu assento entre os escabinos.

Na definição da alçada dos escabinos, ficou determinado que os mesmos atuariam em sentenças de um valor até 100 guldens. Isto já foi referido por Hermann Waetjen e José A. Gonsalves de Mello. Contudo, não foi uma decisão repentina. Ela só veio expressa quase um mês após a eleição dos escabinos em setembro de 1637.⁶³⁰ O que nos interessa neste caso dos limites das sentenças dos escabinos (e a decisão se estendeu à todas as câmaras ‘*dat alle camaras sullen mogen bij arrest setencieren ...*’) é que foi algo que não foi decidido instantaneamente. Pelo contrário, foi necessário praticamente um mês para que essa decisão fosse tomada. Isso demonstra que a implantação do escabinato não era algo monolítico e automático. Pelo contrário, estava-se tentando um modelo de administração local presente nos países do norte da Europa nos trópicos. Por mais que a instituição tentasse preservar a sua origem, os problemas com os quais ela lidou no Brasil foram bem diversos daqueles vivenciados nos Países Baixos.

⁶²⁹ MELLO, op. cit., p. 52.

⁶³⁰ IAHGP. Coleção José Higyno. Dagelijckse Notulen. 27/10/1637. Na qual se lê: “op het versouck van de schepenen van Olinda te weten I wat saecke sende tot wat waerde ofte somme sij bij arrest sullen mogen sententierenen sijn her datter appel van haere setencie mochte wellen. Soo is met sijn Excellentie goet gevonden dat alle camaras sullen mogen bij arreste setentieren in saecken die maer een hondens guldens ende daer beneden waerdigh sijnde”.

Por vezes, Nassau e o Alto Coselho eram consultados pelos escabinos de Olinda. Em fins de 1637, o Alto Governo foi consultado a respeito do pagamento de capitães-do-mato para a captura de escravos fugidos dos engenhos daquela jurisdição. O representante dos moradores foi o escabino Gaspar Dias Ferreira. Sobre o assunto foi aconselhado que os capitães-de-mato deveriam receber 150 guldens anualmente.⁶³¹Essa figura do escabino enquanto mediador entre os moradores e o Alto Governo pode ser visto neste caso acima. Teoricamente, eles deveriam ser os olhos do Alto Governo nas localidades. O que Gaspar Dias Ferreira observou nos engenhos da jurisdição de Olinda era que a plantação de mandioca no ano de 1637 tinha sido bastante exígua, daí certamente a necessidade de se ter mais negros para o plantio.⁶³²Esse caso do pagamento de capitães do mato jogava a instituição dos escabinos num emaranhado de problemas estranhos aos Países Baixos. A imersão neerlandesa diretamente no mundo da escravidão, desde a compra diretas de cativos em São Jorge Mina e Luanda até a captura de escravos fugidos, reverberava nas instituições do poder local representado pelos escabinos. Vivia-se no Brasil uma espécie escabinato à maneira atlântica. Nesse sentido, qualquer reflexão sobre a experiência dos escabinos no Brasil deve levar em consideração a seriedade que isso implicou. Essa não foi uma experiência simplesmente inócua, como tenta parecer Mário Neme ao esvaziar o papel dos escabinos no Brasil.

Seis meses depois da implantação das câmaras de escabinos na Paraíaba e Olinda, chegou a vez do ‘distrito’ de Igarassu, de menor jurisdição que os demais. Foram indicados para eleitores:

1. Sebastião Lopes da Fonseca
2. Inácio Paes de Chaves
3. Sebastião Gomes Machuca
4. Sebastião Vieira
5. João Dias Leite
6. Domingos Mendes Braga

⁶³¹ Idem, 30/12/1638. na qual se lê: “ De cameran van Olinda vooderen versoercht sijnde ons met haer adveijs te ... wat ordre bequamelijcke sonde gestalt werderop de captos do campo ende haere soldadten, soo geconpacert de shepen Gaspar Dias Ferreira ende gehoort sijn advijs. Is geresolveert dat men de captos do campo ijder jaerlicx aen gagie van f. 150.

⁶³² Idem. No qual se lê: “ Alsoo voor desen de Camara van Olinda wat voor gehouden, hoe dat de inwonderen dit jaer wienich mandioque oft rossas souden planten also se alle hare negros gebruyckten”.

7. Thomé Gomes
8. João Freire
9. Marcus Dias de Lucena

Foram eleitos os seguintes nomes:

1. Sebastião Lopes da Fonseca
2. Sebastião Vieira
3. Domingos Mendes Braga

De menor jurisdição, Igarassu não precisou de nenhum holandês. No primeiro relatório redigido por Nassau no Brasil, em 1638, nenhum dos nomes acima aparece como proprietários de engenho em Igarassu. Ou situavam-se na classe dos lavradores, ou na dos comerciantes.⁶³³ Um dos senhores-de-engenho em Igarassu era o cristão-novo Domingos da Costa Brandão, que pode ter sido excluído da câmara dos escabinos pela sua ascendência judaica, tal qual Pero Lopes de Vera. Costa Brandão era proprietário do engenho Jaracutinga, sob a invocação de São Filipe e Santiago. Segundo depoimentos à inquisição recolhidos de alguns cristãos-novos, Domingos da Costa Brandão já residia no Recife à época da invasão (1630) e exercia também a atividade de comerciante em Olinda.⁶³⁴

Olinda, ao contrário tinha uma jurisdição que ia até Ipojuca, no litoral sul. Era o maior distrito e abarcava várias freguesias, desde a Várzea do Capibaribe até o Cabo de Santo Agostinho. Essa jurisdição de Olinda, sob os holandeses, correspondia à jurisdição de Olinda sob os portugueses.

Na Paraíba, um ano após a primeira eleição, o sistema de jurisdição local foi repensado. Foi decidido por Nassau e pelo Alto Conselho que a câmara da Paraíba seria constituída por três neerlandeses e dois portugueses. Também foi decidido que, todo ano,

⁶³³ MELLO, op. cit., p.89. *Breve discurso sobre o Estado das quatro capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*. Segundo o relatório, dos oito engenhos de Igarassu, constavam como proprietários os descendentes de Pero da Rocha Leitão (que foi enforcado no Arraial Velho do Bom Jesus por ter se correspondido com os holandeses), Manuel Jácome Bezerra, Domingos Velho Freire, Gonçalo Novo de Lira, Domingos da Costa Brandão, João Lourenço Francez e um outro pertencente à Ordem dos Beneditinos.

⁶³⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: Judeus residentes no Brasil Holandês (1630-54)*. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol.51. Recife, 1979, p. 67.

permaneceriam dois escabinos do ano anterior (*soo is ook geresolveert alle jaren twee van de oude schepenen te continuiren*).⁶³⁵ Essa regra foi descumprida, como no caso de Porto Calvo citado acima.

Aos poucos, o que seria, segundo alguns historiadores, um “modelo ideal” de administração das localidades, mostra os seus desconfortos e problemas. Da parte neerlandesa, havia sempre medo de uma traição por parte de algum escabino português. Mauricio de Nassau e o alto Conselho, no caso citado acima da maioria de escabinos na câmara da Paraíba, acataram uma reclamação dos escabinos holandeses preocupados com a maioria portuguesa naquela jurisdição. O Alto Governo chegou a considerar a medida como “mais segura para nosso estado” (*securder voor onsen staet*).

Na segunda eleição para a câmara da Paraíba em 1638, foi feita a seguinte lista de eleitores:

1. Geraldo Mendes
2. Rafael Carvalho
3. Duarte Gomes da Silveira
4. João do Souto
5. Francisco Camelo de Valcácer
6. Manoel D’Azevedo
7. Meuno France
8. Eduart Munickhoven
9. Gijsbert Dionijs

Nessa nova lista para eleitores na Paraíba ingressaram os senhores de Engenho João do Souto (engenho Santa Luzia) e Duarte Gomes da Silveira (engenho Salvador). Não apenas as listas de escabinos eleitos podiam ser modificadas, mas também as relações de eleitores. Essa “proposição” dos eleitores por parte do governo holandês colocava no poder local elementos holandeses sobretudo ligados ao comércio.

Dos antigos escabinos, permaneceram Jan van Pol e Manuel D’Almeida. O novos eleitos foram:

⁶³⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 25/07/1638. A notulen deixa bem claro que estes escabinos não podem permanecer por mais de dois anos consecutivos (“Hets evenwel dat se niet meer als enns twee jaren achter den anderen mogen dienen, nider den derden jaer moeten geexcuseert warden”).

1. Alonso França
2. Geraldo Mendes
3. Eduart Munickhoven

Essa constante regulação das esferas locais contrasta com a experiência municipal nos Países Baixos. Um estudioso da história da Companhia das Índias Ocidentais, W. J. van Hoboken, chamou a atenção para a autonomia municipal neerlandesa e a sua relação com a prosperidade econômica dos Países Baixos. Levando em consideração alguns argumentos de Huizinga, observou Hoboken que:

“Ele [Johan Huizinga] rejeita a idéia de que a Holanda deveu a sua prosperidade econômica ao desenvolvimento de idéias econômicas avançadas. Pelo contrário, foi essencialmente o velho princípio medieval da liberdade municipal que continuou a dominar a vida econômica. Huizinga assinala que o vigor interno da estreita organização municipal não foi suficiente para explicar o extraordinário crescimento da jovem República; foram antes as condições políticas da Europa que permitiram aos habitantes dos Países Baixos utilizarem-se plenamente da sua liberdade e das suas capacidades inatas”.⁶³⁶

O argumento de Hoboken, levando em consideração parte do pensamento de Johan Huizinga, considera a fundação da Companhia das Índias Ocidentais como consequência da liberdade política de um povo que herdou da Idade Média a autonomia do poder local. Contudo, no Brasil holandês, esses poderes, pulverizados na *conquesten*, não eram autônomos na medida em que respondiam às instruções do Conselho Político e de Nassau e o Alto Conselho. Afasta-se então a falsa idéia de democracia do escabinato brasileiro.

Se na esfera do comércio portugueses e halandeses se entendiam, o mesmo não se pode dizer das questões cíveis e criminais. Por vezes, a interferência do Alto Governo (Nassau e o Alto Conselho) se fazia necessária na aplicação do direito nas localidades.

⁶³⁶ HOBOKEN, W. J. van. A Companhia das Índias Ocidentais: fatores políticos da sua ascensão e declínio. In. Revista do IAHGP. Separata do vol, 49. Recife, 1977, p. 309.

Passado um ano da primeira eleição para escabinos, o Alto Governo achou prudente que o Alto Conselheiro Serveas Carpentier e o Conselheiro Político Johan Boedecker

“formulassem instruções para os escoltetos⁶³⁷ e escabinos em matérias de policia e justiça bem como ordenações sobre matéria de casamentos e outros necessárias ao melhor governo. As instruções devem ser estendidas aos secretários dos escabinos”.⁶³⁸

Como visto, as “instruções” deveriam ser estendidas aos assessores dos escabinos para que não houvesse confusão no limite de suas jurisdições .

Analisando a instituição dos escabinos, Mário Neme destacou que a própria Holanda carecia de uma estrutura jurídica orgânica ao nível dos municípios. Daí, a seu ver, a ausência, no Brasil holandês, de “um corpo de legislação geral, um corpus júris que contemplasse o direito publico, o direito privado, o direito penal, o direito processual civil e criminal [...]”.⁶³⁹ O poder local existia com leis e costumes das províncias da Holanda e da Frísia Ocidental. Era apenas uma adaptação de costumes provinciais dos Países Baixos em instituições locais na América portuguesa. Baseado no argumento da “vazio normativo” das câmaras dos escabinos, Mário Neme fechou a questão afirmando veementemente que “talvez em nenhuma parte do mundo ocidental de então a garantia de direito dependeu tanto da personalidade dos juizes quanto no Brasil holandês”.⁶⁴⁰

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o autor de *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês* critica o principio de representatividade do poder local no Brasil holandês, exarceba o caráter representativo da câmara no Brasil colonial denominando-a como uma instituição de “caráter democrático indiscutível”. Em relação a isso, os estudos mais recentes acerca do município no império português tem desmentido às largas esta visão do poder local. Para afirmar o que afirmou, Mário Neme se apoiou no fato de que

⁶³⁷ Exerciam função policial e fiscalizavam os escabinos.

⁶³⁸ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. Na qual se lê: “[...] om te formeren instruction voor de scholtetten ende schepenen in politie ende justitie, als mede ordenantien over huwelijxsaecken ende andere tot better regeringe nodig sullen beconden warden, ales mede instruction voor secretarissen van de schepenen [...]”.

⁶³⁹ NEME, op. cit., p. 220.

⁶⁴⁰ Idem.

“as câmaras municipais do Brasil já haviam nascido conformadas e reguladas por um corpo de leis que lhes dava não só um caráter democrático indiscutível, mais ainda um razoável grau de autonomia, desconhecido em países mais evoluídos da época”.⁶⁴¹

Ocorre que o “corpo de leis” ao qual estavam subordinados os poderes locais no Brasil nem sempre funcionava na prática. Julgar um melhor ou pior funcionamento de um poder local pela existência ou não de um conjunto de leis orgânicas seria não considerar a diferença entre o direito nos livros e o direito na vida, como ressaltou recentemente António Manuel Hespanha. Assim, Mário Neme comungava de uma perspectiva

“em que o poder era algo produzido pelo direito, nos lugares designados pelo direito, com os agentes nomeados pelo direito e sob as formas prescritas pelo direito. Este encerramento jurídico do poder atenuou-se um tanto com o advento das instituições que, pelo menos, distinguiu mais claramente o direito dos livros (*law in the books*) do direito tal como ele era vivido no quotidiano (*law in action*).⁶⁴²

Também não parece plausível, ainda segundo Mário Neme, que a Companhia das Índias Ocidentais fosse apenas uma organização comercial desprovida de ordenamento jurídico ou necessariamente incapaz totalmente de conduzir um processo de conquista e expansão territorial e comercial. O que é justo observar é que a mesma encontrava-se ainda em seu estágio inicial de vida e, por isso mesmo, muitas “experiências” eram feitas em matéria de administração colonial ultramarina. Vigorava, na experiência do escabinato no Brasil, o *law in action*.

A segunda eleição para a câmara de escabinos de Olinda (em junho de 1638) deu a maioria para os holandeses. Dos escabinos da primeira gestão, ficaram Willen Doncker e Gaspar Dias Ferreira, aos quais se juntaram Gaspar van Niehof van der Ley, Samuel

⁶⁴¹ Idem, p. 225.

⁶⁴² HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: Modos e Governar: idéias e práticas políticas no Império português. Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). – São Paulo: Alameda, 2005, p. 39.

Halters e Luiz Brás Bezerra. Enquanto isso, para câmara de Igarassu, foram nomeados: Francisco Dias de Oliveira, João Lourenço Francez e Leonardo Dias. Algumas considerações podemos fazer em relação a lista de eleitores das câmaras de Olinda e Igarassu. A primeira delas é que, em ambos os casos, alguns nomes foram substituídos em relação à primeira eleição. No caso de Olinda, nesta segunda eleição, a quantidade de eleitores se reduziu bastante em relação à primeira, de 23 nomes para 15. Ao mesmo tempo, foram nomeados para escabinos, na freguesia de Serinhaém, Miguel Fernandes de Sá, Gaspar Correia Réguo e Francisco de la Tour.⁶⁴³

Poucos dias depois, o Conselho Político preparou a lista de elitores do Rio Grande (do Norte). Os primeiros eleitores do Rio Grande são os seguintes:

1. Simão Nunes Correia
2. Francisco Mendes da Fonseca
3. João Borges Souto Maior
4. Estevão Machado
5. Manuel Roiz Pimentel
6. Domingos Carvalho DAzevedo
7. Diogo Dias Soares
8. Pero Xará Ravasco
9. Manuel Pinheiro
10. João Leitão Navarro
11. Filipe Parede
12. Jan Bonania (?)
13. Joorge Gaartzman

Finalmente, foram indicados por Nassau e pelo Alto Conselho para a função de escabinos no Rio Grande:

1. Domingos Carvalho DAzevedo
2. Pero Xará Ravasco
3. Manuel Pinheiro

⁶⁴³ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 26/06/1638.

4. Andries Classen Quartz

O que, de início, podemos observar nessa primeira lista para escabinos na capitania do Rio Grande é que nela predominam praticamente portugueses. Outra observação é de que o nome de Andries Classen Quartz, que não estava na lista de eleitores, foi incorporado aos escabinos escolhidos pelo Alto Governo. Essa predominância de nomes portugueses na lista de eleitores do Rio Grande poderia significar desleixo da administração da WIC nessa região? Certamente não, uma vez que se tratava de um distrito estratégico no Atlântico sul, uma vez que servia de ponto de escala para os navios que iam ao Ceará, Maranhão e Caribe. Além do que a quantidade de sal e madeira era extraída daquela região em escala considerável. Ainda no início da invasão neerlandesa em 1630, a coroa ibérica chamava a atenção para o risco dos holandeses atingirem o Rio Grande e o Ceará para não se servirem da madeira de boa qualidade que havia naqueles lugares.

Nesse distrito do Rio Grande, temos que o que menos importava à WIC era a quantidade de açúcar produzida. Não se tratava de uma região como a capitania de Pernambuco, com uma quantidade considerada de engenhos. Segundo um relatório de 1638, existiam apenas dois engenhos na capitania do Rio Grande, que estava subdividida em quatro freguesias. Ainda segundo este relatório, efetuado um ano após a chegada de Maurício de Nassau, a principal atividade do Rio Grande era a pecuária. As quatro freguesias que aí existiam ficaram sujeitas a apenas uma câmara de escabinos.

Da principal contribuição desta capitania para a Companhia, o relatório acima deixa saber que ela “já está dando muito gado, que é conduzido para a Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, onde parte dele forma novos currais e parte é utilizada para o corte e para trabalhar nos carros e nos engenhos”.⁶⁴⁴ Do primeiro ano de atividade da câmara no Rio Grande, o relatório também considerou que:

“A câmara desta capitania está em Potigi (Potengi) com licença de S. Excia e dos Altos e Secretos Conselheiros, trabalhando para agregar aí uma população que dê

⁶⁴⁴ *Breve Discurso sobre o estado das quatro Capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de Janeiro de 1638*. In: MELLO, op. cit. p. 95.

começo a uma cidade; dará ai suas audiências, e para este fim levantará uma casa pública, com a contribuição dos moradores, cada um conforme suas posses”.⁶⁴⁵

Vale registrar que este relatório, tendo sido o primeiro realizado após a chegada de Mauricio de Nassau, como bem observou José Antônio Gonsalves de Mello, faz questão de registrar a tarefa dos escabinos na conquista. Do resumo da atuação dos “colégios subalternos de justiça” (maneira como foram tartadas as câmaras dos escabinos), registrou-se o seguinte:

“Há alguns meses que os colégios dos escabinos se acham instalados e funcionam, mas até o presente não tem sido possível que procedam conforme as ordenações e o estilo da Holanda e Frisia Ocidental, primeiro porque é coisa muito grave fazer com que um povo inteiro mude de leis, ordem e estilo, e aprenda um novo estilo; e segundo por causa da diferença da língua, e por ser difícil verter as nossas ordenações do holandês para o português, no que entretanto estamos muito empenhados, e em breve lhes daremos traduzidas em português as ordenações sobre coisas de justiça, tanto quanto forem concernentes a esses colégios”.⁶⁴⁶

Como já foi afirmado anteriormente, as Câmaras de escabinos funcionavam como tribunais de primeira instância, enquanto que o Conselho Político era o tribunal ao qual os moradores poderiam apelar em segunda instância. A relação entre essas duas instâncias da administração nem sempre era pacífica. As listas de escabinos nas diversas jurisdições eram “preparadas” por conselheiros políticos. Pelo menos nesse propósito, havia interferência de uma esfera em outra. No primeiro relatório feita por Nassau acerca da *conquesten* que referimos acima, a preocupação com o conhecimento jurídico, por parte do Governo Supremo, é maior para o Conselho Político. Isso assim se justifica:

“Como as principais funções do Colégio dos Conselheiros Políticos dizem respeito à justiça, é da mais alta conveniência que as exerçam alguns juristas, que não somente tenham aprendido a teoria na Academia, mas também, se for

⁶⁴⁵ Idem.

⁶⁴⁶ Idem, p. 97.

possível, tenham freqüentado os tribunais durante alguns anos e sejam instruídos na prática e com experiência nela”.⁶⁴⁷

Ao tratar dos escabinos, parece que a maior exigência não era necessariamente o domínio dos conceitos e práticas jurisdicionais, mas sim a preocupação com a idoneidade dos componentes das câmaras. Nassau se referiu aos escabinos como “colégios subalternos de justiça”. As “instruções” legais eram passadas pelo Governo Supremo (Nassau e o Alto Governo) e, ocasionalmente, pelo Conselho Político aos escabinos.

Em 19 de janeiro de 1639, um escolteto (policial) de Itamaracá havia consultado a câmara de escabinos daquela jurisdição acerca das “instruções” que deveriam dar aos “capitães de campo” ou capitães de mato.⁶⁴⁸ A maneira da administração local em lidar com os problemas do cotidiano, pelo menos para os holandeses, exigia algum tipo de instrução ou ordenamento por escrito.

As relações nem sempre amistosas entre os escabinos e o Conselho Político poderiam colocar em dúvidas os limites de ação deste órgão da administração batava. O colégio dos conselheiros políticos não queriam ver o seu poder diminuído, como fora certa vez mencionado numa missiva. Era necessário o apoio de Nassau e do Alto Conselho no estabelecimento da autoridade deste conselho (*en wilde hopen dat sijn Exc ende E E het recht ende authoriteit van de Herren Politijcque Raden*).⁶⁴⁹ A idéia de reforço d autoridade do Conselho Político foi bem expressa aos Senhores do XIX e aos Estados Gerais dos Países Baixos foi uma constante. Em meados de 1640, Nassau e o Alto Conselho reforçaram o primado da “administração da justiça” pelo Conselho Político. (*Goede ordre te stellen op de Administratie van justitie, onde de Politique Raden, em allen anderen dieneren van de Compie, daer toe te houden [...]*) Nessa

⁶⁴⁷ Idem.

⁶⁴⁸ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse notulen. 19/01/1639. Onde se lê: “Joahannes Lustry, schout in de Capitanía van Itamarica bij requeste van wegende Camere van de selve capitanía, versouckende opt tractemente ende instructie voord den Cap de campo, waerop een person mochte verwitlich worden die chargie aen te nemen”.

⁶⁴⁹ Cartas e papéis do Brasil (Elias Herckmans ao Consalho dos XIX) 1640 (escrita na época do ataque do Conde da Torre). Na qual se lê: “sich onderstaen heeft den Gecommitteerden Politijcken Raede te ontrecken (retirar) het recht, authoritijt en respect dat volgens instructie en commissie bij de E. Vergaderinge van XIX denselve toegelijt (permitir) is ,...” “en wilde hopen dat sijn Exc ende E E het recht ende authoriteit van de Herren Politijcque Raden noch meer sonden willen verminderen (diminuir, minorar) ende betroyen, waerop naer naer een cleijn gespreck nuy gelast worden int vertreck te gaen ,...”

missiva, seguia ainda, endereçada a Nassau e ao Alto Conselho, algumas instruções em forma de artigos. (*dat ook het Collegie der Politique Raden volgens het articule van haerlieden instructie wert gelast den Gouverneur ende de Hooge Raden onderweerden te sijn, ende gehouden deselve [...]*)⁶⁵⁰

Nas jurisdições da Paraíba e Olinda, os assessores das respectivas câmaras relataram ao Governo Supremo o problema em se atravessar os carregamentos de açúcar pelos passos dos rios Tiberi (Paraíba) e no Varadouro (Olinda). O problema, reportado ao Alto Conselho e a Nassau exigiu uma “ordenância provisória” (*provisionelle ordenantie*).⁶⁵¹ Uma problema local, neste caso da travessia e acondicionamento de açúcar em duas jurisdições se constituía em problema para o Governo Supremo que esperava pela sua resolução. Os escabinos, que poderiam interferir em questões administrativas locais, ficaram de fora da decisão final. No caso da Paraíba, mais distante do Recife, o problema do transporte de açúcar também não foi solucionado localmente. No auge da presença holandesa no Brasil, quando muitos engenhos haviam retomado a sua produção, alguns problemas persistiam e encontravam a suas resoluções a nível do poder centralizado em Maurício de Nassau e do Alto Conselho. Essa centralização do poder decisório por si só retira a condição de executor local da administração pelos escabinos e os colocavam algumas vezes na condição meramente de relatores dos problemas locais.

Uma função importante desempenhada pelos escabinos era a fiscalização das roças de mandioca. Da Paraíba, em dezembro de 1639, o Alto Conselheiro Daniel Alberti informava que as roças da Paraíba foram visitadas pelos escabinos daquela capitania e que a produção estaria em tono de 300 alqueires. Deu conta também de que lá as famílias sustentam também da cultura do milho.⁶⁵² De fato, na Paraíba, os planos de Nassau e do Alto Governo começariam a ser minados. Em início de 1640, já se tinha notícia que Vidal de Negreiros havia percorrido a região do Tiberi, nas proximidades de um engenho

⁶⁵⁰ Brieven en Papieren uit Brasilie, carta de Nassau e do Alto Conselho aos Estados Gerais e ao Conselho dos XIX. 13/12/1640.

⁶⁵¹ Idem, 07/02/1639.

⁶⁵² IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 21/12/39. na qual se lê: “ Ontfangen een missive van de Heer Daniel van Paraíba, inhoudende onder anderen dat de schepenen van Paraíba de geheele capitania door geweest waeren om te rossas te besichten, end dat deselve rapporteerde soo grooten gebreck van farinha over al te sijn [...]

pertencente a Josias Mariscal.⁶⁵³ Certamente, aqueles escabinos luso-brasileiros que, na Paraíba, alimentasse um desejo de se ver livre do jugo neerlandês, poderiam, em face dessas incursões dos luso-brasileiros, boicotar as ordens de Nassau e do Alto Conselho. Soma-se o fato de que, pela mesma época, vazava o alerta de que uma armada espanhola havia sido vista no litoral da Paraíba.⁶⁵⁴ Essa era uma guerra silenciosa, diferente daquela vivenciada nos primeiros anos da presença holandesa no Brasil. O desejo secreto de alguns moradores portugueses em se verem livres deve ter sido alimentado sobretudo por causa dos tiros de canhões espanhóis que puderam ser ouvidos à noite do dia 10 de janeiro (...*dat de sapaensche schepen des nachts veel canoschoten hadden gedoen*)

Não era só a Paraíba que se viu, na perspectiva holandesa, ameaçada pela incursão de luso-brasileiros. O medo se estendia para os ditritos ao sul do Recife, como o Cabo de Santo Agostinho e Serinhaém. A ameaça de uma invasão da armada espanhola mencionada acima provocou um deslocamento de tropas para esses lugares, sobretudo porque “os inimigos passaram próximo a Serinhaem” (*den vijant beneden serinhain waeren gepasseerte*).⁶⁵⁵ Foi resolvido por Nassau e pelo Alto Conselho o envio de cinco companhias de soldados para os distritos do sul de Pernambuco. A missão certamente tinha o duplo objetivo de proteger aqueles territórios bem como evitar o contato de moradores locais com as tropas de Filipe Camarão. Eram essas as tensões a que estavam submetidos os escabinos nas diversas *jurisditien* do Brasil holandês. Nesse sentido, os escabinos tinham que lidar com um constante clima de iminente combate. Não era, pois, uma condição normal de exercício do poder local.

Se, como consideramos, acima, os escabinos não representavam um *self government* na conquista batava, muito menos o era em situações de perigo iminente, em que se viam cercados e vigiados por tropas da WIC. Esse estado de tensão quebra, por si só, a perspectiva dos *anos miribilis* do governo de Maurício de Nassau. Soma-se o fato de que o deslocamento de tropas para as localidades poderia, de uma hora para a outra, provocar atritos entre as populações locais e os próprios soldados da WIC.

⁶⁵³ Idem, 11/01/1640.

⁶⁵⁴ Idem.

⁶⁵⁵ Idem, 15/01/1640. Onde se lê: “ Irm is geresolveert noch vijff compagnien onder den Sergent major Crayt van Cabot en wachten, ende de Colonel Hans van Hoin soot e senden waarmede hij over de duijsent man sterck sal sijn, ende gelast dat hij daarmede Camaron soude gemoet trecken...]”

As fontes neerlandesas dispostas na Coleção José Higyno (as Atas do Governo Holandês e as Cartas do Brasil) não nos mostram um número grande de excessos cometidos por militares da WIC e civis locais, muito embora isso já tenha sido encontrado desde o trabalho de Hermann Waetjen e José Antônio Gonsalves de Mello. A ocupação neerlandesa certamente aumentou as populações das localidades pelo número de soldados das guarnições em todas elas. Em março de 1640, tal era a distribuição dos efetivos por localidades ⁶⁵⁶:

Serinhaén	8 companhias e 200 brasilianen
Cabo de Santo Agostinho	7 companhias e 100 brasilianen
Candelária (Entre o Recife e o Cabo)	8 companhias e 150 brasilianen
Pau Amarelo	9 companhias e 300 brasilianen
São Lourenço	3 companhias e 150 brasilianen
Itamaracá	3 companhias e 300 brasilianen
Goiana	800 brasilianen
Cabo Branco (Paraíba)	150 brasilianen

Dada a relação parcial de soldados nas localidades, é de se presumir que houvesse constantes choques entre eles e a população local, sobretudo nos períodos de pouca comida para as guarnições.

Outro caso encontrado numa *brieven* nos mostra bem o desconforto dos escabinos nas localidades. Foi sabido que um grupo de monges beneditinos que moravam no engenho Massurepe, em Igarassu, mantinham contatos através de cartas com luso-brasileiros na Bahia. Diante disso, a administração superior ficou com receio de um movimento de revolta luso-brasileira (*om de alarm ende revolte onder de Portuguesen ontstecken*) e incumbiu os escabinos da jurisdição de Igarassu a tomarem informações acerca desse fato. ⁶⁵⁷ Provavelmente, a essa altura, as autoridades neerlandesas confiassem mais nos escabinos neerlandeses que mesmo nos luso-brasileiros. Esta função

⁶⁵⁶ IAHG. Coleção José Higyno. *Brieven en Paieren uit Braslie*. Foi omitido aqui o número de soldados nas guarnições do Recife pelo fato de que aqui influência dos escabinos (câmara de Olinda) ser ofuscada pelo Conselho Político, Alto Governo e Nassau.

⁶⁵⁷ Idem.

de descobrir qualquer denúncia de ameaça à ordem da WIC no governo do Brasil nas localidades dava uma dinamicidade às atividades dos escabinos, demonstrando assim o cotidiano da administração local. Diante de uma ameaça de invasão por tropas de Espanha e Portugal, o Alto Governo holandês redimensionava a função dos escabinos, passando de judicantes para investigadores.

A grande extensão da conquista levou Nassau e o Alto Conselho a considerar as dificuldades de comunicação entre a administração superior e as localidades. A reclamação era que as ordens vindas do Recife não estavam sendo, nas localidades mais distantes do Recife, prontamente atendidas.⁶⁵⁸ Achou-se necessário um maior número de conselheiros políticos em algumas partes da conquista, que foram as seguintes: Paraíba, Itamaracá, Serinhaém ou Porto Calvo e Rio São Francisco. Nesse sentido, Nassau e o Alto Conselho concluíram ser necessário que estas “partes da conquista” (*quartieren*) “fossem ocupadas por Conselheiros Políticos” (*waer Polityeque Raiden geoccupeert werden*). Para tal, era preciso que fossem enviados dos Países Baixos mais 4 pessoas para o cumprimento desta missão, “dos quais nós precisamos de mais um ou dois conselheiros que residam naquelas áreas, e que possam dirigir os negócios da Companhia”. (*Ondertuschen sullen Uld. seer wel doen nach 4 Politijcque Raiden te senden, op dat wij noch een aff twee in affgelegene plaetsen daer die seer nodich sijn mogen doen resideren, ende des Compies saecken dirigeren*)⁶⁵⁹ Esta *brieven* mostra bem a preocupação de Nassau e do Alto Conselho com o andamento da administração local de seus interesses. O medo de uma revolta por parte dos luso-brasileiros era constante e, ademais, a administração superior sabia que os escabinos portugueses seriam um perigo para o andamento da justiça local. Os Conselheiros Políticos, ao contrário, tendiam a ser mais fieis à WIC que os escabinos portugueses.

A implementação de uma administração local no Brasil holandês era uma tarefa difícil. Os casos acima nos apresentam uma administração nassoviana minada por insatisfações e precariedades na condução da justiça nos vários locais da *conquesten*. As

⁶⁵⁸ Idem. Na qual se lê: “Alsoo de cust van Brasil sô verre die hij de Compie is geconquesteert, over de 100 mijlen is streckende, sô is bevonden dat in alle onse ordre ende bevelen soodanich, noch sôo promptelijck werden geexecuteert als de geode regieringe tot weltland van de Compie was vereijshende”.

⁶⁵⁹ IAHP. Coleção José Higino. Brieven en Papieren uit Brasilie. 02/03/1639. Nessa mesma missiva, José Antônio Gonsalves de Mello nos apresentou a criação de uma câmara de escabinos na Cidade Maurícia (Recife e Antônio Vaz). (ver. MELLO, Tempo dos Flamengos, pgs. 61-62)

coisas da administração eram mais claras e visíveis no Recife e Olinda do que mesmo nos locais mais distantes ao norte e ao sul do centro político-administrativo. Especialmente no Recife, onde residiam Nassau e o Alto Conselho, a fiscalização era mais eficiente que em Porto Calvo e Paraíba, por exemplo.

Na proximidade de um ataque externo, como foi o promovido pelo Conde da Torre, em 1640, Nassau e o Alto Conselho expediram uma *instructie*⁶⁶⁰, espécie de regimento momentâneo que guiasse as tropas nas suas ações contra os ataques luso-brasileiros. A *instructie* datada de 17 de abril de 1640, chamou à responsabilidade elementos do Alto Conselho, do Conselho Político e oficiais militares. Deixou de fora os escabinos em suas diversas jurisdições. Soma-se o fato de que, nesses momentos de possíveis confrontos, Nassau e o Alto Conselho retirava das localidades os conselheiros políticos, um dos principais observadores dos escabinos junto às autoridades centrais.

Numa segunda *instructien*, emitida antes de uma expedição ao Rio Real, Nassau enviou com as tropas o conselheiro político Nieulant.⁶⁶¹ Repetia-se aqui a mesma fórmula utilizada antes da chegada de Nassau e do Alto Conselho: o poder civil (representado pelo Conselho Político) acompanhando o poder militar. Nessa situação, as localidades ficavam à mercê única e exclusivamente dos escabinos.

A mobilidade social a que poderiam ter acesso os senhores de engenho menos abastados no Brasil Holandês é algo que não pode ser desprezado, sobretudo em locais aonde a produção de açúcar não era tão significativa como na capitania de Pernambuco. Na Paraíba, por exemplo, a pobreza de seus moradores, em relação a Pernambuco, foi percebida pelo Alto Conselheiro Elias Herckmans. O mesmo não deixou de observar que esta “capitania é uma nova Província que é habitada por portugueses há pouco tempo, e há não mais que 50 anos se planta açúcar lá. O povo ai não é muito rico [...]”.⁶⁶² Em

⁶⁶⁰ IHGP. Coleção José Higinio. Brieven en Papieren uit Brasilie. 17/04/1640. Tal expedição rumaria na direção sul de Pernambuco. “*Instructie van wegen sijn Excell J. Maurits; Grave van Nassau etc. als Gouverneur, Cap. ende Admiraal General over de Conquesten van Brazil, mitsgaders de Ed. Heren van de Hoogen ende secreten Raide voor den Ed. Manhaften Heer Jan corneliszen Lichthart, Leuten Admiraal van sijn welgemelde Excie ende de Heere Charles de Toulon, commandeur over de militaire tropen, gaende op de aenstende expeditie suidwaerts*”

⁶⁶¹ Idem, 23/05/1640. “*Instructie van wegen sijn Excie voor den Ed. Gestrongen Hans van Koin Colonel gaende als hoofd ende het generael commando hebbende over de troupen ende de scheepen die men voornemmers is aen Rio Reael oft daer ontraent op des viants boden, dese naest maenden te doen logieren ende onderhouden*”.

⁶⁶² Idem, 08/09/1640. Carta de Elias Haerckmans ao Conselho dos XIX.

1643, um ex escabino de Olinda adquiriu um engenho “no distrito de Igarassu”. O mesmo não consta na lista dos produtores de açúcar na Capitania de Pernambuco antes da invasão.⁶⁶³

Os “julgamentos” dos escabinos poderiam, quase sempre, aparecer em forma de propostas ao Governo Supremo. Esse foi o caso dos escabinos da Cidade Maurícia que apresentaram a administração superior uma espécie de “tabelamento” dos preços do pão, da cerveja e do vinho.⁶⁶⁴ Naturalmente, tratando-se da mais importante câmara de escabinos da *conquesten* holandesa, a questão dos preços destes produtos tem importância pelo maior consumo destes produtos nos limites do centro político-administrativo. Naturalmente, a demanda por decisões da população do Recife e de Antonio Vaz colocavam os escabinos no centro das reclamações da população local, mas não como árbitros finais dessas reivindicações. Em localidades mais distantes, como no Rio Grande (do norte), os escabinos poderiam ter uma maior autonomia, sobretudo quando se tratava de situações extremas. No início de 1643, um incidente envolvendo um *comandeur* de índios, Jacob Rabbi, levou a que os escabinos desta capitania tomassem a decisão de prendê-lo. Evidentemente, em primeiro lugar, a decisão teve que ser comunicada ao Alto Conselho e a Nassau.⁶⁶⁵

No mesmo Rio Grande foram separadas as jurisdições de Potengi e Cunhau, cada qual com o seu conselho (*vergaderinge*). Por ordem de Nassau e do Alto Governo, o número de escabinos na capitania do Rio Grande deveria aumentar de 3 para 5, certamente para atender à demanda dos problemas locais.⁶⁶⁶ A mesma recomendação dada no início da implantação das diversas câmaras de escabinos na conquista em 1638 (execução de atividades de direito civil e criminal, etc...), foi dada no Rio Grande cinco anos depois na “reforma” que foi feita no poder local. Esse episódio nos mostra uma capacidade de adaptação do escabinato às circunstâncias. Temos, através desse caso, que tal instituição estava longe do monolitismo, mesmo não funcionando como um *auto governo* local. No Rio Grande, as situações do cotidiano determinaram a criação de mais um conselho de escabinos.

⁶⁶³ IAHGP. Coleção José Higino. 01/1643

⁶⁶⁴ Idem, 30/01/1643.

⁶⁶⁵ Idem, 19/02/1643.

⁶⁶⁶ Idem.

A relativa autonomia dos escabinos situava-se nos limites da administração central e, em última instância, do Conselho dos XIX (diretores da WIC). Mesmo assim, não podemos dizer que, no Brasil Holandês, os escabinos tinham pouco a fazer. Admitir isso seria o mesmo que admitir a proeminência do *law in the books* em relação ao *law in life*.

A fiscalização da finta da farinha de mandioca que era cobrada nas localidades, como já foi dito, era função dos escabinos. Essa cota seria para abastecer as guarnições do Recife.⁶⁶⁷ O papel dos escabinos foi o de visitar as localidades nas imediações e trazer informações (*berichten*) a Nassau e o Alto Governo. A presença de um holandês nessa fiscalização nos mostra bem a desconfiança em relação aos portugueses que deveriam contribuir com a finta.

A última eleição para a câmara de escabinos da Cidade Maurícia, antes da volta de Nassau para os Países Baixos, em 2 de junho de 1643⁶⁶⁸, foram escolhidos para a função:

1. Christoffel Eyerchettel
2. Matthis Becx
3. Abraham de Vries
4. Guihelme Schu
5. Abraham Francisco Cabellian
6. Hugo Graswinckel
7. Gillis van Luffel
8. Bartholomeus van Ceulen
9. Jacques Jacques van Ceulen

Como escabinos portugueses temos:

1. Gaspar Dias Ferreira
2. Cosme de Castro

⁶⁶⁷ IAHGP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen. 07/05/1643.

⁶⁶⁸ Idem, 02/06/1643

3. Antônio de Abreu
4. Arnau de Holanda
5. Antônio da Silva Barbosa
6. Paulo Araújo de Azevedo

A maior câmara de escabinos da *conquesten* holandesa comportava não apenas um maior número de integrantes em relação a qualquer outra, como também assegurava a ampla maioria para os neerlandeses (9 neerlandeses contra 6 portugueses). Outra observação é que alguns nomes que estão não lista, como os de Gaspar Dias Ferreira e Arnau de Holanda, exerceram a função de escabinos na primeira eleição para escabinos em Olinda no ano de 1638. A Cidade Maurícia, que compreendia o Recife e Antônio Vaz, havia ganho o *status* de cidade pelos poderes da Companhia das Índias Ocidentais e representavam um local de interesse econômico por conta de ser centro comercial da conquista. Também era grande a população que residia dentro de seus domínios. Certamente era mais interessante para Ferreira e Holanda a inserção nessa câmara.

A atuação dos escabinos nas localidades não impedia que o Conselho Político ai interviesse. Pelo contrário, por vezes, os senhores de engenho e lavradores recorriam a esta instância para relatar as suas necessidades. Em janeiro de 1642, alguns deles manifestaram, através do Conselho Político, a necessidade de “negros e bois” para as suas fazendas.⁶⁶⁹ A constante fiscalização dos conselheiros políticos, ainda que meio velada, interferia na esfera local e limitava “os passos” dos juizes escabinos. Não existia, de fato, uma autonomia das câmaras locais. Poucos dias depois, um escabino da capitania da Paraíba, Manoel de Queirós Siqueira, queixou-se ao Conselho dos XIX acerca de uma epidemia de bexiga que custou a vida de duzentos escravos, o que comprometia a produção de açúcar local e, conseqüentemente, as dividas que alguns senhores de engenho e lavradores tinham com a WIC. O escabino falava em nome dos senhores de engenho daquela capitania.⁶⁷⁰

⁶⁶⁹ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 03/01/1642

⁶⁷⁰ IAHGP. Coleção José Higinio. Dagelijckse Notulen. 16/01/1642. Na qual se lê: “Is door Manoel Queiros Sequeiro, schepenen van de camer van Paraíba een requeste ter vergaderinge gepresenteert, uit den name van de senhores de ingenios ende labradores van deselve capitania, wesende bij deselve onverteckent, waermedeversochten tem aen sien van de destructie door den oorlogh geleden, den overloopvan wateren die het riet ende de plantagien wel te helft hadden doen uitsterven, ende tem doordien om de sieckte van de

Não havia necessariamente uma obrigatoriedade na ligação entre as localidades a administração superior. Por vezes, os próprios senhores de engenho tinham acesso direto ao Alto Consalho e a Nassau. Foi o caso de João Carneiro de Maris e seu filho que, para tratarem de questões de dívidas à WIC, reportaram-se diretamente à Nassau e o Alto Conselho.⁶⁷¹

As recomendações dadas por Nassau e o Alto Conselho às localidades eram em forma de editais (*placcard*) e diziam respeito a diversos assuntos. Os maiores intermediadores destes editais eram os escabinos. Poderíamos dizer que esses editais eram os equivalentes às *instructien* em tempos de iminentes confrontos militares. Na verdade, um *placcard* poderia ser chamado de *instructien* (instruções), uma vez que se assemelhavam na forma. Cabia aos escabinos, tanto portugueses como neerlandeses, levar as ordens da administração superior por escrito e fazer com que a população local, sem falta de qualquer morador, recebesse as tais recomendações.

Em 21 de março de 1642, um edital foi expedido para a plantação de farinha nas localidades. As instruções nele contidas guiavam os escabinos na execução das ordens expedidas por Nassau e pelo Alto Conselho. Tal peça jurídica era cheia de detalhes, que iam desde quais terras poderiam plantar ou não mandioca até o intervalo de tempo em que os senhores de engenho e lavradores deveriam fornecê-la à WIC.⁶⁷² Ao todo, trata-se de 15 ordens a serem seguidas pelos escabinos e retransmitidas aos agricultores dos diversos distritos de Pernambuco. Uma outra *instructien*, datada de 26 de março, dizia respeito a alguns procedimentos que deveriam ser tomados na jurisdição de Alagoas.⁶⁷³

À margem das funções eminentemente judicantes, os escabinos percorriam as localidades e relatavam qualquer tipo de problema à administração superior. Certa vez, em visita as freguesias do Cabo, Ipojuca e Muribeca, alguns escabinos da Cidade Maurícia, Garpar Ley (Vand der Ley) e Manuel Fernandes da Cruz, “convocou” Nassau e o Alto Conselho e o Conselho Político “a visitarem e se informarem acerca da situação dessas freguesias” (*een reyse derwaerts te doe nom haer op de gelegentheit van deselve*

bisigas, die meer als duysent negros weghgemekt hadde, ende de eresterende negros die de sieckte ont komem warensoo swack [...]”

⁶⁷¹ Idem, 05/02/1642.

⁶⁷² Idem, 21/03/1642. “Instructie voor de Herren schepenen, die ten platten lande gecommuniceert worden om die invonderen op de plantinge van farinha te taxeren”.

⁶⁷³ Idem, 26/03/1642.

fregasie aldaer present sijnde te informeren [...])⁶⁷⁴ Pelo exposto, não bastava que os escabinos, mesmo os neerlandeses, expusessem a situação das localidades. Era necessário que se fizessem presentes nas freguesias as outras instâncias da administração acima das câmaras locais. Nos locais mais distantes do Recife, como no Rio Grande, o poder local ficava, grosso modo, nas mãos do escolteto, espécie de policial ou burgomestre. Numa aldeia chamada ‘Apowapa’, comunicou um predicante de nome Leoninus a Nassau e ao seu Conselho de que o local ficaria “sob às vistas do Escolteto (*onder't opsicht van de schout gestaen heeft*).⁶⁷⁵

Estes dois exemplos citados acima nos mostram que o exercício do poder local no Brasil holandês não se deu uniformemente. Pelo contrário, teve de se ajustar a situações particulares. As próprias aldeias, que deveriam se gerir por um *commandeur*, poderiam estar sob a supervisão de um outro elemento da administração local. Com relação ao primeiro exemplo, temos que a maior presença das autoridades superiores nas localidades não se dava nos primeiros anos do escabinato. Na medida em que as campanhas contra-ofensivas promovidas por tropas volantes vindas da Bahia assolavam os canaviais de Pernambuco, o medo que a administração superior passou a alimentar de uma rebelião nos engenhos era cada vez maior. Daí certamente uma maior fiscalização sobre os escabinos. Evidentemente, o relativo “interlúdio de paz” que existiu no Brasil Nassoviano fez com que as autoridades superiores tivessem mais tempo para essas visitas, salvo em casos de iminentes ataques por mar de luso-brasileiros. Os engenhos das localidades acima mencionadas (Cabo, Ipojuca e Serinhaém) eram importantes na produção açucareira de Pernambuco. Soma-se o fato de que Serinhaém e o Cabo de Santo Agostinho eram portas de entrada para a capitania de Pernambuco. Cabo de Santo Agostinho, pelo seu porto de Nazaré e Serinhaém, por terra. Era esta a freguesia mais habitada do domínio sul do Brasil holandês. A visita de Nassau e do Alto Conselho a estas localidades só se dará sete dias depois da ‘recomendação’ dos escabinos acima citados.⁶⁷⁶ O resultado dessa visita foi que a administração superior decidiu, em caráter provisório, implementar 43 artigos de um código de normas chamado Instruções Gerais

⁶⁷⁴ Idem, 15/05/1642.

⁶⁷⁵ Idem, 14/05/1642.

⁶⁷⁶ Idem, 22/05/1642.

(*generalen instructien*).⁶⁷⁷ Esta decisão se deu pouco tempo após a eleição dos novos escabinos da Cidade Maurícia. Esta última, que era responsável por reger as leis naquelas localidades.

Qual era a ocupação dos escabinos? Ligamos, de antemão, muitos deles à de plantadores de cana-de-açúcar. Mas, muitos deles, exerciam também a atividade comercial. Jorge Homem Pinto, um dos primeiros escabinos da Paraíba, por volta de junho de 1642, tinha uma considerável dívida com a WIC, que fora, naquela ocasião, amortizada em três pagamentos anuais.⁶⁷⁸ Poderia, num caso desses, haver choques de interesses entre o “fazer cumprir as leis” e as necessidades econômicas do comércio de açúcar? Um escabino cada vez mais endividado cumpriria bem o seu papel na justiça local?

O envolvimento de holandeses na economia açucareira se deu em diversos níveis. Desde neerlandeses que se tornaram senhores de engenho até comerciantes de escravos. Na Paraíba, um ex-funcionário da WIC, Jan Wijnants, adquiriu, em julho de 1642, o direito de cobrar os dízimos por um valor de 27.500 florins.⁶⁷⁹ Numa fase em que a produção açucareira estava enfrentando crises sucessivas (peste de bexiga, ataques aos canaviais pelos luso-brasileiros), o endividamento entre os produtores de cana (alguns escabinos) poderia gerar problemas entre cobrador-endividado. Aliás, esse foi um dos motivos maiores para o início da Restauração Pernambucana. Na capitania de Pernambuco, dada a maior quantidade e produtividade dos engenhos, o contratador dos dízimos arrematou o direito de cobrança pela quantia de 128 mil florins.⁶⁸⁰ Nesse espaço, o maior controle da administração local foi, na medida do possível, reforçado. Talvez seja por isso que a reação luso-brasileira tenha se iniciado em seus engenhos.

A cobrança aos devedores passava pelas mãos dos escabinos, mas os pagamentos deveriam ser entregues aos tesoureiros da WIC.⁶⁸¹ Nos Países Baixos, segundo Marjoleijn ‘T Hart, “most part of collectors were controlled by local magistrates”.⁶⁸² No

⁶⁷⁷ Idem, 19/06/1742.

⁶⁷⁸ Idem, 16/05/1642.

⁶⁷⁹ Idem, 31/07/1642.

⁶⁸⁰ Idem.

⁶⁸¹ 15/08/1642.

⁶⁸² ‘T HART, Marjoleijn, op. cit., 675.

Brasil holandês, os magistrados locais não controlavam a coleta de taxas. A WIC era muito restrita quanto ao controle das finanças na *conquesten*.

Um personagem que começa a aparecer na documentação neerlandesa é a figura “secretário do tribunal de justiça” (*secretaris van de gerechtsbancke*), ainda que se saiba que os escabinos tinham assessores. Mas as nomeações para essa função fica evidente nas fontes em função da complexa relação dos escabinos nas localidades. Uma dessas dificuldades diz respeito a aplicação das leis. Em setembro de 1642, dois secretários de justiça neerlandeses foram nomeados para as freguesias de Goiana e Serinhaém. Assim, foram indicados para secretários, nas respectivas freguesias, Cornelis Steulingh e Hendrick Stewijs.⁶⁸³

Seis anos após a criação do escabinato, é mais freqüente nas fontes a presença do Conselho de Justiça (*Raet van Justitien*). Sobre este conselho, considerou José Antônio Gonsalves de Mello:

“Na década de 1640 foi o Conselho Político substituído pelo Conselho de Justiça, talvez na mesma altura em que foi criado o Conselho de Finanças (1641). Como passaram para o novo órgão os Conselheiros do Político, a nova designação parece ter tardado a ser adotada, e as primeiras cartas com tal referência somente aparecem em 1644”.⁶⁸⁴

Contrariando parte da consideração acima, temos que nas Atas do Alto Conselho já aparecem referências ao Conselho de Justiça no ano de 1642, e não em 1644. Precisamente na nótula diária (*dagelijckse notulen*) do dia 09 de setembro deste mesmo ano. Nessa época, ele já vigia e era reconhecido nas fontes coêvas. De fato, o “novo Conselho Político (a partir de então Conselho de Justiça)” era nada mais que uma redução deste as funções meramente judicantes. Antes exerciam a dupla função jurídica e administrativa. No início do escabinato, existia o Conselho Político como um tribunal de segunda instância e como uma espécie de “poder fiscalizador” da atuação dos escabinos nas localidades. Agora, temos o Conselho de Justiça que designa os seus secretários para atuarem nas localidades. Eles (os conselheiros de justiça) não precisam fiscalizar mais

⁶⁸³ 09/09/1642.

⁶⁸⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês. Op. cit., p.20.

ostensivamente como andam as atividades dos escabinos. Com o passar dos anos, a administração nassoviana tornava-se mais complexa e cheia de meandros, de forma que uma instância procurava se inteirar bem da outra.

De uma forma geral, as municipalidades no Brasil holandês foram comparadas às câmaras no mundo português por Mário Neme como tendo menos liberdade de ação que estas últimas. No entanto, uma maior comparação pode se feita entre o poder local no Brasil holandês e nos Países Baixos. Analisando as cidades nos Países Baixos nos séculos XVI e XVII, Marlolein ‘T Hart considerou que “o estado holandês dos séculos dezessete e dezoito era uma federação com pouca centralização. Esta era, por vezes, até ameaçada por uma desintegração [...]”.⁶⁸⁵ Percebemos, por essa passagem, que o problema da centralização-descentralização não era apenas comum na monarquia portuguesa. Pelo contrário, perseguia também a história dos Países Baixos pós independência espanhola.

Se tomarmos como parâmetro a câmara de Olinda, sede da capitania de Pernambuco antes da invasão holandesa, e a cidade de Amsterdam, temos que, ao contrário da primeira, cuja interlândia estava calcada na grande lavoura, Amsterdam dispunha de uma “interlândia próspera”, ainda na concepção de Marjolein ‘T Hart.⁶⁸⁶ A única municipalidade no Brasil holandês, com status de “cidade”, inclusive reconhecida pelos próprios batavos, era a Cidade Maurícia, que compreendia o Recife e a Ilha de Antônio Vaz. Esta, no auge da ocupação holandesa, tinha mais de 5 mil habitantes. Mesmo assim, a Cidade Maurícia, cuja câmara de escabinos era a mais expressiva e influente da *conquesten*, tinha uma população inexpressiva se comparada às cidades holandesas da época. Para se ter uma idéia, por volta de 1630, Amsterdam contava com pouco mais de 100 mil habitantes, seguida de Leidem (44.800 habitantes) e Haarlem (39.500 habitantes). Mesmo as cidades medianas da Província da Holanda, como Haia (22.500 habitantes) e Gouda (17. 500 habitantes), tinham bem mais moradores que a Cidade Maurícia.⁶⁸⁷ Talvez seja essa comparação que devemos fazer, não a da Cidade

⁶⁸⁵ ‘T HART, Marjolein. Cities and Statemaking in the Dutch Republic, 1580-1680. In: Theory and Society, vol. 18, No. 5. Special Issue on Cities and States in Europa, 1000-1800, 1989, p. 663.

⁶⁸⁶ Idem, p. 664. O caso vale não apenas para Amsterdam, mas para as outras cidades da Província da Holanda. Segundo ‘T Hart: “ The advantage for Holland was that it could dispose of a well-developed “hinterland” that had prospered while Holland wal still a backwater in international relations and that provided models of technonlogy, institutions, and capital”.

⁶⁸⁷ Idem, p. 665.

Mauricia com a municipalidade no mundo português, mas com as municipalidades no mundo holandês.

Sobre a câmara dos escabinos da Cidade Mauricia, observou José Antônio Gonsalves de Mello que os mesmos tinham a pretensão de assumir, além das funções judicantes, as funções administrativas. Segundo Gonsalves de Mello:

“Entre os privilégios pretendidos estava a criação do cargo de Burgomestres de Mauricia, função que daria a um certo número de burgueses o encargo de administrar a cidade, permanecendo a Câmara de Escabinos com a função de tribunal de justiça de primeira instância”.⁶⁸⁸

O Alto Conselho foi contrário às pretensões dos escabinos de Mauricia, com a justificativa de que os burgomestres pudessem não obedecer a Administração Superior.⁶⁸⁹

Nas jurisdições do interior, a função mais comum dos escabinos era a de fiscalizar o abastecimento das tropas. Em 6 de outubro de 1642, os escabinos e os seus secretários, acompanhados do escolteto de cada jurisdição, constataram que havia falta de farinha de mandioca na guarnição de Serinhaém.⁶⁹⁰ Um mês depois, na jurisdição de Porto Calvo, houve desentendimentos entre os escabinos holandeses e portugueses (*den Portuguese schepenen oppositie de geordeneerende finta met executie*) quanto a ordem para se recolher a finta da farinha dos moradores locais. Isso provocou, evidentemente, desagravo por parte dos escabinos neerlandeses.⁶⁹¹ O Alto Conselho e Nassau resolveram enviar mais um secretário holandês para a localidade. No tocante a cobrança da finta de farinha nas freguesias do interior, os escabinos eram uma espécie de ponte entre os soldados holandeses das guarnições e os moradores civis. Podriam, assim, evitar a cobrança direta da farinha pelos militares. Se isso foi uma atitude pensada ou não pela administração nassoviana, não podemos afirmar pelas fontes neerlandesas. Os pormenores do abastecimento de farinha no Brasil holandês ainda são obscuros. Seguramente, a fiscalização das cotas se tornou uma das atribuições mais importantes dos

⁶⁸⁸ MELLO, op. cit., p.28.

⁶⁸⁹ Idem, p. 29.

⁶⁹⁰ IAHP. Coleção José Higino. Dagelijckse Notulen, 06/10/1642.

⁶⁹¹ Idem, 07/11/1642.

escabinos em várias localidades. Não deixava essa de ser uma função logística que assumiam os escabinos.

Retomando a perspectiva apresentada por Mário Neme, de que os escabinos “pouco ou nada tinham a fazer”, podemos supor que havia uma comunicação rotineira entre as câmaras dos escabinos e o Conselho dos XIX nos Países Baixos. Numa ata de 1642, Nassau e o Alto Conselho dava ordens para que todas as câmaras fizessem cópias de suas nótulas (diários) “os quais devem ser enviados ao Conselho dos XIX (*sullen overschicken om die aen de Vergaderinge van de XIX te senden [...]*).⁶⁹² Contudo, não podemos ter certeza até que ponto os diretores da WIC tinham a real ciência do que se passava nas diversas partes da conquista. Pelo menos até essa data, não temos registro em fontes de que as câmaras de escabinos tinham que enviar cópias de suas anotações aos Senhores dos XIX. Convém não esquecer que, entre os escabinos e os *Herren Negentien* (como eram conhecidos tais diretores), havia o Conselho Político (à essa altura convertido em Conselho de Justiça), Nassau e o Alto Governo.

Anteriormente, foi debatido nesse trabalho a importância que tinham os escabinos da Cidade Maurícia e o medo que a administração superior tinha de que eles passassem a desobedecer ao Alto Conselho e Nassau. Essa foi a observação feita por Gonsalves de Mello ao notar como a criação do cargo de buromestres na Cidade Maurícia propiciaria este clima de animosidade. O autor situou, em nota, a referência à criação daquela função num memorial da câmara dirigida ao Conselho e a Nassau.⁶⁹³ No entanto, ainda segundo esta mesma referência, os senhores XIX concederam a criação da função de Pensionário, ou alguém “*a quem incumbisse o exame das peças dos processos*”.⁶⁹⁴ Em dezembro de 1643, as atribuições do Pensionário foram especificadas em uma correspondência. Ao todo, tratam-se de 12 itens (ou artigos). De início, dizem as ‘*instructien*’ que o documento teria sido pensado pelos escabinos e pelo escolteto da Cidade Maurícia.⁶⁹⁵ Essas instruções, que foram apresentadas ao Alto Conselho e Nassau, foram concebidas quase um ano após a vinda de Lamair para assumir a função de Pensionário. Ao contrário do

⁶⁹² Idem, 18/12/1642.

⁶⁹³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil holandês. Tomo 2, p. 29, nota 41.

⁶⁹⁴ Idem.

⁶⁹⁵ IAHGP. Coleção José Higino. Brieven en papieren uit Brasilië. *Instructie geconcipieert bij de heeren scholtes schepenen der stad Mauritia op approbatie van sijn Excellentie de Edelle heeren hooge secreete Raiden, waernaer de heer Jacob Lamair, pendionaris derselver stad sich sal hebben te reguleren.*

que temiam os Altos Conselheiros, que era o excesso poder do pensionário, as instruções viriam justamente para restringi-lo (*sich sal hebben te reguleren*). O maior atributo do Pensionário seria o de ser experimentado em matéria de direito civil e criminal. Assim, assessorava aos escabinos de Maurícia “em todas as matérias, tanto civis quanto criminais” (*in alle saecken, soo civiel als criminele*).⁶⁹⁶

A necessidade de um Pensionário nos traz o argumento de que, já passados quase cinco anos da instituição do escabinato na conquista holandesa por Nassau, os problemas concernentes à justiça ainda persistiam. Diante disso, podemos concluir que os escabinos e o Conselho de Justiça não tinham competência para analisar questões jurídicas? Outro dado é que o pedido para a nomeação de um pensionário no Brasil holandês partiu dos próprios escabinos da câmara da Cidade Maurícia, e não de Maurício de Nassau e do Alto Conselho.⁶⁹⁷ O Pensionário no Brasil holandês seria uma espécie de secretário qualificado dos escabinos. Um dos pontos de suas atribuições dizia que o mesmo deveria percorrer as freguesias e anotar as reclamações e, “de volta à casa, deveria entregar em mãos dos senhores escolteto e escabinos todos os papéis que contenham as suas descrições (*Ende thuijs comende, sal hij overleveren in handen van de heeren schoudt ; schepenen alle de paieren bij hem in deschrige commissie geleght*).

A relação entre os escabinos portugueses e a WIC piorava com o tempo. Em início de 1643, um dos primeiros eleitores e escabinos da câmara de Olinda, João Carneiro de Maris, devia à companhia a soma de 83 mil guldens por empréstimo contraído. Carneiro de Maris morava na freguesia de Ipojuca e, juntamente com o seu filho, Francisco Carneiro, teve a sua produção prejudicada pela perda de escravos por bexiga.⁶⁹⁸

A última proposta para composição de câmara de escabinos foi a que fez o responsável pela administração do Maranhão, Jan Bas. Este escreveu a Nassau e ao Alto Conselho em início de abril de 1642, alegando necessidade de “se manter a boa justiça e punir os maus” (*[...]in sijn goet recht sonde mogen gemaintineert ende de bose gestreft*

⁶⁹⁶ Segundo Gonsalves de Mello, “ao Pensionário, sempre formado em direito civil, competia o exame das questões submetidas ao Conselho, representando-o em público e responsabilizando-se pela redação e guarda dos documentos oficiais”. Ref. MELLO, op. cit. pp. 29-30.

⁶⁹⁸ IAHP. Brieven en paieren uit Brasilien. Brieven aen sijn Excellentie mitsgaders de Edelle Heeren van de Hogen ende secreten Rade in Brasil.

worden, sôo ist da teen bancque van justitie hebbe geformeert ende gestelt 4 van de bequamste inwoonderen als schepenen [...])⁶⁹⁹No Maranhão, quatro moradores se tornariam escabinos.

Em maio de 1640, numa nótula, podemos encontrar algo sobre a comunicação entre os escabinos e a diretoria da Companhia das Índias Ocidentais. A mesma dava-se através do Conselho Político, que enviava anualmente o que se sucedia nas localidades. Assim, o que acontecia ao nível dos “governos menores” (*subalterne governmenten*) e nas diversas câmaras de escabinos (*gericht bancken*).⁷⁰⁰

As fontes menionam constantemente a preocupação de Nassau e do Alto Conselho em “ordenar que cada um dos escabinos possa protamente administrar a justiça” (*ordeneren dat sij aen yder een prompt recht souden administreren*).⁷⁰¹ Isso foi particularmente verificado ao tempo da guerra com a armada do Conde da Torre (Dom Jorge Mascarenhas), em início de 1640, ocasião em que, simultaneamente, campanhistas vindos da Bahia cruzaram as freguesias do interior de Pernmabuco e Paraiba. Nassau vivia preocupado com a possibilidade de comunicação entre os moradores do interior e os campanhistas. Eis aí mais uma atribuição para os escabinos: além de tomar conta da justiça nas localidades, impedir a ameaça vinda da Bahia. Mas a justiça e o seu bom andamento significava, sobretudo, cobrar as dívidas e taxar (*belasten*) os devedores da WIC nas localidades.

Ainda tratando da comunicação entre os escabinos e os Diretores da WIC, podemos afirmar que desde a sua instituição (1637), as cartas ou atas das câmaras eram remetidas aos diretores independentemente da intermediação do Conselho Político. Numa *brieve* de início de 1638, consta que “todas as câmaras ou escabinos de todas as jurisdições e outros oficiais que estão nas localidades escrevem aos “Uld”” (senhores dos XIX) (*de cameren ofte schepenen van alle jurisditien ende alle andere officieren gelast aen Uld. Te schrijven, [...]*)⁷⁰² Nessa missiva, de Nassau aos Senhores XIX, seguiam para os Países Baixos cartas das câmaras de Olinda, Igarassu, Itamaracá e Serinhaém. Pelo menos aparentemente, o controle do Brasil holandês parecia ser total por parte dos

⁶⁹⁹ IAHGP. Coleção José Higino. Brieven en paieren uit Brasilien. 08/04/1642.

⁷⁰⁰ IAHGP. Coleção José Higino. Brieven en paieren uit Brasilien. 07/05/1640.

⁷⁰¹ Idem.

⁷⁰² Idem, 1638.

diretores (bewindhebbers) da WIC. Havia, pois, ligação direta entre as “câmaras subalternas” e o poder maior da Companhia das Índias Ocidentais. Alguns meses depois, ainda no ano de 1638, problemas relativos ao comércio local que envolviam portugueses e holandeses levaram o conselheiro Johan Gijsseling a reforçar a possibilidade dos escabinos em se comunicar diretamente com os diretores da WIC. Frisou a administração superior que “todas as capitanias Pernambuco, Goiana, Itamaracá, Paraíba, e Rio Grande foram estimuladas a enviarem cartas ao Conselho dos XIX e tratem desse mesmo assunto” ([...] *alle dese capitanias Pernambuco, Goiana, tamarica, Paraíba, ende Rio Grande hunne respectie cameren van justitie geanimeert om desen aen de vergaderinge de XIX brieven te schicken ende te soleren over dit selfde poinct,[...]*)⁷⁰³ Basta saber (o que as fontes não especificam) se a possibilidade de comunicação entre os escabinos e o Conselho dos XIX valia também para os escabinos portugueses. Um outro ponto dessa passagem acima é que o conselheiro batavo trata Goiana como ‘capitania’. Isto se deva talvez pelo fato desta possuir uma câmara de escabinos.

O conflito de jurisdições e de esferas de poder no Brasil holandês era também um reflexo da situação política vivida nos Países Baixos. Marjoleij ‘T Hart descreve as disputas de poder nas Províncias Neerlandesas da seguinte forma:

“The relation between the States General – the federative sovereign body with representatives of the seven sovereign provinces – and the Council of State – made up of provincial delegates and the captain general (the Stadthouder), the executive power – was characterized by many disputes over competence. Instructions were vague and subject to several interpretations”.⁷⁰⁴

Na sua biografia acerca de João Fernandes Vieira, José Antônio Gonsalves de Mello, destacou bem a atuação do líder madeirense na articulação do movimento da Restauração Pernambucana.⁷⁰⁵ Vieira, assim como vários outros portugueses, havia ocupado o cargo de escabino na câmara mais influente do Brasil holandês: a da Cidade Maurícia.

⁷⁰³ Idem, 18/03/1638. Missiva de Johan Gijsseling ao Conselho dos XIX.

⁷⁰⁴ ‘T HART, op. cit., p. 669.

⁷⁰⁵ MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

A figura de Fernandes Vieira, exaltada em grande parte por cronistas da guerra holandesa, passou da condição de simples imigrante sem fortuna ou nobreza, para a de senhor de vários engenhos e homem de confiança dos próprios holandeses alguns meses depois da queda do Arraial Velho do Bom Jesus (1635). Eleitor da câmara de escabinos de Maurícia por um bom tempo, a relação de João Fernandes Vieira com o exercício do poder local no Brasil holandês é um caso exemplar. Primeiro que, ao mesmo tempo em que exercia o cargo de escabino ascendia socialmente e ganhava influência na comunidade luso-brasileira e mesmo neerlandesa. Às vésperas do movimento de Restauração, já no ano de 1645, João Fernandes Vieira “continuou a dissimular os seus propósitos”⁷⁰⁶ de insurreição aos holandeses, segundo apontou José Antônio Gonsalves de Mello.

Na qualidade de escabino da Cidade Maurícia, Fernandes Vieira percorria distâncias desde os engenhos da Várzea, região mais próxima ao Recife, até o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca mais ao sul. Nesse sentido, Fernandes Vieira acompanhou de perto, na qualidade de escabino e senhor-de-engenho, as relações entre a WIC e os poderes locais julgando processos e fazendo valer as combranças de Nassau e do Alto Conselho em várias freguesias. Pelo menos a cobrança de cotas de farinha por agricultor Fernandes Vieira não havia esquecido, prática que exercerá alguns anos depois ao assumir o governo de Angola.

O exemplo de Fernandes Vieira, enquanto escabino português da câmara mais importante do Brasil holandês, talvez seja o que mais tenha representado o desconforto da administração nassoviana. Do lado neerlandês, o contato com um elemento local que exercia liderança em seu grupo era fundamental para enraizar as suas teias administrativas na conquista.

Após o regresso de Nassau para os Países Baixos, em maio de 1644, o Alto Conselho, representado pelos senhores Hamel, Bas e Bullestrate, sofreu com a diminuição no orçamento que a WIC dispensava ao Brasil Holandês.⁷⁰⁷ A perda do Maranhão e do Ceará havia dado ânimos aos luso-brasileiros que queriam se livrar do

⁷⁰⁶ Idem, p. 134. Dois anos antes, em 1643, ele havia sido acusado de conspirar contra a WIC, mas nada foi provado. Segundo o autor, Fernandes Vieira alegou que “continuava a viver sossegadamente em seus engenhos” e não a planejar qualquer insurreição contra os neerlandeses.

⁷⁰⁷ WAETJEN, op. cit., p. 222.

governo holandês. Para reaver os prejuízos da manutenção do Brasil, os Diretores da WIC ordenaram a cobrança aos devedores da mesma. Entre eles, Fernandes Vieira e Jorge Homem Pinto na Paraíba. Hermann Waetjen descreve bem este quadro da seguinte forma:

“Dentro de pouco tempo uma terrível excitação se apoderou da população da Nova Holanda, dedicada a fabricação do açúcar e a agricultura em geral. Choviam requerimentos, memoriais e representações, tendentes a demonstrar claramente ao alto Conselho que não era possível que ele continuasse a proceder daquela forma, sem perigo de provocar uma grande insurreição”.⁷⁰⁸

A essa altura (segundo semestre de 1644 e início de 1645), as condições de trabalho das câmaras de escabinos, à exceção da câmara de Maurícia, foram desmanteladas. André Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira preparavam a restauração de Pernambuco. Mostrava João Fernandes Vieira a sua outra face à WIC, a face que confirmou o desconforto experimentado por Nassau durante a sua presença no Brasil.

⁷⁰⁸ Idem, p. 225.

Considerações finais

Os aspectos da administração da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil ressaltados neste trabalho de fato não esgotariam os problemas que os batavos vivenciaram na sua *conquesten* que durou pouco mais de duas décadas. Longe, porém, de apresentarmos conclusões radicais que atendam a uma determinada hipótese ou hipóteses, pudemos, nos meandros das fontes, retomar os temas da guerrilha e da justiça no Brasil holandês.

No esteio de trabalhos anteriores, muito bem elaborados, este trabalho procurou percorrer pequenas brechas abertas por historiadores sobretudo nacionais. Tornou-se difícil, em certos momentos, transpormos os limites das fontes e tornar mais claro o dia-a-dia da administração como no caso dos escabinos. No entanto, ao menos, foi possível realizar uma ligação entre essa instituição e a situação administrativa anterior (dos anos 1635-36). Os escabinos, portugueses e neerlandeses, não surgiram do nada ou da idéia de se implantar tribunais locais pura e simplesmente. Pelo contrário, a instituição é que veio encontrar no Brasil elementos já anteriormente ligados à WIC. Nesse sentido, pudemos ver continuidades entre o governo nassoviano e a fase dos *kleine profijten*. Continuidades porque o sistema de comunicação fluvial do qual se serviu a administração de Nassau teve início antes de sua chegada. Continuidades, também, pelo fato de Nassau ter herdado a falta de víveres para as tropas e ter aprendido (na medida do possível) à força a se abastecer sem ter que olhar para o oceano a espera de uma remessa de víveres dos Países Baixos. Méritos de Nassau? Pode ser. No entanto, são méritos também que o conde alemão pode muito bem dividir com alguns administradores e militares que vieram antes dele. Não se trata, que isso fique bem evidente, de diminuir o papel de Nassau no governo do Brasil. Trata-se, pois, de não reduzirmos o governo do Brasil holandês à sua pessoa.

Outros “desconfortos” poderiam ser verificados na administração nassoviana, mas que infelizmente não puderam ser abordados neste trabalho. Seria talvez a ocasião de se sugerir um quinto capítulo que tratasse de três temas menores. Um primeiro seria estudar como Nassau e o Alto Conselho lidou com a fuga de escravos e os prejuízos que os *bosnegers* (negros da mata) causavam aos proprietários do interior. Como se sabe, no

Brasil, os neerlandeses passavam a ter contato mais direto com as vicissitudes de uma sociedade escravista. Não é a toa que tinham a palavra “capitão- de - campo” e a atividade de perseguir quilombolas como algo novo em seus currículos. Afinal de contas, não foi de uma hora para outra que se fez um Jan Blaer. No caso deste último, por exemplo, a acapacidade de alcançar os mocambos dos Palmares foi resultado de anos de quase mimetismo à geografia local e de adaptação ao clima. Jan Blaer tornou-se mesmo um capitão-do-mato tal qual os brasílicos que exerciam esta atividade. Outra questão, ou “desconforto” que enfrentou Maurício de Nassau e o Alto Conselho foi a dificuldade em se resolver problemas que ocorriam em lugares tão distantes do Recife como no Rio Grande, no Maranhão e no São Francisco. Maurício Nassau se via cercado de pequenas e grandes escalas de ação. No final das contas, a sua incapacidade para a resolução de problemas nos limites da conquista chegou logo após a sua brilhante idéia em conquistar o Maranhão, Sergipe, São Jorge da Mina e Luanda. Se, por um lado, Nassau “fechava” o Atlântico sul às coroas ibéricas, fazendo dele o seu *mare clausum*, por outro, começava ele mesmo a perceber as dificuldades em se governar sem apoio bélico e financeiro. Nassau, mais que qualquer um outro, tinha uma boa noção dos problemas que o acompanhavam em torno do Recife e longe dele.

A questão do abastecimento de farinha de mandioca para a WIC continua ainda em aberto. Qual seria o volume da produção de farinha das aldeias indígenas dispostas ao redor do Recife? Ela era para o consumo próprio ou se destinava também às tropas neerlandesas? Pelo jeito, as dúvidas são maiores que as conclusões.

Anexo I**Tráfego de embarcações em Pernambuco****1630**

Natureza	Nome	Chegada/saída	Soldados	Carga	Procedência /destino	Câmara
1. navios (9 embarcações)	-	10/03 chegada	665	-	Países Baixos (procede)	-
2. Iate	De Braeck	10/03 Saída	-	-	Países Baixos (destinos)	-
3. navios (8 embarcações)	-	23/03 (saída) ⁷⁰⁹	-	-	Ilha Santa Helena (destino)	-
4. navios (5 embarcações)	-	15 e 16/04 (chegada)	-	Viveres	Países Baixos (procede)	-
5. navios (4 embarcações)	-	24/04 (saída)	-	açúcar	Países Baixos (destino)	-
6. navios (3 embarcações)	-	30/04 (chegada)	150	Viveres e munições	Países Baixos (procede)	-
7. navios (8 embarcações)	-	05/05 (saída)	-	-	Índias Ocidentais (destino)	-
8. navios (2 embarcações)	-	08/05 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
9. navio	-	09/05 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
10. navio	-	23/05	-	-	Países	-

⁷⁰⁹ Com o objetivo de espreitar embarcações espanholas.

		(chegada)			Baixos	
11. Iate	-	29/07 (saída)	Soldados inválidos	-	Países Baixos (destino)	-
12. navio	Gellerlandt				Países Baixos (procede)	
13. navio	Bruin Visch	31/07 (chegada)	55	Víveres		-
14. Iate	-	13/08 (chegada)		Víveres e munições	Países Baixos (procede)	-
15. navios (2 embarcações)	-	17/08 (chegada)	“poucos soldados”			-
16. navios (6 embarcações)	-	19/08 (saída)	-	-	Países Baixos (destino)	-
17. Iate	Bruin Visch	20/08 (saída)	Escravos para servir à WIC	-	Fernando de Noronha	-
18. Iate	-	11/09 (chegada)	-	Víveres	Países Baixos (procede)	Zelândia
19. navio	-				Países Baixos (procede)	Holanda
20. navio	-	20/09 (chegada)	64	Víveres e munições		Zelândia
21. Iate	-	30/09 (chegada)	40	-	Países Baixos (procede)	Holanda
22. Iate	Overijssel	02/10 (saída)	120⁷¹⁰	Pau-brasil e sinos	Países Baixos (destino)	-
23. Iate	De Leeuwein	08/10 (saída)	-	Variados objetos⁷¹¹	Países Baixos (destino)	-
24. navios (11)		23/10			Bahia⁷¹²	

⁷¹⁰ Dentre eles, alguns cegos.

⁷¹¹ Possivelmente resultado de pilhagens.

embarcações)	-	(saída)	-	-	(destino)	-
25. navio	De Swarte Ruyter	27/10	-	-	Países Baixos	-
26. navio	Arca Noe	(saída)			(destino)	-
27. Iate	Pernambuco	31/10 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
28. Iate	Curac	-	80	Viveres e material de construção	Países Baixos (procede)	-
29. ‘navio mercante’ ⁷¹³	-	-				-
30. Charrua ⁷¹⁴	Enckhuisen	17/11 (chegada)	50	Viveres	Países Baixos (procede)	-
31. Charrua	-	30/11 (chegada)	-	Sal, cebolas e alho ⁷¹⁵	-	-
32. navio	-	04/12 (chegada)	40	Viveres	Países Baixos (procede)	Groeningen
33. navios (6 embarcações)	-	05/12 (chegada)	-	Açúcar e fumo ⁷¹⁶	Bahia e Cabo de Santo Agostinho (procede)	-

1631

1. navio	-	01/01	50	Objetos	Países	-
-----------------	---	--------------	-----------	----------------	---------------	---

⁷¹² Com a missão de patrulhar o litoral.

⁷¹³ O cronista parece discernir aqui entre ‘navio mercante’ e ‘navio de guerra’, do que depreende que os outros navios mencionados são ‘mercantes’. Quanto a carga, é bem provável que os soldados tivessem vindo no Iate, enquanto que os viveres e o material de construção no ‘navio mercante’.

⁷¹⁴ Espécie de embarcação de pequeno/médio porte.

⁷¹⁵ Resultado de uma presa de embarcação espanhola, onde se aprisionou 15 pessoas.

⁷¹⁶ Resultado do apresamento de uma caravela portuguesa.

		(chegada)		variados	Baixos (procede)	
2. navio	-	02/01 (chegada)	40	-	-	-
3. barca	Zuickerbroode	04/01 (saída)	-	-	Índias Ocidentais	-
4. navios ⁷¹⁸ (3 embarcações)	-	05/01 (saída)	-	-	(destino- Ilha de São Martinho)⁷¹⁷	-
5. navio	De Kat ⁷¹⁹	07/01 (chegada)	-	Viveres	Países Baixos (procede)	-
6. navio	-	11/01 (chegada)	-	84 caixas de açúcar ⁷²⁰	-	-
7. navio	Amersfoort	14/01 (chegada)	50	Viveres	Países Baixos (procede)	-
8. Iate (cruzador)	-	17/01 (chegada)	-	Armas e provisões ⁷²¹	-	-
9. navios (2 embarcações)	-	24/01 (chegada)	90	Provisões	Países Baixos (procede)	-
10. navios (2 embarcações)	-	27/01 (chegada)	100	-	Países Baixos (procede)	-
11. navio	-	14/02 (chegada)	-	Viveres	Países Baixos (procede)	-
12. navio	-	15/02 (chegada)	-	-	Costa do Nordeste ⁷²² (procede)	-

⁷¹⁷ A finalidade era de ser carregada, na dita ilha, de alguma carga que o cronista não especifica.

⁷¹⁸ O cronista especifica como sendo “navios de provisões”.

⁷¹⁹ O cronista brinca com o nome ‘De Kat’ (o gato) ao afirmar que “o gato traz comida para o rato faminto”. Isso, é claro, em alusão à falta de víveres entre as tropas da WIC que serviam em Pernambuco.

⁷²⁰ Resultado do apresamento de uma pequena caravela espanhola.

⁷²¹ Carga proveniente do apresamento de uma barca espanhola.

⁷²² O cronista refere-se como sendo um navio que “saiu à aventura”/ Possivelmente no litoral do Nordeste. Trouxe como prisioneiro um pirata francês.

13. navios (2 embarcações) 723	-	16/02 (chegada)	-	-	Europa	-
14. Iate	Den Eenhoorn	24/03 (saída)	Soldados inválidos	-	Países Baixos (destino)	-
15. navio e 2 chalupas	-	26/03 (saída)	2 companhias de escopeteiros	-	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
16. navios (3 embarcações)	-	28/03 (chegada)	-	-	Litoral da Bahia (procede)	-
17. charrua	-	-	-	Pranchões e diversos materiais	Países Baixos (procede)	-
18. navio	-	02/04 (chegada)	45	-	Países Baixos (procede)	-
19. navios (3 embarcações)	-	06/04 (chegada)	50	Provisões	Países Baixos (procede)	-
20. navios (5 embarcações) e uma charrua	Prins Willem, Uytrecht, De Windhond, De Raaf	14/04 (chegada)	Não especifica	Provisões	Países Baixos (procede)	-
21. navios (2 embarcações)	De Otter; De Voghel Phoenix	24/04 (chegada)	Não especifica	Viveres e provisões	Países Baixos (procede)	-
22. chalupa	-	30/04 (chegada)	-	-	Itamaracá (procede)	-
23. navio	Griffoen	11/05 (chegada)	50	Provisões	Países Baixos	-

⁷²³ Segundo o cronista: “Trazem notícia [os navios] de que D. Frederico [D. Fradique] partira da Espanha, com 64 velas, não se sabendo se pretende vir aqui [para Pernambuco]. Referiram também que sua Majestade o Rei da Inglaterra mandara equipar 100 navios, e que em Bleney estavam 11 prontos para seguirem a mencionada frota espanhola”. Ref. RICHSHOFFER, op. cit., p. 104.

					(procede)	
24. navio	Amsterdam	13/05 (chegada)	Quantidade não especificada	Objetos utilitários	Países Baixos (procede)	-
25. navio	Holanda	18/05 (chegada)	100	Viveres	Países Baixos (procede)	-
26. navio	De Halve Maen	21/05 (chegada)	-	Vitualhas	Países Baixos (procede)	-
27. 'navio mercante' (1) e charrua (1)	-	25/05 (chegada)	30	Provisões	Países Baixos (procede)	-
28. charruas (2 embarcações)	-	29/05 (chegada)	51	Viveres	Países Baixos (procede)	-
29. navio	-	30/05 (chegada)	“pouca tropa”	Viveres e munições	Países Baixos (procede)	-
30. navio	Dortrecht	31/05 (chegada)	104	-	Países Baixos (procede)	-
31. navio	Prins Mauritius	04/06 (chegada)	-	150 caixas de açúcar e tabaco ⁷²⁴	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
32. navios mercantes (2 embarcações)	-	05/06 (chegada)	-	Provisões	Países Baixos (procede)	-
33. Iate	Amersfoort		-	150 tonéis de vinho espanhol e 10 peças de	Litoral da Bahia (procede)	-

⁷²⁴ Resultado do apresamento de um navio espanhol.

				artilharia 725		
34. navio	Arca Noe	07/06 (chegada)	-	Vinho de Espanha e mercadorias 726	Países Baixos (procede)	-
35. navio	Donderkloot	10/06 (chegada)	90	150 pipas de vinho espanhol 727	Países Baixos (procede)	-
36. navio	-	17/09 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
37. navios (16 embarcações)	-	22/09 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
38. navio	Omlandia	20/10 (chegada)	Sem soldados	Víveres	Países Baixos (procede)	-
39. navio	-	21/10 (chegada)	-	Provisões	Países Baixos (procede)	-
40. navio	De Goude Leeuw	21/11 (procede)	-	-	Países Baixos (procede)	-
41. navios (19 embarcações)	-	02/12 728 (saída)	-	-	Paraíba (destino)	-
42. navios (19 embarcações)	-	14/12 (chegada)	-	-	Paraíba (procede)	-
43. navios (14 navios)	-	21/12 (saída)	19 companhias	-	Rio Grande do Norte (destino)	-

⁷²⁵ Resultado do apresamento de um navio espanhol. Dessa vez, segundo o cronista, “o capitão e todos os tripulantes foram salvos e trazidos prisioneiros para aqui [o Recife]; assim como muitas cartas achadas com eles foram entregues junto com o capitão espanhol ao Governador”. RISCHOFFER, op. cit., p. 118.

⁷²⁶ Resultado do apresamento de um navio espanhol que ia comerciar escravos em Angola.

⁷²⁷ Resultado do apresamento de um navio espanhol.

⁷²⁸ Segundo carta do Coronel Wanderbuch aos Estados Gerais, a saída deu-se no dia 03 de dezembro e utilizou-se 14 embarcações em vez de 19, como registrou Rischoffer. Podemos, seguramente, dar mais crédito à informação do primeiro. Ref. Documentos holandeses, op. cit, p. 97.

1632

1. navios (19 embarcações)	-	15/01 (saída)	13 companhias	-	Litoral Sul de Pernambuco, Rio Formoso (destino)	-
2. chalupas	-	02/02 (saída)	13 companhias	-	Itamaracá (destino)	-
3. navios	-	18/02 (saída)	300 soldados doentes	-	Fernando de Noronha (destino)	-
4. Iate	De Eenhoon	28/02 (chegada)	-	-	Países Baixos (procede)	-
5. Iate	De Brack	11/03 (chegada)	-	260 caixas de açúcar e tabaco ⁷²⁹	Países Baixos (procede)	-
6. navios (19 embarcações)	-	11/03 (saída)	14 companhias	-	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
7. navios (12 embarcações)	-	14/03 (chegada)	-	-	Litoral Sul de Pernambuco (procede)	-
8. navios (7 embarcações)	-	20/03 (chegada)	-	Açúcar ⁷³⁰	Rio Formoso (procede)	-
9. charruas (2 embarcações)	-	21/03 (chegada)	34	Provisões	Países Baixos (procede)	-
10. navios (2 embarcações)	Donderkloot e De Goude Leeuwe	01/04 (saída)	Primeiras tropas “velhas”	-	Índias Ocidentais (destino)	-

⁷²⁹ Resultado de apresamento de uma caravela espanhola.

⁷³⁰ Resultado de apresamento de duas caravelas espanholas “bem carregadas de açúcar” próximo ao Rio Formoso.

			que serviram em Pernmabuco			
11. navios (4 embarcações)	Arca Noe, Het Wapen van Delft, De Faeger, Pater	11/04 (saída)	-	Açúcar	Países Baixos (destino)	-
12. navios (6 embarcações)	-		Soldados veteranos	-	Índias Ocidentais (destino)	-

**Tabela de embarcações que entraram e saíram do porto Recife ⁷³¹
(Ano 1635)**

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga e/ou informações	Procedência/destino	Câmara
1. Navio	Walcheren	27/03 entrada	166	Farinha e outros	Países Baixos (procede)	Zelândia
2. Cruzador	DeVledermuis	29/03 entrada	-	-	Barra Grande (procede)	-
3. Cruzador	Ter Veere	29/03 saída	-	Açúcar e pau-brasil	Paraíba e Países Baixos (destino)	-
4. Cruzador	T'Wapen van Hoorn	29/03 saída	-	Açúcar e Pau-brasil	Paraíba e Países Baixos (destino)	-
5. Navio	Adam e Eva	02/04 entrada	89	Munições e provisões	Países Baixos (procede)	Groningen
6. Navio	Salamander	02/04 entrada	200	Munições e provisões	Países Baixos (procede)	Amsterdã
7. Barco	Gijseling	05/04 entrada	-	-	Paraíba (procede)	-
8. Chalupa	Duitzendbeen	06/04 entrada	-	2 pipas de cal; 700 bananas e 20	Itamaracá (procede)	-

⁷³¹ Informações Colhida nas Dagelijckse *Notulen* do governo holandês no Brasil.

				cocos de Igarassu		
9. Navio	Walcheren	06/04 saida	-	Provisões e munições	Cabo de Santo Agostinho (destino)	Zelândia
10. Navio	Ter Veere	11/04 entrada	Quantida de não informada	Provisões outros	Paises Baixos (procede)	Zelândia
11. Navio	Sint Martijn	12/04 entrada	48	Provisões	Paises Baixos (procede)	Zelândia
12. Chalupa	Duizenbeen	13/04 entrada	-	320 cocos	Itamaracá (procede)	-
13. cruzador	De Vledermuis	13/04 saida	-	-	Barra Grande (destino)	-
14. cruzador	De Bonte Craij	13/04 saida	-	-	Cabo de Santo Agostinho e Barra Grande (destino)	-
15. cruzador	Ceulen	13/04 entrada	-	-	Não informada	-
16. cruzador	Ceulen	15/04 saida	-	Provisões	Sul de Pernambuco (destino)	-
17. navio (aprisionado pelo cruzador Itamaracá)	Nossa Senhora do Carmo	15/04 chegada	-	93,5 pipas de vinho	Costa de Angola (procede)	-
18. cruzador	Gijseling	16/04 chegada	-	Cartas do Sr. Carpentier pedindo provisões	Paraíba (procede)	-
19. navio	Sint Martha	16/04 chagada	-	-	-	Zelândia
20. 2 barcos	-	16/04 chagada	-	7 caixas de açúcar branco e mascavado	Ilha em frente ao Forte Amélia (procede)	-
21. cruzador	Lichthart (sofreu avarias)	19/04 chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	-
22. cruzador	Lichthart	21/04 saida	-	Provisões	Sul de Pernambuco (destino)	-

23.cruzador	De Goutvinck	22/04 chagada	-	68,5 caixas de açúcar para a WIC e 15 para serem vendidas a particulares	Goiana (procede)	-
24.cruzador	De Spreeuw		-			-
25.cruzador	Gijseling	23/04 Saída	Efetivo não informado	Provisões e carta ao comandante Lichthardt	Porto Calvo (destino)	-
26.cruzador	De Vledermuis	24/04 chagada	-	Carta do comandante Lichthardt	Barra Grande (procede)	-
27.cruzador	De Sperwer van Zeeland	25/04 chagada	-	Carta de Carpentier solicitando viveres	Paraíba (procede)	Zelândia
28.navio	De Liefde	27/04 chegada	37	Descarregou em função de uma tempestade na Inglaterra	Paises Baixos (procede)	Amsterd am
29.cruzador	De Sperwer	01/05 saida	-	Missiva para Carpentier e 2.700 florins	Paraíba (destino)	Zelândia
30.cruzador	De Goutvinck	01/05 saida	-	-	Goiana (destino)	-
31.cruzador	De Spreeuw	01/05 saida	-	Missiva para Eijzens e 1.200 florins	Goiana (destino)	Zelândia
32. chalupa	Groningen	04/05 chegada	-	Missiva do Capitão Jacob Petri e 6 pipas de cal	Itamaracá	-
33.cruzador	Gijseling	07/05 saida	36	Provisões para o governador e o Sr. Schott	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
34.cruzador	De Vliegende Sperwer	12/05 chegada	-	-	Porto Calvo (procede)	-
35.cruzador	De	23/05	-	-	Porto calvo	-

	Leeuwerick	chegada			(procede)	
36. cruzador	De Goutvinck	24/05 saida	-	Carregará 12 caixas de açúcar, passará em Goiana e irá abastecer um navio na Paraiba	Itamaracá, Goiana e Paraiba (destino)	-
37. cruzador	Schoppe	25/05 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
38. barco Obs: aprisionado pelo cruzador Schoppe no Cabo de Sto Agostinho	Nossa Senhora do Rosário	25/05 Chegada	1 capitão e cinco marinheiros	100 potes pequenos de óleo de feijão, 72 tonéis de bacalhau, 12 tonéis de sardinha, 3000 vadem de pavio e 4 toneis de farinha portuguesa	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
39. navio	Pernambuco	27/05 chegada	-	Açúcar	Porto Calvo (procede)	-
40. navio	Erasmus	27/05 chegada	-	Carta do Fiscal de Ridder pedindo viveres	Porto Calvo (procede)	-
41. cruzador	De Bonte Craij	27/05 chegada	-	Madeira para as padarias do Recife	Itamaracá (procede)	-
42. cruzador	De Leeuwerick	27/05 Saída	21	Provisões para o Forte Ceulen	Rio Grande do Norte (destino)	-
43. barco	Nossa Senhora do Rosário	27/05 Saída	-	Missiva para o capitão Jan Vos	Sul de Pernambuco (destino)	-
44. navio	Mauritius	29/05	-	Provisões	Alagoas	-

		Saída			(destino)	
45. cruzador	Gijseling	29/05 chegada	-	Açúcar e missiva do capitão de Ridder	Porto Calvo (procede)	-
46. cruzador	Schoppe	30/05 saida	-	2 missivas para o capitão de Ridder e provisões	Porto calvo (destino)	-
47. cruzador	De Meerminne	08/06 chegada	-	Sem provisões	Paraíba (procede)	Amsterda m
48. cruzador	De Meerminne	16/06 chegada	-	-	Ilha de Santo Aleixo (procede)	Amsterda m
49. navio Fluit	Het Land van Belofte	19/06 chegada	Sem soldados	Provisões	Paises Baixos (procede)	Amsterda m
50. navio	De Winthond van Hoorn	19/06 chegada	-	Sem provisões	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
51. navio	De Moriaen	28/06 Saída	-	Provisões e munições	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
52. cruzador	De Vledermuis	29/06 chegada	-	-	Bahia (procede)	-
53. cruzador	Snaphaen	29/06 saida	-	Busca de materiais para a construção do forte de Barra Grande	Não informado	-
54. navio	Het Land van Belofte	10/07 saida	-	Será carregado de sal	Índias Ocidentais e Paises baixos	-
55. cruzador	De Meermine	17/07 saida	soldados portugues es prisioneir os	-	Cuba e Paises Baixos (destino)	Amsterda m
56. cruzador	De Zuijdsterre	17/07 saida	soldados portugues es prisioneir	-	Cuba e Paises Baixos (destino)	Zelândia

			os			
57. cruzador	Schoope	17/07 Saída	soldados portugues es prisioneir os	-	Cuba e Recife (destino)	-
58. barco	Angola	17/07 Saída	soldados portugues es prisioneir os	-	Cuba e Paisés Baixos (destino)	-
59. cruzador	De Kemphaen	17/07 chegada	-	Carta do Fiscal de Ridder	Barra Grande (procede)	-
60. cruzador	De Bonte Craij	30/07 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
61. cruzador	De Kemphaen	30/07 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
62. cruzador	De Winthond van Hoor	30/07 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
63. navio	Enckhuisen	02/08 chegada	-	Aprisionou um navio de Lubeck no litoral da Bahia	Bahia (procede)	-
64. navio (aprimonado)	Não informado	02/08 chegada	-	27 peças de artilharia, tabaco, pau- brasil e 1.900 caixas de açúcar	Bahia (procede)	-
65. cruzador	Ceulen	02/08 Saída	-	-	-	-
66. cruzador	De kemphaen	02/08 Saída	-	Provisões	Porto Calvo (destino)	-
67. cruzador	De Vinthond van Hoor	02/08 Saída	-	Provisões	Porto Calvo (destino)	-

68.cruzador	De Spreeuw	04/08 chegada	-	-	Porto Calvo (procede)	Amsterda m
69. cruzador	De Vliegende Spewer	06/08 Chegada	-	-	Não informado	-
70. cruzador	Tortelduijf	06/08 Chegada	-	-	Não informado	-
71. navio	De Bonte Craij	06/08 Chegada	Quantida de não informada	Viveres, artigos para o comércio e material para o exército; missiva da Câmara de Groningen	Países Baixos (procede)	Groningen
72. cruzador	De Leeuwinne	06/08 Saída	-	Missiva para Carpentier	Paraíba (destino)	Zelândia
73.cruzador	De Kemphaen	06/08 Chegada		-		-
74. cruzador	De Goutvinck	06/08 Chegada	Soldados espanhóis	800 alqueires de farinha	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
75. cruzador	De Winthond de Hoor	06/08 Chegada	prisioneir os	-		-
76. navio	De Swaen			Provisões		
77. navio	Erasmus			(receberam instruções	Índias Ocidentais(Ilhas Marguerita e	
78.navio	Mercurius			para	Curaçau)	-
79. navio	Ernestus	13/08 Saida	Não informado	carregarem-se de sal e madeira em Curaçau)	(destino)	
80. barco	-	13/08 chegada	-	-	Porto Calvo (procede)	-
81. cruzador	Ceulen	13/08 chegada	-	24 caixas de açúcar do Arraial do Bom Jesus	-	-
82. cruzador	Deventer	16/08 chegada	-	Provisões	-	-
83. navio	Salamander					

84. navio	Walcheren	16/08		Poucas provisões	Litoral da Bahia (procedem)	-
85. navio	De Maagd van Dort	chegada	-			
86. navio	De Faem					
87. navio	Westfriesland	16/08 chegada	94	Provisões e cartas da Câmara de Maas	Paises Baixos (procede)	Maas (Rotterdam)
88. cruzador	De Kempphaen	16/08 chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
89. cruzador	De Vliegende Sperwer	16/08 Saída	-	Provisões	Barra Grande, Porto Calvo e Santo Antônio (destino)	Delft
90. cruzador	De Canarievogel	17/08 Chegada	-	Trouxe carta de Arcizewnsk	Santo Antônio (procede)	-
91. cruzador	De Spreeuw	26/08 Saída	-	Viveres e munições	Santo Antonio (destino)	Amsterdamm
92. barco (grande)	-	26/08 chegada	-	Cartas pedindo viveres	Santo Antonio (procede)	-
93. navio	Enckhuisen	28/08 chegada	-	Será carregado de açúcar	-	-
94. barco (avariado)	De Nortschepip	30/08 chegada	-	-	Santo Antônio (procede)	-
95. navio	Alckmaer	30/08 chegada	-	Viveres, material de trem e bens para comércio	Paises Baixos (procede)	Amsterdamm
96. cruzador (avariado)	De Vliegende Spreeuw	30/08 chegada	-	-	Barra Grande (procede)	Maas (Rotterdam)
97. 3 barcos portugueses	-	05/09 chegada	-	-	Porto Calvo (procedem)	-
98. navio	Overijsel	07/09	-	-	Bahia	-
99. navio	De Haes	Saída	-	-	(destino)	-
100. barcos	-	08/09	Prisioneir	-	Índias Ocidentais	-

portugueses		Saída	os luso-brasileiros		(destino)	
101.cruzador	De Spreeuw	10/09 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	Zelândia
102.cruzador	Lichthart	12/09 Saída	-	Viveres e artilharia	São Gonçalo (destino)	-
103.cruzador	De Spreeuw	13/09 Chegada	-	-	Porto Calvo (procedência)	Amsterda m
104. navio	Salamander		-	-		-
105 navio	Walckeren		-	-		-
106. navio	De Maagd van Doort	18/09 Saída	-	-	Barra Grande (destino)	-
107. navio	De Faem		-	-		-
108. navio	De Sperwer	18/09 chegada	-	-	Barra Grande (procede)	Zelândia
109. navio	Alckmaer	23/09 Saída	-	Carga não especificada	Índias Ocidentais e Países Baixos (destino)	Amsterda m
110.cruzador	De Canarievoege l	23/09 Saída	80	Viveres e produtos para comércio	Sul de Pernambuco (destino)	-
111.navio	De Wesfrieslan dt	30/09 Saída	-	Carga não especificada	Índias Ocidentais e	-
112.chalupa (acompanhan d o o navio Westferieslan d)	-		-	Completrara a sua carga nas Índias Ocidentais	Países baixos (destino)	-
113.cruzador	De Goutvinck	30/09 chegada	-	Viveres	Itamaracá (procede)	-
114.chalupa	Groningen	30/09 chegada	-	-	Não informado	-
115.cruzador	De Bontecraij	30/09 chegada	-	-	Rio Grande do Norte (procedência)	-
116. navio	Overijssel	30/09 chagada	-	-	Bahia (procedência)	-
117.cruzador	De Bontecraij	03/10 Saída	-	Pau-brasil para abastecer o navio De	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-

				Moriaen		
118.navio de carga	De Wassende Maen	03/10 Saída	-	-	Índias Ocidentais e Países Baixos	-
119.cruzador	De Canarievoge 1	05/10 chegada	-	Carta do Governador pedindo 3 Cias de soldados	São Gonçalo (procedência)	-
120. navio	Ter Toolen	05/10 Saída	Quantida de não informada	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
121.cruzador	De Spreeuw	05/10 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	Amsterda m
122.navio	Overijssel	05/10 chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
123. barco (fluit)	Passmoij	08/10 Saída	-	Será abastecido pelo navio Hércules	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
124.cruzador	De Cambe	08/10 Saída	-	Viveres e munições	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
125. navio	Sint Clara	08/10 chegada	-	Bens de comércio, ervilhas, feijão, cevada e farinha/carta do Cons. XIX	Países Baixos (procede)	Amsterda m
126. galeão	De Doffer	08/10 Saída	-	Controlar o descarregame nto do Hércules	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
127.cruzador	De Bontcreij	12/10 chegada	-	Pau-brasil	Rio Grande do Norte (procede)	-
128.cruzador	Kemphaen	12/10 chegada	-	-	Santo Antonio (procede)	-
129.cruzador	Lichthart	12/10 chegada	-	-	Santo Antonio (procede)	-
130.cruzador	De Leeuwerick	18/10 Saída	-	Viveres	Paraíba (destino)	-

131.galeota	Het Duifjie	18/10 chegada	-	Tinha levado materiais p/ a ilha	Itamaracá (procede)	-
132. navio	De Speeljatch	19/10 Saída	-	Recebera a carga do Hércules	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
133. galeota	De Doffer	27/10 chegada	-	-	Ilha de Santo Aleixo (procede)	-
134.cruzador	Itamaracá	31/10 chegada	-	Pau-brasil	Ilha de Santo Aleixo (procede)	-
135.cruzador	De Winthond van Hoor	31/10 Saída	-	Viveres e munições	Santo Antonio (destino)	-
136.cruzador	De Cauwe	31/10 Saída	-	Viveres	Cabo de Santo Agostinho (destino)	Zelândia
137. fluit	De Zeerob	03/11 Chegada e saída (permanência de 1 hora no Recife)	-	Pau-brasil e cidadãos livres	Ipojuca (destino)	-
138.cruzador	De Spreeuw	08/11 chegada	-	-	Santo Antônio (procede)	Amsterdã
139.cruzador	Lichthart	09/11 Saída	-	Viveres	Barra Grande (destino)	-
140. navio	De Oragieboom	09/11 chegada	-	Óleo e vinho aprisionados em butim	Países Baixos (procede)	Zelândia
141.cruzador	De Bonte Craij	13/11 chegada	-	Lenha para padaria	Itamaracá (procede)	-
142.navio	De Moriaen	19/11 chegada	-	Pau-brasil e açúcar	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
143.cruzador	De Goutvinck	19/11 chegada	-	Lenha para padaria	Paraíba (procede)	-
144.cruzador	De Bonte Craij	20/11 Saída	-	Viveres	Itamaracá (destino)	-
145. navio	De Doffer	20/11	-	Cartas de	Sul de Pernambuco	-

		chegada		Arcizensck	(procede)	
146.cruzador	De Spreeuw	23/11 Saída	-	Viveres e munições	Sul de Pernambuco (destino)	Amsterda m
147.cruzador	De Spewer	26/11 Saída	-	Viveres	Barra Grande (destino)	Zelândia
148.cruzador	De Kemphaen	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
149.cruzador	De Winthond	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
150.cruzador	De Spreeuw	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
151. navio	Ter Tholen	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
152 .navio	Salamander	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
153 .navio	De Maagd van Dort	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
154. navio	Walcheren	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
155. navio	De Faem	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
156. navio	Goeree	27/11 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
157. cruzador	Het Haentje	27/11 chegada	-	Cartas informando as vitórias da Espanha sobre terras neerlandesas	Amsterdam (procede)	-
158. cruzador	Het Haentje	28/11 saída	-	-	Norte de Pernambuco (destino)	-
159. cruzador	De Meermine	28/11 Saída	-	-	Norte de Pernambuco (destino)	Zelândia
160. cruzador	De Sperwer	28/11 Saída	-	Viveres e munições	Sul de Pernambuco(?) (destino)	-
161. cruzador	-	06/12 chegada	-	Veio comercializar pau-brasil	Países Baixos (procedência)	-

162. cruzador	De Goutvinck	06/12 Saída	-	Viveres	Paraíba (destino)	-
163. cruzador	De Meermine	06/12 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
164. cruzador	Canarevogel	06/12 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
167. navio	Het Haus van Nassau	06/12 Chegada	-	Foi buscar a carga do navio Hercules	Ilha de Santo Aleixo (procede)	-
168. navio	Spitsbergen	07/12 Chegada	Cidadãos -livres	Bens de comércio, vinho e vinagre para a WIC	Paises Baixos (procede)	-
169. navio	De Sperwer de Zeland	07/12 Chegada	-	Trouxe informes acerca da marcha de Arcizenski para Alagoas	Barra Grande (procede)	-
170. chalupa	-	07/12 Chegada	-	Informa acerca do carregamento do navio Mauritius	Paraíba (procede)	-
171. navio	Overijssel	07/12 Saída	-	-	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
172. cruzador	De winthond van Hoor	15/12 Chegada	-	-	Foi buscar os navios que se encontravam nas latitudes 10 e 11 graus de latitude	-
173. cruzador	De Leeuwinwe	15/12 Chegada	-	-	Latitude 10 e 11 graus (procede)	-
174. cruzador	Zeeridder	15/12 Chegada	-	-	Latitude 10 e 11 graus (procede)	-
175. cruzador	Ceulen	15/12 Chegada	-	Informa cerca da falta de	Sul de Pernambuco (procede)	-

				viveres das tropas de Alagoas		
176. galeota	De Doffer	16/12 Chegada	-	Açúcar	Barra Grande (procede)	-
177. cruzador	De Sprreeuw de Zelândia	16/12 Chegada	-	Informa acerca da vinda da esquadra espanhola	-	-
178. cruzador	De Cauwe	16/12 Chegada	-	Informa a falta de viveres do Sr. Stachouwer	-	Zelândia
179. cruzador	De Canarivogel	17/12 Chegada	-	-	-	-
180. cruzador	De Goutvinck	17/12 Chegada	-	Missiva do Sr. Eijsens	Paraíba (procede)	-
181. galeota	De Duijft	23/12 Chegada	-	-	Barra Grande (procede)	-
182. cruzador	De Cauwe	23/12 Saída	-	Provisões	Itamaracá (destino)	-
183. navio	De Holandsche Tuijn	23/12 Chegada	-	Bens para os cidadãos livres, viveres, armas e material de artilharia	Amsterdam (procede)	Amsterdã
184. navio	Enckhuisen	23/12 Saída	-	Pau-brasil	-	-
185. cruzador	Het Haentje	27/12 Chegada	-	Noticias do possível ataque inimigo por terra	Sul de Pernambuco (procede)	-
186. cruzador	Lichhart	27/12 Chegada	-	Noticias do possível ataque inimigo por terra	Sul de Pernambuco (procede)	-
187. cruzador	De Canarivogel	31/12 Chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	-

(Ano 1636)

Natureza	Nome	Data	Soldados	Carga	Procedência/destino	Câmara
1. cruzador	Goutvinck	03/01 Saída	-	-	Paraíba (destino)	-
2. cruzador	De Doffer	03/01 Saída	-	-	Paraíba (destino)	-
3. cruzador	Ceulen	03/01 Saída	-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
4. cruzador	De Cauwe	07/01 Saída	-	Munições	Sul de Pernambuco (destino)	-
5. cruzador	De Phaesant	07/01 Chegada	-	62 caixas de açúcar	Ilha de Santo Aleixo (procede)	-
6. navio	Goeree	07/01 Chegada	-	-	Barra Grande (procede)	-
7. cruzador	De Bonte Craij	08/01 Saída	-	Munição	Sul de Pernambuco (destino)	-
8. cruzador	De Canarivogel	17/01 Saída	-	Viveres e munição	Barra Grande (destino)	-
9. cruzador	De winhond van Hoorn	18/01 chegada	-	Cartas pedindo viveres	Barra Grande (procede)	-
10. cruzador	De Doffer	18/01 Saída	-	Mercadorias para cidadãos livres e viveres para as guarnições	Paraíba (destino)	-
11. cruzador	Lichthart	18/01 Saída	-	Viveres	Barra Grande (destino)	-
12. navio	Salamander	19/01 Saída	-	Navegar em direção a Peripueira e transportar o exército de Arcizenscki até Barra Grande	Peripueira/Barra Grande (destino)	-
13. navio	Walcheren		-			-
14. navio	Ht Wapen van Mademblick		-			-
15. navio	De Faem		-			-
16. navio	Overijssel		-			-
17. navio	Ter Toolen		-			-
18. navio	Goeree		-			-
19. chalupa	-	19/01 (chegada)	-	-	Serinhaém (procede)	-

20. navio	De Meerminne	19/01 Chegada	Quantidade não informada	-	Paraíba (procede)	-
21. navio	De Leeuwinne	19/01 Saída	-	-	-	Zelândia
22. navio	De goutvinck	19/01 Saída	-	Bens de cidadãos livres	Paraíba (destino)	-
23. navio	Out Vlissingen	19/01 Chegada	-	-	Santo Aleixo (procede)	-
24. navio	De Cauwe	19/01 Chegada	-	-	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
25. cruzador	De Haes	20/01 Saída	-	Viveres e material para construção de fornos	Barra Grande (destino)	-
26. cruzador	De Winthond van Hoorn		-			-
26. cruzador	Het Haentje	21/01 Chegada	-	Trouxe noticias da derrota de Rojas y Borja em Porto Calvo	Barra Grande (procede)	-
27. cruzador	Vliegendehart	21/01 Saída	-	Viveres	Barra Grande (destino)	-
28. cruzador	De Meerminne	22/01 Saída	-	Viveres e recomendações para que se inspecione a milícia	Itamaracá (destino)	-
29. galeota	De Doffer	24/01 chegada	-	Missiva do Sr. Eisens pedindo viveres e um cruzador para transportar açúcar	Goiana (procede)	-
30. galeota	De Doffer	27/01 Saída	Doentes e feridos	-	Itamaracá (destino)	-
31. navio	Amsterdam	27/01 Chegada	Não informado	Viveres e material de trem	Amsterdam (procedência)	-
32. cruzador	De Phaesant	27/01	-	Viveres	Cabo de Santo	-

		Saída			Agostinho (destino)	
33. cruzador	De Goutvinck	28/01 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
34. galeota	De Doffer	01/02 Chegada	-	Carta pedindo material de construção para construção do Forte Orange	Itamaracá (procede)	-
35. cruzador	-	01/02 Chegada	-	Informações sobre 13 navios holandeses que estavam na ilha de Santo Aleixo	Cabo de Santo Agostinho (procede)	Zelândia
36. navio	Out Vlissingen	04/02 Chegada	-	Noticia acerca de ataque do inimigo a guarnições da região	Barra Grande (procede)	-
37. navio	De Meerminne	06/02 Saída	-	Viveres	Rio Grande do Norte (procede)	-
38. navio	De Leeuwinne	06/02 Saída	-	Viveres	Paraíba (destino)	-
39. galeota	De Duijff	12/02 Chegada	-	-	Barra Grande (procede)	-
40. navio	Salamander	13/02 Saída	-	-	Sul de Pernambuco (destino)	-
41. navio	Ter Toolen		-	-		-
42. navio	De Faem		-	-		-
43. navio	Dordrecht		-	-		-
44. navio	Overijssel		-	-		-
45. navio	Walcheren		-	-		-
46. navio	De Phaesant	13/02 Chegada	-	Missiva pedindo viveres	Cabo de Santo Agostinho (procede)	-
47. cruzador	Ceulen	13/02 Chegada	-	Missiva pedindo viveres	Barra Grande (procede)	-

48. navio	Enckhuijsen		-	-		-	
49. navio	De Tijger		-	-		-	
50. navio	De Moriaen		-	-		-	
51. navio	De Bonte Coeij		-	-		-	
52. navio	St Clara ^{*732}	22/02	-		Países Baixos (destino)	-	
53. navio	Speeljatch*	Saída	-			-	
54. navio	Spitsbergen*		-			-	
55. navio	De Leeuwinne*		-	Açúcar e pau- brasil		-	
56. navio	Pasmoij*		-			-	
57. navio	Mauritius*		-			-	
58. navio	Zeerob*		-			-	
59. cruzador	Lichthart		-	Viveres		Itamaracá (destino)	-
60. cruzador	De Haen	23/02	-	Viveres		Sul de Pernambuco (destino)	-
61. navio	Out Vlissingen	07/03	-	Trouxe informações da luta travada entre navios da WIC e 2 galeões espanhóis no litoral da Bahia ⁷³³	Litoral da Bahia (procede)	-	
62. navio	Salamander		-	-		-	
63. navio	Ter Tholen		-	-		-	
64. navio	De Faem		-	-		-	
65. navio	De Maecht van Doot	12/03	-	-	Litoral da Bahia (procede)	-	
66. navio	Overijssel	Chegada	-	-		-	
67. navio	Walcheren		-	-		-	
68. navio	De Holandsche Tuijn		-	-		-	

⁷³² (com asterisco) Embarcações saídas da Paraíba.

⁷³³ A notícia trazida por esta embarcação foi que os navios Salamander, Ter Tholen, De Faem, De Maecht van Doort, Overijssel, Walcheren, Out Vlissingen e De Holandsche Tuijn entraram em combate contra dois galeões e um patacho espanhóis no litoral da Bahia. Na refrega, o navio Salamander saiu com o mastro do traquete e o grande mastro avariados.

69. navio	Ter Tholen	12/03 Saída	-	-	Baia Formosa (destino)	-
70. cruzador	De Sperwer	14/03 Chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	-
71. navio	De Leeuwvinne	14/03 Saída	-	Levou algumas “instructies” do Recife	Paraíba (destino)	-
72. cruzador	De Duijff	14/03 Chegada	9 prisioneiros luso- brasileiros <small>734</small>	-	Sul de Pernambuco (procede)	-
73. navio	De Duijff	18/03 Saída	-	Viveres	Paraíba (destino)	-
74. cruzador	De Haen	20/03 Chegada	-	-	Serinhaém (procede)	-
75. navio	De Liefde	21/03 Chegada	Cidadãos- livres	Informações das embarcações que viriam à seguir <small>735</small>	Países Baixos (procede)	Amsterdã
76. navio	De Trompet		-			
77. cruzador	De Goutvinck		-			
78. cruzador	De Zeeridder	21/03 Chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	Zelândia
79. cruzador	De Kemphaen		-	-		-
80. cruzador	De Spreeuw	21/03 Saída	-	Bens de consumo	Goiana (destino)	Zelândia
81. cruzador	De Doffer	21/03 Chegada	-	-	Serinhaém (procede)	-
82. navio	Het Land van Belofte	22/03 Chegada	-	Viveres	Países Baixos	-

⁷³⁴ Entre eles, tinham 1 Alferes e 3 frades capuchinhos. Trouxeram também cartas para o almirante Lichthart informando que os cruzadores De Spreeuw, De Winthond e De Leewinne navegariam até o Porto Francisco (altura de Camaragibe?).

⁷³⁵ Segundo os tripulantes, sete embarcações viriam, em seguida, carregadas de viveres. A documentação chama estes navios de Amsterdam de “navios de carga”. Os navios partiram de Texel no dia 1 de dezembro de 1635.

83. navio	Haerlem ⁷³⁶	24/03 Chegada	Soldados e marujos	bens de comércio e viveres	(procede)	-
84. cruzador	De Doffer	26/03 Saída	-	Bens de comércio	Paraíba (destino)	-
85. navio	Ter Tholen	26/03 Chegada	-	-	Baía Formosa (procede)	-
86. cruzador	De Phaesant		-	-	Serinhaém (procede)	-
87. navio	De Crabbe	27/03 Chegada	-	-	Países Baixos (procede)	-
88. cruzador	Ceulen		-	-	Serinhaem (procede)	-
89. cruzador	De Duijff	31/03 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
90. navio	Out Vlissingen	01/04 Saída	-	-	Litoral da Bahia ⁷³⁷ (destino)	-
91. cruzador	De Brack	01/04 Chegada	5 soldados	-	Países Baixos (procede)	Groningen
92. cruzador	Lichthart		-	18 caixas de açúcar	Serinhaem (procede)	-
93. cruzador	Ceulen	13/04 Chegada	-	-		-
94. cruzador	De Spreeuw	15/04 Chegada	-	-	Paraíba (procede)	-
95. navio	Zeelandt		-	-		-
96. navio	Domburch	15/04 Chegada	-	-	Países Baixos (procede)	-
97. navio	De Soone ⁷³⁸		-	-		-
98. cruzador	De Leeuwerick		-	Viveres	Paraíba (destino)	-
99. cruzador	Ceulen	17/04 Saída	-	-	Serinhaém (destino)	-
100. cruzador	De Spreeuw		-	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-

⁷³⁶ Junto ao Haerlem vieram mais 15 navios, que saíram dos Países Baixos no dia 15 de Janeiro. Todos carregados de soldados, marinheiros, viveres e produtos para serem vendidos pelos cidadãos-livres. A documentação, infelizmente, não especifica as embarcações. Chamou-se a atenção do navio Haerlem, pelo fato desse ter trazido o conselheiro político Hendrick Schilt.

⁷³⁷ Foi em missão de saber se a armada espanhola ainda se encontrava nalgum porto daquela região.

⁷³⁸ Tais embarcações traziam uma embarcação ganhada aos luso-brasileiros (ao que tudo indica). A presa estava cheia de vinho e viveres.

101. navio	Out Vlissingen	18/04 Chegada	-	Informações sobre a frota espanhola	Litoral da Bahia (procede)	-
102. navio	Goeree	18/04 Saída	“tapuias”	Viveres	Sul de Pernambuco (destino)	-
103. cruzador	Lichthart	21/04 Chegada	-	-	Goiana (procede)	-
104. Cruzador	De Cauwe	24/04 Chegada	-	-	Sul de Pernambuco (procede)	-
105. Cruzador	De Phaesant	24/04 Saída	-	Bens de comércio	Itamaracá (destino)	-
106. navio	Sint Michiel	26/04 Chegada	-	Informações de navios na Bahia	Litoral da Bahia (procede)	Rotterdam
107. cruzador	De Vledermuis		-	-	Paraíba (procede)	-
108. cruzador	Ceulen		-	Informando que as tropas lá estavam sob o comando do governador	Serinhaém (procede)	-
109. cruzador	De Sperwer	27/04 Saída	-	Munição para guerra	Goiana (destino)	-
110. Cruzador	Ceulen		-	Cartas para o Governador	Provavelmente para Serinhaém	-
111. Cruzadores ⁷³⁹	-	27/04 Chegada	-	Aprisionaram um barco espanhol	Sul de Pernambuco (procede)	-
112. cruzador	De Doffer		-	Munição de guerra	Cabo de Santo Agostinho (destino)	-
113. cruzador	De Duijffer		-	-		-
114. Cruzador	De Vledermuis	29/04 Saída	-	-	São Gonçalo	-

⁷³⁹ Os nomes das embarcações não foram informados. O barco espanhol aprisionado transportava 36 prisioneiros (marinheiros, brasileiros e escravos). Também trazia muitas cartas que revelavam planos dos luso-brasileiros em atacar as tropas da WIC a partir de Porto Calvo com um efetivo de 600 homens.

115. cruzador	De Haen		-	-	(destino) ⁷⁴⁰	-
116. cruzador	De Kempphaen		-	-		-
117. cruzador	De Sperwer	29/04 Chegada	-	Informações de que os luso-brasileiros tinham feito um ataque ao forte de Peripueira	São Gonçalo (procede)	-
118. cruzador	Lichthart		-	-	Serinhaém (procede)	-
119. navio	Het Wapen van Medenblick		-	-	São Gonçalo (destino) ⁷⁴¹	-
120. navio	Out Vlissingen	29/04 Saída	-	-		-
121. navio	De Witte Valck		-	-	Paraíba (destino) ⁷⁴²	-
122. navio	Kampen		-	-		-
123. navio	De Faem	01/05 Saída	-	-	Ilha de Santo Aleixo (destino) ⁷⁴³	-
124. navio	Overijssel		-	-		-
125. navio	Walcheren		-	-		-
126. navio	Ter Tholen	05/05 Saída	-	-	Paraíba (destino)	-
127. navio	Amsterdam		-	-	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
128. navio	Salamander		-	-		-
129. navio	De Hollandsche Tuin	08/05 (saída)	-	-		-
130. navio	Haarlem		-	-	Ilha de Santo Aleixo (destino)	-
131. navio	De Goude Leeuw	08/05 (saída)	-	-		-
132. navio	Nassau		-	-		-

⁷⁴⁰ Para fins de patrulhamento da costa sul da conquista, as instruções foram dadas no sentido de que essas embarcações deveriam navegar ao máximo para o sul e o máximo possível longe da costa.

⁷⁴¹ O destino era se encontrar com as embarcações De Duijffer, De Vledermuis, De Haen e De Kempphaen nos limites das latitudes 10 e 11,5 graus sul.

⁷⁴² Foi ser carregado na Paraíba.

⁷⁴³ Na verdade, o destino final será cruzar o litoral da Bahia.

133.cruzador	De Doffer	12/05	-	Viveres e	Cabo de Santo	-
134.cruzador	De Dijffer	(saída)	-	outros	Agostinho (destino)	-
135. navio	De Zoutberg	19/05 (saída)	-	Soldados ⁷⁴⁴	Serinhaém (destino)	-
136.cruzador	Vledermuis	04/07 (chegada)	-	Carta relatando a falta de viveres	São Gonçalo (procede)	-

Anexo II

Lista de escabinos no Brasil Holandês (1637-1643) ⁷⁴⁵

Câmara da Paraíba

1637-38

Jorge Homem Pinto, Manuel D’Almeida, Isaacq de Rasiere, Garpar Fernandes Dourado e Jan van Ool

1638-39

Jan van Ool e Manuel D’Almeida (reconduzidos), Alonso Francez, Geraldo Mendes e Eduart Munickhoven

1639-40

Geraldo Mendes e Alonso Francez (reconduzidos), Manuel D’Azevedo, Francisco Camelo de Valcácer, Manuel da Costa

1641-42

Francisco Gomes de Muniz, Gaspar van Solpten, Pieter Coets, Jacob Phibel, Jacques van der Neese, Manuel Queiroz Siqueira e Sebastião da Cunha

⁷⁴⁴ A *notulen* fala que a embarcação irá se encontrar com outras que estão no sul da capitania de Pernambuco. Fala-se numa quantidade de 2100 homens. Possivelmente, esse efetivo não era todo para o navio em questão e sim seria dividido entre as embarcações que lá estavam.

⁷⁴⁵ Atas do Governo Holandês no Brasil.

1642-43

Manuel Queiroz Siqueira, Sebastião da Cunha, Samuel Gerards, Michiel van de Veene, Pieter Toenemann, Jan van Oolen e André Dias Figueredo

1643-44

Jan van Ool, Michiel van de Veene, Gaspar do Valle, Tomé (?) Leitão, Antônio de Mattos Cardoso e André Dias Figueredo

Câmara de Itamaracá

1637-38

Johan Wijnants, Roelant Carpentier, Gonsalvo Cabral de Caldas, João Garcez, e Estevão Couceiro de Serqueira

1638-39

Johan Wijnants e Estevão Couceiro de Serqueira (reconduzidos), David van Kessel, Joris Stuart e Francisco de Souza Brito

1639-40

Francisco de Souza Brito e David van kessel (reconduzidos), Gonsalvo Cabral de Caldas, João Garcez e Pieter Seullin

1641-42

Johannes Carpentier, Couret Pauli, Estevão de Couceiro Siqueira, David van kessel, Jan Haeck, Francisco de Souza Brito e Rui vaz Pinto

1642-43

David van kessel, Francisco de Souza Brito, Rui vaz Pinto, Michiel Hendricks, Jan (Johan) Wijnants, Francisco Soares e Noel de la Garamé

1643-44

Michiel Hendricks, Jan Wijnants, Francisco Soares, Laubrecht Lieuvenso (?), Pieter Seullen, Pedro de Freitas e Jorge de Castro Vieira

Câmara de Igarassu

1637-38

João Malheiros da Rocha, Francisco Dias D'Oliveira e André Dias de Figueredo

1638-39

Francisco Dias D'Oliveira (reconduzido), João Lourenço Francez e Bernardo Dias

1639-40

João Lourenço Francez (reconduzido), Vicente Serqueira e Pedro Mariz

1641-42

Gonsalvo Novo de Lira, João Malheiros da Rocha, Jacob de Poex, Willen Elpingsten

1642-43

Gonsalvo Novo de Lira, Willen Elpingsten, Jaques Ballon, João Pimentel e Vicente Cerqueira

1643-44

Jacques de Ballon, João Pimentel, Vicente Cerqueira, Johannes Pretorius e Francisco Dias D'Oliveira

Câmara de Serinhaém

1637-38

Miguel de Sá, Guillen Placcard e Jaques Pires

1638-39

Miguel de Sá (reconduzido), Garpar Correia Régua e Francisco de la Tour

1639-40

Gaspar Correia Réguo (reconduzido), Roelant Carpentier e Manuel Velho Ferreira

1641-42

Francisco de la Tour, Roberto Cadarte, Jan Dapper Steijn, Francisco Fernandes Anjo, Manuel da Cunha D'Andrade e Miguel Sá

1642-43

Matheus Ves, Manuel da Cunha D'Andrade, Guillame Plancker, Diogo Nunes Fontes e Francisco Fernandes Anjo

1643-44

Guillame Plancker, Diogo Nunes Fontes, Francisco Fernando Anjo, johan Hick e Roelant Carpentier

Câmara de Porto Calvo

1639-40

Manuel de Queiroga, Manuel de Gonsalves Mazagão, Francisco de Souza Falcão Julien de Lima e David de Vries

1641-42

David de Vries, Jan Fletcher, André da Rocha Dantas, Bartholomeu Luis D'Almeida, Jacob Welthuisen, Gaspar Gonsalves Filgueiras e Domingos Mazagão

1642-43

David de Vries, Jan Fletcher, Jacob Welthuisen, Gaspar Gonsalves Mazagão, Francisco de Souza Falcão e Francisco Alves Pinto

1643-44

Davids de Vries, Jan Fletcher, Jacob Welthuisen, Francisco de Souza Falcão, Antônio Alvares Pinto e Balthazar Leitão D'Olanda

Câmara do Distrito de São Francisco

1639-40

João Fernandes de Paiva, João Velho Tinoco (?), Gaspar Gonsalves Novo, Moraes de Barros e Valentin da Rocha Pitta

1641-42

João Fernandes de Paiva, João Velho, Gaspar Fernandes, Domingos Martins e Diogo Fernandes Cardoso

1642-43

Manuel Gomes Rebelo, Roque Leitão, Antônio de Souza, Diego da Costa, Coubert van Couverden

Câmara de Olinda e Cidade Maurícia⁷⁴⁶

1637-38

Wilhelm Doncker, Jacques hack, Francisco de Brito Pereira, Gaspar Dias Ferreira e João Carneiro de Mariz

1638-39

Wilhelm Doncker e Gaspar Dias Ferreira (reconduzidos), Casper van Niehof van der Ley, Samuel Halters e Luís Braz Bezerra

1639-40

Samuel Halters e Luís Braz Bezerra (reconduzidos), Antônio de Bulhões, Paulo de Araújo de Azevedo e Christoffel Eyerschettel

Com a transferência da câmara para Antônio Vaz, foram acrescentados ao conselho Theodosius l'Empereur, Abrahan Francisco Cabeljau, Bartholomeus van Ceulen e Gaspar Dias Ferreira

1640-41

Gaspar Dias Ferreira (reconduzido), Gillis van Luffel, Mathis Beck, Gregório de Barros Pereira, Cosmo de Castro Passos e Antônio Vieira

⁷⁴⁶ Lista extraída do levantamento realizado por José Antônio Gonsalves de Mello. Ref. Fontes para a História do Brasil Holandês, tomo II, A Administração da Conquista.

1641-42

Gillis van Luffel, Mathis Beck, Gregório de Barros Pereira, Cosmo de Castro Passos e Antônio Vieira (reconduzidos), Samuel Halters, Jacob Coets, Hans van der Góes e João Fernandes Vieira

1642-43

Samuel Halters, Jacob Coets, Hans van der Goes e João Fernandes Vieira (reconduzidos), Albert Warsonck, gillis Krol, Antônio Cavalcanti, Antônio de Bulhões e Francisco Berenguer de Andrade

1643-44

Albert Warnsinck, Gillis Krol, Antônio Cavalcanti e Francisco Berenguer de Andrade (reconduzidos), Crhistiffel Eyerschettel, Mathijs Beck, Bartholomeus van Ceulen, Antônio de Abreu e Arnau de Holanda

Fontes primárias

IAHGP (Coleção José Higino)

Dagelijkse Notulen (1635-1644)

Brieven en Papieren uit Brasílie

Projeto Resgate

LAPEH (UFPE)

Capitania de Pernambuco

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, D. 100.

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 87

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 88

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 89

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 90

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 91

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 92

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 93

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc 96

AHU_ACL_CU_005, Cx1, Doc. 20.

AHU_ACL_CU_015, cx.2, doc. 94

AHU_ACL_CU_015, cx.2, doc. 101

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, doc. 119

AHU_ACL_CU_015, Cx.2, Doc.158

Capitania da Paraíba

AHU_ACL_CU_014, cx. 1, Doc. 25.

Capitania do Maranhão

AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 19.

AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 20.

AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 25.

AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 31.

AHU_ACL_CU_009_, Cx 1, doc. 35.

AHU_ACL_CU_009_, Cx 1, doc. 75.

AHU_ACL_CU_009, Cx 1, doc. 90.

Capitania do Pará

AHU_ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 20.

AHU_ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 28.

AHU_ACL_CU_013_, Cx 1, doc. 48.

Outros

AHU. Cód. 24, fl.21.

Fontes primárias impressas

BAERS, Padre João. Olinda Conquistada. – Recife: CEPE, 2004.

BARLÉUS, Gaspar. História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

BRÁSIO, Antônio (org). **Monumenta Missionária Africana**. 2ª série (África Ocidental Central), 15 vols., Lisboa, 1953-88.

Breve Discurso sobre o estado das quatro capitâneas conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de Janeiro de 1638. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomo II: A administração da Conquista. MEC/SPHAN/Fundação Pro-Memória. Recife, 1981

CALADO, Manoel, [1584-1654] O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade. – Vols I e II – Recife. CEPE, 2004.

Carta dos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais de Zelândia aos Estados Gerais. 23 de abril de 1630. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

Conferência Sobre as Índias Ocidentais (anônimo). Trad. Hipólito Overmeer. São Paulo: Ed. Giordano, 1999.

COELHO, Duarte de Albuquerque. Memórias diárias da guerra do Brasil. – São Paulo: Beca, 2003.

“Descrição da costa do noroeste do Brasil entre Pernambuco e rio Camocipe, do Relatório dos brasileiros seguintes: Gaspar Paraupaba do Ceará, de idade de 60 anos; Andrés Francisco do Ceará, da idade de 50 anos; Antônio Paraupaba de Tubussuram, que fica na distancia de 2 dias no interior da Paraíba, da idade de 30 anos; Pedro Poti, da idade de 20 anos” [1629]. In: DE LAET, Johannes. Roteiro de um Brasil desconhecido: descrição das costas do Brasil [1637]. KAPA Editorial, 2007.

FREIRE, Francisco de Brito. Nova Lusitânia: Historia da Guerra Brasília. – São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

Interrogação de Bartolomeu Peres, natural de Viana do Castelo, navegou a 6 a 7 anos ao Brasil onde ficou domiciliado depois. In: Johannes de Laet. Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637. In: Roteiro de um Brasil Desconhecido. Manuscrito do John Carter Brown Library, Providence. KAPA Editorial, 2007.

Johannes de Laet. Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637. In: Roteiro de um Brasil Desconhecido. Manuscrito do John Carter Brown Library, Providence. KAPA Editorial, 2007.

DE LAET, Johannes. **Iaerlijck Verhael de Verichtinghen de Geotroeerde West-Indische Compagnie**. Haia, 1644. Trad. bras. J. H. Duarte Pereira e P. Souto Maior. **História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**. 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, , 1916-25.

Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como

de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande segundo o que eu, Adrien Verdonk, posso me recordar. Escrita em 20 de maio de 1630. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomo I: A economia açucareira. MEC/SPHAN/Fundação Pro-Memória. Recife, 1981. PP. 35 e 39.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, 1972. “Regimento do governo das praças conquistadas ou por conquistar ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais (RIAHGP; tomo V, 31, Recife, 1886)

Missiva do Governador D. van Wanderburch aos Estados Gerais. 09/11/1631. In: Documentos Holandeses. Ministério da Educação e Saúde. Vol.I, 1945.

Missiva do Governador D. Van Weerdenburch, em Olinda, aos Estados Gerais. In: Documentos Holandeses. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

Missiva do Governador D. Van Weerdenbuch, em Antonio Vaaz, aos Estados Gerais. 03 de agosto de 1631. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

MOREAU, Pierre. História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias (Roulox Baro). – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

Relatório dos Senhores Delegados no Brasil, M. van Ceulen e Johan Gijsselingh, dirigido aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 5 de janeiro de 1634. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

Relatório do Conselho político no Brasil Jean de Walbeeck, apresentado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais a 2 de julho de 1633, lido pelos Estados Gerais à 11 de julho de 1633. In: Documentos Holandeses. Vol. I. Ministério da Educação e Saúde. 1945.

Relatório do Governador D. Van Weerdenburch aos Estados Gerais. 11 de julho de 1633. In: Documentos Holandeses. 1 vol. Ministério da Educação e Saúde, 1945.

Relatório de Joannes van Walbeeck. In: DE LAET, Johannes. Descrição das Costas do Brasil, e mais para o sul até o Rio da Prata, etc. Tirada de jornais de bordo, declarações oficiais, etc. de 1624 a 1637. In: Roteiro de um Brasil Desconhecido. Manuscrito do John Carter Brown Library, Providence. KAPA Editorial, 2007.

Relatório sobre o Estado das Capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomo II: A administração da Conquista. MEC/SPHAN/Fundação Pro-Memória. Recife, 1981.

Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por sua Excia. e pelos nobres membros do Alto Conselho. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomo II: A administração da Conquista. MEC/SPHAN/Fundação Pro-Memória. Recife, 1981.

RICHSHOFFER, Ambrósio. Diário de um soldado. – Recife: CEPE, 2004.

Roteiro da Costa da Guine (1635). BNM., Ms. 3015, fls. 189-201 v. In: Monumenta Missionaria Africana (1623-1650). Vl. V. pp. 287-293.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 7^a ed., Recife: Massangana, 2000.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. - Belo Horizonte; Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SANTIAGO, Diogo Lopes. História da guerra de Pernambuco. – Recife: CEPE, 2004.

Uma relação dos engenhos de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em 1623. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a História do Brasil Holandês: A administração da conquista. IPHAN/MEC: Recife, 1981.

Bibliografia

AB'SABER, Aziz Ntrand [et alli]. História Geral da Civilização Brasileira. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ABREU, Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília, 1976.

ALENCASTRO, Luis Filipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**, 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ANTONISZ, R. G. The Dutch in Ceylon: Glimpses of their life and times. (Lecture). Ceylon Examiner Press, 1905.

ARMESTO, Filipe Fernández; WILSON, Derek. **Reforma: O Cristianismo e o Mundo (1500-2000)**. Trad. Celina Cavalcante. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ASSIS, Virginia Maria Almoêdo de. Palavra de Rei: Autonomia e subordinação da Capitania de Pernambuco. (tese), UFPE, Recife, 2001.

AZEVEDO, João Lúcio de. História dos Cristãos-Novos Portugueses. – Clássica Editora:Lisboa, 1989.

BAKEWELL, Peter. A Mineração na América Espanhola Colonial. In: História da América Latina: América Latina Colonial, vol. II / Leslie Bethel (org). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, 2004.

BALLONG-WEN-NEWUDA, Ba`tora. **São Jorge da Mina (1482-1637). La Vie d`un comptoir portugais en Afrique Occidentale.** Lisbonne-Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1993.

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. Historia do Novo Mundo 2: As Mestiçagens. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno (1492-1800). – Rio de Janeiro: Record, 2003.

BODIAN, Miriam. Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in early Modern Amsterdam. - Indiana University Press: 1997.

BOOGAART, Ernest van den. The trade between Wersten África and the Atlantic World, 1660-90. In: Journal of African History, 1992, pp. 353-75.

BOOGAART, Ernest van den e EMMER, Pieter C. The Dutch participation in the Atlantic slave trade 1596-1650. In: J. Hogendorn e H. Gemery. The uncommon market, Nova York, 1979, pp. 353-375.

BOOGAART, Ernest van Den et al. Viver e morrer no Brasil holandês. – Recife: Fundaj. Ed. Massangana, 2007.

BOXER, Charles R. A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1440-1770). – São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

BOXER, Charles. Os holandeses no Brasil. – Recife: CEPE, 2004.

BOXER, Charles. O Império Marítimo Português. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo (Séculos XV-XVIII): 3 vols.. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico. Vols. I e II. Martins Fontes, 1983.

BULUT, Mehmet. The Role of the Ottomans and Dutch in the Commercial Integration between the Levant and Atlantic in the Seventeenth Century. In: Journal of the Economic and Social History of the Orient, Vol. 45, No. 2 (2002).

CARDIM, Pedro; GOUVEIA, Antônio Camões; HESPANHA, Antônio Manuel; MONTEIRO, Nuno G; SERRÃO, José Vicente; SILVA, Ana Cristina Nogueira da; SUBTIL, José; XAVIER, Ângela Barreto. História de Portugal (volume VII) O Antigo Regime. – Rio de Mouro: Lexicultural, 2002.

CARLOS, Ann M., NICHOLAS, Stephen. In: The Business History Review, Vol.62, No. 3 (1988).

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1956.

COLLINGWOOD, C. R. A Idéia de História. – Martins Fontes: Lisboa, 1972.

CURTIN, Philip D. Curtin. The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History. Cambridge University Press: 1990.

DEAN, Warren. A Ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Diagnóstico Sócioambiental do Litoral Sul de Pernambuco. Hidrografia. Publicações CPRH/MMA/PNMA 2. 1 ed.

DUNN, Richard. Sugar and Slaves – The rise of the planter class in the English West Indies, 1623-1713, Londres, 1972.

ELTIS, David. Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade. Nova York. 1987.

Idem, The relative importance of slaves and commodities in the Atlantic trade of seventeenth century Africa. In: Journal of African History., vol. 35, 1994, pp. 237-249

EMMER, Pieter. The Dutch and da making of the second Atlantic system. In: Barbara L. Solow (org). Slavery and the rise of the Atlantic system. Nova York, 1991, pp.71-95.

EMMER, Pieter. Los holandeses y el reto Atlântico em el siglo XVII. In: PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George Felix Cabral de (org). El Desafio holandês al domínio ibérico em Brasil em el siglo XVII. Slamanca: - Aquilafuente, 2006.

FAGE, J. D. African societies and the Atlantic slave trade. In: Past and Present, No 125, 1989, pp. 97-115.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. – São Paulo: Globo, 2001.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, mitos e realidades**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERRO, Marc. **História das Colonizações: Das conquistas às independências (séculos XIII ao XX)**. Trad. Rosa D'Aguiar Freire. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FLANDRIN, Jean-Louis. História da Alimentação. – São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. Portugal na Época da Restauração. – São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 2 vols. – Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1954.

FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. – São Paulo: Global, 2004.

GAMA, José Bernardes Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Vol. I. Tomos I e II. Recife: Arquivo Público Estadual, 1997.

GIORDANI, Mário Curtis. **Histórias dos séculos XVI e XVII na Europa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

GONÇALVES, Regina Célia. Guerras e açúcares na Capitania da Parayba. – Bauru, SP: EDUSC, 2007.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: Correspondência com os Estados Gerais. Recife: Ed. Universitária. UFPE, 1998.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e em Angola (c. 1680-1730). In: Modos de Governar: Idéias e praticas políticas no império português. Maria Fernanda Bicalho/Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). – São Paulo: Alameda, 2005.

GOYARD-FABRE, Simone. Os Principios Filosóficos do Direito Político Moderno. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HANDELMANN, Heinrich. História do Brasil. – Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

HESPANHA, Antônio Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: Modos de Governar: Idéias e praticas políticas no império português. Maria Fernanda Bicalho/Vera Lúcia Amaral Ferlini (orgs). – São Paulo: Alameda, 2005.

HESPANHA, António Manuel / SILVA, Ana Cristina Nogueira da. A Identidade Portuguesa. In: História de Portugal: O Antigo Regime. Vol. VII - Rio de Mouro: Ind. Gráfica, 2002.

HESPANHA, Idem. Às vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político. Portugal. Séc. XVII Coimbra: Editora Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel. Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

HOBOKEN, W. J. van. A Companhia das Índias Ocidentais: fatores políticos da sua ascensão e declínio. In: Revista do IAHGP. Separata do vol, 49. Recife, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. – São Paulo: Brasiliense, 1996.

HULSMAN, Lodewijk. Guia para o estudo das Atas Diárias do Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654). In: Monumenta Hyginia. Recife.

ISRAEL, J. I. A Conflict of Empires: Spain and Netherlands 1618-1648. In: Past and Present, No. 76, 1977, pp.34-74.

KLEIN, Herbert S. O tráfico de escravos no Atlântico. – Ribeirão Preto, SP: FUNTEC Editora, 2004;

Idem, Recent trends in the study of Atlantic slave trade. In: História y Sociedad, vol. I, No 1, Porto Rico, 1988;

KLEIN, Martin. The impacts of the Atlantic slave trade on the societies of Western Sudan.. In: The Atlantic slave trade – effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas and Europe. Londres, 1992;

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LOCKHART, James e SCHWARTZ, Stuart B. A América Latina na época colonial /. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. O Estado Monárquico. França (1460-1610). – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LINENBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. The Many-Headed Hydra: sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic. Boston: - Beacon Press, 2000.

LIPPMANN, Edmond O. Von. **História do Açúcar: Desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba**. Tomo II. Trad. Rodolfo Coutinho. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.

LYNCH, John. Spain under the Habsburgs. Vols I e II. New York: - New York University Press, 1984.

MASSELMANN, George. **The Cradle of Colonialism**. Yale: Yale University Press, 1963.

MARQUES, Oliveira. História de Portugal. Palas Editores, Lisboa, s/d.

MEDEIROS, Guilherme de Souza. Cruzando o Tenebroso: A Arte da Navegação no Início do Século XVI em Pernambuco. Dissertação de Mestrado defendida em 2000 (UFPE).

MELLO, Evaldo Cabral de. Nassau: Governador do Brasil holandês. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda Restaurada. Rio de Janeiro, Forense-Universitaria; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

----- **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste**, 1641-1669. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. Os Alecrins no Canavial: A açucarocracia Pernambucana no Ante-Bellum (1570-1630). In: Revista do Instituto, Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVII. Recife, 1984.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. A Nação Judaica do Brasil Holandês . In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol.XLVIII – Recife: 1976.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Tempo dos Flamengos. – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Fontes para a história do Brasil Holandês. Tomos I e II: MEC/SPHAN/Fundação Pro-Memória. Recife, 1981.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. . Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1605. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LVIII. – Recife, 1993, pp.21-85.

MELLO, Ulysses Pernambucano de. O Cabo de Santo agostinho e a Baía de Suape. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: - Vol. LIII. Recife, 1981.

MILLER, Joseph. Mortality in the Atlantic slave trade – Statistical evidence on causality. In: Journal of Interdisciplinary History, 1981, pp. 385-423;

MOERNER, Magnus. A Economia e a Sociedade Rural da América do Sul Espanhola no Período Colonial. In: História da América Latina: América Latina Colonial, vol. II / Leslie Bethel (org). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NEME, Mário. Fórmulas Políticas no Brasil holandês. São Paulo: - Ed. da Universidade de São Paulo, 1971.

POSTMA, J. M. The Dutch in the Atlantic slave trade (1600-1815). New York, 1980.;

idem, The dispersal of African slaves in the West by Dutch slave traders. In: J. E. Inikori e S. L. Engerman. The Atlantic slave trade – effects on economies, societies, and peoples in África, the américas and Europe. Londres, 1992;

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII. In: Penélope: Fazer e desfazer historia, n. 6, Lisboa, 1991.

PUNTONI, Pedro. **A Mísera Sorte: A Escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Sessão especial de 9 de maio de 1885. p.8 In: Revista do IAHGP, Nos 29-30. Reedição fac-similar. Recife, 1977.

RODRIGUES, José Honório. **Historiografia e Bibliografia do Período Holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Imprensa Nacional, 1949.

RODRIGUES, José Honório. História da história do Brasil. – São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

SOUTHEY, Robert. História do Brasil. Vols. I, II e III. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Iberian expansion and the issue of Black slavery – Changing Portuguese attitudes 1440-1770. In: *The American Historical Review*, Vol. 83, No 1, 198, pp.16-42.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*. V.18 n.36. São Paulo, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *The Portuguese Empire (1415-1808): a world on the move*. Manchester: - Johns Ropkins, 1992.

SCHALCKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630-1654*. – São Paulo: Cultura Cristã, 2004

SCHAMA, Simon. *O Desconforto da Riqueza: A cultura holandesa na Época de Ouro, uma interpretação*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*.- São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão (1500-1700)*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SLUITER, Engel. **Os Holandeses no Brasil antes de 1621**. In: *RIAHGP*, Vol XLVI, Recife, 1967.

SOUTO MAIOR, Pedro. **Fastos Pernambucanos (1913)**. Recife: Biblioteca Pública Estadual, 1991.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: *História da vida privada na América portuguesa* – São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Guerra e Comércio: A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala (1500-1700)**. Lisboa: Edições 70, 1989.

‘T HART, Marjolijn. Cities and Statemaking in the Dutch Republic, 1580-1680. In: Theory and Society, vol. 18, No. 5. Special Issue on Cities and States in Europa, 1000-1800, 1989.

TREVOR-ROPER, Hugh. A Crise do Século XVII: Religiao, a Reforma & Mudança Social. – Topbooks: Rio de janeiro, 2007.

VAIFAS, Ronaldo (org). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês e processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VARNHAGEN, Francisco A. de. História das Lutas com os Holandeses no Brasil. – Rio de janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

VIEIRA, Antônio. Sermões. Vols. I e II. – São Paulo: Hedra, 2000.

VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WAETJEN, Hermann. O Domínio Colonial Hollandez no Brasil. – Companhia Editora Nacional, 1938.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Sistema mundial moderno. – Edições Afrontamento: Porto, 1974.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo**. 7^a ed., São Paulo: Livraria Pioneira. [sd]

WILSON, Charles. **Los Países Bajos y la cultura europea en el siglo XVII**. Madrid: Biblioteca para el Hombre Actual, 1968.

ZUMTHOR, Paul. **A Vida Cotidiana na Holanda no Tempo de Rembrandt**. Trad. Rogério Fernandes. Lisboa: Ed. Livros do Brasil. [sd]

ZWIETEN, Adriana. “Conversisng with each other, among other things of the sale of houses”: Buying and Selling Real Property in New Amsterdam.

